

SILMARA CHRISTINA RODRIGUES DE ASSIS

**IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS,
MODALIDADE COMPRA INSTITUCIONAL, NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE VIÇOSA, MINAS GERAIS E SITUAÇÃO DE (IN) SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES
BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2016**

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

A848i
2016

Assis, Silmara Christina Rodrigues de, 1987-
Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos,
modalidade compra institucional, na Universidade Federal de
Viçosa, Minas Gerais, e situação de (in) segurança alimentar e
nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores
/ Silmara Christina Rodrigues de Assis. – Viçosa, MG, 2016.
xix, 298f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Sílvia Eloíza Priore.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Programa de Aquisição de Alimentos (Brasil). 2. Política
alimentar. 3. Famílias rurais - Nutrição. 4. Segurança alimentar.
5. Agricultura familiar. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Nutrição e Saúde, Programa de Pós-graduação
em Agroecologia. II. Título.

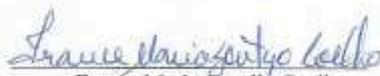
CDD 22. ed. 338.1

SILMARA CHRISTINA RODRIGUES DE ASSIS

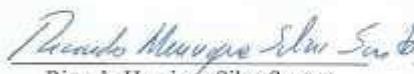
**IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS,
MODALIDADE COMPRA INSTITUCIONAL, NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE VIÇOSA, MINAS GERAIS E SITUAÇÃO DE (IN) SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES
BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES**

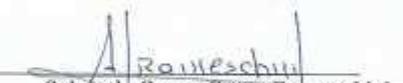
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

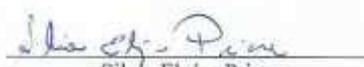
APROVADA: 26 de fevereiro de 2016.


France Maria Gontijo Coelho


Bianca Aparecida Lima Costa
(Coorientadora)


Ricardo Henrique Silva Santos
(Coorientador)


Sylvia do Carmo Castro Franceschini
(Coorientadora)


Sílvia Eloíza Priore
(Orientadora)

Dedico a quem sempre me fez acreditar na realização dos meus sonhos e não mediram esforços para que eu pudesse realizá-los, meus pais, Márcio e Maria e minha irmã Letícia. Ao Zeó, companheiro no amor, na vida e nos sonhos, nas horas difíceis e nas alegrias. A querida professora Silvia Eloíza Priore e a todos os voluntários que tornaram este trabalho possível.

“(...) Você não deve tratar a alimentação como questão de caridade ou de assistência social. Ela é um direito inalienável do ser humano (...)” Dom Mauro Morelli.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me ampara, cuida e ama! Que me capacitou para elaboração deste trabalho. A Nossa Senhora Aparecida, minha intercessora, que protegeu com seu manto e me conduziu nos caminhos para efetivação desta pesquisa.

Aos meus pais Márcio e Maria, por serem meus exemplos de amor incondicional, família, união e de fé. Sem vocês certamente nada seria possível.

À minha irmã Letícia, que me incentivou a retornar aos estudos, por partilhar comigo cada etapa vivida no mestrado, por todo apoio, companheirismo, amor e motivação.

Ao meu noivo Zeó, pelo amor, amizade, companheirismo, por entender minha ausência e por estar sempre presente. Por me fazer acreditar que este sonho seria possível.

À professora Silvia Eloíza Priore, mestra, conselheira, exemplo de nutricionista e de professora. Obrigada por me confiar à execução deste projeto e por ter contribuído com meu crescimento profissional. Para você deixo a mensagem, que resume o quanto os seus ensinamentos me fizeram crescer: “Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou quem eu era antes” (Marthin Luther King).

À professora Bianca Aparecida Lima Costa, pela coorientação, paciência, pelos ensinamentos valiosos e por dividir comigo seu conhecimento sobre a pesquisa qualitativa. Sem você esta pesquisa não teria se realizado.

Aos professores, Ricardo Henrique Silva Santos e Sylvia do Carmo Castro Franceschini, agradeço pela coorientação, contribuições e ensinamentos partilhados.

À todos os membros da comissão gestora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Universidade Federal de Viçosa (UFV), que contribuíram com esta pesquisa, obrigada pela oportunidade de partilhar com vocês esta experiência. O empenho profissional de cada um, assim como, a responsabilidade social, serão levados comigo sempre. Foi um aprendizado imensurável e uma oportunidade única.

À Fátima Ladeira Mendes Duarte, inspiração de nutricionista, que me acolheu com paciência e auxiliou em todos os momentos desta pesquisa.

Aos agricultores e suas famílias, que tão bem me receberam em suas casas, obrigada por partilharem com sabedoria a vivência com o PAA da UFV e tornarem este trabalho possível. Sou eternamente grata!

Aos diretores das associações e cooperativas, que intermediaram meu acesso até as famílias dos agricultores, e por terem contribuído com informações para a pesquisa. Obrigada!

À EMATER de Viçosa, pela parceira. Às extensionistas, Carina e Vera, por tornarem possível a ida até a zona rural de Viçosa para coleta de dados.

À Laís Gusmão, Carol e Silvia Lopes, por tornarem a ida a campo mais agradável e pela ajuda com o teste piloto.

À Carina Pinto e Dayane Morais pela disponibilidade e grande ajuda no decorrer do mestrado. À Robertinha pelo sincero apoio no momento que me senti mais fragilizada. Obrigada pelas orações e pela preocupação.

Aos colegas do grupo de pesquisa da professora Silvia Priore, obrigada pela convivência e pelo aprendizado. Aos colegas da agroecologia, em especial Paula, Mariane, Heliane e Juliana, muito obrigada pelo convívio.

À Rosangela, secretária da Pós Graduação em Agroecologia, pela dedicação e presteza em ajudar todos os estudantes. Obrigada!

Aos membros da banca por aceitarem de bom grado o convite e por contribuírem nesse processo de aprendizagem e formação profissional.

Ao Programa de Pós Graduação em Agroecologia da UFV, pela oportunidade concedida e pela formação acadêmica de qualidade.

Aos professores da Agroecologia e da Nutrição, pelos ensinamentos.

À Universidade Federal de Viçosa, Pró Reitoria de Assuntos Comunitários, Diretoria de Material, Divisão de Alimentação, que foram parceiros nesta pesquisa.

À FAPEMIG pela concessão da bolsa de estudos.

BIOGRAFIA

SILMARA CHRISTINA RODRIGUES DE ASSIS, filha de Márcio José Gonçalves de Assis e Maria Aparecida Rodrigues de Assis, nasceu em 05 de fevereiro de 1987, em Abre Campo, Minas Gerais.

Em fevereiro de 2005, ingressou no Curso de Nutrição da Faculdade de Minas (FAMINAS), em Muriaé, Minas Gerais, graduando-se Nutricionista em janeiro de 2009.

Em fevereiro de 2009 foi contratada pela Prefeitura Municipal de Araponga, Minas Gerais, para atuar como Nutricionista da Estratégia Saúde da Família e como Responsável Técnica pela Alimentação Escolar da rede municipal de ensino.

Em março de 2010, ingressou no curso de Pós Graduação “*lato sensu*” em Nutrição e Saúde, área de concentração Saúde Pública, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, obtendo o título de especialista em setembro de 2012.

Em abril de 2010, prestou concurso para o cargo de Nutricionista da Prefeitura Municipal de Araponga, onde já trabalhava e foi aprovada em 1º lugar. Atuou como Nutricionista, nesta Instituição até fevereiro de 2014.

Em março de 2014, iniciou o mestrado no Programa de Pós Graduação em Agroecologia da UFV, linha de pesquisa, Sistemas Agroalimentares de Agricultores Familiares, submetendo-se à defesa da Dissertação em fevereiro de 2016.

ÍNDICE

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E GRÁFICOS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xiii
RESUMO.....	xvi
ABSTRACT.....	xviii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	6
2.1 Artigo de revisão 1: Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar: experiência das Universidades Públicas Federais do Brasil.....	6
2.2 Artigo de revisão sistemática 2: Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores.....	27
3 OBJETIVOS.....	44
3.1 Geral.....	44
3.2 Específicos.....	44
4 METODOLOGIA.....	45
4.1 Delineamento.....	45
4.2 Primeira etapa: pesquisa qualitativa.....	45
4.2.1 Observação.....	46
4.2.2 Pesquisa Documental.....	46
4.2.3 Entrevistas Semiestruturadas.....	48
4.2.4 Estratégias de Tratamento e Análises dos Dados.....	51
4.3 Segunda etapa: pesquisa quantitativa.....	52
4.3.1 Indicadores Sociodemográficos.....	52
4.3.2 Indicadores Antropométricos.....	53
4.3.3 Disponibilidade Alimentar.....	54
4.3.4 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.....	55
4.3.5 Análises Estatísticas.....	56
4.4 Aspectos Éticos e Retorno.....	56
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	61
5.1 Histórico: A Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra institucional, na Universidade Federal de Viçosa, para uso no Restaurante Universitário do <i>campus</i> de Viçosa, Minas Gerais.....	61
5.2 Artigo original 1: (In) segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa e percepção dos atores proponentes e beneficiários.....	194
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
7 APÊNDICES.....	223
Apêndice A: Roteiros para entrevista semiestruturada com a comissão gestora...	225
Roteiro 1: Entrevista com representante da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários da UFV.....	225
Roteiro 2: Entrevista com representante Divisão de Alimentação da UFV.....	226
Roteiro 3: Entrevista com representante da Diretoria de Material.....	228
Roteiro 4: Entrevista com representantes de Professores da UFV que fazem parte da comissão.....	229
Roteiro 5: Entrevista com representante da EMATER de Viçosa.....	230
Apêndice B: Roteiro para entrevista com agricultores familiares beneficiários fornecedores.....	231
Apêndice C: Roteiro para entrevista com dirigentes de empreendimentos (cooperativas e associações).....	233
Apêndice D: Antropometria.....	234

Apêndice E: Disponibilidade Alimentar.....	235
Apêndice F: Termo de Consentimento Livre Esclarecido para os gestores e diretores de empreendimentos envolvidos no processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa.....	237
Apêndice G: Termo de Consentimento Livre Esclarecido para os agricultores....	239
Apêndice H: Termo de Assentimento.....	241
ANEXOS.....	242
Anexo A: Questionário Sociodemográfico.....	242
Anexo B: Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional.....	245
Anexo C: Parecer Consubstanciado do CEP.....	247
Anexo D: Carta de aceite e apoio a pesquisa da PCD.....	249
Anexo E: Proposta de: “Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a Universidade Federal de Viçosa”.....	250
Anexo F: Chamada pública n°. 01 / 2013.....	253
Anexo G: Chamada Pública n°. 01 / 2014.....	262
Anexo H: Chamada Pública n°. 01 / 2015.....	278

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E GRÁFICOS.

Revisão de Literatura

Artigo de revisão 1: Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar: experiência das universidades públicas federais do Brasil.

Quadro 1. Síntese dos processos de chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar das Universidades que implantaram o PAA, bem como, local de abastecimento e número de refeições servidas por dia..... 13

Artigo de revisão 2: Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores.

Figura 1. Protocolo de busca nas bases de dados científicas e portais de organizações nacionais e critério de inclusão dos estudos para análise..... 32

Quadro 1. Levantamento de estudos realizado sobre Programa de Aquisição de Alimentos e o seu impacto sobre a Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores..... 34

Metodologia

Quadro1. Grupos de gestores, agricultores familiares e dirigentes de empreendimentos entrevistas..... 50

Quadro 2. Pontos de corte para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar..... 56

Resultados e Discussão

Histórico: A Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra institucional, na Universidade Federal de Viçosa, para uso no Restaurante Universitário do *campus* de Viçosa, Minas Gerais.

Figura 1. Mapa da Zona da Mata de Minas Gerais e localização das suas Microrregiões..... 68

Gráfico 1. População total e população no perímetro urbano e rural, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, município de Viçosa, Minas Gerais..... 70

Gráfico 2. População total e população no perímetro urbano e rural, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, município de Araponga, Minas Gerais..... 72

Gráfico 3. População total e população no perímetro urbano e rural, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, município de Tombos, Minas Gerais..... 74

Gráfico 4. Quantidade em quilogramas de pó de café, feijão vermelho e banana prata, consumidos no restaurante universitário em um dia da semana, segunda a sexta feira, na refeição do almoço, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais..... 89

Gráfico 5. Quantidades em quilogramas de pó de café, feijão vermelho e banana prata, solicitados na Chamada Pública 01/2013, para atender o restaurante universitário na refeição do almoço, um sábado por mês, por um período de quatro meses, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais..... 90

Quadro 1. Cronograma inicial de fornecimento de alimentos da agricultura familiar para o restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.....	90
Quadro 2. Especificação organoléptica, critério de embalagem e condições de transporte para alimentos da agricultura familiar, pó de café, feijão vermelho e banana prata.....	92
Quadro 3. Especificações das amostras dos produtos da agricultura familiar, pó de café e feijão vermelho, análise e metodologia adotada nos testes de qualidade.....	93
Figura 2. Registro da mesa de cerimônia de lançamento do Edital de Chamada Pública nº 01/2013, para aquisição de alimentos da agricultura familiar, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	98
Quadro 4. Ordem classificatória das propostas de vendas apresentadas pelos agricultores familiares na Chamada Pública 01/2013 da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	99
Figura 3. Amostras entregues pelos agricultores familiares para submissão aos testes de qualidade, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	100
Quadro 5. Novo cronograma de entrega e de consumo da banana prata, pó de café e feijão vermelho, restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	101
Figura 4. Etapas para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa, <i>campus</i> Viçosa, Minas Gerais, para uso no restaurante universitário.....	103
Figura 5. Primeiro lote de banana prata da agricultura familiar entregue no restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	104
Figura 6. Transporte do primeiro lote de banana prata da agricultura familiar para o restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	106
Figura 7. Primeiro dia de fornecimento da banana prata no restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.....	107
Figura 8. Pôster de divulgação do fornecimento da banana prata, afixado no restaurante universitário no dia de consumo do produto, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	107
Figura 9. Pôster de divulgação do fornecimento do pó de café, afixado no restaurante universitário no dia de consumo do produto, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	108
Figura 10. Pôster de divulgação do fornecimento do feijão vermelho, afixado no restaurante universitário no dia de consumo do produto, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	108
Figura 11. Programa de Formação Feminismo e Agroecologia do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, Viçosa, Minas Gerais.....	112
Figura 12. Folder de divulgação do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	114
Figura 13. Pôster de divulgação do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	115
Figura 14. Cartaz de divulgação do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	115
Figura 15. Roda de Conversa sobre o Programa de Aquisição de Alimentos na 6ª Troca de Saberes, realizada na 85ª Semana do Fazendeiro, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.....	116
Quadro 6. Comparativo, entre a oferta de alimentos da agricultura familiar de	

quatro cidades da região da Zona da Mata de Minas Gerais, e a demanda no restaurante universitário da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.....	118
Quadro 7. Levantamento da produção de agricultores familiares residentes na zona rural de Viçosa e Paula Cândido, realizado pela Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural de Viçosa, Minas Gerais.....	122
Quadro 8. Cronograma inicial de fornecimento de alimentos da agricultura familiar para o restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2014.....	124
Quadro 9. Ordem classificatória das propostas de venda apresenta pelos empreendimentos da agricultura familiar, Chamada Pública 01/2014 da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	129
Quadro 10. Novo cronograma de entrega dos alimentos da agricultura familiar, Chamada Pública 01/2014 da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	130
Quadro 11. Cronograma inicial de fornecimento de alimentos da agricultura familiar para o restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.....	132
Quadro 12. Especificações dos produtos da agricultura familiar, moranga híbrida e tangerina ponkan para Chamada Pública 01/2015, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	134
Quadro 13. Ordem classificatória das propostas de venda apresentadas pelos agricultores familiares e empreendimentos na Chamada Pública 01/2015 da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	137
Quadro 14. Novo cronograma de fornecimento de alimentos da agricultura familiar, Chamada Pública 01/2015 da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.....	140
Figura 16. Feijão carioca armazenado na cooperativa de Tombos para ser entregue no restaurante universitário da Universidade federal de Viçosa, Minas Gerais.....	142
Figura 17. Rodada de conversa sobre o Programa de Aquisição de Alimentos na 7ª Troca de Saberes realizada na 86ª Semana do Fazendeiro, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.....	143
Figura 18. Mapa da localização dos municípios onde residiam os beneficiários fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos, e os agricultores familiares e empreendimentos que participaram das Chamadas Públicas, Universidade Federal de Viçosa, Zona da Mata, Minas Gerais, 2013 a 2015.....	145
Gráfico 6. Evolução dos recursos financeiros, em reais, e quantidades de alimentos, em quilogramas, disponibilizados para compras por meio das Chamadas Públicas 01/2013, 01/2014 e 01/2015 do Programa de Aquisição de Alimentos, Universidade Federal de Viçosa.....	149
Gráfico 7. Evolução do quantitativo, em quilogramas, dos alimentos agricultura familiar solicitados nos editais de Chamada Pública 01/2013, 01/2014 e 01,2015 do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.....	150
Gráfico 8. Somatório das quantidades, em quilogramas, de alimentos comprados e valor gasto, em reais, nas Chamadas Públicas 01/2013, 01/2014 e 01,2015 do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	150
Quadro 15. Comparação entre os preços de alimentos de acordo com a metodologia de compras, Chamada Pública e Pregão Eletrônico, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	152
Gráfico 9. Valor disponibilizado em reais para a compra de alimentos para	

restaurante universitário por meio da Chamada Pública e via processo licitatório, pregão eletrônico, e a diferença de preços entre os dois métodos de compras, período de 2013 a 2015, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	155
Quadro 16. Planejamento de compras via Programa de Aquisição de Alimentos para a Colônia de Férias, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	168
Quadro 17. Planejamento de compras via Programa de Aquisição de Alimentos para o Laboratório de Desenvolvimento Infantil e Laboratório de Desenvolvimento Humano, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.....	170

5.2 Artigo original 1: (In) segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa e percepção dos atores proponentes e beneficiários.

Quadro 1. Distribuição das famílias dos agricultores familiares que participaram da pesquisa, por município e zona rural.....	200
Tabela 1. Caracterização da família dos agricultores beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa, segundo gênero, idade, estado civil, escolaridade e profissão.....	201
Tabela 2. Renda domiciliar mensal e <i>per capita</i> (em reais), mínimo, mediana e máximo de agricultores de Araponga, Viçosa e Tombos, MG, 2015.....	202
Tabela 3. Classificação das condições de habitação dos agricultores beneficiados pelo PAA Institucional, segundo Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), Araponga, Viçosa e Tombos, MG, 2015.....	203
Tabela 4. Estado nutricional, segundo avaliação antropométrica, dos indivíduos e famílias beneficiadas pelo PAA Institucional.....	204
Quadro 2. Classificação da (In)Segurança Alimentar segundo disponibilidade alimentar, avaliada pela metodologia de Smith; Subandoro (2007) e desvio nutricional na família dos agricultores beneficiados.....	205
Gráfico 1. Gráfico 1. Valor total estimado em reais do total de alimentos disponíveis para consumo nos domicílios dos agricultores e percentual investido na compra monetária e não monetária de alimentos (produção e doação).....	207
Quadro 4. Síntese da classificação da situação (in) segurança alimentar e nutricional nos domicílios dos agricultores de acordo com as várias metodologias de avaliação de direta e indireta, adotadas nessa pesquisa.....	208

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
AF	Agricultura familiar
ASSOV	Associação de Produtores de Agroartesanato de Viçosa
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CI	Compra Institucional
Cm	Centímetros
CP	Chamada Pública
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSU	Conselho Universitário
COOFELIZ	Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz
COOPROSOL	Cooperativa de Produção da Economia Solidária
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CTA/ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais
DAL	Divisão de Alimentação
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar
DED	Departamento de Economia Doméstica
DESER	Departamento de Estudo Sócio Econômico Rurais
DLZ	Divisão de Esporte e Lazer
DMT	Diretoria de Material
DNS	Departamento de Nutrição de Saúde
DOU	Diário Oficial da União
DAS	Divisão de Saúde
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EFZ	Estratégia Fome Zero
E/I	Estatura/Idade
EMATER	Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IMC	Índice de Massa Corporal
(In) SAN	(In) Segurança Alimentar e Nutricional
ITCP-UFV	Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da UFMG
Kg	Quilogramas

LDH	Laboratório de Desenvolvimento Humano
LDI	Laboratório de Desenvolvimento Infantil
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MG	Minas Gerais
MI	Mercado Institucional
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
n°	Número
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCD	Pró Reitoria de Assuntos Comunitários
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PPO	Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento
PPV	Pesquisa de Padrões de Vida
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
R\$	Reais
RT	Responsável Técnica
RU	Restaurante Universitário
AS	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAT	Sem Agrotóxico
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SIM	Sistema Integrado de Materiais
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UAN	Unidades de Alimentação e Nutrição
UAN	Unidade de Alimentação e Nutrição
UFFS	Universidades Federal Fronteira Sul
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPel	Universidade Federal de Pelotas

UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
ZR	Zona Rural
WHO	World Health Organization
%	Porcentagem

RESUMO

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, Fevereiro de 2016. **Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra institucional, na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais e situação de (in) segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores.** Orientadora: Silvia Eloíza Priore. Coorientadores: Bianca Aparecida Lima Costa, Ricardo Henrique Silva Santos e Sylvia do Carmo Castro Franceschini.

O objetivo deste estudo foi caracterizar o processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Institucional no Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, bem como, a situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias dos agricultores beneficiários fornecedores. O estudo foi dividido em duas etapas. A primeira etapa tratou-se de um estudo descritivo delineado como um estudo de caso de natureza exploratória, para o qual se utilizou a abordagem qualitativa, para descrever o processo implementação do programa na UFV no período de 2013 a 2015. Os instrumentos metodológicos para a coleta de dados foram: observação das reuniões da comissão gestora do PAA quando se registrou as informações em um caderno de campo. Pesquisa documental realizada através da apreciação de documentos escritos referentes ao PAA na UFV e entrevistas semiestruturadas com os informantes-chave. Identificou-se os principais envolvidos diretamente com o programa na UFV, comissão gestora (n=8, 89%), agricultores familiares (n=5, 83%) e dirigentes de empreendimentos beneficiados (n=2, 100%), utilizou-se anotações e gravação de voz para registrar as informações. Os dados foram analisados de acordo com metodologia qualitativa. Na segunda, etapa foi realizada uma pesquisa quantitativa, executada no domicílio dos agricultores para caracterização da situação de (In) SAN, através de indicadores sócio-demográficos, nutricional, disponibilidade alimentar e a percepção da insegurança alimentar pela EBIA. Este momento da pesquisa caracterizou-se como um estudo epidemiológico de corte transversal, que teve a família como unidade de análise. Do total de famílias de agricultores fornecedores do PAA (n=6, 100%), entre 2013 a 2015, excluiu-se uma família (n=1), pois o agricultor encontrava-se em tratamento de saúde e impossibilitado de contribuir com a pesquisa. As famílias residiam em municípios da Zona da Mata de Minas Gerais. Analisou-se os dados quantitativos por meio de estatística descritiva. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV sob o nº de registro 920.855/2014. Todos os voluntários participaram da pesquisa

mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O PAA foi instituído na UFV em 2013, para atender parcialmente as necessidades do RU, a experiência foi iniciada com a aquisição de pó de café, banana prata e feijão carioca. Para segunda compra, em 2014, mantiveram-se três produtos e a terceira compra, em 2015, foi planejada para feijão (carioca e vermelho), pó de café, tangerina ponkan, banana prata e moranga. O processo implementação do PAA encontrava-se em fase de consolidação e enfrentou diferentes desafios, tais como, compreensão da legislação e do formato de tramitação da Chamada Pública. Financeiro, visto que os produtos da agricultura familiar possuíam preços maiores que os adquiridos por processos licitatórios. Atrasos no cronograma de fornecimentos dos alimentos, desorganização dos agricultores para atender um mercado da UFV. Limitações físicas, quando se referia à estrutura do RU que era antiga e impossibilitou a aquisição de uma maior quantidade de alimentos. No entanto, foi possível visualizar através das entrevistas com os envolvidos, que os objetivos delineados para sua implementação têm sido efetivados e foi possível perceber benefícios tanto para Universidade quanto para fornecedores, o primeiro por adquirir alimentos mais saudáveis, produzidos na região, que respeitavam a cultura alimentar, além de cumprir com seu papel social. O segundo em razão da agricultura familiar ter sua relação comercial fortalecida, seu produto valorizado e aumento na renda familiar. Para que o PAA se consolide na UFV é preciso articulação entre a produção familiar e a compra institucional, é necessário realizar planejamento prévio para que os agricultores se preparem para atender o mercado sem falhas no abastecimento. Acresce-se a necessidade de projetos de extensão e parcerias para preparar os agricultores e também maior envolvimento e participação social na operacionalização do PAA. Observou-se, que todas as famílias dos agricultores que participaram da pesquisa (n=5) encontravam em situação de segurança alimentar, segundo EBIA, todavia, existia a carência em alguns indicadores socioeconômicos, famílias com alterações no estado nutricional, sendo o excesso de peso em maior percentual 36,8 % (n=7). A disponibilidade calórica *per capita*/dia na maioria dos domicílios foi alta (≥ 3.000). Foi verificado que estruturar a unidade produtiva de forma diversificada, possivelmente, possibilitou aos agricultores possuir uma oferta de alimentos para atender o mercado e viabilizar a inserção no PAA da UFV, assim como contribuiu positivamente nas questões atinentes à segurança alimentar de sua família. O mercado institucional propiciado pela Universidade surgiu como possível instrumento de fortalecimento da agricultura familiar e instrumento de política de SAN.

ABSTRACT

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February 2016. **Implementation of the Food Acquisition Program, institutional purchase modality, Federal University of Viçosa, Minas Gerais and food and nutritional (in)security situation of the beneficiary suppliers home-grown farmers.** Advisor: Silvia Eloíza Priore. Coadvisors: Bianca Aparecida Lima Costa, Ricardo Henrique Silva Santos and Sylvia do Carmo Castro Franceschini.

The objective of this study was to characterize the process of implementation of Institutional Food Acquisition Program (FAP) in the University Restaurant (UR) of the Federal University of Viçosa (UFV), Minas Gerais, as well as the Food and Nutritional (In)Security (FNS) of the farmers' beneficiary suppliers families. The study was divided into two phases. The first phase was a descriptive study designed as a case study of exploratory nature, for which it was used the qualitative approach, to describe the process of implementation program at the UFV, in the period from 2013 to 2015. The methodological tools for data collection were as follows: (FAP) Managing Committee meeting notes. The information was written in a field notebook. Documental research conducted by assessing the written documents pertaining to the FAP at the UFV, and semi-structured interviews with key informants. Those directly concerned with the UFV program were identified, managing commission (n=8, 89%), homegrown farmers (n = 5, 83%) and benefited enterprise managers (n = 2, 100%), notes and voice recording were used to register the information. The data was analyzed according to a qualitative methodology. In the second phase a quantitative research was performed in the homes of the farmers for characterization of the (In) FNS situation, through socio-demographic, nutritional indicators, food availability and food insecurity awareness by Brazilian Food Insecurity Scale (BFIS). This moment of the research dealt with a cross-sectional epidemiological study, which had the family as a unit of study. From a total of families of farmers suppliers of FAP (n = 6, 100%), between 2013 and 2015, the family of a farmer (n = 1) who was in health treatment, and unable to contribute with the research. The families were residing in the Zona da Mata Mineira municipalities. The quantitative data was analyzed by descriptive statistics. The work was approved by the Ethics Committee in Research with Humans of the UFV under registration number nº 920.855/2014. All volunteers participated in the research by signing the Free and Elucidated Term of Commitment. The UFV FAP was established in 2013 to partly meet the needs of the UR, the experiment started with the purchase of coffee powder, chunky bananas and carioca beans. For second purchase, in 2014, three products were

maintained and the third purchase, in 2015, was planned for beans (carioca and red), coffee powder, Ugli fruit, chunky banana and squash. The implementation process of the FAP was in phase of consolidation and faced different challenges, such as, understanding the legislation and the Public Consultation processing format. Financial, since the homegrown agriculture products had prices higher than those acquired by bidding processes. Delays in supplying the products, lack of organization by the farmers to meet the UFV market requirements. Physical limitations, when it referred to the UR structure, which was old, made it impossible to acquire a greater amount of food. However, it was possible to visualize from the interviews with those involved that the goals outlined for its implementation have been made effective and it was possible to realize benefits both for the University and for vendors, the former by acquiring healthy foods, produced in the region, which respected the food culture, in addition to fulfilling its social role. The latter for having its business relationship strengthened, its product valued and increase in the family income. For the FAP to consolidate itself at the UFV, it is necessary to articulate between the homegrown production and the institutional purchase, it is necessary to carry out a preliminary planning so that farmers to meet the market without supply shortages. Added to the need of extension projects and partnerships to train farmers, as well as more engagement and social participation in the operationalization of the FAP. It was observed that all the families of farmers who participated in the survey (n= 5) were in food security situation, according to BFIS, however, there was a shortage in some socioeconomic indicators, families with changes in the nutritional status, with overweight being in highest percentage 36.8% (n = 7). The *per capita/day* caloric availability in most households was high. One household was found with very low *per capita/day* availability, indicative of food insecurity. It was verified that structuring the productive unit of diversified form, possibly allowed farmers to have a supply of food to meet the market needs and enable the UFV FAP, as well as contributed positively in terms of food security for the family. The institutional market provided by the University emerged as a possible instrument for strengthening the homegrown agriculture and the FNS policy instrument.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Maluf et al., (2015) desde 2003 o Governo Federal do Brasil vem elaborando políticas públicas que articulam simultaneamente a proteção social, alimentação e agricultura familiar. Neste contexto, surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como o objetivo central de:

“[...] garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2003, BRASIL, 2010).

Originalmente o PAA possibilita o fortalecimento da produção familiar e a oferta de alimentos diversificados as pessoas em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a formação de um cenário nacional engajado em uma produção alimentar que favoreça a redução das desigualdades no meio rural, ao passo em que o meio urbano é abastecido com alimentos culturalmente referenciados e de qualidade, promovendo a SAN (VOGT, 2009; SILVA, 2013).

Entretanto, para os agricultores familiares, a importância do PAA está, sobretudo, relacionada com a ampliação de oportunidades para comercialização da produção, fator que consiste em um dos maiores entraves para o desenvolvimento econômico do segmento (CONTI et al., 2010). O programa tem ajudado aumentar a renda familiar dos agricultores, a diversificar e melhorar a qualidade para o autoconsumo, fatores que extrapolam para o comércio local (DELGADO; CONCEIÇÃO, 2005; VIEIRA, 2008; SILVA, 2011).

Nesta perspectiva, a agricultura familiar, vem ganhando destaque e visibilidade por órgãos internacionais, como a *Food and Agriculture Organization* (FAO), devido a sua intrínseca relação com a SAN (FAO, 2014a; MARTINELLI, et al, 2015). Os Relatórios sobre Insegurança Alimentar no Mundo, e o Estado da Alimentação e Agricultura, publicados pela FAO, destacaram o PAA como uma das políticas governamentais que têm contribuindo para redução da pobreza e da fome no Brasil, sobretudo, no meio rural (FAO, 2014b, FAO, 2015a; FAO, 2015b).

Visando ampliar o escopo do público beneficiário do PAA, tanto os agricultores familiares quanto os consumidores, foi instituída, em 2012, uma nova modalidade de aquisição de alimentos, denominada Compra Institucional (CI), por meio do Decreto 7.775 de 04 de julho de 2012. A CI permite que órgãos federais, estaduais e municipais,

adquiram alimentos da agricultura familiar, com recursos da própria da Instituição. Dentre os órgãos que estão habilitados a execução da modalidade CI, pode-se citar as Instituições Públicas Federais de Ensino Superior (IFES), para atender a demanda regular de alimentos dos Restaurantes Universitários (RU) (BRASIL, 2012).

Cabe destacar a relevância do RU, frente ao atendimento diário de estudantes nas mais de 130 universidades brasileira, estaduais e federais (BRASIL, 2011), o que sugere a potencialidade dessas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) no desenvolvimento da agricultura familiar na região onde estão inseridas (MARTINELLI, et al, 2015).

O objetivo de uma UAN é o fornecimento uma refeição saudável, nutricionalmente equilibrada e com qualidade sanitária, aos comensais (PROENÇA, 2009). Valente (2002) e Padrão (2012) destacam que uma alimentação saudável, não pode ser considerada, somente, pela composição nutricional e qualidade sanitária do alimento. Segundo os autores é preciso conhecer sua origem e forma de produção, visto que estes aspectos podem gerar prejuízos ao meio ambiente e a saúde dos consumidores (VALENTE, 2002; PADRÃO, 2012)

Neste sentido, o RU, pode ser considerado um espaço que reúne condições facilitadoras para a oferta e a prática de uma alimentação saudável, com sustentabilidade ambiental e social, que resgata os hábitos alimentares regionais, aproxima a produção de pequenos agricultores familiares e consumo de alimentos, contribuindo para reconexão da cadeia alimentar e uma relação mais estreita entre o campo e a cidade, através do PAA (ANJOS, BURLANDY, 2010; PADRÃO, 2012). O que vai de encontro ao princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada, Soberania Alimentar (MALUF, 2007) e as múltiplas dimensões da SAN abordadas no seu conceito:

“A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006, artigo 3º).

O tema proposto nesta dissertação vai ao encontro do exposto, o PAA no contexto do RU da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que desde 2013 aderiu às compras de alimentos da agricultura familiar, para atender parcialmente a demanda do RU, por meio da modalidade CI. Considerando, sobretudo, como se deu essa relação frente às motivações e estratégias da Universidade para implementação do programa e a

sua execução por diferentes envolvidos no processo, gestores proponentes, agricultores familiares e empreendimentos beneficiados. Ademais se intentou conhecer o perfil dos agricultores fornecedores e situação de (In) SAN de suas famílias, com vistas a contribuir para ampliação das ações do programa voltadas a este público.

O objetivo geral deste estudo foi caracterizar o processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos Institucional no Restaurante Universitário da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, bem como, a situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos agricultores beneficiários fornecedores¹. Para tanto, esta a dissertação foi dividida em seis seções. A primeira seção faz uma introdução geral para contextualização da temática abordada nesta pesquisa. A segunda seção, revisão de literatura, foi dividida em dois artigos de revisão, o primeiro apresentou as experiências de compras de alimentos da agricultura familiar pelas Universidades Federais do Brasil, por meio da modalidade CI do PAA. O segundo artigo, é uma revisão sistemática que analisou o impacto do PAA na diversificação da produção, autoconsumo e SAN dos agricultores. Na terceira seção abarca o objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa.

A quarta seção descreve a metodologia geral utilizada neste trabalho. Na quinta seção encontram-se os resultados e discussão, através de um histórico sobre a experiência do PAA no RU da UFV, *campus* Viçosa, no atual desenho da modalidade CI, e um artigo original sobre a situação de (In)SAN das famílias dos agricultores fornecedores do PAA da Universidade, além da percepção dos gestores proponentes, agricultores e diretores de empreendimentos beneficiados, em relação ao programa como um instrumento de política pública para fortalecimento da agricultura familiar e fomento a SAN. Na sexta seção são apresentadas as considerações finais.

Referências Bibliográficas

ANJOS, L. A.; BURLANDY, L. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. **Ciências e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, 2010.

BRASIL. Dados cadastrais das Instituições de Ensino Superior no Brasil: Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2011. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/instituicoes-de-ensino-superior/resource/20bf16da-6a37-4e3a-9e6a-cfe335641d4d>>. Acesso em 31 de janeiro de 2016.

¹ Beneficiário fornecedor: terminologia utilizada no Decreto 7.775/2012 para identificar público apto a fornecer alimentos ao PAA, ou seja, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2012).

_____. Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, artigo 19. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm>. Acesso em 31 de janeiro de 2016.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 18 de setembro de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm> . Acesso em 30 de janeiro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

_____. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Dispõe sobre o Regulamento do art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de julho de 2012. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em 30 de janeiro de 2016.

CONTI, I. L.; D'ÁVILA, C. R.; GADELHA, E. G.; PICCIN, M.; ROVERSI, M. M. S. Programa de Aquisição de Alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. **GenteSAN**, Passo Fundo, v.3, n.1, 2010.

DELGADO, G. D; CONCEIÇÃO, J.C.P.R, OLIVEIRA, J.J; Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). **IPEA**, Brasília, 2005.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **International Year of Family Farming**. Rome, 2014a.

_____. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. *Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Rome, 2014b.

_____. **The State of Food and Agriculture. Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty 2015**. Rome, 2015a.

_____. **The State of Food Insecurity in the World 2015**. Rome, 2015b

MALUF, R. S. J. Definindo segurança alimentar e nutricional. In: **Segurança alimentar e nutricional**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, p. 17-19, 2007.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L.; SANTARELLI, M.; SCHOTTZ, J. V.; SPERANZA, S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.20, n.8, 2015

MARTINELLI, S. S.; SOARES, P.; FABRI, R. K.; CAMPANELLA, G. R. A.; ROVER, O. J.; CAVALLI, S. B. Compra institucional, sistemas agroalimentares e restaurante universitário. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 558-573, 2015.

PADRÃO, S. A construção da segurança alimentar e nutricional em unidades de alimentação e nutrição. In: SCHENEIDER, O. F (Orgs). **Segurança Alimentar e Nutricional. Tecendo a rede de saberes**. Petropolis: De Petrus et Alli, 2012, p. 106-182.

PROENÇA, R. P. C. **Inovações tecnológicas na produção de alimentação coletiva**. Florianópolis: Insular, 2009.

SILVA, M. A. S. Segurança alimentar no meio rural: a experiência de formação de jovens rurais no Vale Rio Pardo, RS. **Revista de Extensão CCNExt**, Santa Maria, v. 2, n. 1, 2011.

SILVA, V. **O Papel do Programa de Aquisição de alimentos – PAA – para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Rural Integrada – COOPAFI – de Capanema, PR**. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2013.

VALENTE, F. F. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, D. F. A. **Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais**. 2008. 162f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VOGT, S. P. C. **A construção social do mercado institucional de alimento: estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na região do Celeiro – RS**. 2009. 170f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Artigo de revisão 1: (artigo submetido para Revista Ciência & Saúde Coletiva em 17 de fevereiro de 2016).

Aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar: experiência das Universidades Públicas Federais do Brasil

Acquisition of food items from family farming: an experience at Federal Public Universities in Brazil

Resumo: Objetivou-se nesta revisão apresentar experiências de compras de alimentos da agricultura familiar nas Universidades Federais do Brasil, por meio da modalidade compra institucional do Programa de Aquisição de Alimentos. Realizou-se uma revisão de literatura fundamentada em artigos, leis, decretos, documentos governamentais e em dados oficiais das chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Constatou-se que os agricultores já abastecem os restaurantes das Universidades Federal do Paraná, Santa Maria, Viçosa, Pelotas e Rio Grande do Sul. O processo encontra-se em fase de articulação na Universidade Federal da Fronteira Sul. Desde 2012, as compras destas entidades já somam cerca de 9 milhões de reais e representam em torno de 9,2% do total de vendas pela modalidade, a contribuição ainda é pequena. É fundamental que estudos futuros explorem esta evolução e registrem o processo, de forma a estabelecer uma referência para que outras universidades se vejam motivadas, tendo em vista a consolidação da compra institucional, contribuindo com a valorização da agricultura familiar, o respeito à cultura alimentar e a promoção da segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Programas e políticas de nutrição e alimentação, segurança alimentar e nutricional, população rural.

Abstract: The objective of this revision was to introduce experiences with the acquisition of foods from family farming by Federal Universities in Brazil through the institutional purchase mode of the Food Acquisition Program. A literature review was made based on articles, laws, decrees, government documents and official data from public consultations for the purchase of family farming food items. It was found that the producers already supply the Federal Universities of Parana, Santa Maria, Viçosa,

Pelotas and Rio Grande do Sul restaurants and the process is in phase of articulation with the Federal University of Fronteira do Sul. Since 2012, purchases by these entities totalize 9 million Reals and represent around 9.2% of the total sales of this modality. The share is still small. It is fundamental that further studies explore this evolution and register the process in order to establish a benchmark to stimulate other universities having in view the consolidation of the institutional purchase, thus contributing with the valuation of the institutional purchase and promotion of the food and nutritional security.

Keywords: Nutrition programs and policies, food and nutrition security, institutional acquisition, rural population

Introdução

Algumas mudanças vêm ocorrendo na estruturação das modalidades de compras do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desde a sua institucionalização em 2003, objetivando facilitar sua execução, propiciar maior efetividade de participação dos agricultores familiares e ampliar o atendimento de demandas que surgem^{1,2}. O Decreto nº 7.775, de 04 julho de 2012, autorizou uma nova modalidade, Compra Institucional (CI), permitindo que órgãos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios comprem, com recursos próprios, alimentos da Agricultura Familiar (AF)³. Na prática, isto significa a expansão dos mecanismos de aquisição de alimentos da AF para atender as demandas regulares de entidades que fornecem alimentação, incluindo hospitais, presídios, forças armadas e Restaurantes Universitários (RU)⁴. Para administração pública, a CI do PAA representa uma inovação no processo de obtenção de gêneros alimentícios, que em geral privilegiava as grandes empresas e inviabilizava a participação dos AF devido à impossibilidade de competirem equitativamente⁵.

Cabe destacar, que tal processo pode conferir uma renovação na pauta alimentar das Instituições, possibilitando uma articulação entre as práticas de consumo condizentes com a realidade local, prezando pela cultura alimentar dos seus beneficiários consumidores^{5,6}. O Mercado Institucional (MI), propiciado pelos órgãos governamentais, despontou como alternativa para escoamento da produção da AF e possui importância econômica para o segmento, aquece a economia local, possui relevância social, principalmente no que se refere à valorização dos agricultores, e

ainda, promove a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) beneficiando tanto os seus consumidores quanto os fornecedores^{5,7}.

As iniciativas voltadas para a comercialização da produção familiar por meio da CI do PAA estão crescendo desde 2012, estimuladas por iniciativas de Universidades Federais, em virtude do caráter de ineditismo é essencial que os trabalhos científicos se dediquem a monitorar a evolução, explorar o processo de execução e registrar as avaliações dos resultados, com vistas à consolidação da modalidade. Partindo-se deste pressuposto foi objetivo deste artigo apresentar as experiências da aquisição de alimentos provenientes da AF pelas Universidades Públicas Federais do Brasil, por meio da modalidade CI do PAA. A expectativa é que os resultados desta investigação possam colaborar com a produção científica acerca do tema. Espera-se também que sirva de subsídio para os gestores das universidades e, por consequência, resulte na efetiva realização da compra de alimentos dos agricultores para abastecer os RU.

Este artigo foi estruturado em quatro seções. Inicialmente, buscou-se contextualizar e delinear a trajetória do PAA. Em seguida, discriminaram-se as etapas de operacionalização da modalidade CI do PAA. Posteriormente procedeu-se uma análise das experiências de aquisição de alimentos do agricultor familiar pelas universidades federais, no atual desenho da modalidade CI do PAA, e finalmente apresentou-se as perspectivas de ampliação da aquisição de alimentos por meio da CI.

Metodologia

Trata-se de uma revisão de artigos científicos, leis, decretos, documentos governamentais e dados oficiais das chamadas públicas de instituições públicas federais de ensino superior do Brasil, referente à aquisição de gêneros alimentícios da AF. A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados eletrônicas, Google acadêmico, biblioteca eletrônica do *Scielo* e Portal de Periódicos da CAPES. As palavras chaves utilizadas foram: *Programa de Aquisição de Alimentos, compra institucional, mercado institucional, agricultura familiar*. Incluíram-se nos resultados os artigos que abordavam o tema PAA, modalidade CI. Excluiu-se os artigos que discutiam as outras modalidades de execução do Programa.

Para a pesquisa de leis, decretos e documentos governamentais acessou-se as páginas eletrônicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). As informações referentes às universidades que já

formalizaram a adesão ou estão articulando o processo, foram obtidas no site do MDS, através do link PAA compra institucional e através de boletins de notícias, após auferir os dados, as chamadas públicas foram conseguidas no website do setor de compras das universidades.

Contextualização e delineamento da trajetória do PAA

O PAA foi instituído pelo artigo 19, da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, com a “*finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos*”⁸.

Segundo os autores Camargo *et al.*⁹ e Grisa *et al.*¹⁰ a institucionalização do PAA foi fruto do movimento dos trabalhadores rurais que reivindicavam ações públicas de garantia de preço, renda e ampliação de mercado, e também, é resultado da confluência de importantes debates ocorridos no país a partir de 2000: o combate à fome, garantia da SAN e da população brasileira e o reconhecimento da AF como categoria social pelas políticas governamentais¹⁵. Seu exercício está vinculado às ações da política agrícola de formação de estoques e compra de produtos da AF, e, também, se destina a ampliar o acesso aos alimentos mediante subsídios às compras e redistribuição às entidades de amparo as pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar^{8,11-14}.

O PAA encontra-se estruturado por meio de seis modalidades, sendo: Compra Direta, Compra com Doação Simultânea, Formação de Estoque, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes¹⁵. Os limites monetários de venda anual por unidade familiar era de 2.5 mil reais em 2003, e, atualmente, os valores variam de 8 mil chegando até 20 mil reais por ano, dependendo da modalidade acessada¹⁶. Os recursos previstos para execução das modalidades advêm do MDA e do MDS⁹, com exceção da CI, cujos recursos investidos são da Instituição que adere a modalidade.

São aptos a abastecer o Programa, diversos segmentos do meio rural, designados como beneficiários fornecedores: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e demais povos que atendem os requisitos previstos no artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que dispõem da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (DAP)^{3,17}. O PAA

assume, prioritariamente, o fortalecimento dos segmentos que por muito tempo permaneceram à margem das políticas públicas, encontrando dificuldades para produzir e, sobretudo comercializar¹⁸.

Pelo seu papel estratégico no combate à pobreza rural, em 2012, o PAA foi incorporado às ações do Plano Brasil sem Miséria, no eixo Inclusão Produtivo Rural, visando aperfeiçoar o foco sobre os agricultores mais pobres, ampliando o número de fornecedores^{15,19,20}. Com mais de 10 anos de existência no Brasil, o êxito do Programa pode ser mensurado pela sua expansão quanto ao número de fornecedores e consumidores, orçamento investido e diversidade de produtos adquiridos¹⁹. O número de agricultores beneficiados aumentou de 42 mil, em 2003, para aproximadamente 200 mil, em 2012, cada um recebendo, em média, mais de 4 mil reais por seus produtos^{19,21}. Segundo Viana e Viegas²², a evolução de agricultores que acessam o Programa é um dos indicadores de desempenho mensurado, visto que uma das metas é atender o maior número possível de agricultores.

Desde 2003 foram aplicados 5 bilhões de reais com as compras da AF, por meio do PAA e adquiridos aproximadamente 4 milhões de toneladas de alimentos²³. Foram beneficiados cerca de 20 milhões de consumidores e em torno de 20 mil entidades^{20,24}. Destaca-se, ainda, a variedade de produtos comercializados. Foram mais de 3 mil tipos diferentes de alimentos, distribuídos em diversos grupos, sendo os mais representativos: leite e derivados, hortaliças e frutas, seguidos de feijão, arroz, cereais, castanhas, mandioca, carnes, pescados, ovos, sucos, polpas de frutas^{11,20,23}. Verifica-se, portanto, que o PAA responsabiliza-se por abastecer as instituições com alimentos diversificados, regionalizados, promovendo uma alimentação mais saudável para os seus beneficiários consumidores^{11,20}.

Ainda sobre os resultados do Programa, este contribuiu para queda da pobreza e superação da fome no país, sobretudo, por ser um programa capaz de conduzir o poder de compra pública a favor do segmento mais vulnerável do meio rural, os agricultores familiares, e, por ser um instrumento de política pública apto a esboçar um sólido sistema de cooperação entre o governo, estado e municípios em prol da SAN^{21,25}.

Operacionalização da modalidade compra institucional

As reestruturações sofridas pelo PAA exigiram alterações no seu arcabouço jurídico, a Lei nº 10.696/2003, foi atualizada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é o de nº

7.775/2012^{3,8,26}. Quanto à destinação dos alimentos, a principal mudança gerada por este decreto foi à autorização da modalidade CI, regulamentada pela Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012, voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Distrito Federal e demais esferas do Governo^{2,3,27}. Por meio da CI, hospitais, quartéis, presídios, RU, creches e escolas, podem usar seu orçamento destinado à alimentação para adquirir produtos dos agricultores familiares¹⁹.

Não existem recursos financeiros do orçamento federal para CI, sua execução deve ser custeada com recursos do ente interessado²⁸, logo sua implementação depende da dotação orçamentária e do interesse das instituições⁹. Atualmente o valor de venda para a CI é de até 20 mil reais por unidade familiar por ano, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar²⁹. Assim como as demais modalidades de aquisição do PAA, a CI dispensa licitação, desde que respeitada exclusividade a agricultores familiares, os preços dos produtos adquiridos não ultrapassem os praticados nos mercados locais e regionais para não onerar as compras públicas em relação a licitação¹⁶, os beneficiários e organizações fornecedores comprovem sua qualificação, os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos fornecedores e observado o limite de aquisição, de modo a contemplar o maior universo possível de produtores de menor renda^{3,8}.

Para os órgãos governamentais, o instrumento para se consumir as compras de gêneros alimentícios diretamente da AF é a Chamada Pública (CP)¹⁶. O método diminuiu os entraves burocráticos dos processos licitatórios, requeridos na administração pública, que impossibilitava a participação dos agricultores, por não terem condições de concorrer equitativamente com as grandes empresas⁵. O edital de CP deve conter, no mínimo, os gêneros alimentícios, quantidades e especificação dos produtos, cronograma e local da entrega, critérios de seleção dos beneficiários ou organizações fornecedoras, condições contratuais, relação de documentos necessários para habilitação das propostas³ e os preços de referência dos alimentos¹⁶.

Para elaboração dos preços, o órgão responsável pela compra deverá realizar no mínimo três pesquisas no mercado local ou regional da AF, se o produto for orgânico ou agroecológico e não for possível realizar a cotação de preços pela ausência de três fornecedores para compor a pesquisa, a recomendação é o acréscimo em até 30% do valor do produto em relação ao preço dos produtos convencionais^{2,3}. Esta metodologia garante aos agricultores uma remuneração justa pela venda de seus produtos⁷.

A modalidade CI é inédita quanto à método de aquisição de alimentos, a qual o setor de compras das instituições públicas não estavam habituados a executar³⁰. Para os agricultores familiares a comercialização para o MI também é um processo recente e de acordo Pires, Perez-Cassarino e Costa³¹ as principais dificuldade para o abastecimento são articulação entre oferta e demanda, padronização, logística, periodicidade e sazonalidade na entrega de alimentos. Neste sentido, Malina³² discorre que é imprescindível, antes do lançamento da CP, que os gestores do órgão comprador estabeleçam um diálogo com os agricultores familiares ou com suas organizações locais e regionais para mapear e caracterizar a produção agropecuária do município e adjacências; conhecer a existência de organizações formais da agricultura na cidade e arredores; investigar se os agricultores dispõem da DAP e se manifestam interesse de participar de vendas institucionais. Com essa aproximação, presume-se que os gestores e os produtores consigam estruturar e implementar as CI dentro das possibilidades de cada uma das partes³².

Iniciativas e experiências da compra institucional

Já é possível citar experiências de Instituições públicas de ensino que aderiram à modalidade CI, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) assumiu papel de vanguarda e fez sua adesão no segundo semestre de 2012^{5,33}. Entre os anos 2013 e 2014, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) também abriram portas para as compras de alimentos da AF familiar³⁴⁻³⁶. Em julho de 2015, o MDS divulgou mais duas instituições de ensino superior que formalizaram sua adesão às CI, a Universidades Federal Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na UFFS o processo encontra-se em fase de articulação e a UFRGS divulgou o seu primeiro edital de CP em dezembro de 2015 para compras no ano de 2016³⁷⁻³⁹.

Sobre a motivação que impulsionou a implantação do PAA nas Universidades, decisão que até então era facultativa, foi à construção de uma política alimentar engajada fortalecer a AF, estimular a produção sustentável de alimentos e promover a SAN³³⁻³⁹. No quadro 1 abaixo é apresentada uma síntese dos processos de chamadas públicas para aquisição de alimentos da AF das Universidades que aderiram o PAA.

Quadro 1: Síntese dos processos de chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar das Universidades que implantaram o PAA

Instituição	Estado	Local abastecimento	Número de refeições/dia	Chamada Pública	Vigência Chamada Pública	Gêneros alimentícios	Recursos disponibilizados (R\$)
UFPR ⁴⁰⁻⁴²	PR	RU	10 mil	01/2012	2 meses	Arroz parboilizado	2.050,00
				01/2013	12 meses	Alecrim, amido de milho, arroz (branco, integral e parboilizado), colorau em pó, ervilha, farinha (mandioca, milho e trigo), feijão, feijão cavalo, cor e preto, fubá, grão de bico, leite integral, macarrão (espaguete, sopa, parafuso), milho para canjica, óleo de soja, proteína texturizada de soja, queijo parmesão, quirera de milho.	1.718.484,21
				01/2015	12 meses	Açúcar mascavo, amendoim, amido de milho, arroz (branco, integral e parboilizado), farinha (mandioca, milho, rosca, trigo, trigo integral e para quibe), feijão (carioca, cavalo, branco e preto), fubá, grão de bico, leite integral, macarrão (espaguete, espaguete integral, parafuso, parafuso integral e sopa), margarina vegetal, massa para lasanha, milho para canjica, óleo de soja, proteína texturizada de soja, quirera de milho, soja em grão, trigo em grão.	413.181,00
UFSM ^{43,44}	RS	RU	8 mil	01/2013	9 meses	Leite pasteurizado	85.000,00
				01/2015	9 meses	Aipim, alface, broto de alfafa, couve, moranga, repolho roxo, salsa desidratada, arroz branco, feijão preto.	1.159.975,00

Quadro 1 continuação: Síntese dos processos de chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar das Universidades que implantaram o PAA.

Instituição	Estado	Local abastecimento	Número de refeições/dia	Chamada Pública	Vigência Chamada Pública	Gêneros alimentícios	Recursos disponibilizados (R\$)
UFV ⁴⁵⁻⁴⁷	MG	RU	8 mil	01/2013	4 meses	Banana prata, feijão vermelho, pó de café,	8.000,00
				01/2014	4 meses	Banana prata, feijão carioca, pó de café	15.494,00
				01/2015	8 meses	Banana prata, feijão (carioca e vermelho), moranga híbrida, tangerina ponkan, pó de café	60.981,05
UFPeI ^{48,49}	RS	RU	3 mil	01/2014	6 meses	Abacaxi, abóbora (japonesa, itália), aipim, agrião, alface, arroz (branco e integral), banana prata, batata doce, batata inglesa, berinjela, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, chuchu, couve, couve flor, creme de leite fresco (nata), farinha de milho, feijão (carioca e preto), grão de bico, iogurte vários sabores, laranja, leite integral em pó, maçã, mamão, manjeriço, melancia, melão, milho desgranado, morango, ovo, pepino, pera, pêssego, pêssego compota, pimentão verde, amarelo e vermelho, queijo, rabanete, repolho verde e roxo, rúcula, schimier, soja, tempero, tomate, vagem, carne de frango (sobrecosta e filé de peito), embutido de salsichão a base de carne de frango e carne moída*	1.400.000,00
				01/2015	4 meses	Abóbora japonesa, abobrinha itália, alho poró, aipim, agrião, alface, arroz (branco e integral, batata doce, batata inglesa, berinjela, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, chuchu, couve, couve flor, laranja, maçã, manjeriço, milho processado congelado, pepino em conversa, pepino, pêssego, pimentão, repolho, rúcula, salsinha, tempero, vagem, feijão preto, bebida láctea vários sabores, creme de leite fresco (nata), creme de leite de soja integral, leite integral em pó, leite de soja, schimier, queijo*.	600.000,00

* A prioridade de compra para organizações da agricultura familiar e para produção de orgânicos.

Quadro 1 continuação: Síntese dos processos de chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar das Universidades que implantaram o PAA

Instituição	Estado	Local abastecimento	Número de refeições/dia	Chamada Pública	Vigência Chamada Pública	Gêneros alimentícios	Recursos disponibilizados (R\$)
UFFS ⁵⁰⁻⁵²	SC	RU	1 mil	01/2015	Não consta	Em articulação	Não consta
				02/2015	Não consta	Em articulação	Não consta
				03/2015	Não consta	Em articulação	Não consta
UFRGS ⁵³⁻⁵⁵	RS	RU	11 mil	01/2016	12 meses	Carne suína carré, Carne suína lombo	945.360,00
				02/2016	12 meses	Agrião, chicória, couve, melancia, pêssego, banana prata, laranja, maçã.	405.620,00
				03/2016	12 meses	Carne de Frango: cubos de peito, bife de peito, sobrecoxa, espetinho de frango.	3.292.040,00

Como se pode ver ainda é ínfima a presença das Universidades como mercado para produção da AF. No momento existem 6 Universidades que já oficializaram adesão a modalidade CI, sendo que, destas, 5 encontravam-se em fase de operação e 1 em processo de articulação. Contudo, vale destacar que as iniciativas possibilitaram a expansão do processo de aquisição do PAA para outros mercados. Quanto a abrangência geográfica das Universidades que já implantaram o PAA, apenas a UFV está localizada no estado de Minas Gerais (MG), mais especificamente na mesorregião da Zona da Mata, as demais se concentravam na região Sul do país, sendo 3 no Rio Grande do Sul (RS), 1 no Paraná (PR) e 1 em Santa Catarina (SC).

Este fato, provavelmente, reflete a influência do maior número de estabelecimentos de agricultores familiares presentes nestas regiões do país. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006⁵⁶, em se tratando do número de estabelecimentos familiares, MG e RS, encontravam-se na segunda e terceira posição nacional. Já, na Região Sul, depois do RS, figuravam, com expressividade, o PR e SC⁵⁷. E entre as mesorregiões de MG, a Zona da Mata ocupava o segundo lugar quanto ao número de agricultores familiares⁵⁸.

A CI apareceu com destaque no RS, o mesmo aconteceu no período de 2003 a 2010, quando o Balanço da Avaliação do PAA mencionou com notoriedade o estado pela posição que ocupou na alocação dos recursos do Programa, em relação aos demais estados do Brasil⁵⁹. Para Muller¹, isso pode ser atribuído ao elevado grau de organização e produção dos agricultores familiares gaúchos.

Acerca do processo de compras via CP, considerando que em todas as Universidades o método apresentou interrupção, pode-se apontar que ele ainda não é um sistema corriqueiro como são as licitações. As Chamadas são pontuais, com vigência de 4 meses a 1 ano⁴⁰⁻⁵⁵. Diante da acepção, Pires, Perez-Cassarino e Costa³⁰ ponderam, que para se tornar uma metodologia habitual é fundamental o planejamento antecipado.

Nos casos expostos, os beneficiários consumidores pelo PAA, constituíam-se da comunidade acadêmica, funcionários e estudantes universitários, incluindo alunos em vulnerabilidade social que recebem auxílio alimentação das Universidades, que é subsidiado por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil⁶⁰. Frente à importância do RU para vida acadêmica, é necessário investimento em ações para manter, ampliar e criar programas que garantam o direito à alimentação aos estudantes de baixa renda, como forma de garantir a permanência na Universidade, contribuindo

para seu desempenho e formação⁶⁰. Nesta perspectiva, pode-se citar o investimento no PAA como ação coadjuvante para melhorar a alimentação ofertada aos alunos.

Em geral, os RU mencionados, fornecem almoço e jantar, e serviam em média de 1 mil a 11 mil refeições por dia. Por se tratarem de Unidades de Alimentação e Nutrição de grande porte, demandam um alto quantitativo e diversidade de alimentos, sendo que sua aquisição sempre se deu por processo licitatório. Neste contexto, ao incorporar o agricultor familiar neste mercado, o Estado brasileiro assume responsabilidade direta de articular o processo de reconexão entre produção e consumo de alimentos⁵. O cenário também é conveniente para preparar o agricultor para o mercado, principalmente no que se refere ao planejamento, sistematização de uma produção diversificada, regularidade de fornecimento, qualidade e preço de alimentos²³.

No que concerne a demanda de produtos para as Universidades, provavelmente o plano de aquisição foi de encontro com as necessidades específicas de cada RU e se fundamentou na vocação agrícola da região onde estão inseridos, contribuindo com um modelo produtivo para o abastecimento interno, que valoriza os alimentos regionais e respeita a cultura alimentar. Perante as informações do quadro 1, notou-se que os itens café em pó e feijão estão entre os alimentos solicitados em todos editais de CP da UFV⁴⁷⁻⁴⁹, visto que a principal atividade econômica de Viçosa e da maioria dos municípios da Zona da Mata de MG é a produção café, o qual muitas vezes é intercultivado com feijão e/ou milho, além de outros como, por exemplo, a cana de açúcar, mandioca, frutas e legumes, que são destinados, tanto ao consumo, quanto à comercialização⁶¹⁻⁶³.

Já os processos de CP da UFPR⁴⁰⁻⁴², UFSM^{43,44}, UFPel^{48,49} e UFRGS⁵³⁻⁵⁵ contemplaram uma grande diversidade produtos com destaque para alimentos *in natura* ou processados a base de soja, milho, arroz, feijão, leite, carnes bovina e de aves e vários itens hortifrúti. Diante do exposto e embasado nos dados do Censo Agropecuario⁵⁶, pode-se dizer que os produtos solicitados vão de encontro com a aptidão agrícola dos estados do PR, SC e RS. A produção de origem vegetal que apresenta valor econômico nos três estados são soja, milho, feijão preto, arroz, trigo, cana de açúcar, mandioca e laranja. Ainda de acordo com Grandó⁶¹, existem também cultivo de hortaliças e frutas. Além da expressiva importância da bovinocultura de leite e a criação de aves.

Com relação à aquisição de alimentos processados pela UFPR⁴⁰⁻⁴², UFSM^{43,44} e UFPel^{48,49} e UFRGS⁵³⁻⁵⁵, o fato foi possível, possivelmente pela Instituições se localizarem na região Sul, onde se concentram o maior número de agroindústrias

familiar, conforme dados do Censo Agropecuario⁵⁶ relativos ao número de estabelecimentos manufaturavam na propriedade rural produtos beneficiados e/ou processados. Salienta-se que a conduta valoriza uma prática tradicional na região e poderá incentivar outros agricultores ao processamento dos produtos em seus estabelecimentos visando agregar valor⁶⁴.

A cerca da aquisição de alimentos de base ecológica, somente a UFPel^{48,49} trouxe a experiência, o que vai de encontro ao apresentado por Schimitt e Guimarães⁶⁵, destacam que mesmo que o PAA tenha como objetivo central a aquisição de produtos da AF, isso não significa que necessariamente trata-se de produtos ecológicos. Os dois editais de CP da UFPel foram planejados para aquisição de frutas, carnes, verduras, hortaliças, grãos, leite e derivados, entre alimentos da AF e orgânicos^{36,48,49}. Os preços dos alimentos orgânicos já constavam na CP com um acréscimo de 30% sobre os preços de referência^{48,49}.

Presume-se que a obtenção de alimentos orgânicos foi exequível para aquela Universidade, pois os agricultores, já estavam organizados para abastecer o mercado. Segundo Schimitt e Guimarães⁶⁵, desde 2001, organizações de agricultores já comercializavam para o MI, quando uma experiência piloto de merenda ecológica foi implantada no município de Pelotas e entorno. Existiam também iniciativas de comercialização de produtos ecológicos em feiras, cooperativas e outros circuitos mercantis. Em 2003, a criação do PAA ajudou a estruturar uma rede de produção e distribuição de alimentos ecológicos e convencionais para os mercados institucionais na região⁶⁵.

Avaliando os editais de CP da UFRGS⁵³⁻⁵⁵, pode-se verificar, que a Instituição optou pela publicação de 3 editais simultaneamente, por lote de alimentos, sendo o edital 01 para aquisição de carne suína, o edital 02 para hortifrúti e o 03 para carne bovina, o que diferiu das CP das outras Universidades, nas quais os alimentos ou lote de alimentos constavam em um único edital⁵³⁻⁵⁵.

No que diz respeito aos critérios de priorização dos beneficiários fornecedores as CP da UFPR⁴⁰⁻⁴², UFSM^{43,44} e UFV⁴⁶⁻⁴⁸, primaram por agricultores do município, segundo disposto no artigo 7 da Resolução nº 50/2012²⁷. No entanto quanto ao julgamento e classificação das propostas, eram consideradas aquelas que apresentam o menor preço por item ou lote⁴⁰⁻⁴⁷. Neste cenário, ainda que se conserve a compreensão da prevalência do local, o fator menor preço, pode ser uma condição que impulse a competitividade entre as organizações da AF, determinado outra lógica de funcionamento que inicialmente se configurava em um ambiente profícuo para a

interlocução e fomento às parcerias entre os próprios agricultores⁶⁵. Pode-se observar nas Chamadas Públicas da UFPel⁴⁸⁻⁴⁹ e UFRGS⁵³⁻⁵⁵, que o menor preço por item não foi utilizado como critério de priorização.

Os critérios priorização dos agricultores familiares disposto nos dois editais de Chamadas Públicas da UFPel^{48,49} foram, os “agricultores organizados com produção orgânica, agricultores organizados, agricultores individuais com produção orgânica e agricultores individuais, seguindo esta ordem. A subclassificação foi agricultores do município, da região e do estado, nesta sequência”^{48,49}. Já os editais de CP da UFRGS⁵³⁻⁵⁵ trouxeram como parâmetro as proposta de venda que contemplasse a “totalidade do item; organizações com produção agroecológica e/ou orgânica; organizações de agricultores dos municípios circunvizinhos; de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas; de assentamentos da reforma agrária”⁵³⁻⁵⁵.

Ao examinar as CP da UFFS^{50,51,52} notou-se que estas objetivavam o credenciamento de cooperativas e dos gêneros alimentícios, visando uma possível aquisição, para abastecimento dos RU. O sistema de gestão dos RU era terceirizado e os preços dos alimentos que seriam adquiridos deveriam ser negociados entre a empresa cessionária e as cooperativas credenciadas pela UFFS, e não poderia ser superior a 10% do preço de mercado varejista local. Entre as CP divulgadas até o momento pelas Universidades o método foi inédito, presumisse que em virtude da gestão descentralização dos RU, este deve ter sido o formato jurídico que viabilizou a aquisição de alimentos da AF, cabe lembrar que ainda não foi possível avaliar os resultados, pois o processo encontrava-se em articulação.

As CP das Universidades do Paraná, Santa Maria, Viçosa, Pelotas e Rio Grande do Sul somaram cerca de 9 milhões de reais desde 2012. Segundo a Câmara Interministerial de SAN⁶⁶ e o MDA⁶⁷, nestes três anos, a modalidade CI já movimentou aproximadamente 98,2 milhões de reais em produtos e beneficiou cerca de 4 mil agricultores familiares e 60 organizações. A participação monetária das Universidades girou em torno de 9,2% do total de vendas pela modalidade CI, a contribuição ainda é irrisória, mas, por outro lado, possivelmente, já, pode ter contribuído para gerar renda para AF e movimentar a economia da região onde as Universidades estavam inseridas.

Perspectivas de ampliação da modalidade compra institucional.

Foi anunciado durante o lançamento do Plano Safra 2015/2016, o Decreto nº. 8.473, publicado no Diário Oficial da União em 23 de junho de 2015, referente ao

percentual mínimo a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para aquisição de gêneros alimentícios da AF, por meio da CI^{67,68}. Do total de recursos destinados no exercício financeiro à aquisição de alimentos pelos órgãos e entidades federais, pelo menos 30% deverão ser aplicados com à aquisição de produtos de agricultores familiares. O decreto entrou em vigor em janeiro de 2016 com a perspectiva de ampliação das CI para todas as esferas do governo federal, especialmente nas áreas da saúde, educação e defesa^{67,68}.

Já fazem uso desta modalidade, além das Universidades, os ministérios da Educação, Saúde, Defesa, MDS e a CONAB. O apoio à AF tornou-se pauta também nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Distrito Federal, que já elaboraram suas próprias legislações para a CI, com a finalidade de garantir a aquisição direta de produtos agropecuários produzidos por agricultores². Os municípios de Erechim (RS) e Viçosa (AL) e o Grupo Hospitalar Conceição (RS) também aderiram as CI²³.

Assim, os órgãos federais, estaduais e municipais tornam-se um importante mercado para aquisição de alimentos da AF. Contudo a difusão da modalidade CI requer aperfeiçoamento dos mecanismos para sua adoção, como diagnóstico e interação com a realidade agrícola da região, oferta de empreendimentos da AF para atender a demanda dos órgãos compradores, assessoria técnica para os agricultores, infraestrutura de logística e armazenagem, e, primordialmente, a criação de espaços de planejamento entre agricultores e entidades executoras⁶⁹. Acresce-se a isso a necessidade de incremento de formas de organização socioprodutiva dos agricultores familiares para garantir as entregas e as demandas institucionais.

Conclusões

As iniciativas das Universidades com a aquisição de alimentos da AF ainda são tímidas e pontuais, sendo preeminente na região Sul do país. Observou-se que as Universidades que aderiram a CI primavam por um modelo produtivo para o abastecimento interno, que respeitava a cultura e os alimentos regionais. Cada Instituição adaptou as CI de acordo com suas peculiaridades e as características da produção da AF da região onde estavam inseridas. A perspectiva é de ampliação do MI a partir de 2016, quando os órgãos federais, deverão atender o percentual mínimo de 30% das compras dos agricultores. Assim, é fundamental que estudos explorem esta evolução e registrem o processo, de forma a estabelecer uma referência para outras

Universidades, tendo em vista a consolidação da CI como estratégia para fortalecimento dos agricultores e promoção da SAN, como já acontece com as outras modalidades do PAA.

Referências Bibliográficas

1. Muller AL. *A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos* [dissertação]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2007.
2. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *Compras institucionais*. Brasília; 2012.
3. Brasil. Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei n° 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n° 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2012; 05 jul.
4. Swensson LFJ. Institutional Procurement of Food From Smallholder Farmers. The case of Brasil. *Food And Agriculture Organization of the United Nations*. Rome, 2015.
5. Bezerra I, Schneider S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. *Rev Faz Ciência* 2012; 15(20): 35-61.
6. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Grupo de Trabalho de Soberania e Segurança Alimentar (GT SSA). *Soberania e Segurança Alimentar NA Construção de Agroecologia: Sistematização de Experiências*. Rio de Janeiro: FASE; 2010.
7. Vogt SPC. *A construção social do mercado institucional: estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na região do Celeiro – RS* [dissertação]. Santa Maria (RS): Universidade Federal de Santa Maria; 2009.
8. Brasil. Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, artigo 19. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural. *Diário Oficial da União*, 2003; 03 jul.
9. Camargo RAL, Baccarin JG, Silva DBP. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. *Temas de Administração Pública* 2013; 8(1): 01-21.
10. Grisa C, Schmitt CJ, Mattei LF, Maluf RS, Sergio PL. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. *Retratos de Assentamentos* 2011; 13(1): 137-170.

11. Campos A, Bianchini V. A agricultura familiar passa a ser uma prioridade de Estado. In: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *PAA/10 anos de aquisição de alimentos*. Brasília: MDS; 2013. p. 18-33.
12. Lima PG, Corrêa GCP. Adquirindo alimentos da reforma agrária: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política de segurança alimentar nos assentamentos do Rio Grande do Sul. In: Conterato MA, Niederle PA, Triches RM, Marques FC, Schultz G, organizadores. *Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos*. Porto Alegre: IEPE/UFRGS; 2013. p. 167-189.
13. Muller AL, Fialho MAV, Schneider S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. *Sociedade e Desenvolvimento Rural* 2007; 1(1): 57-83.
14. Mattei, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do Estado de Santa Catarina. In: 45º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina. *SOBER*, 2007.
15. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Manual operativo: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão*. Brasília; 2014.
16. Baccarin JG, Bueno G, Aleixo SS, Silva DBP. Agricultura Familiar e Alimentação Escolar sob a Vigência da Lei 11.947/2009: Adequação das Chamadas Públicas e Disponibilidade de Produtos no Estado de São Paulo em 2011. In: 50º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2012, Vitória. *SOBER*, 2012.
17. Brasil. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*. Brasília. 2006; 25 jul.
18. Grisa C. *Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias* [tese]. Rio de Janeiro; 2012.
19. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG). *Demanda Estruturada e Pequenos Agricultores no Brasil: o Caso do PAA e PNAE*. Brasília: 2013
20. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). *Plano nacional de segurança alimentar e nutricional – 2012-2015*. Brasília; 2011.
21. Food And Agriculture Organization of the United Nations (FAO). *O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Relatório 2014*. Brasília, 2014.
22. Viana C, Viegas GL. PAA - Evolução das Operações. In: *Companhia Nacional de Abastecimento. Agricultura e Abastecimento Alimentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola*. Brasília: CONAB; 2009. p. 146-154.

23. Campos A, Muller L, Rahal LS, Schroder M, Del Porto EB, Kroeff DR. A inclusão produtiva rural no plano Brasil Sem Miséria: síntese da experiência recente em políticas públicas para o atendimento dos mais pobres no rural brasileiro. In: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *O Brasil sem Miséria*. Brasília: MDS; 2014. p.447-466.
24. Mielitz C. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de Segurança Alimentar. In: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *PAA/10 anos de aquisição de alimentos*. Brasília: MDS; 2013. p. 58-73.
25. Bojanic A. *Insegurança alimentar e compras da agricultura familiar na América Latina*. Seminário internacional do PAA. Porto Alegre: 2014. [acessado 2015 agosto 05]. Disponível: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/02%20Alan%20Bojanic%20Representante%20FAO%20Brasil.pdf>.
26. Brasil. Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. *Diário Oficial da União*. 2011; 17 out.
27. Brasil. Resolução n. 50, de 26 de setembro de 2012. Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos. *Diário Oficial da União*. 2012; 27 set.
28. Sambuichi RHR, Galindo, EP, Oliveira MAC, Moura AMM. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: Sambuichi RHR, Silva APM, Oliveira MAC, Savia A, org. *Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas*. Brasília: IPEA; 2014. p. 75-104.
29. Brasil, Decreto n. 8.293, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. *Diário Oficial da União*. 2014; 13 ago.
30. Pires A, Perez-Cassarino J, Costa T. Implementação da modalidade PAA compra institucional: uma proposta de introdução de alimentos ecológicos nos restaurantes universitários. *Cadernos de Agroecologia* 2013; 8(2): 1-5.
31. Pires A, Perez-Cassarino J, Costa T. Implementação da modalidade PAA compra institucional nos restaurantes universitários da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFF: possibilidade para introdução de alimentos ecológicos. In: 3º Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS, 2013, Realeza. *Anais do 3º SEPE*, 2013.
32. Malina LL. Chamada Pública: Instrumento Legal de Compras da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. In: Ministério do Desenvolvimento

- Agrário (MDA). Secretaria da Agricultura Familiar. Instituto Via Pública. *Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto Via Pública; 2012. p. 13-28.
33. Universidade Federal do Paraná (UFPR). *UFPR comprará produtos da Agricultura Familiar*. Curitiba; 2012.
 34. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *Ato de entrega de produtos da agricultura familiar*. Santa Maria; 2013.
 35. Universidade Federal de Viçosa (UFV). *UFV lança chamada pública para Programa de Aquisição de Alimentos*. Viçosa; 2013.
 36. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). *FAU lança chamada para Aquisição de Alimentos ao RE. Pelotas*; 2014.
 37. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *Agricultura familiar abastece restaurantes da Universidade Federal da Fronteira Sul*. Brasília; 2015.
 38. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *Universidade gaúcha vai destinar recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar*. Brasília; 2015.
 39. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *Universidade gaúcha compra alimentos da agricultura familiar*. Brasília; 2015.
 40. Universidade Federal do Paraná (UFPR). *Chamada Pública n.º 01/2012-GR/PRA*. Curitiba; 2012.
 41. Universidade Federal do Paraná (UFPR). *Chamada Pública n.º 01/2013-GR/PRA/DSG*. Curitiba; 2013.
 42. Universidade Federal do Paraná (UFPR). *Edital de Chamada Pública N.º 01/2015-Gr/Pra*. Curitiba; 2015.
 43. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *Chamada Pública n. 01/2013*. Santa Maria; 2013.
 44. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *Chamada Pública n. 01/2015*. Santa Maria; 2015.
 45. Universidade Federal de Viçosa (UFV). *Edital da Chamada Pública 001/2013 para aquisição de alimentos do PAA*. Viçosa; 2013.
 46. Universidade Federal de Viçosa (UFV). *Edital da Chamada Pública 001/2014 para aquisição de alimentos do PAA*. Viçosa; 2013.
 47. Universidade Federal de Viçosa (UFV). *Edital da Chamada Pública 001/2015 para aquisição de alimentos do PAA*. Viçosa; 2013.

48. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). *Chamada Pública FAU Nº 001/2014*. Pelotas; 2014.
49. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). *Chamada Pública FAU Nº 001/2015*. Pelotas; 2015.
50. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). *Chamada Pública nº 01/2015 campus Erechim – RS*. Erechim; 2015.
51. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). *Chamada Pública nº 02/2015 campus Cerro Largo – RS*. Cerro Largo; 2015.
52. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). *Chamada Pública nº 03/2015 campus Realeza – RS*. Realeza; 2015.
53. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Chamada Pública Nº 001/CPL/UFRGS/2016. Porto Alegre; 2015.
54. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Chamada Pública Nº 002/CPL/UFRGS/2016. Porto Alegre; 2015.
55. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Chamada Pública Nº 003/CPL/UFRGS/2016. Porto Alegre; 2015.
56. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro; 2006.
57. Grando MZ. *Um retrato da agricultura familiar gaúcha*. Porto Alegre: FEE (Texto para Discussão n.98); 2011.
58. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG). *Perfil da agricultura familiar de Minas Gerais*. Belo Horizonte; 2014.
59. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). *Balço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA 2003 a 2010*. Brasília; 2010.
60. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). *Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Brasília; 2008.
61. Cardoso IM, Guijt I, Franco FS, Carvalho AF, Ferreira Neto OS. Continual learning for agroforestry system design: University, NGO and farmer partnership in Minas Gerais, Brazil. *Agricultural Systems* 2001; 69(3): 235-257.
62. Alves AMS; Botelho MIV. Agroecologia e Novos Meios de Vida para o Desenvolvimento Local Sustentável. *Rev Brasileira de Agroecologia* 2014; 9(2): 114-129.
63. Silva MG. *Políticas públicas de desenvolvimento rural e organizações de agricultura familiar no município de Espera Feliz-MG [dissertação]*. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa; 2010.

64. Becker C, Sacco dos Anjos F. Segurança Alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul Gaúcho. *Rev. Segurança Alimentar e Nutricional* 2010; 17(1): 61-72.
65. Schimitt CJ, Guimarães LA. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. *Agriculturas* 2008; 5(2): 7-13.
66. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). *Modalidade de Compra institucional do PAA negociou mais de R\$ 66 milhões em três anos*. Brasília; 2015.
67. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Compra Institucional abre mercado potencial de quase R\$ 7 bilhões por ano: Modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos promove acesso dos agricultores familiares às compras governamentais*. Brasília; 2015.
68. Decreto n. 8473 de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares. *Diário Oficial da União*. 2015; 23 jun.
69. Saraiva EB, Silva APF, Sousa AA, Cerqueira GF, Chagas CMS, Toral N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciênc. e saúde coletiva* 2013; 18(4): 927-935.

2.2 Artigo de Revisão 2 (artigo aprovado para publicação em 04 de novembro de 2015, Revista Ciência & Saúde Coletiva)

Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores

Impact of Food Acquisition Program Food and Nutrition Security of farmers

Assis SCR¹², Priore SE²³, Franceschini SCC³⁴

Resumo: Objetivou-se nesta revisão sistemática analisar o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na diversificação da produção, autoconsumo e segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores. Realizou-se consulta nas bases de dados eletrônicas LILACS, SciELO e o portal de periódicos da CAPES. As publicações foram pré-selecionadas pelos títulos, acompanhada da leitura dos resumos e na íntegra dos estudos, se excluiu aqueles que avaliavam a execução do Programa, que se referiam à segurança alimentar e nutricional dos beneficiários consumidores, artigos repetidos e de revisão. Dos 193 estudos revisados selecionou-se 7. Observou-se em todos os selecionados impactos positivos do Programa de Aquisição de Alimentos no aumento da renda familiar, favorecida pela garantia de acesso ao mercado e o escoamento da produção, viabilizando melhorias no sistema de produção e incentivando o cultivo diversificado tanto para comercialização quanto para autoconsumo da família, inferindo positivamente na situação de Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores.

Palavras-chave: Programas e políticas de nutrição e alimentação, segurança alimentar e nutricional, agricultura sustentável, população rural.

Abstract: The objective of this systematic review is to analyze the impact of the Food Acquisition Program on diversification of production, self-consumption and Food and Nutritional Security of the beneficiaries and suppliers family-based farmers. Consultations were held in LILACS, SciELO and CAPES portal electronic databases. The publications were pre-selected based on their titles, their abstracts and the full

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Agroecologia. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais

² Professora do Departamento de Nutrição. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais

³ Professora do Departamento de Nutrição. Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais

reading of the studies. It excluded those that evaluated the program's implementation, which referred to food and nutrition security of consumers beneficiaries, repeated and review articles. From all the 193 reviewed studies, 7 were chosen. In all of them, there were positive impacts of the Food Acquisition Program on increasing family income, favored by ensuring market access and the flow of production and enabling improvements in the production system and encouraging diversified crops for trading and family self-consumption, inferring positively on the situation of Food and Nutrition Security of the farmers.

Key words: Nutrition programs and policies, food and nutrition security, sustainable agriculture, rural population.

Introdução

No meio rural a pobreza e a fome são resultados, em grande parte, da exclusão dos pequenos produtores, hoje denominados agricultores familiares, pois durante muitos anos as políticas públicas para o espaço rural privilegiaram a agricultura patronal, direcionadas para as médias e grandes propriedades, visando a produção para exportação e focalizada, sobretudo, a produção em grande escala^{1,2}.

A agricultura familiar foi, por muito tempo, tida como agricultura de subsistência. Atualmente é indiscutível a sua importância na produção agrícola, por ser a principal fornecedora de produtos considerados básicos para alimentação humana³ e cumprir um papel decisivo na produção de alimentos para o mercado interno⁴. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário 2015⁵, agricultura familiar domina a produção de mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%).

O termo agricultura familiar surgiu no Brasil durante a década de 1990^{6,7,8}, período marcado por uma efervescência dos movimentos sociais do campo ligados aos pequenos produtores e ao movimento dos Trabalhadores sem Terra^{3,8,9}, diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação¹⁰.

Questões como participação social, segurança alimentar e desenvolvimento local também ganhavam espaço crescente na concepção das políticas de desenvolvimento rural, cenário onde a agricultura familiar é peça fundamental. Assim, estratégias de

desenvolvimento local sustentável e de geração de novas oportunidades de trabalho começam a ser reivindicadas por esses⁸.

Foi nesse contexto, que se concebeu em 1996, com o intuito de fornecer crédito e assistência técnica, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um marco de afirmação da importância do pequeno produtor familiar, que foi por muitos anos menos beneficiados pelas políticas públicas agrícolas¹¹. A partir de 2000, os movimentos sociais da agricultura familiar passaram a reivindicar ações que ultrapassavam o escopo de atividades exercidas pelo PRONAF, exigindo apoio à comercialização dos seus produtos, acesso aos mercados e garantia de preços¹¹, fatores que consistiam em um dos maiores entraves para o desenvolvimento econômico do segmento⁸.

Diante das novas reivindicações por parte dos agricultores familiares, aliado a uma preocupação do governo federal frente à população em situação de fome, miséria e insegurança alimentar¹², em 2003 é criado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dentro de um grupo de políticas estruturantes da Estratégia Fome Zero, visando implementar ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar e nutricional¹³. Sua execução é voltada para melhorias quanto ao acesso aos alimentos das pessoas em vulnerabilidade social e alimentar, por meio da compra governamental de produtos da agricultura familiar e distribuição para entidades sociassistenciais¹⁴.

Segundo Sambuichi *et al.*¹⁵ as avaliações do PAA em 29 estudos, indicam um programa que tem atuado na alteração da matriz produtiva dos agricultores familiares, o impacto mais comum foi a diversificação da produção, relatada em 72% dos estudos, seguida por melhorias na qualidade dos alimentos produzidos, fortalecimento das organizações coletivas e aumento da renda familiar. Esses três impactos foram relatados em 52% dos estudos.

Para Maluf¹⁶, o PAA tem o papel primordial de romper com o círculo vicioso da fome, e enfrentar a pobreza rural que é um dos principais focos de insegurança alimentar. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2009¹⁷ revelaram que prevalência de famílias em situação de insegurança alimentar na zona rural (35,1%) foi maior que na zona urbana (29,4%). Gazolla¹⁸ afirma que a “pobreza e a situação de insegurança alimentar na zona rural surgem com a especialização produtiva, onde os agricultores familiares se destinam aos monocultivos, visando renda, obtendo pouca produção para autoconsumo e adquirindo alimentos em mercados locais”.

O Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo de 2014¹⁹, publicado pela FAO, revelou que o Brasil reduziu de forma muito expressiva a fome, a desnutrição e subalimentação nos últimos anos. Os avanços decorrem, na análise apresentada, da priorização da agenda de Segurança Alimentar e à implementação, de forma articulada, de programas de proteção social e de fomento à produção agrícola, como o PAA^{19,20}.

Neste contexto, avaliar o impacto de um programa é de fundamental importância, pois enseja apontar prováveis mudanças ocorridas na vida dos beneficiários, e averiguar se os objetivos do mesmo têm sido efetivados, propiciando resultados satisfatórios²¹. No caso do PAA, que é caracterizado por um programa que, em virtude do seu conjunto de ações, relaciona a produção com o consumo, os beneficiários podem ser classificados em dois grupos: os fornecedores que são os agricultores familiares que vendem seus produtos para o programa e os consumidores que são todos os grupos de pessoas beneficiadas por esses alimentos²². Apesar da grande e crescente quantidade de pesquisas envolvendo o PAA, poucos trabalhos visam avaliar de forma detalhada o impacto do programa para produtores familiares beneficiários²¹.

Diante do exposto o presente artigo de revisão sistemática objetiva analisar artigos que descrevem o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na diversificação da produção, autoconsumo e Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores.

Metodologia

Trata-se de uma revisão sistemática de literatura construída no período de outubro a dezembro de 2014, na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais. A revisão foi realizada centrada na pergunta norteadora: “O Programa de Aquisição de Alimentos é capaz de contribuir com a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares?”.

Como estratégia de busca para seleção dos estudos foram consultadas a base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A busca nas fontes supracitadas foi realizada tendo como termos indexadores “*Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação*” “*Programa de Aquisição de Alimentos*”, “*Segurança Alimentar e Nutricional*”, “*Segurança Alimentar*” “*Agricultura Sustentável*”,

“Agricultor Familiar”, “Autoconsumo” e “diversificação da produção de alimentos”, a pesquisa foi realizada combinando-se esses termos ou utilizando-os de forma isolada.

Realizou-se busca reversa, pesquisando as listas de referência dos estudos, com a finalidade de identificar artigos originais publicados e não localizados. Consultou-se também leis, decretos, entre outros, documentos governamentais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Companhia Nacional de Abastecimento.

Para a revisão, considerou-se o período desde 2003, ano de promulgação da Lei 10.696, de 2 de julho, art. 19²³ que configura o PAA como instrumento de política pública, até o ano de 2014. Inicialmente as publicações foram pré-selecionadas pelos títulos, os quais deveriam conter como primeiro critério o termo completo e/ou referências ao menos um dos desfechos de interesse, acompanhada da leitura dos resumos disponíveis e posteriormente a leitura na íntegra dos estudos. Após a leitura total dos estudos incluiu-se nesta revisão sistemática artigos originais, de cunho nacional, que apresentavam associação entre a política de compras do PAA com SAN dos agricultores familiares beneficiários fornecedores. Não foram incluídos estudos que não contemplavam os objetivos dessa revisão, foram excluídos artigos de revisão, estudo que avaliavam a implantação e execução do PAA e os artigos que avaliaram o impacto do PAA na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos beneficiários consumidores.

A busca eletrônica em base de dados associada à busca reversa e a pesquisa nos portais de instituições públicas resultou na identificação inicial de 193 trabalhos. Após o primeiro refinamento, selecionou-se 30, cujos títulos ou resumos mencionavam as contribuições do PAA à SAN de agricultores familiares beneficiários fornecedores. No segundo refinamento, selecionou-se 7 publicações (5 artigos, 1 documento do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais e 1 dissertação de mestrado). Excluiu-se 186 estudos que não contemplavam os objetivos dessa revisão, artigos repetidos e aqueles que não apresentaram dados originais para a avaliação de possíveis impactos do PAA na segurança alimentar dos agricultores familiares beneficiários fornecedores (Figura 1).

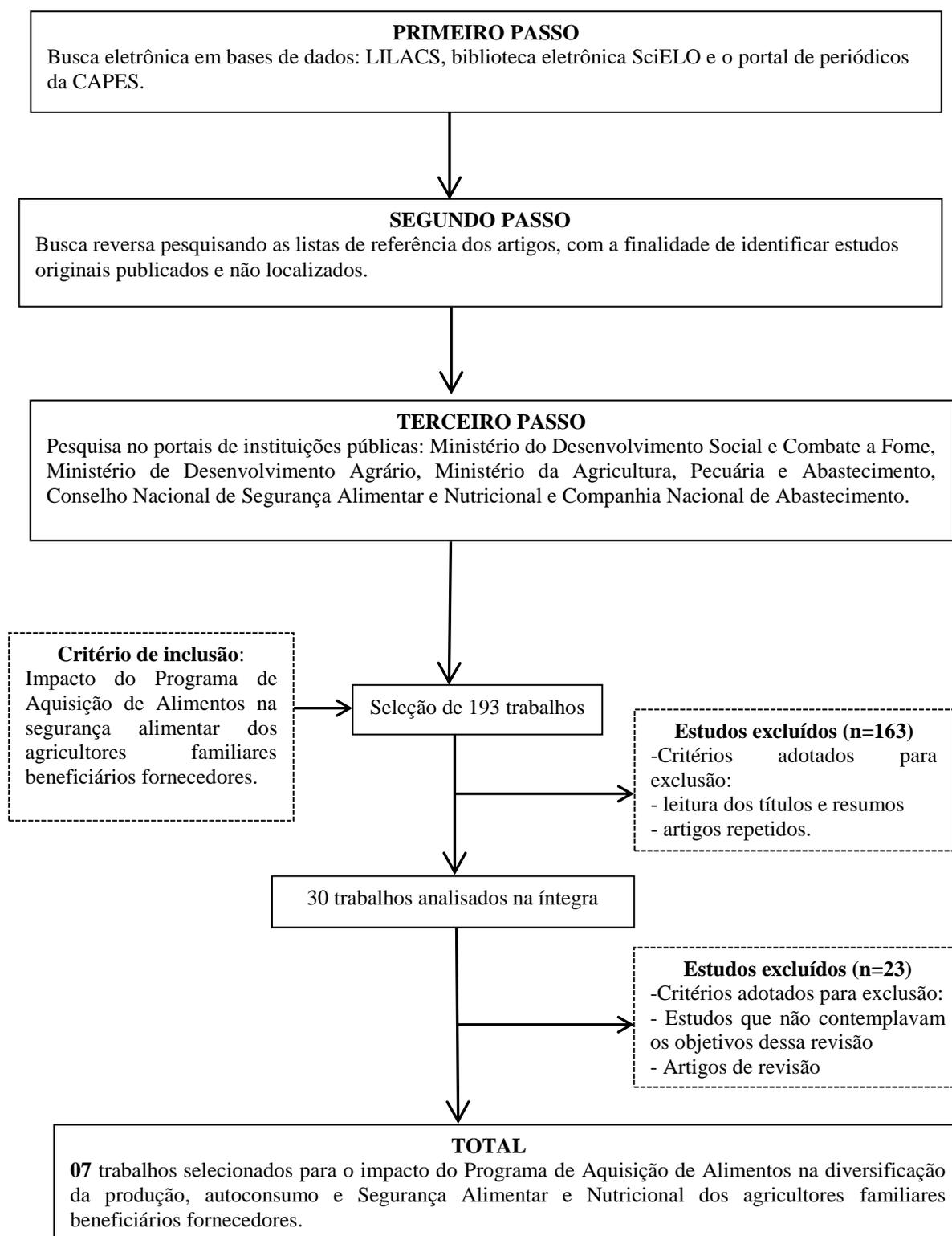


Figura 1: Protocolo de busca nas bases de dados científicas e portais de organizações nacionais e critério de inclusão dos estudos para análise.

Resultados

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos dados principais dos artigos em estudo. Quanto ao público alvo, os trabalhos de Mattei¹³, Becker e Sacco dos Anjos²⁵, Silva²⁶, Hespanhol²⁷ e, Silva e Almeida²⁸ tiveram como público alvo os agricultores familiares beneficiados pelo PAA, as pesquisas do Departamento de Estudos Sócio Econômico Rurais (DESER)²⁴ e de Silva e Almeida²⁸, também incorporaram à amostra representantes da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), secretaria de agricultura, movimento dos trabalhadores rurais e do Conselho Estadual de Segurança Alimentar, e, sindicatos de agricultores, respectivamente. O estudo de Santos *et al.*¹⁴ realizou-se com agentes técnicos de extensão rural.

Verificou-se, que o PAA contribuiu para a consolidação do mercado local, segurança de comercialização e fortalecimento da agricultura familiar²⁴, propiciando, de maneira comum, importante impacto sobre o aumento da renda monetária mensal das famílias^{13,14,24-28} e evitando o êxodo rural²⁶. O DESER observou, inclusive, que o programa encorajou os agricultores a investirem em capacitação profissional e reestruturação dos sistemas de produção, adequando-os às práticas agroecológicas ou aquelas que utilizavam em menor grau insumos químicos²⁴. Outras melhorias efetivadas foram ampliação da área cultivada, aumento da produção e da produtividade, percebido nos estudos de Mattei¹³, Santos *et al.*¹⁴, DESER²⁴ e Hespanhol²⁷. Mattei¹³ destacou ainda o progresso tecnológico na unidade produtiva, Silva²⁶ apontou a especialização para o trabalho na agroindustrialização, já DESER²⁴, Becker e Sacco dos Anjos²⁵ enfatizaram o resgate e valorização de práticas agrícolas e produtos tradicionais.

Ainda sobre esta perspectiva, Silva e Almeida²⁸ com objetivo de avaliar a experiência do PAA, por intermédio da modalidade Compra com Doação Simultânea para a aquisição de sementes crioulas, no Polo da Borborema, visualizou um conjunto de resultados importantes para o fortalecimento da estratégia de produção e comercialização, entre eles a retomada de estratégias tradicionais de cultivo como os consórcios que diversifica a alimentação e os produtos a serem comercializados.

Quadro 1. Levantamento de estudos realizado sobre Programa de Aquisição de Alimentos e o seu impacto sobre a Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores.

Autor/Ano	Local de estudo	Metodologia	Característica da população	Resultados
Mattei (2007) ¹³	Estado: Santa Catarina Municípios: São Miguel do Oeste, Guaraciaba e Dionísio Cerqueira	Delineamento: Estudo de caso. Aplicação de questionários.	61 agricultores familiares beneficiários 7 associações de agricultores	-Aumento da renda familiar dos agricultores. - Estímulo à produção de novos produtos. -Melhorias tecnológicas no sistema produtivo. -Ampliação da área de produção
Deser (2008) ²⁴	Região Nordeste Estados: Bahia, Pernambuco e Ceará)	Delineamento: Estudo de caso. Entrevista com vários atores envolvidos no PAA.	Representantes da: - Companhia Nacional de Abastecimento - Secretaria Estadual da Agricultura e do Desenvolvimento Social - Conselho Estadual de Segurança Alimentar - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura -Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil. - Movimento dos Trabalhadores Rurais. - Agricultores familiares.	- Aumento da produção. - Diversificação da produção. - Melhoria dos alimentos para comercialização e autoconsumo familiar. - Incentivo as práticas agroecológicas. - Resgate e valorização de produtos tradicionais. - Capacitação profissional. - Segurança da comercialização. - Aumento da renda familiar. - Melhoria da qualidade de vida.
Becker e Sacco dos Anjos (2010) ²⁵	Estado: Rio Grande do Sul Município Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul.	Delineamento: Estudo de caso. Questionários e entrevista, composta por perguntas fechadas e abertas.	60 famílias rurais beneficiárias	-Aumento da renda familiar. -Resgate de atividades agrícolas tradicionais. - Diversificação produtiva. -Diversificação produtiva interferiu positivamente na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares.

continua...

Quadro 1 continuação. Levantamento de estudos realizado sobre Programa de Aquisição de Alimentos e o seu impacto sobre a Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores familiares beneficiários fornecedores.

Autor/Ano	Local de estudo	Metodologia	Característica da população	Resultados
Santos et al. (2012) ¹⁴	Estados: Minas Gerais e Bahia	Delineamento: Estudo de caso. Aplicação de questionários.	449 Agentes Técnicos de Extensão Rural dos Estados de Minas Gerais e Bahia	- Ampliação da renda familiar. - Aumento do volume de produção e diversificação da produção de alimentos. - Fortalecimento da agricultura familiar. - Diminuiu a insegurança alimentar
Silva (2013) ²⁶	Estado: Paraná Município: Copanema	Delineamento: Estudo de caso. Entrevista semiestruturada constituída de questões abertas e fechadas.	12 agricultores familiares associados à cooperativa.	- Aumento da renda familiar. - Diversificação da produção. - Especialização para agroindustrialização. - Melhoria na qualidade de vida da família tanto na questão financeira, quanto na questão social, de saúde e na Segurança Alimentar e Nutricional.
Hespanhol (2013) ²⁷	Estado: São Paulo Município: Dracena	Delineamento: Estudo de caso. Entrevistas.	60 produtores beneficiários.	- Melhoria da renda familiar.. - Incentivo a diversificação produtiva. - Aumento da produção de alimentos para atender ao consumo familiar e as necessidades da rede socioassistencial local e regional. - Promoção e valorização dos hábitos alimentares locais.
Silva e Almeida (2013) ²⁸	Estado: Paraíba Polo da Borborema	Delineamento: Estudo caso. Entrevistas semiestruturadas	15 sindicatos de trabalhadores rurais envolvendo 16 municípios e agricultores.	- Resgate da técnica de plantio em consórcio Diversificação dos sistemas produtivos. - Diversificação da alimentação da família do agricultor. - Aumento da renda familiar.

Em todos os estudos foi determinante o papel do PAA na diversificação produtiva, pois o programa abarca vários grupos de alimentos, tanto *in natura* quanto processados, o que também influenciou positivamente na manutenção ou mesmo o incremento das práticas de autoconsumo, promovendo a SAN do grupo familiar, visto que consumiam uma variedade de alimentos produzidos por eles mesmos, observando os hábitos locais e reproduzindo um cenário relevante para a qualidade de vida no meio rural^{13,14,24-28}.

Diante do exposto, relatos de agricultores familiares apresentados no estudo de Becker e Sacco dos Anjos²⁵ nos auxiliam a compreender esta situação: *“Antes quando queria se comer bem, se ia ao restaurante na cidade. Ali se dizia que se comia bem. Agora eu acho que aqui em casa a gente tem a mesma diversidade do restaurante. Não perdemos em nada pros restaurantes e com a vantagem de ser um produto de qualidade, sem veneno e adubo químico. Tudo saudável e produzido na propriedade”*²⁵.

*“Se come mais porque se tem mais produtos disponíveis. As verduras ajudam a ter mais opções. Vai da lavoura para a mesa”*²⁵.

*“A gente tomava remédio pra pressão... agora com uma alimentação saudável e o trabalho que a gente faz, não precisamos mais de remédio. Se alimentando bem, a saúde melhora”*²⁵.

Discussão

Apesar de inúmeras pesquisas envolvendo o PAA, poucas visam avaliar o impacto do programa para SAN dos agricultores beneficiados, a maioria dos trabalhos se debruça a estudar os agricultores enquanto fornecedores de alimentos que abastecem o mercado, fortalecendo sua relação comercial e obtendo ganhos sociais e econômicos. A contribuição do PAA para promoção da SAN predomina nas pesquisas com foco nas entidades receptoras dos alimentos e nos beneficiários consumidores.

Para avaliação da situação de alimentação e nutrição de populações em vulnerabilidade social não há um único indicador considerado padrão ouro, mas é possível obter combinação de indicadores que avaliem diferentes aspectos como indicadores socioeconômicos, de saúde, comportamento e a percepção dos indivíduos estudados²⁹. Os métodos comumente utilizados para mensurar a insegurança alimentar, Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), antropometria e investigação do

consumo alimentar individual^{30,31}, não constavam na metodologia dos estudos que avaliaram o impacto do PAA na SAN dos agricultores.

A SAN foi avaliada em todos os estudos por questionários semiestruturados não validados para população e elaborados pelos autores, que fizeram alusão à melhoria da renda advinda da adesão ao PAA a melhor qualidade de vida, estímulo à produção diversificada para venda e autoconsumo inferindo positivamente na situação de SAN dos agricultores e de sua família.

Sabe-se que indicadores socioeconômicos são uma das formas de mensurar a insegurança alimentar já que domicílios com acesso precário a renda, bens e serviços estão mais vulneráveis a risco de insegurança alimentar ou fome e às repercussões da mesma, como alterações nutricionais^{32,33}. Ressalta-se que um indicador, isolado, não consegue abranger as múltiplas dimensões de SAN, uma vez que cada método monitora o fenômeno, segundo ótica própria, tornando os demais complementares³⁰.

De acordo com Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional³⁴, Garret e Ruel³¹ o conceito de SAN abrange disponibilidade, acesso e suficiência alimentar. A disponibilidade e o acesso são os fatores que estão mais diretamente associados à renda familiar e às características do mercado de alimentos da região, que envolvem as possibilidades de produção e os sistemas de preço e de logística. Além disso, há também a possibilidade de as famílias contarem com produção própria ou doação de alimentos. Já a suficiência alimentar é uma medida mais complexa, que depende da articulação entre disponibilidade, acesso e distribuição do consumo intrafamiliar, ou seja, a suficiência é influenciada pelo tamanho e pela composição das famílias, assim como por escolaridade, cultura e renda^{34,35}.

Diante do exposto, pode-se dizer que os estudos primários que compuseram a presente revisão avaliaram o impacto do PAA na situação da SAN dos agricultores apenas sob a ótica da disponibilidade e acesso aos alimentos.

Os estudos revelaram o programa como instrumento para melhorar a situação alimentar das famílias em vulnerabilidade. Nesse grupo estão inseridos além dos consumidores beneficiários do programa os produtores. De acordo com Bragatto³⁶, quanto ao agricultor, a melhoria da situação alimentar pode ocorrer da seguinte forma: com a aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PAA o governo apoia a produção para o autoconsumo e adquire o excedente por um preço de referência, propicia a renda e possibilita o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade, garantindo a SAN.

Em todos os estudos foi unânime a referência aos impactos positivos do PAA sobre o aumento da renda familiar, favorecida pela garantia de acesso ao mercado e o escoamento da produção, viabilizando melhorias no sistema de produção e incentivando o cultivo diversificado tanto para comercialização quanto para autoconsumo da família, refletindo positivamente na situação de SAN dos agricultores.

Para Grisa et al.³⁷ os agricultores familiares que possuem o autoconsumo diversificado nas suas unidades de produção, provavelmente irão gastar menos com a compra de alimentos, podendo utilizar os recursos economizados em outras necessidades essenciais. Ademais, produzindo para autoconsumo na unidade de produção, os agricultores não se tornam vulneráveis em relação à oferta e aos preços dos alimentos nos mercados.

Além disto, a qualidade nutricional dos alimentos para autoconsumo é sempre interpretada como geradora da segurança alimentar por geralmente conter qualidade nutritiva que seria “superior” aos alimentos comprados. Isto se deve ao fato de que, geralmente, esta prática é realizada sem agrotóxicos e outros produtos químicos³⁷.

A importância da produção para o autoconsumo não representa apenas o alimento, mas a cultura, os costumes de uma família ou comunidade. Neste sentido, Menasche et al.³⁴ apontam que “*a produção de alimentos para o autoconsumo tende [...] a assegurar a segurança alimentar, uma vez que, estando enraizada na história vivida pelas famílias e pela comunidade, tem por atributos a diversidade, a quantidade e a disponibilidade durante todo o ano*”³⁸.

A agricultura familiar condiciona todas as possibilidades de alimentar os membros do grupo doméstico com alimentação diversificada e que contenha todos os tipos de alimentos³³, cumprindo o princípio da alimentação saudável, que é a utilização de todos os grupos alimentares na composição da dieta diária. A diversidade da dieta que fundamenta o conceito de alimentação saudável pressupõe que nenhum alimento específico ou grupo deles isoladamente, é suficiente para fornecer todos os nutrientes necessários a uma boa nutrição e consequente manutenção da saúde, é nesse sentido, que a autoprodução diversificada de alimentos se insere^{39,40}.

É importante ressaltar que a diversificação da produção para consumo da família no meio rural estimulada pelo PAA pode ser um caminho para se reverter ou diminuir o resultado encontrado pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) entre os anos de 2008 à 2009, em uma avaliação sobre a quantidade de alimentos consumidos pela família na

zona rural, 45,6% das famílias referiram algum grau (normalmente e eventualmente) de insuficiência da quantidade de alimentos consumido⁴¹.

Contudo, nos estudos analisados o delineamento foi do tipo transversal, havendo limitações que impedem inferências mais abrangentes. Nesse sentido, os resultados não permitem o estabelecimento de relações causais.

Outro aspecto limitante, diz respeito, a metodologia dos artigos primários incluídos nesta revisão, a população de estudo abarcou vários informantes, produtores, agentes técnicos de extensão rural, representantes de: sindicatos de agricultores, movimentos dos trabalhadores rurais, secretária de agricultura e conselho de segurança alimentar, de maneira não sistematizada, o que pode ter interferido nos resultados, visto que, por se tratarem de trabalhos que buscavam discutir os impactos do PAA para os agricultores beneficiados, somente estes são aptos a revelar as mudanças ocorridas a partir da adesão ao programa, os outros atores envolvidos no processo poderiam ser incluídos visando complementar a investigação e não como informante chave.

Considerações Finais

Como mostrou este artigo, o PAA tem propiciado aos agricultores beneficiados a possibilidade de se inserir no mercado local, contribuindo para aumentar a receita monetária da família, além, de estimular os agricultores a incorporarem um modelo diversificado de produção de alimentos, assegurando uma variedade necessária tanto para abastecer o mercado quanto para autoconsumo, inferindo positivamente na situação de SAN dos agricultores e de sua família.

A temática abordada nesta revisão almeja aguçar a discussão sobre o tema, para que futuros estudos utilizem protocolos e padrões de avaliação que garantam qualidade metodológica para avaliação da SAN dos agricultores beneficiados pelo PAA, com indicadores definidos e mensurados de forma adequada. Finalmente, pretende-se contribuir com uma referência científica a fim de auxiliar na ampliação das ações do PAA voltadas a mitigar a pobreza, a fome e a situação de insegurança alimentar ainda presente no meio rural.

Contribuições dos autores

A autora SCR Assis trabalhou na concepção, redação final e revisão e as autoras SE Priore e SCC Franceschini na redação final e revisão crítica.

Referências Bibliográficas

1. Rocha AGP, Cerqueira PS, Coelho VP. Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. *Rev Sociedade e Desenvolvimento Rural* 2007; 1(1): 1-22
2. Vieira DFA. *Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais* [dissertação]. Brasília: Universidade de Brasília; 2008.
3. Brandão AA. *Produção e Comercialização de Hortaliças em Feiras Livres na microrregião de Januária* [dissertação]. Montes Claros (MG): Universidade Federal de Minas Gerais; 2012.
4. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). *Plano nacional de segurança alimentar e nutricional – 2012-2015*. Brasília; 2011. [acessado 2015 mar 05]. Disponível: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes%20sisan/livros/plano-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-2012-2015/>.
5. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *A força da agricultura familiar*. Brasília; 2015. [acessado 2015 ago 21]. Disponível: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/for%C3%A7a-da-agricultura-familiar>.
6. Denardi RA. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Rev Agroecol e Desenv Rur Sustent*. 2001; 2(3): 56-62.
7. Schneider S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. *Rev Bras Ci Soc* 2003; 18(51): 99-123.
8. Cerqueira OS, Rocha AGP, Coelho VP. Agricultura familiar e políticas públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no estado da Bahia. *Rev. Desenhahia* 2006; 3(5): 55-78.
9. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-IG). *Demanda Estruturada e Pequenos Agricultores no Brasil: o Caso do PAA e PNAE*. Brasília: 2013.

10. Schneider S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich JM, Vivien D, organizadores. *Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí, 2006.
11. Muller AL. *A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos* [dissertação]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2007.
12. Gazolla M, Schneider S. O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do programa Fome Zero no município de Constantina/RS. *Sociedade e Desenvolvimento Rural* 2007; 1(1): 85-102.
13. Mattei L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. *Cadernos do CEAM (UnB)* 2007; 7(1): 33-44.
14. Santos AR, Vieira NS, Ferreira PR, Castro TTS. Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos resultados do programa de aquisição de alimentos (PAA doação simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. *Cadernos Gestão Social* 2012; 3(1): 9-24.
15. Sambuichi RHR, Galindo, EP, Oliveira MAC, Moura AMM. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: Sambuichi RHR, Silva APM, Oliveira MAC, Savia A, organizadores. *Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas*. Brasília: IPEA; 2014. p. 75-104.
16. Maluf RS. Políticas agrícolas e de Desenvolvimento rural e de segurança alimentar. In: Leite S, organizadores. *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2001. p.58-85.
17. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – Despesas, rendimento e Condições de Vida: 2008/2009*. Rio de Janeiro; 2010.
18. Gazolla M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS* [dissertação]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2004.
19. Food And Agriculture Organization of the United Nations (FAO). *The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Rome, 2014.
20. Food And Agriculture Organization of the United Nations (FAO). *O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional. Relatório 2014*. Brasília, 2014.

21. Rossi FR. *Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários* [dissertação]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2012.
22. Guerra JS. *O Programa de Aquisição de Alimentos no Âmbito do Programa Fome Zero: emancipação ou compensação?*[dissertação] Pelotas (RS): Universidade de Pelotas; 2010.
23. Brasil. Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, artigo 19. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2003; 03 jul.
24. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER). *O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07: Uma Avaliação*. Curitiba; 2008.
25. Becker C, Sacco dos Anjos F. Segurança Alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul Gaúcho. *Rev. Segurança Alimentar e Nutricional* 2010; 17(1): 61-72.
26. Silva V. *O Papel do Programa de Aquisição de alimentos – PAA – para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Rural Integrada – COOPAFI – de Capanema, PR* [dissertação]. Pato Branco (PR): Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 2013.
27. Hespanhol RAM. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de Segurança Alimentar para a agricultura familiar. *Rev Soc Nat* 2013; 25(3): 469-83.
28. Silva ED, Almeida MF. Programa de Aquisição de Alimentos: tecendo os caminhos entre segurança alimentar e a política de sementes no semiárido paraibano. *Cadernos de Agroecologia* 2013; 8(2): 1-6.
29. Corrêa AMS. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estud. Av.* 2007; 21(60): 143-154.
30. Pérez-Escamilla R. Seguridad Alimentaria Y Nutricional: Marco Conceptual. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005, Belo Horizonte. *Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI*, 2005.
31. Segall-Corrêa AM. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. *Estud Av* 2007; 21(60):143-154.
32. Salles-Costa R, Pereira RA, Vasconcellos MTL, Veiga GV, Marins, VMR, Jardim BC, Gomes FS, Sichieri R. Associação entre fatores socioeconômicos e

insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. *Rev Nutr* 2008; 21(Supl.):99-109.

33. Campbell CC. Food insecurity: a nutritional outcome or a predictor variable? *J Nutr* 1991; 121(3):408-415.
34. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). *A Segurança Alimentar e Nutricional e o direito à alimentação adequada no Brasil. Indicadores e monitoramento, da Constituição de 1988 aos dias atuais*. Brasília; 2010.
35. Garret, J.L.; Ruel, M. T. Are determinants of rural and urban food security and nutritional status different? Some insights from Mozambique. *Food Policy Research Institute*, Washington, 1999. [acessado 2015 jan 25]. Disponível em: <http://www.ifpri.org/sites/default/files/pubs/divs/fcnd/dp/papers/dp65.pdf>.
36. Bragatto SA. *Programa de Aquisição de Alimentos: segurança alimentar e inclusão social no campo?*[tese]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2010.
37. Grisa C, Gazolla M, Schneider S. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, Segurança Alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Rev Agroalimentaria* 2010; 16(31); 65-79.
38. Menasche R, Marques FC, Zanetti C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Rev. Nutr* 2008; 21(Supl);145-158.
39. Deves OD. *Fortalecimento da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA : o caso do município de São Pedro do Butiá-RS* [dissertação]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2009.
40. Bezerra I, Schneider S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. *Rev. UFRGS* 2012; 15(20): 36-61.
41. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009*. Rio de Janeiro, 2010.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Caracterizar o processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos Institucional no Restaurante Universitário da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, bem como a situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional das famílias dos agricultores beneficiários fornecedores.

3.2 Específicos

- Historicizar o processo de implantação e implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra institucional, no restaurante universitário da Universidade Federal de Viçosa, *campus* Viçosa, Minas Gerais (Histórico).
- Verificar a percepção dos gestores e beneficiários em relação ao Programa de Aquisição de Alimentação Institucional como um instrumento de política pública para fortalecimento da agricultura familiar e fomento a segurança alimentar e nutricional (Artigo original 1).
- Investigar a situação de (in) segurança alimentar e nutricional das famílias dos agricultores fornecedores envolvidos com o Programa de Aquisição de Alimentos Institucional (Artigo original 1).

4 METODOLOGIA GERAL

4.1 Delineamento

O estudo foi dividido em duas etapas. Na primeira etapa foi realizado um estudo descritivo delineado como um estudo de caso de natureza exploratória, para o qual se utilizou a abordagem qualitativa, para caracterizar a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Universidade Federal de Viçosa (UFV), para uso no Restaurante Universitário (RU) do *campus* de Viçosa, Minas Gerais, no atual desenho da modalidade Compra Institucional (CI).

Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa quantitativa, executada no domicílio dos agricultores para caracterização da situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), através de indicadores sócio-demográficos, nutricional, disponibilidade alimentar e a percepção da insegurança alimentar pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Este momento da pesquisa tratou-se de um estudo epidemiológico de corte transversal, que teve a família como unidade de análise.

4.2 Primeira etapa: pesquisa qualitativa

No estudo descritivo delineado como um estudo de caso natureza exploratória, utilizou-se da abordagem qualitativa. Escolheu-se essa metodologia pelo fato do “estudo de caso focalizar o detalhamento completo e exaustivo de uma situação pouco conhecida, de maneira que permita seu amplo e minucioso conhecimento”, o que o fez adequado para o desenvolvimento desta pesquisa (GIL, 2010; YIN, 2010).

Quanto à pesquisa descritiva, esta foi utilizada pela necessidade de maior familiaridade por parte da pesquisadora em relação à realidade do PAA na UFV (GIL, 2010). Cervo, Bervian e Silva (2007) salientam que a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. É um estudo cuja finalidade é descrever características, propriedades ou relações existentes em um grupo ou realidade pesquisada. A delimitação da unidade caso foi intencional, em função da UFV ser uma das pioneiras no país a implantar o PAA, modalidade CI.

Os instrumentos metodológicos adotados para a coleta de dados foram observação, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. A utilização de múltiplas técnicas e a integração de diversos recursos metodológicos tem sido amplamente indicada em estudos, constituindo-se em um rico material para

levantamento de dados, no intuito de validar os resultados encontrados junto aos sujeitos pesquisados, a fim de aumentar as evidências empíricas e assim conferir maior credibilidade aos achados (BECKER,1999; MAYS; POPE, 2000).

4.2.1 Observação

A técnica de observação em pesquisas científicas é defendida por vários autores, Becker (1999), Marconi e Lakatos (2003) e Richardson (2008). Para Gil (2008), sendo “útil quando dirigida ao conhecimento dos fatos ou situações que tenham certo caráter público”.

A observação foi aplicada neste estudo devido à possibilidade de se captar uma variedade de situações às quais não se teria acesso somente por meio das entrevistas. O principal objetivo das observações foi investigar e compreender o processo de implementação do PAA na UFV, bem como, registrar questões de caráter estrutural do Programa, os resultados obtidos, evidenciar os conflitos e problemas desse processo. Para isto, observou-se a rotina de reuniões da comissão gestora do PAA ocorridas periodicamente na Pró Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), e atividade de extensão promovidos pela comissão junto aos agricultores familiares, empreendimentos coletivos e organizações sociais.

Durante o período de abril a dezembro de 2014, a pesquisadora participou das atividades com o objetivo de conhecer o PAA na UFV e delinear o projeto de pesquisa. A presença foi assentida pelos integrantes da comissão. Após esse período, a metodologia de observação foi empregada de formas mais sistemática com registros e anotações organizadas. As atividades da comissão gestora foram acompanhadas pela pesquisadora até julho de 2015, o que permitiu perceber informações importantes durante a coleta de dados, auxiliando na descrição do fenômeno estudado, salienta-se que não houve interferência, por parte da pesquisadora no momento dos encontros, a pauta de cada atividade e os desdobramentos foram registrados em um caderno de campo.

4.2.2 Pesquisa documental

A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não (MARCONI; LAKATOS, 2003; FIGUEIREDO, 2007). Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e

esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

Utilizou-se a pesquisa documental, neste estudo, pois segundo os autores Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), o emprego deste método em trabalhos justifica-se pelas riquezas de informações que deles podemos extrair e resgatar, possibilitando ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

A investigação documental foi realizada através da apreciação de documentos escritos, como os editais de Chamada Pública para aquisição de alimentos do PAA realizadas no período de 2013 a 2015, publicações de Chamadas Públicas no Diário Oficial da União, as cotações de preços de alimentos da agricultura familiar, o mapeamento da produção da agricultura familiar realizada na região da Zona da Mata, os resultados dos processos de seleção dos agricultores beneficiários fornecedores, os laudos de análise das amostras dos produtos submetidos a teste de qualidade, o parecer técnico da qualidade das amostras dos produtos, os pareceres emitidos pela procuradoria Jurídica da UFV, o ato de constituição da comissão gestora do PAA, proposta de Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a UFV. Os relatórios de atividades da UFV, ano de base 2014 elaborados pela Pró Reitoria de Planejamento e Orçamentos (PPO), pesquisou-se também decretos e resoluções referente a modalidade CI, Decretos 7.775, de 04 de julho de 2012, Resolução nº50, de 26 de setembro de 2012, Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014 e Decreto nº. 8.473, de 23 de junho de 2015, notícias veiculadas em jornais e na internet a respeito do PAA na UFV, dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo agropecuário de 2016 e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, visando caracterizar a região da Zona da Mata de Minas Gerais e as cidades produtoras e fornecedoras de alimentos para o PAA na UFV.

Os documentos foram obtidos em página eletrônica da Diretoria de Material (DMT) da UFV: (www.dmt.ufv.br), na PCD, com a comissão gestora do PAA e em jornais, boletins de notícias da Universidade, disponibilizados (www.ufv.br), no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) (www.mds.gov.br), no link PAA - Compra Institucional, no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (www.mda.gov.br) na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (www.cidades.ibge.gov.br) e no endereço eletrônico do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada Fundação João Pinheiro (<http://www.atlasbrasil.org.br>). Optou-se por estes documentos pelo fato deles disponibilizarem informações que auxiliariam na elaboração deste histórico. Ademais a pesquisa documental permitiu precisar, verificar e ratificar as informações obtidas por outras técnicas.

4.2.3 Entrevistas Semiestruturadas

Optou-se pela entrevista semiestruturada por se tratar da técnica usual em trabalhos de campo, para obtenção de informações contidas nas falas dos envolvidos no processo estudado (COLOGNESE; MELO, 2009). O método constitui-se numa relação dialógica entre os interlocutores, orientada pelo entrevistador, no entanto, não é uma conversa solta, mas com um direcionamento visando apreender dados que possam ser interpretados mediante o problema formulado e concernentes com o objeto da pesquisa (MINAYO, 2008; COLOGNESE; MELO, 2009). Entrevista-se porque se acredita que o entrevistado detém conhecimentos que transmitidos ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões (COLOGNESE; MELO, 2009).

A adoção deste instrumento parte do pressuposto de que os modelos culturais interiorizados pelos indivíduos são revelados na entrevista, refletindo assim o caráter histórico e específico das relações sociais. Destaca-se a importância de se inserir os depoimentos num contexto histórico, onde cada ator social será caracterizado por sua participação (MINAYO, 2008; MINAYO, 2012).

A entrevista semiestruturada pode ser constituída de questões abertas e/ou fechadas desde que os questionamentos estejam pautados em teorias e hipóteses que se relacionem com o tema investigado (MANZINI, 2003). Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (VOGT, 2009).

Neste estudo foram realizadas perguntas abertas, previamente elaboradas, para que os membros da comissão gestora do PAA, os agricultores familiares e os representantes de empreendimentos coletivos beneficiados, pudessem expor livremente sobre as questões a respeito do processo de adesão e operacionalização da modalidade CI do PAA na UFV, visando captar a percepção de ator, proponente e beneficiário, em relação a Programa. Pesquisou-se a dados referentes a produção de alimentos dos agricultores familiares.

Identificou-se os informantes chaves envolvidos diretamente com o PAA na UFV, a escolha foi intencionalmente, de acordo com o que sugere Richardson et al., (2012):

“Os elementos que formam a amostra relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador. Se o plano possuir características que definam a população, é necessário assegurar a presença do informante chave. Desse modo, a amostra intencional apresenta-se como representativa do universo. Entende-se por informante chave aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes” (Richardson et al., 2012, p.161).

Para realização das entrevistas foram organizados 3 grupos: o primeiro grupo denominado gestores (n=8, 89%), foi composto pelos membros integrantes da comissão gestora do PAA na Universidade (n=6) e um representante da DMT (n=1), não participou da pesquisa o Assessor de Administração e Alimentação da PCD, pois este trabalhava em conjunto com a nutricionista RT pelo RU. O segundo grupo, nominado agricultores familiares (n=5, 83%), foi composto pelos agricultores familiares beneficiários fornecedores pelo PAA na UFV, vale ressaltar que do total de agricultores beneficiários (n=6, 100%), excluiu-se um agricultor (n=1) que no momento da coleta de dados estava impossibilitado de contribuir com a pesquisa, pois se encontrava em tratamento de saúde. O terceiro grupo designado dirigente (n=2, 100%) foi constituído pelos diretores de empreendimentos coletivos beneficiados, associações e cooperativas. O quadro 1 contém informações dos envolvidos no processo de implementação do PAA na UFV, que foram entrevistados.

As entrevistas foram previamente agendadas, e executada no local de trabalho dos gestores, no domicílio dos agricultores familiares e na sede da cooperativa e da associação com os diretores dos empreendimentos, o período de coleta de dados foi de janeiro a novembro de 2015. Utilizou-se um roteiro pré-estabelecido, para os gestores (Apêndice A), agricultores familiares (Apêndice B) e um para os dirigentes dos empreendimentos (Apêndice C).

Fez-se uso do gravador de voz para registrar as informações de forma fidedigna, posteriormente às entrevistas foram transcritas e analisadas. Nenhum informante demonstrou objeção quanto ao uso do gravador, tampouco ficou evidente o fato de que a entrevista estar sendo gravada tenha inibido os entrevistados a ponto de comprometer o resultado do trabalho, a autorização para gravação das informações aconteceu mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Quadro 1: Grupos de gestores, agricultores familiares e dirigentes de empreendimentos entrevistados.

Grupos	Entrevistados	Total
Gestores	Pró Reitora de Assuntos Comunitários	1
	Assessora da Saúde da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e coordenadora do programa	1
	Nutricionista Responsável Técnica pelo Restaurante Universitário	1
	Professores da Universidade Federal de Viçosa	2
	Técnicos da Empresa Mineira e Assistência Técnica de Minas Gerais (EMATER) de Viçosa	2
	Representante da Diretoria de Material da Universidade Federal de Viçosa*	1
	Total de gestores	8
Agricultores familiares	Agricultores familiares beneficiários fornecedor residentes no município de Viçosa, Minas Gerais.	2
	Agricultores familiares beneficiários fornecedores residentes no município de Araponga, Minas Gerais.	1
	Agricultores familiares beneficiários fornecedores residentes no município de Tombos, Minas Gerais.	2
	Total de agricultores	6
Dirigentes dos empreendimentos familiares	Diretora da Associação dos Agricultores Familiares de Araponga, Minas Gerais.	1
	Diretor da Cooperativa de Produção da Economia Solidária de Tombos, Minas Gerais.	1
	Total	2
	Total de entrevistados	15

*O representante da Diretoria de Material não constituía a comissão gestora do PAA na UFV, mas acompanhava as reuniões da comissão, pois era o responsável pela confecção das Chamadas Públicas aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Considerando que em pesquisas com seres humanos, os participantes devem ter suas identidades mantidas em sigilo, todas as entrevistas foram identificadas, numeradas, e datadas. Empregou-se cada grupo de atores (gestores, agricultores familiares e dirigentes) uma identificação, para comissão gestora, foi utilizado a designação entrevista seguida de gestor e acompanhada de um numeral que variou de 1 a 8, de acordo com o número da entrevista e ano de realização da entrevista, neste caso 2015, ficando com a seguinte apresentação (Entrevista, gestor 1, 2015). A mesma técnica foi designada para as entrevistas com os agricultores familiares, a definição entrevista seguida de agricultor familiar, complementado de um numeral que variou de 1 a 5, e ano de 2015, e também para os dirigentes dos empreendimentos familiares, a indicação entrevista, diretor, seguida pelo número, que variou de 1 a 2, e o ano de 2015.

4.2.4 Estratégias de Tratamento e Análises dos Dados

Os dados foram tratados e analisados nos moldes da pesquisa qualitativa. Segundo Gil (2010) e Richardson (2012), as análises qualitativas podem descrever a complexidade de determinado problema, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais e podem subsidiar maior nível de profundidade no entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos, neste caso, todos os sujeitos envolvidos com a implementação do PAA, no contexto do RU da UFV.

As anotações das observações registradas no caderno de campo foram sistematizadas cronologicamente e descritos em profundidade de acordo com o acontecimento dos fenômenos, visando contribuir com a discussão sobre o tema dessa pesquisa (CORTES; 2002; DEVENS; 2007).

A análise documental também foi organizada obedecendo ao rigor cronológico dos -acontecimentos, sendo registrados os fatos que marcaram a implementação do PAA na UFV, realizou-se uma interpretação condensada das informações extraídas dos documentos (SILVA FILHO, 2012), apresentando-os como “um conjunto de operações visando reproduzir o conteúdo de um documento sob forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado subsequente, a sua consulta e referência” (BARDIN, 2011). Para tanto, estão apresentados em tabelas, gráficos, quadros e recortes dos documentos, que permitem avaliação do tema em debate, sem, contudo, alterar o verdadeiro sentido dos relatos documentais (BARDIN, 2011).

A análise qualitativa das informações expressas nas entrevistas, foi realizada no sentido de compreender os significados “efetivamente vividos e os conteúdos comunicados” a partir da interpretação e da avaliação com base na intencionalidade dos atores sociais envolvidos no processo de implantação e implementação do PAA na UFV e a influência do contexto que os envolve (MINAYO, 2008; MINAYO, 2012). Dessa forma, foram estabelecidas categorias de análise temáticas que subsidiaram a discussão do conteúdo expresso pelos entrevistados, permitindo assim, fazer inferências.

A operacionalização da análise foi realizada de acordo com as etapas descritas por Minayo (2012), pré análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos, interpretação e inferências:

1. Pré análise: inicialmente ordenou-se os dados, transcrevendo as gravações, fazendo uma releitura do material e organizando os relatos. Realizou-se uma leitura do material, para sistematizar as ideias presentes nos depoimentos,

certificar-se que todas as respostas foram respondidas e verificar a ocorrência ou não de contradições. De acordo com os objetivos do estudo, definiram-se os trechos significativos para elaboração das categorias.

2. Exploração do material: identificou-se às categorias de análises temáticas e as unidades de significado (codificações). Foram recortados os trechos de depoimentos e neles as ideias explícitas e implícitas.
3. Tratamento dos resultados: agrupou-se as unidades de significados de acordo com as variações de respostas por afinidade temática.
4. Inferência e interpretação: a partir das unidades de significações se pospôs as inferências e, então se interpretou e descreveu o fenômeno estudado com base nos dados e em aparato teórico.

4.3 Segunda etapa: pesquisa quantitativa

Este momento da pesquisa trata-se de um estudo epidemiológico de corte transversal, que teve a família como unidade de análise. Foi conduzido com as famílias dos agricultores familiares fornecedores do PAA da UFV. Do total de famílias de agricultores beneficiados (n=6), exclui-se uma família (n=1), pois o agricultor responsável encontrava-se em tratamento de saúde, e impossibilitado de contribuir com a pesquisa no momento da coleta de dados.

Foi conduzido um estudo piloto com 4 famílias que residiam na zona rural da Piúna, município de Viçosa, em janeiro de 2015, que se enquadravam nas características dos beneficiários fornecedores desta pesquisa, mas que forneciam para a modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA, visando testar os instrumentos de coleta de dados, bem como a logística e condução do estudo.

A caracterização da situação de (In) SAN foi realizada segundo indicadores sociodemográficos, antropométricos, disponibilidade alimentar e a percepção da insegurança alimentar pela EBIA.

4.3.1 Indicadores sociodemográficos

Os indicadores sociodemográficos pesquisados para cada morador do domicílio foram sexo, idade, escolaridade. Chefe da família ou morador de referência, condições de habitação segundo metodologia Pesquisa de Padrões de Vida - PPV (IBGE, 1998) e renda familiar *per capita* disponível (TAKAGI; SILVA; GROSSI, 2001).

As condições de habitação investigadas foram material do piso, parede e teto, acesso a serviços (esgotamento sanitário, abastecimento de água, destino do lixo e iluminação elétrica), presença de bens (geladeira, fogão, filtro) e densidade domiciliar (número de moradores por cômodo) (IBGE, 1998). Utilizou-se um questionário elaborado por Dutra (2013); Morais (2014) para levantamento dos dados (Anexo A).

O acesso a serviços, características da habitação, densidade e posse de bens, permitiu classificar os domicílios em três categorias: A, B e C. Domicílios classificados na categoria A, correspondia, aqueles com classificação adequada para as variáveis habitação, serviços, bens e densidade, ou seja, em condições plenamente adequadas de moradia. Os domicílios com classificação deficiente para variáveis habitação, serviços, bens e densidade, agrupam-se em condições precárias de moradia, aparecem na categoria C. Na categoria B, agrupam-se os domicílios em condições intermediárias entre adequados e precários (Anexo A) (IBGE, 1998).

Para calcular a renda familiar *per capita* disponível, averiguou-se para cada família a renda total autodeclarada por mês, o valor estimado dos alimentos produzidos para autoconsumo da família nos últimos 30 dias (convertido em valores monetários, de acordo com os preços vigentes no varejo local), valor do aluguel ou prestação da casa própria, caso houvesse. A partir destes dados calculou-se a renda *per capita* mensal disponível, em reais, de acordo com a metodologia proposta por Takagi; Silva; Grossi (2001): [à renda familiar total declarada, imputou-se o valor estimado para o autoconsumo e descontou-se, quando foi necessário, o valor pago do aluguel ou da prestação da casa própria, o resultado obtido, foi dividido pelo número de moradores no domicílio] (TAKAGI; SILVA; GROSSI, 2001). Optou-se por este método com intuito de não subestimar renda na zona rural (HOFFMAN, 1995; SEGALL-CORRÊA, 2007).

Os domicílios com renda *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo foram classificados em situação de pobreza, aqueles com renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo em extrema pobreza (MALUF, 2007). O salário mínimo vigente no ano de 2015 era de R\$ 788,00.

4.3.2 Indicadores antropométricos

Aferiu-se o peso e estatura (Apêndice D) de todos os membros da família, as medidas e avaliações foram realizadas pela pesquisadora nutricionista. O peso foi obtido em balança digital eletrônica com capacidade máxima de 150 kg e divisões de 50

gramas. Os indivíduos foram orientados a ficarem descalço e com o mínimo de roupas possível. A estatura foi aferida em antropômetro vertical, com régua de madeira e base metálica, dividido em centímetros e subdividido em milímetros, com extensão de 2,13m (Altuxata®) (FAGUNDES et al., 2004).

A partir dos dados de peso e estatura foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC) na relação kg/m^2 para todas as faixas etárias. O índice Estatura/Idade (E/I), também foi avaliado para todas as faixas etárias. Para avaliação da estatura de adultos, utilizou-se a curva da WHO (2007), com os indivíduos sendo avaliados aos 19 anos, pois no final da adolescência o indivíduo já tem seu crescimento finalizado. Adotou-se como ponto de corte para baixa estatura valor menor que -2 z score, sendo a baixa estatura correspondente a 161,9 cm em homens e 150,1 cm em mulheres.

O estado nutricional de crianças e adolescentes foram avaliados por meio dos índices E/I e IMC/Idade (WHO, 2006; WHO, 2007), segundo sexo, de acordo com os valores em z score. Adultos foram avaliados pelo IMC, segundo WHO (2000) e gestantes pelo IMC/semana gestacional de acordo com Atalah et al. (1997).

Famílias com presença de pelo menos um indivíduo com baixa estatura, baixo peso, excesso de peso (sobrepeso ou obesidade), foram classificadas com alterações no estado nutricional.

4.3.3 Disponibilidade alimentar

Dados referentes à disponibilidade de alimentos no domicílio foram obtidos aplicando-se inquérito contendo uma lista de alimentos, baseada na metodologia do Estudo multicêntrico sobre consumo alimentar (GALEAZZI; DOMENE; SICHIERI, 1997), adaptado segundo estudos de Dutra (2011; 2013) e ajustado para esta pesquisa (Apêndice E). Foi realizado um levantamento quantitativo detalhado de todos os alimentos efetivamente disponíveis no domicílio, os agricultores foram orientados a relatar a quantidade adquiridos de cada alimento para consumo nos últimos 30 dias, bem como a origem dessa aquisição: produção, compra, doação ou troca (GALEAZZI; DOMENE; SICHIERI, 1997; NORDER, 1997; DUTRA, 2011; 2013).

Todos os alimentos adquiridos foram convertidos em unidades de pesos, medidas e posteriormente em calorias com auxílio do *software* Avanutri versão 4.0 A disponibilidade calórica *per capita* diária foi calculada: [a quantidade calórica

disponível no domicílio foi dividido por 30 dias e o resultado dividido pelo número de membros da família] (LEVY-COSTA et al., 2005; DUTRA, 2013).

Para a classificação da família quanto à situação de (In) SAN pela disponibilidade calórica considerou-se a metodologia proposta por Smith; Subandoro (2007), a disponibilidade calórica *per capita*/dia quando < 2050 calorias foi considerada como muito baixa; ≥ 2.050 e <2.500 calorias, considerou-se como baixa; ≥ 2500 e <3000 calorias, classificou-se como média e ≥ 3000 calorias, julgou-se como alta (SMITH; SUBANDORO, 2007), sendo que a disponibilidade <2500 calorias *per capita*/dia indicou insegurança alimentar.

Esse método, não considera a qualidade dos alimentos disponíveis e sim a quantidade, em termos calóricos. Essa informação relaciona-se ao acesso aos alimentos pela família e vem sendo utilizada para avaliação de SAN em nível domiciliar, regional ou global (SMITH, 2002; FAO, 2003). Avaliar a disponibilidade calórica no domicílio permite inferir sobre a situação de (In) SAN uma vez que se considera os alimentos disponíveis no domicílio capazes de suprir as necessidades calóricas dos integrantes da família (SMITH, 2002; PEREZ-ESCAMILLA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

4.3.4 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Para a determinação direta das prevalências de (in) segurança alimentar das famílias dos agricultores familiares, foi utilizada a escala psicométrica EBIA, validada para realidade brasileira em 2004, inclusive para à população rural, e tem sido reconhecida como indicador sensível para detectar famílias em risco de insegurança alimentar (PEREZ-ESCAMILLA, et al., 2004). A EBIA foi aplicada com agricultores familiares, pois, de modo geral, esses eram os responsáveis pela produção da alimentação familiar, visando investigar de forma direta, a percepção quanto à situação de (in) segurança alimentar das famílias (SEGALL-CORRÊA, 2007).

A atual estrutura desta escala conta com 14 perguntas para famílias que tem pelo menos um integrante menor de 18 anos de idade e 8 para todos os moradores com 18 anos ou mais (Anexo B). Todas as perguntas são fechadas com respostas afirmativas (sim) e negativas (não). Cada resposta afirmativa corresponde a 1 ponto, a soma obtida representa a pontuação da escala, cuja amplitude varia de 0 a 14 pontos para famílias com menores de 18 anos, e de 0 a 8 pontos para famílias sem menor de 18 anos (IBGE, 2010). A partir da somatória do número de respostas positivas às questões e pontos de

corte preestabelecidos, os resultados obtidos foram categorizados quanto à (in) segurança alimentar, conforme explicado no Quadro 2.

Quadro 2. Pontos de corte para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar.

Classificação - Famílias com menores de 18 anos	Classificação - Famílias sem menor de 18 anos
- Segurança Alimentar (0 pontos) - Insegurança Alimentar leve (1 a 5 pontos) - Insegurança Alimentar Moderada (6 a 9 pontos) - Insegurança Alimentar Grave (10 a 14 pontos)	- Segurança Alimentar (0 pontos) - Insegurança Alimentar leve (1 a 3 pontos) - Insegurança Alimentar Moderada (6 a 6 pontos) - Insegurança Alimentar Grave (7 a 8 pontos)

Fonte: IBGE (2010).

4.3.5 Análise Estatística

Os dados quantitativos foram tratados estatisticamente. O banco de dados foi disposto no Microsoft Excel 2010, com dupla digitação. A análise dos dados foi realizada no *software IBM SPSS Statistics* versão 21.0. Para descrever, organizar e resumir os dados coletados procedeu-se com a estatística descritiva.

4.4 Aspectos Éticos e Retorno

O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV sob o número de registro sob o nº 920.855/2014 (Anexo C). Todos os participantes foram esclarecidos sobre a pesquisa e receberam informações quanto aos procedimentos, importância e objetivos do estudo, ficando claro que a participação era voluntária e não remunerada. A garantia de sigilo quanto às informações e dados pessoais dos voluntários também foi enfatizada. Os voluntários foram incluídos na pesquisa após leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice F, Apêndice G) e os menores de 18 anos assinaram o Termo de Assentimento (Apêndice H).

A metodologia de observação foi autorizada pela PCD mediante assinatura do termo de autorização de atividades encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV (Anexo D) e assentida pela comissão gestora do PAA através da assinatura do TCLE.

Após a realização do diagnóstico nutricional e de SAN, foi realizado retorno aos participantes, por meio de esclarecimento sobre a situação de saúde individual, além de orientação nutricional e encaminhamento a outros profissionais de saúde do município,

quando necessário, a fim de promover hábitos alimentares e de vida saudáveis e sustentáveis à população estudada.

Como retorno, pretende-se ainda, após defesa da dissertação disponibilizar cópias do histórico do PAA na UFV aos voluntários que contribuíram com a pesquisa. Para UFV (Reitoria, PCD, DMT e ITCP), EMATER e membros da comissão gestora do PAA na Universidade, empreendimentos coletivos beneficiados e agricultores familiares. Também será emitida uma cópia em PDF para CTA, UNICAFES e para o MDS e MDA.

Referências bibliográficas

ATALAH, S.E.; CASTILLO, L.C.; CASTRO, S.R., ALDEA, P.A. Propuesta de un nuevo estándar de evaluación nutricional en embarazadas. **Revista Médica de Chile**, v.125, n.12, p.1429-36, 1997.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. A Técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9; p. 143-159, 2009

CORTES, S. M. Como fazer análise qualitativa de dados. In: BÉRDN, D. A (org.). **Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DEVENS, O. J. **Agricultura familiar e pluriatividade: atividade rural e domicílio urbano**. 2007. 95f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Agronegócio). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

DUTRA, L. V.; PRIORE, S.E.; SANTOS, R.H.S; SANTANA, L.F.R. **Alimentos disponíveis no domicílio de famílias residentes na zona rural de São Miguel do Anta - MG: situação de segurança ou insegurança alimentar**. 2011. Disponível em: < <http://www.dns.ufv.br/?area=alimentos-disponiveis>> Acesso em 15 de janeiro de 2016.

DUTRA, L. V. **Insegurança Alimentar e Nutricional e produção para o autoconsumo na zona rural de São Miguel do Anta, Minas Gerais**. 2013. 118f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

FAGUNDES, A. A.; BARROS, D. C.; DUAR, H. A.; SARDINHA, L. M. V.; PEREIRA, M. M.; LEÃO, M. M. **SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional)**: orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informações em serviços de saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **International Scientific Symposium on Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition – Summary of Proceedings**. Rome, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/Y4249E/y4249e00.htm>>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed., São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

GALEAZZI, M. A. M.; DOMENE, S. M. A.; SICHIERI, R. **Estudo Multicêntrico sobre Consumo Alimentar e Estado Nutricional**. Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Ministério da Saúde/Núcleo de Estudos em Alimentação, Universidade Estadual de Campinas, Brasília: Cadernos de Debate, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOFFMAN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v.9, n.24, p.159-172, 1995.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa sobre Padrões de Vida: 1996-1997**. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Segurança alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010.

LEVY-COSTA, R. B.; ROSELY SICHIERIB, R.; PONTESC, N. S.; MONTEIRO, C. A
Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 4, 2005.

MALUF, R. S. J. Definindo segurança alimentar e nutricional. In: **Segurança alimentar e nutricional**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007, p. 17-19

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S.. (org.). Colóquios sobre pesquisa em educação especial. 1. ed. Londrina: Eduel, 2003, p. 11-25.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2003.

MAYS, N.; POPE, C. A. Qualitative research in health care: Assessing quality in qualitative research. **BMJ**; 2000. 50-52p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** 11. ed. Rio de Janeiro. Hucitec, 2008.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 31. ed. Petrópolis: Vozes; 2012.

MORAIS, D. C. (In)**Segurança Alimentar e Nutricional e relação com indicadores sociais, econômicos e nutricionais de famílias residentes de zona rural.** 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

NORDER, L.A.C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho.** 1997. 138f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 1997.

PEREZ-ESCAMILLA, R., SEGALL-CORRÊA, A.M., MARANHA, L.K., SAMPAIO, M.F.A., MARÍN-LEÓN, L., PANIGASSI, G. An adapted version of the U.S. Department of Agriculture Food Insecurity Module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil. **Journal of Nutrition**, v. 135, p. 1923-8, 2004.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Indicadores e medidas de insegurança alimentar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p.15-26, 2008.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed., São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY; J. C. V.; CORREIA, L. M. PERES, M. H. M. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** São Leopoldo. v.1, n.1, 2009.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 143-154, 2007.

SILVA FILHO, W. M. **Participação e controle social do conselho municipal de saúde de um município brasileiro.** 2012. 12f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2012.

SMITH, L. C. The use of household expenditure surveys for the assessment of food insecurity. In: Proceedings – **Measurement and assessment of food deprivation and undernutrition.** International Scientific Symposium. Roma, 2002.

SMITH, L. C.; SUBANDORO, A. **Food Security in Practic: Measuring food security using household expenditure surveys.** International Food Policy Research Institute Washington, 2007.

TAKAGI, M.; SILVA, J. G.; GROSSI, M. D. **Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 101, 2001.

UFV. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Atividade 2015: Ano de Base 2014.** Viçosa, 2015. 278 p.

VOGT, S. P. C. **A construção social do mercado institucional de alimentos: estudo de caso do Programa de Aquisição de Alimentos na Região do Celeiro – RS.** 2009. 170f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman; 2010.

WHO - World Health Organization. **Obesity: Preventing and managing the global epidemic – Report of a WHO consultation on obesity.** WHO Technical Report Series n. 894. Geneva, Switzerland: WHO, 2000.

WHO. World Health Organization. **WHO Child Growth Standards: Length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age. Methods and development.** WHO (nonserial publication). Geneva, Switzerland: WHO, 2006.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. ONIS, M.; ONYANGO, A.W.; BORGHI, E.; SIYAM, A.; NISHIDA, C.; SIEKMANN, J. **Development of a WHO growth reference for school-aged children and adolescents.** Bulletin of the World Health Organization 2007, p. 660-667.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Histórico: A Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra institucional, na Universidade Federal de Viçosa, para uso no Restaurante Universitário do *campus* de Viçosa, Minas Gerais.

Resumo: O objetivo foi historicizar o processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade Compra Institucional (CI), no Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), *campus* Viçosa, Minas Gerais. Trata-se de um estudo descritivo delineado como um estudo de caso natureza exploratória, para o qual se utilizou a abordagem qualitativa. Os instrumentos metodológicos para a coleta de dados foram: observação das reuniões da comissão gestora do PAA, pesquisa documental realizada através da apreciação de documentos escritos referentes ao PAA na UFV e entrevistas semiestruturadas com os informantes-chave, comissão gestora (n=8, 89%), agricultores familiares (n=5, 83%) e dirigentes de empreendimentos beneficiados (n=2, 100%). Os dados foram analisados de acordo com metodologia qualitativa. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV sob o número de registro sob o nº 920.855/2014. Todos os voluntários participaram da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Em 2013 a UFV instituiu o PAA, modalidade CI, para abastecer parcialmente a demanda do RU com alimentos da agricultura familiar. Nestes 3 anos a Universidade disponibilizou cerca de R\$ 80.000,00 para a aquisição de aproximadamente 20 toneladas de alimentos, entre pó de café, banana prata, feijão (vermelho e carioca), tangerina e moranga, mas em razão dos vários entraves no decorrer do processo, o quantitativo de alimentos projetados para compras não foram adquiridos na totalidade. Forneceram alimentos para UFV, neste período, 6 agricultores e 2 empreendimentos coletivos da região da Zona da Mata de Minas Gerais. Verificou-se que os agricultores encontravam-se envolvidos em organizações de grupos formais, possuíam uma unidade produtiva diversificada, e as experiências prévias com a comercialização para outros mercados institucionais, possivelmente, viabilizou a inserção no PAA da UFV. A implementação do programa compreendeu desafios de várias ordens, tais como, trâmites das Chamadas Públicas, preços dos alimentos, desorganização dos agricultores para atender o mercado, limitações físicas da estrutura do RU. Por outro lado, ressalta-se que o programa encontrava-se em consolidação e

dificuldades nessa fase do processo são comuns. Apesar, disso foi possível observar benefícios tanto para UFV quanto para os fornecedores, o primeiro por adquirir alimentos mais saudáveis e que respeitavam a cultura alimentar, e o segundo por ter sua relação comercial fortalecida, seu produto valorizado e aumento na renda familiar. Para que o PAA se consolide na UFV é preciso articulação entre a produção familiar e a CI, é necessário realizar planejamento prévio. Acresce-se a necessidade de projetos de extensão e parcerias para preparar os agricultores para atender o mercado sem falhas no abastecimento. Também é importante maior envolvimento e participação social na operacionalização do Programa.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos, compra institucional, agricultura familiar.

1 Introdução

Considerando que as políticas públicas são resultado de um processo que pode sofrer modificações inclusive ser divididas em etapas (FREY, 2000). Desde a construção do problema até a avaliação de seus resultados, as políticas públicas merecem análise detalhada. Assim, pretendeu-se esse histórico reconstituir o processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade Compra Institucional (CI), na Universidade Federal de Viçosa (UFV), para uso no Restaurante Universitário (RU) do *campus* de Viçosa, Minas Gerais, a começar em 2013 até 2015.

Intentou-se delinear a estrutura das interações e o engajamento dos diferentes atores, gestores do PAA na UFV que se inter relacionaram regularmente com o objetivo de empregar medidas e decisões para efetivação do PAA, e também traçar a fase de operacional, onde se observa o compasso ou descompasso entre a capacidade de planejar as políticas e a capacidade de fazê-las funcionar na prática, com vistas a alcançar os resultados esperados (ROMANO, 2009), podendo esta influência produzir uma aproximação ou um distanciamento substancial dos objetivos originais do programa (PETERS, 2000; MACHADO, 2015).

Para compreender esta operacionalização, buscou-se caracterizar a demanda da produção da agricultura familiar da Zona da Mata de Minas Gerais, especificamente nos municípios de Viçosa, Araponga e Tombos, regiões produtoras e fornecedoras de alimentos para o PAA na Universidade, com objetivo de situar qual era a oferta de alimentos na região. O presente histórico relata as fases do programa até se chegar à

atual formatação em 2015. Primeiramente foi abordado como se deu o planejamento para implementação na UFV, passando pelas primeiras discussões a respeito da compra de alimentos da agricultura familiar. Os objetivos dos gestores que viabilizaram o processo do PAA segue-se com a descrição do programa, a sistemática de funcionamento, a aproximação da Universidade com os agricultores familiares, empreendimentos e representações sociais deste segmento, as modificações ocorridas ao longo de todo o processo, o perfil dos agricultores beneficiários fornecedores e as limitações do programa. Finalizou-se com a avaliação dos envolvidos nesta experiência, buscando apresentar as percepções de diferentes envolvidos.

A proposição da pesquisa aqui realizada foi inspirada em Araújo (2012), que evidenciou a primordialidade de polemizar a avaliação com os envolvidos no PAA, desde gestores, no caso (comissão do PAA na UFV), até os beneficiados (agricultores familiares, associações e cooperativas), pois, assim, certifica-se de uma avaliação mais apropriada, a partir da percepção de todos que estão diretamente ligados a implementação do PAA na Universidade.

Em razão da natureza inédita do PAA, modalidade CI, na UFV, buscou-se descrever sua trajetória com a finalidade de situá-lo apropriadamente em meio à discussão sobre a aquisição de alimentos da agricultura familiar para abastecer os RU's de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Estudos, como este, são importantes para avaliação da nova modalidade CI do PAA, tanto no âmbito acadêmico, quanto no social, visando explorar quais são os objetivos e modelos que orientam a decisão, elaboração e implementação do programa nas Universidades, bem com, compreender como os agricultores familiares se inserem neste mercado e seus potenciais benefícios. Além disso, pretende-se transformar este estudo, em um material didático de divulgação para que se possa contribuir com a discussão mais ampliada sobre o tema nas Universidades brasileiras.

Ressalta-se que a pesquisa não teve a pretensão de realizar uma avaliação dos impactos do programa em virtude, especialmente, do curto período de tempo da sua implementação na UFV. A proposta foi descrever o PAA, modalidade CI, a partir da experiência da UFV, visando compreender os desafios institucionais desse processo para que as lições não se percam e que a descontinuidade não desconfigure o processo de institucionalização. Diante do exposto o objetivo foi historicizar o processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade compra

institucional, no restaurante universitário da Universidade Federal de Viçosa, *campus* Viçosa, Minas Gerais.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo delineado como um estudo de caso natureza exploratória, para o qual se utilizou a abordagem qualitativa (GIL, 2010; YIN, 2010). Os instrumentos metodológicos adotados para a coleta de dados foram observação, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas (BECKER,1999; MAYS; POPE, 2000; CERVO, BERVIAN; SILVA, 2007).

2.1 Observação

Observou-se a rotina de reuniões da comissão gestora do PAA ocorridas periodicamente na Pró Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), e atividade de extensão promovidos pela comissão junto aos agricultores familiares, empreendimentos coletivos e organizações sociais. Durante o período de abril a dezembro de 2014, a pesquisadora participou das atividades com o objetivo de conhecer o PAA na UFV e delinear o projeto de pesquisa. A presença foi assentida pelos integrantes da comissão. Após esse período, a metodologia de observação foi empregada de formas mais sistemática com registros e anotações organizadas. As atividades da comissão gestora foram acompanhadas pela pesquisadora até julho de 2015. Não houve interferência, por parte da pesquisadora no momento dos encontros, a pauta de cada atividade e os desdobramentos foram registrados em um caderno de campo.

2.2 Pesquisa documental

A investigação documental foi realizada através da apreciação de documentos escritos, como referentes ao processo de implementação do PAA na UFV, mapeamento da produção da agricultura familiar realizada na região da Zona da Mata, os resultados dos processos de seleção dos agricultores beneficiários fornecedores, proposta de Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a UFV. Os relatórios de atividades da UFV, ano de base 2014 elaborados pela Pró Reitoria de Planejamento e Orçamentos (PPO), pesquisou-se também decretos e resoluções referente a modalidade CI, notícias veiculadas em jornais e na internet a respeito do PAA na UFV, dados censitários do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo agropecuário de 2016 e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, visando caracterizar a região da Zona da Mata de Minas Gerais e as cidades produtoras e fornecedoras de alimentos para o PAA na UFV.

Os documentos foram obtidos em página eletrônica da Diretoria de Material (DMT) da UFV: (www.dmt.ufv.br), na PCD, com a comissão gestora do PAA e em jornais, boletins de notícias da Universidade, disponibilizados (www.ufv.br), no site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) (www.mds.gov.br), no link PAA - Compra Institucional, no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (www.mda.gov.br) na página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (www.cidades.ibge.gov.br) e no endereço eletrônico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Fundação João Pinheiro (<http://www.atlasbrasil.org.br>).

2.3 Entrevistas semiestruturadas

Neste estudo foram realizadas perguntas abertas, previamente elaboradas, para que os membros da comissão gestora do PAA (Apêndice A), os agricultores familiares (Apêndice B) e os diretores de empreendimentos coletivos (Apêndice C), pudessem expor livremente sobre as questões a respeito do processo de adesão e operacionalização da modalidade CI do PAA na UFV, visando captar a percepção dos proponentes e dos beneficiários, em relação a Programa. Identificou-se os informantes chaves envolvidos diretamente com o PAA na UFV, a escolha foi intencionalmente, de acordo com o que sugere Richardson et al., (2012): “informante chave aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes”.

Para realização das entrevistas foram organizados 3 grupos: o primeiro grupo denominado gestores (n=8, 89%). O segundo grupo, nominado agricultores familiares (n=5, 83%). O terceiro grupo designado dirigente (n=2, 100%) foi constituído pelos diretores de empreendimentos familiares beneficiados, associações e cooperativas. As entrevistas foram previamente agendadas, e executada no local de trabalho dos gestores, no domicílio dos agricultores familiares e na sede da cooperativa e da associação com os diretores dos empreendimentos, o período de coleta de dados foi de janeiro a novembro de 2015. Fez-se uso do gravador de voz para registrar as informações de

forma fidedigna, posteriormente às entrevistas foram transcritas e analisadas. Todas as entrevistas foram identificadas, numeradas, e datadas.

2.4 Estratégias de Tratamento e Análises dos Dados

As anotações das observações registradas no caderno de campo foram sistematizadas cronologicamente e descritos em profundidade de acordo com o acontecimento dos fenômenos, visando contribuir com a discussão sobre o tema dessa pesquisa (CORTES; 2002; DEVENS; 2007).

A análise documental também foi organizada obedecendo ao rigor cronológico dos acontecimentos, sendo registrados os fatos que marcaram a implementação do PAA na UFV, realizou-se uma interpretação condensada das informações extraídas dos documentos (SILVA FILHO, 2012). Para tanto, estão apresentados em tabelas, gráficos, quadros e recortes dos documentos, que permitem avaliação do tema em debate, sem, contudo, alterar o verdadeiro sentido dos relatos documentais (BARDIN, 2011).

A análise qualitativa das informações expressas nas entrevistas, foram estabelecidas categorias de análise temáticas que subsidiaram a discussão do conteúdo expresso pelos entrevistados, permitindo assim, fazer inferências. A operacionalização da análise foi realizada de acordo com as etapas descritas por Minayo (2012): pré análise; exploração do material; tratamento dos resultados; inferências e interpretações.

2.5 Aspectos Éticos e retorno

O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV, MG sob o número de registro sob o nº 920.855/2014 (Anexo C). Todos os voluntários participaram da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices F; Apêndice G). A metodologia de observação empregada foi autorizada pela PCD mediante assinatura do termo de autorização de atividades encaminhada ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV (Anexo D) e assentida pela comissão gestora do PAA através da assinatura do TCLE.

Como retorno, pretende-se ainda, após defesa da dissertação disponibilizar cópias do histórico do PAA na UFV aos voluntários que contribuíram com a pesquisa. Para UFV (Reitoria, PCD, DMT e ITCP), EMATER e membros da comissão gestora do

PAA na Universidade, empreendimentos coletivos beneficiados e agricultores familiares. Também será emitida uma cópia em PDF para CTA, UNICAFES e para o MDS e MDA.

3 Contextualização

3.1 Caracterização da região da Zona da Mata de Minas Gerais: produção da agricultura familiar

A partir de dados obtidos por pesquisa exploratória provenientes de censos e estatísticas oriundos do IBGE, Censo Agropecuário e informações em trabalhos científicos já realizados na região, pretendeu-se nesta seção caracterizar a produção da agricultura familiar na área de estudo, Zona da Mata, Minas Gerais, região onde está situada a UFV e, especificamente, focalizar os municípios de Viçosa, Araponga e Tombos, onde residiam os agricultores beneficiários fornecedores do PAA da Universidade. Essa descrição é importante para compreendermos a oferta de alimentos da agricultura familiar na região em função da demanda da UFV.

De acordo com o Censo Demográfico em 2010 a população da região era de 19.597.330 (IBGE, 2010), em 2015 a população estimada foi de 20.869.101 e a densidade demográfica de 33,41 habitantes/km² (IBGE, 2015). A mesorregião Zona da Mata abrange uma área de 586.519,7 km², cerca de 6% do Estado de Minas Gerais. A região localiza-se a sudeste do Estado na divisa com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, é composta por sete microrregiões: Cataguases, Juiz de Fora, Muriaé, Ubá, Manhuaçu, Ponte Nova e Viçosa, e 142 municípios (TOLEDO, 2012; IBGE, 2014; SIMÃO, 2014) (Figura 1).

A Zona da Mata foi berço da extração do ouro no século XVIII. Com o declínio do ciclo do ouro, especializou-se ao longo do século XIX na agricultura e na pecuária (CASTRO, ALENCAR, SOARES, 2012). A cafeicultura se consolidou como principal atividade comercial e econômica da região (CINTRÃO, 1996; SILVA, 2010). Segundo Tiradentes (2005); Toledo (2012), o café tem crescido tanto em volume produzido quanto em qualidade, tendo alcançado reconhecimento internacional neste último quesito, contudo, em virtude das oscilações de preços do produto no mercado internacional, outros cultivos foram estabelecidos, tais como feijão, milho, arroz e cana de açúcar e atividades pecuárias, que diversificaram a economia regional e reduziram a dependência do café (MINAS GERAIS, 2010; SILVA, 2010).

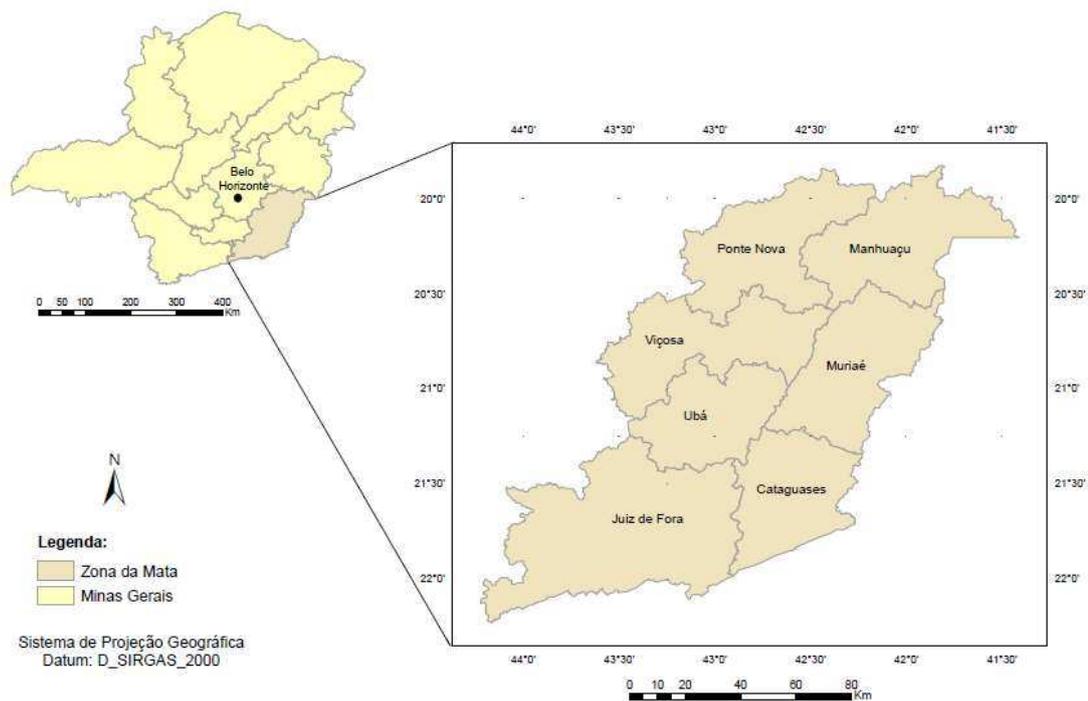


Figura 1. Mapa da Zona da Mata de Minas Gerais e localização das suas Microrregiões
 Fonte: IBGE, 2004.

Na pecuária, a bovinocultura, suinocultura e a avicultura, produção de ovos, são os que se destacam. Os agricultores familiares geralmente adaptaram cultivos anuais e, ou, perenes com a criação de animais (FRANCO, 2000). De acordo com Toledo (2012), estas atividades agropecuárias predominam até os dias atuais.

As características da agricultura familiar desta região são os sistemas de produção em pequena escala, práticas agrícolas tradicionais, principalmente com o uso da força de trabalho da própria família (ALVES; BOTELHO, 2014). Segundo os dados censitários do IBGE, em 2006, Minas Gerais teve o segundo maior número de estabelecimentos rurais de agricultores familiares (437.415) do país. Das doze mesorregiões mineiras, as três que apresentaram maior número foram Norte de Minas, Sul/Sudoeste de Minas e Zona da Mata, com 77.717; 72.709 e 70.918 estabelecimentos familiares, respectivamente (IBGE, 2006; FERNANDES FILHO; PAULA, 2011).

A estrutura fundiária da região da Zona da Mata é caracterizada pela presença do minifúndio, visto que 90,9% dos estabelecimentos rurais de menor porte (até 100 hectares) ocupam 49,7% da área, já os estabelecimentos de porte médio (de 100 a 1.000 hectares) representam 8,5% do número de estabelecimentos e ocupam 46,1% da área e

os de grande porte (com mais de 1000 hectares) representam 0,01% do total e ocupam um percentual da área de 4,2%. A Zona da Mata é a que apresenta uma estrutura fundiária menos concentrada entre as demais regiões do Estado (IBGE, 2006).

A produção agropecuária em pequenas unidades produtivas familiares é destinada, em grande parte, ao mercado local e regional (BASTOS, GOMES, 2010; ALVES, BOTELHO, 2014). Com exceção do café, os grãos são, principalmente, culturas de subsistência, sendo geralmente comercializado o excedente (BASTOS; GOMES, 2010).

Segundo Alves e Botelho (2014) novas estratégias de produção têm sido adotadas por alguns agricultores familiares, como o cultivo de frutas e hortaliças destinadas aos mercados institucionais propiciados pelo PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), resultando em uma diversificação da produção, aumento da renda, benefícios sociais, econômicos, ambientais e segurança alimentar. De acordo com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, em 2012 existiam no Estado, aproximadamente 21 mil agricultores familiares fornecedores de alimentos para PAA, o recurso investido foi aproximadamente 87 milhões com aquisição de cerca de 72.707.719 kg de alimentos (MINAS GERAIS, 2014).

3.2 Caracterização dos municípios produtores e fornecedores de alimentos para o PAA da UFV.

3.2.1 Município de Viçosa

O campus UFV–Viçosa está situado na cidade de Viçosa, Minas Gerais, a sua localização permite acesso a grandes centros, tais como Belo Horizonte, a 227 km de distância e Rio de Janeiro, a 360 km, possuindo linhas diretas de ônibus a essas cidades. Possui também estradas com acesso com as demais cidades do entorno e com a zona rural do município (UFV, 2015).

A cidade de Viçosa pertence à microrregião de Viçosa, faz limites territoriais com os municípios de Teixeiras, Guaraciaba, Paula Cândida, Coimbra, Cajuri, São Miguel do Anta e Porto Firme, apresenta área territorial de 299,4 km² (IBGE, 2010). Segundo estimativa do IBGE em 2015 a população permanente era de aproximadamente 77.318 habitantes (IBGE, 2015). Além da população residente, o

município conta, ainda, com uma população flutuante estimada em cerca de 20.000 pessoas, constituída basicamente por estudantes de outros municípios, estados e países, que migram para Viçosa em virtude das instituições de ensino superior pública e privadas (UFV, 2015). A densidade populacional no município é de 241,2 habitantes/km² (IBGE, 2015).

Segundo o Centro de Promoção do Desenvolvimento Sustentável de Viçosa - CENSUS (2014), a população viçosense praticamente triplicou nos últimos quarenta anos, esse crescimento populacional foi acompanhado pelo processo de urbanização e êxodo rural, em 1970 a população era de 25.784 habitantes, 16.991,7 (65,9%) residia no perímetro urbano e 8.792,4 (34,1%), no rural. Já em 2010, de acordo com censo demográfico, dos 72.220 habitantes de Viçosa, 67.305 (93,2%) moravam na cidade e 4.915 (6,8%) no meio rural (IBGE, 2010). Analisando a série histórica dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, pode-se verificar uma diminuição no número de pessoas que viviam na zona rural de Viçosa, neste período (IBGE, 1991; 2000; 2010; PNUD, 2013) (Gráfico 1).

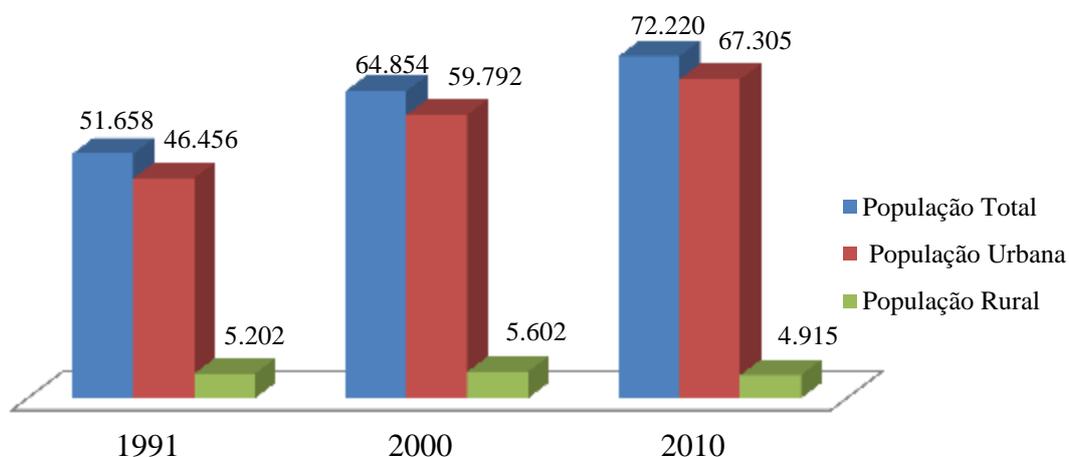


Gráfico 1. População total e população no perímetro urbano e rural, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, município de Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: IBGE, 1991; 2000; 2010; PNUD, 2013.

A economia do município é baseada no comércio, prestação de serviços, pequenas indústrias e agricultura (REIS, 2011). O Produto Interno Bruto (PIB) de Viçosa, em 2012, foi estimado em R\$ 895.426,00. A atividade econômica com maior peso no PIB foi à prestação de serviços representando 79%, a indústria contribuiu com 16% e a agropecuária foi a que apresentou menor peso equivalendo a 5% (IBGE, 2012).

A grande proporção do setor de serviços no PIB pode ser atribuída à forte presença da atividade educacional, vários são os empreendimentos na área de prestação de serviços, criados para atender à demanda proveniente dos estudantes, servidores e professores da UFV. Merece destaque a indústria da construção civil, cujo crescimento, impulsionado pela expansão da Universidade, produz impacto em todos os setores da economia, sobretudo no comércio de material de construção, serralherias, carpintarias, além de serviços de corretagem e locação de imóveis (CENSUS, 2014). A característica de cidade universitária tem proporcionado o surgimento de escolas particulares na rede de ensino fundamental, médio e superior, transformando o município em um polo educacional de expressão (CENSUS, 2014).

No que diz respeito às atividades agropecuárias com maior expressividade de produção no ano de 2014, pode-se citar as lavouras permanentes de café (2.389 toneladas - t), banana (240 t), tangerina (150 t), caqui (60 t), laranja (50 t) e maracujá (48 t), as lavouras temporárias de milho (8.640 toneladas), cana de açúcar (2.450 toneladas), feijão (414 toneladas), mandioca 330 (toneladas), tomate (240 t) e arroz (23 toneladas) (IBGE, 2014a, IBGE, 2014b). Na pecuária sobressaiu em maior quantidade a criação de galináceos (99.450 cabeças), rebanho bovino (9.400 cabeças), rebanho suíno (4.380 cabeças), codornas (4.000 cabeças) e em menor número a criação de caprinos (650 cabeças). Produção de leite de vaca (6.228 L), ovos de codorna (48.000 Dúzias), ovos de galinha (1.193 Dúzias) e mel de abelha (12.500 kg), quanto à aquicultura, a vocação do município foi para criação da Tilápia (11.000 kg) (IBGE, 2014c).

De acordo com o Censo Agropecuário (2006) o número de agricultores familiares no município de Viçosa era 874. Em 2012, segundo o estudo de Santos (2014) existiam 412 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativas no município. Santos (2014), ainda desracou na sua pesquisa que a comercialização da agricultura familiar no município Viçosa tem sofrido um processo de ampliação das possibilidades de relações comerciais, através do PAA e o PNAE (SANTOS, 2014).

3.2.2 Município de Araponga

Araponga pertence à microrregião de Viçosa, localizada a uma distância aproximadamente de 50,9 km da UFV. O município faz limites geográficos com Sericita, Jequeri, Canaã, Ervália, Miradouro, Fervedouro e Pedra Bonita, possui uma extensão territorial, de 303,8 km², (IBGE, 2010). É um município tipicamente rural, o

IBGE estimou que a população em 2015 fosse de aproximadamente 8.501 habitantes e a densidade populacional no município é de 26,83 habitantes/km² (IBGE, 2015).

De acordo com dados do último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a população total era de 8.152 habitantes, distribuídos num percentual de 37,3% (3.041 habitantes) no perímetro urbano e 62,7% (5.111 habitantes) no rural do município, o que se pode deduzir que se trata de uma cidade com população predominantemente rural (IBGE, 2010). Analisando a série histórica dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, observou-se uma diminuição do número de pessoas que viviam na zona rural de Araponga e um aumento na população da urbana (IBGE, 1991; 2000; 2010, PNUD, 2013) (Gráfico2).

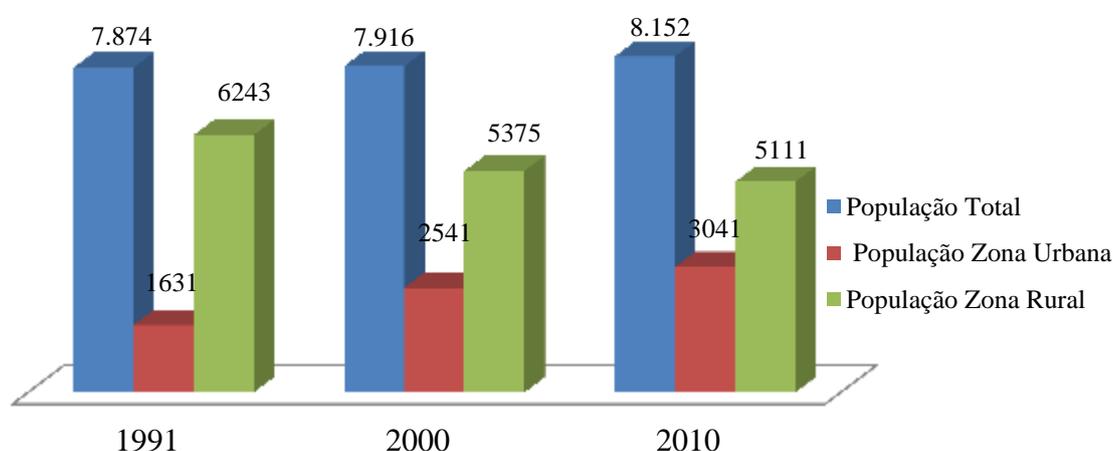


Gráfico 2. População total e população no perímetro urbano e rural, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, município de Araponga, Minas Gerais. Fonte: IBGE, 1991; 2000; 2010; PNUD, 2013.

De acordo com Censo Agropecuário (2006) o município possuía 634 estabelecimentos rurais, com maior proporção (85,8%) de pequenas propriedades com até 50 hectares (IBGE, 2006; CAMPOS, 2014), a economia é centrada principalmente na produção do café tanto em grandes quanto em pequenas propriedades (SANTOS; FLORISBELO, 2004). Em alguns lugares do município o plantio do café divide espaço com áreas de preservação de matas nativas e com plantios consorciados com eucalipto, banana, feijão e outros (os chamados SAF's – Sistemas Agroflorestais) (OLIVEIRA, 2014).

Em 2012, o PIB do município de Araponga foi estimado em R\$ 63.621,00, a primeira base econômica foi o setor de serviços, relacionado ao trabalho nos comércios,

em órgãos públicos e com atividades do turismo voltadas para o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (OLIVEIRA, 2014), seguido pelas atividades agropecuárias, representando 52% e 40% respectivamente. O município não apresenta perfil industrial, dado confirmado pela baixa contribuição no PIB, equivalendo a 8% (IBGE, 2012).

Com relação às atividades agropecuárias com maior expressividade de produção no ano de 2014, pode-se citar as lavouras permanentes de café (4.304 t), banana (100 t) e tangerina (20 t), as lavouras temporárias de cana de açúcar (3.200 t), milho (600 t), mandioca (320 t), tomate (130 t) e feijão (107 t) (IBGE, 2014a; IBGE, 2014b). Na pecuária notabilizou-se em maior número a criação de galináceos (22.000 cabeças), rebanho bovino (5.435 cabeças), rebanho suíno (2.250 cabeças) e caprinos (135 cabeças) (IBGE 2014c). Produção de mel de abelha (3.200 kg), leite de vaca (1.373 L) e ovos de galinha (69 Dúzias) (IBGE 2014c). Segundo Campos (2014), encontra-se também em Araponga a produção de frutas e verduras para consumo e comercialização seja direta ou por atravessadores. Os alimentos são comercializados no mercado da associação de agricultores familiares, para a alimentação escolar desde 2010 e também para mercados dentro e fora do município (CAMPOS, 2014).

3.2.3 Município de Tombos

Localizado na microrregião de Muriaé, Minas Gerais, a 5 km da divisa com o Estado do Rio de Janeiro. Tombos está a uma distância aproximada de 149 km da UFV. O município faz limite com os municípios de Antônio Prado de Minas, Eugenópolis, Faria Lemos e Pedra Dourada. Possui área geográfica de 285,125 km² e subdivide-se em dois distritos: Catuné e Água Santa de Minas. (IBGE, 2010; OLIVEIRA, 2014). O IBGE estimou que a população em 2015 era de aproximadamente 9.033 habitantes e densidade demográfica de 33,45 habitantes/km² (IBGE, 2015).

De acordo com dados do censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, a população total era 9.533 habitantes, distribuídos num percentual de 79,7% (7.602 habitantes) no perímetro urbano e 20,3% (1.935 habitantes) no rural (IBGE, 2010). Analisando os últimos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, notou-se uma diminuição do número de pessoas que viviam na zona rural de Tombos, indicando um possível êxodo rural (IBGE, 1991; 2000; 2010; PNUD, 2013) (Gráfico 3).

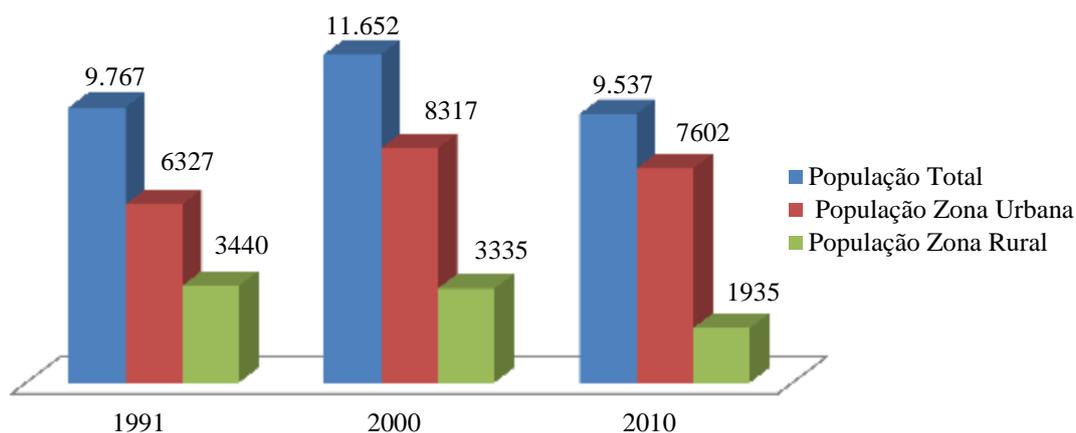


Gráfico 3. População total e população no perímetro urbano e rural, de acordo com os censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, município de Tombos, Minas Gerais. Fonte: IBGE, 1991; 2000; 2010; PNUD, 2013.

Assim como Araponga o município de Tombos também apresentou em 2006 um maior número de pequenas propriedades familiares, dos 574 estabelecimentos agropecuários, 465 (81%) possuía até 50 hectares (IBGE, 2006; CAMPOS, 2014). As atividades agropecuárias que se destacam são o café e a pecuária leiteira, o café na parte alta do território e a pecuária leiteira, na parte baixa do município (SANTOS; FLORISBELO, 2004; OLIVEIRA, 2014).

O PIB em 2012 no município foi estimado em R\$ 82.046 mil reais, à prestação de serviços representou o maior subsídio, 68%, o setor agropecuário contribuiu com 22%, as atividades industriais foram as que apresentaram rendimento no PIB, equivalendo a 10% (IBGE, 2012). Ao comparar a categoria dos serviços com a produção agropecuária percebe-se que o primeiro é aproximadamente, três vezes maior que o segundo, o que, possivelmente, indica a saída do homem para cidade (CAMPOS, 2014). O município tem como principal fonte de renda e emprego no setor de serviço o turismo, comércio e empregos públicos (SANTOS; FLORISBELO, 2004; OLIVEIRA, 2014).

Quanto às atividades agropecuárias com maior expressividade de produção no ano de 2014, podem-se citar as lavouras permanentes de café (1.080 t), coco da baía (150.000 frutos), banana (540 t), já as lavouras temporárias, com proeminência são as de cana de açúcar (25.000 t), milho (500 t), feijão (246 t), mandioca (168 t) e tomate (40 t) (IBGE, 2014a; IBGE, 2014b). Na pecuária evidenciou-se em 2014 a criação rebanho bovino (19.362 cabeças), os galináceos (5.501 cabeças), rebanho suíno (2.216 cabeças) e caprinos (140 cabeças) (IBGE 2014c). Produção de ovos (39.000 Dúzias), leite de

vaca (10.256 L), mel de abelha (5.400 kg) (IBGE 2014c). Na aquicultura destacou-se a criação de tilápias (1.100 kg) (IBGE 2014c).

3.2.4 Considerações a cerca dos municípios produtores e fornecedores de alimentos: Viçosa, Araponga e Tombos.

Diante dos indicadores demográficos apresentados para as cidades de Viçosa, Araponga e Tombos, pode-se dizer que provavelmente os agricultores estão migrando para outras localidades e deixando as atividades agrícolas. Segundo os autores Jacinto; Mendes; Perekouskei (2012), uma hipótese para este fato é que as atividades rurais supostamente já não são mais suficientes para manter a renda e a ocupação das famílias no campo. A saída dos agricultores do campo pode contribuir negativamente na produção de alimentos para abastecimento local diminuindo a parcela das atividades agropecuárias na economia dos municípios.

Analisando o PIB dos municípios de Viçosa, Araponga e Tombos, ficou evidente a menor contribuição do setor agropecuário em relação ao de serviços. Depreende-se, uma diminuição do rural e dos seus sujeitos (agricultores), na dinâmica das decisões políticas de importância no desenvolvimento municipal (MARINHO, 2008). Diante o exposto, conjectura-se, também, um possível cenário da diversificação da forma de gerar renda através da pluriatividade, que é combinação de duas atividades, sendo uma delas a agricultura, assim, o urbano e rural passam a manter uma relação de “complementariedade” (SCHNEIDER, 2009),

O Estudo de Silva (1997), já apontava para o crescimento da pluriatividade nas famílias rurais, através da crescente ocupação das áreas rurais por atividades e ocupações não agrícolas, tipicamente características de serviços e atividades industriais, este fenômeno está intimamente relacionado aos contextos em que vivem as famílias e a situações adversas que enfrentam no rural, notadamente em face dos problemas advindos da vulnerabilidade social (SCHNEIDER, 2009). A preocupação central desta vertente gira em torno das novas características do mercado de trabalho no meio rural, de geração de renda e seus efeitos sobre a economia local.

A cerca desta discussão, nota-se um cenário propício à intervenção governamental com ações voltadas a agricultura familiar na região da Zona da Mata de Minas Gerais. Neste contexto, à inserção dos agricultores familiares no mercado institucional sustentado pelo abastecimento alimentar local e regional, como o PAA na

UFV, possivelmente poderia contribuir com inclusão produtiva, redução da pobreza rural, minimizar os efeitos da volatilidade dos preços de alimentos no mercado e impulsionar o setor agropecuário na economia da região, promovendo o fortalecimento da agricultura familiar, a soberania alimentar e a SAN.

4 Proposta de compras de alimentos da agricultura familiar e a implementação do PAA

A motivação para as compras de alimentos provenientes da agricultura familiar emergiu fundamentada na proposta da Política de SAN¹⁵ para a UFV, planejada pela Pró Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD) e esboçada por uma comissão de SAN²⁶. No delineamento da Política pretendia-se “garantir a qualidade dos alimentos para consumo nos *campus* da UFV, a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações intersetoriais que propiciassem o acesso universal aos alimentos”. Para o alcance do propósito, foi definido na diretriz 3, subitem 3.1, que dispunha da garantia ao acesso, à segurança e a qualidade dos alimentos nas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) o fomento à aquisição, nos *campi*, de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar (UFV, 2012) (Anexo E).

“Nós temos uma política de Segurança Alimentar e Nutricional para UFV, então, a partir do momento que se esboçou esta Política veio à possibilidade de se comprar da agricultura familiar, com a perspectiva da segurança alimentar” (Entrevista, gestor 1, 2015).

A PCD é o órgão responsável por gerenciar programas e projetos relacionados com a promoção do bem-estar social da comunidade universitária e também responde pelo serviço de alimentação nos RU's, alojamentos, bolsas para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, atividades de esporte e lazer, atendimentos na área da saúde (preventivo e curativo) e psicossocial (psiquiátrico, psicológico e de assistência social), nos três *campus* universitários (DEL GIÚDICE; LORET; AZEVEDO, 2013).

A referência mais vindoura quanto à idealização de execução do PAA na UFV, recordada durante as entrevistas, remeteu-se a Pró Reitora de Assuntos Comunitários,

¹ A proposta da Política de SAN para UFV foi provada pelos três conselhos comunitários da Universidade (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba), mas não foi encaminhada ao Conselho Universitário (CONSU) para consentimento legal.

² A comissão de SAN era composta por nutricionistas da Divisão de Alimentação (DAL), Divisão de Saúde (DSA), Departamento de Nutrição de Saúde (DNS) e Assessora da Saúde da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários.

que gerenciou a PCD no período de 2011 a 2015. Em 2012, antes da divulgação do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, que institui a modalidade CI do PAA. A Pró Reitora de Assuntos Comunitários almejava executar um projeto de compras provenientes de alimentos da agricultura familiar para fornecimento no RU do *campus* de Viçosa, M.G.

“Antes de nós termos acesso ao Decreto (7.775/2012) a Pró Reitora de Assuntos Comunitários nos chamou para conversar sobre quais alimentos da agricultura familiar poderíamos colocar aqui (no restaurante universitário da UFV)” (Entrevista, gestor 1, 2015).

Desencadeou-se um processo dentro da UFV, no sentido de atribuir à questão do abastecimento de gêneros alimentícios no RU como um espaço privilegiado para compras de alimentos da agricultura familiar. A necessidade de se instituir a compra de alimentos da agricultura familiar ancorou-se não somente nas políticas públicas SAN para beneficiários consumidores, além disso, pretendia-se contribuir com a agricultura familiar do município e do entorno.

Tencionava-se também reforçar o papel da Universidade em seu território, como agente de desenvolvimento social na comunidade na qual estava inserida, gerando renda para várias famílias e promovendo o desenvolvimento econômico da região da Zona da Mata de Minas Gerais, dispondo parte do recurso do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (BRASIL, 2010) empregado nas compras de alimentos, para beneficiar os agricultores, conforme se pode visualizar:

“Questão do papel social da Universidade [...] Nós temos um gasto alto com alimentação e a ideia era ver o que a gente poderia deixar no município” (Entrevista, gestor 1, 2015).

“[...] A Pró Reitoria de Assuntos Comunitários gasta em torno de 9 milhões para manutenção dos restaurantes universitários que são quatro, dois aqui no *campus* de Viçosa, um em Rio Paranaíba e outro em Florestal, somente com o restaurante daqui (Viçosa) nos gastamos aproximadamente 4 milhões de reais por ano em gêneros alimentícios, a ideia foi fazer com que parte deste recurso pudesse ficar na região de Viçosa para beneficiar os agricultores familiares daqui” (Entrevista, gestor 2, 2015).

De acordo com o Relatório de Atividades da UFV elaborado pela Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO): ano de base 2014, a área de administração em alimentação envolve quatro RUs: dois que funcionam em sistema de auto-gestão (RU dos *campi* de Viçosa e Florestal) e dois em sistema de concessionárias (Espaço Multiuso do *campus* Viçosa e Rio Paranaíba). Nesses quatro restaurantes, foram fornecidas 2.176.280 refeições no ano de 2014, compreendidas entre café da manhã,

almoço e jantar. Deste total de refeições, 899.035 (41,3%) foram para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, para os quais a alimentação foi gratuita. No RU de Viçosa foram oferecidos em 2014, 1.792.359 de refeições, sendo que 714.645 (39,9%) destinadas para estudantes não pagantes que recebiam bolsa alimentação (UFV, 2015).

A oferta de uma alimentação de qualidade, por meio do RU, possui importante papel na vida acadêmica e figura-se como uma das estratégias que contribui para melhorar o estado nutricional dos estudantes, a qualidade de vida, ajuda a diminuir a evasão escolar e aumenta a produtividade acadêmica, em especial aos discentes em situação de vulnerabilidade social que recebem bolsa alimentação (ANDIFES, 2008).

“Pensando na assistência estudantil, grande parte do nosso público é bolsista, em situação de vulnerabilidade social, então se o restaurante fornece um produto que se espera que seja de melhor qualidade, nutricionalmente melhor, nós estamos contribuindo com a segurança alimentar deste usuário” (Entrevista, gestor 4, 2015).

Quanto à discussão sobre a compra de produtos oriundos da agricultura familiar, a preocupação dos gestores, desde o início, voltava-se para o fortalecimento da agricultura familiar e os beneficiários consumidores, sobretudo os estudantes em vulnerabilidade social que recebiam bolsa alimentação. Destacam-se a partir das entrevistas os aspectos da segurança alimentar, diminuição da pobreza e se pautavam nos objetivos do PAA, a saber: remuneração da produção, distribuição da renda, combate a fome, cultura alimentar regional, ocupação do espaço rural e agricultura sustentável.

“Nós temos dois grupos vulneráveis, então a ideia era ajudar a agricultura familiar por meio dos produtores e os estudantes em vulnerabilidade social que tem alimentação gratuita e a gente sabe que por muitos motivos às vezes esta é a única alimentação, e mesmo que não fosse nós temos que manter os princípios nutricionais” (Entrevista, gestor 1, 2015).

A intenção de adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar para abastecer o RU foi apreciada por vários segmentos da UFV, contudo a questão a ser desvendada era como efetivar a compra por outro método distinto do estabelecido pela legislação vigente das licitações, Lei nº 8.66 de 21 de junho de 1993 (BRASIL, 1993), pois no âmbito da estrutura funcional da UFV, entendia-se que as compras dos agricultores deveriam ser realizadas por este meio o que apresentaria uma série de obstáculos e restringiria à participação dos agricultores familiares no mercado institucional, dada a concorrência com segmentos empresariais, organizados a partir de escalas de produção superiores e com custos de produção menores (ONU, 2015).

Sabia-se que a Universidade Federal do Paraná (UFPR)³⁷ comprava alimentos da agricultura familiar, então um dos gestores da PCD tentou contatar a Pró Reitoria de Administração da UFPR, a fim de conseguir uma parceria que pudesse coadjuvar na estruturação das compras da agricultura familiar na UFV, contudo os entrevistados mencionaram que não conseguiram retorno da Instituição.

“Nós ficamos sabendo em 2012 que a Universidade Federal do Paraná estava com um trabalho de implantação do PAA para o restaurante universitário [...]” (Entrevista, gestor 2, 2015).

“Nós tentamos muitos contatos com a Federal do Paraná, conseguimos, mas não tivemos retorno de como eles trabalhavam” (Entrevista, gestor 1, 2015).

No final do ano de 2012, com a notícia da publicação de um decreto que assentia as Universidades adquirirem gêneros alimentícios da agricultura familiar, reacendeu-se a discussão de se introduzir este mecanismo de compras no RU. O Decreto nº 7.775, publicado em 04 de julho de 2012 (BRASIL, 2012), regulamentado pela Resolução nº50 de 26 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012a), deliberava uma nova modalidade de aquisição do PAA, denominada, CI, que conferia aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal a autorização de comprar alimentos da agricultura familiar com seus próprios recursos. A compra dispensava licitação, por meio de Chamada Pública, desde que atendidas as seguintes regras do PAA:

“I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado; II - os beneficiários e organizações fornecedores comprovem sua qualificação; III - seja respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar, cooperativa ou por demais organização da agricultura familiar; IV - os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes” (BRASIL, 2012a).

O decreto que possibilitava essa compra ainda era desconhecido pelos gestores da PCD. A consulta ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) possibilitou obter informações sobre a metodologia de compras.

“Nós não conhecíamos o decreto, ele estava escondidinho no site do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social)” (Entrevista, gestor 1, 2015).

Encontrou-se então o embasamento legal que possibilitava a compra de alimentos de agricultores familiares, o que não seria simples, pois o processo precisava

³ A UFPR foi à primeira Universidade pioneira à modalidade compra institucional do PAA em outubro de 2012 para abastecer o restaurante universitário com a compra de arroz parabolizado (UFPR, 2012).

de apoio institucional, aprovação de orçamento, planejamento e parceiros. Contudo o aparato jurídico do PAA, modalidade CI, respaldou o início dos trabalhos, como foi exposto:

“Para começar não foi fácil à aceitação e o entendimento. Nós tivemos várias barreiras de segmentos que achavam que não podia e que não iria dar certo, mas com a resolução em mãos a gente começou a mudar a situação aqui dentro” (Entrevista, gestor 1, 2015).

Como já retratado anteriormente o método de compras adotado pelo PAA dispensava os ritos licitatórios, parâmetro não dominado pela Diretoria de Material (DMT), setor responsável pelas compras, licitações e contratos na UFV.

“As compras pelo PAA, na modalidade de compra Institucional, são recentes na UFV e foi normal que dúvidas surgissem tanto nos processos internos da UFV, quanto dos procedimentos externos” (Entrevista, gestor 7, 2015).

Mesmo diante das dificuldades em trabalhar com um processo de compras de gêneros alimentícios para o RU, diferente do que habitualmente a DMT executava, não houve objeção por parte do setor para assessorar na implementação do programa na Universidade.

Inicialmente a PCD realizou uma reunião com a Procuradoria Jurídica da UFV, para discutir o Decreto nº 7.775/2012 (BRASIL, 2012), mas no seu escopo não transparecia que a modalidade CI do PAA poderia ser executada no RU, o que gerou, *a priori*, uma resistência por parte dos procuradores, contudo estava disposto no parágrafo 2, item IV, da Resolução nº50/2012 (BRASIL, 2012a), que regulamentava o referido decreto, a autorização para aquisição de alimentos no âmbito da modalidade CI para abastecimento da rede pública de educação básica e superior, logo o posicionamento se modificou. Posteriormente a proposta de implantação do PAA no RU foi apresentada pela PCD a Administração Superior da UFV, que autorizou a execução e elegeu a proposta como uma ação integradora no plano de governo para Universidade.

“No momento em que nós apresentamos a sugestão para administração superior nós tivemos o apoio da Reitoria, a gestora nos disse assim: A UFV vai se envolver, nós precisamos e a população em volta também precisa deste Programa, a partir de agora é proposta de trabalho da Universidade” (Entrevista, gestor 1, 2015).

A Reitoria outorgou a PCD o encargo de estruturar a implantação o PAA na Universidade. A primeira medida para estruturação de implantação do PAA aconteceu em 2013, quando foi instaurada uma comissão gestora do programa constituída pela Assessora da Saúde da PCD, a nutricionista chefe da Divisão de Alimentação (DAL) e

Responsável Técnica (RT) pelo R.U, o Assessor de Administração e Alimentação da PCD, a nutricionista da Divisão de Saúde (DSA), um engenheiro agrônomo professor do Departamento de Fitotecnia e coordenador do curso de agroecologia, e dois técnicos da EMATER de Viçosa, a equipe atuava sob coordenação da primeira, colaborava também, não como membro da comissão, um representante designado pela DMT para assessora no processo. A EMATER, órgão público estadual, atuou como entidade parceira externa a Universidade e a DMT como adjuvante interno da instituição.

Mas, a comissão foi oficialmente nomeada em 17 de julho de 2014 pelo Ato nº 034 da PCD (UFV, 2014), e já havia sido reestruturada. A nutricionista da DSA desligou-se, e integrou-se ao grupo uma professora do Departamento de Economia Rural e coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UFRV, mantendo-se os demais componentes.

A ideia principal era que esse grupo pudesse delinear todo processo de compras de alimentos da agricultura familiar para atender ao RU, observando as peculiaridades da Universidade e do R.U e de acordo com a sistemática de execução da modalidade CI dispostas pela Resolução nº 50/2012 (Brasil, 2012a). As reuniões dos gestores aconteciam aproximadamente a cada quinze dias, para deliberar as estratégias de ações de implementação do PAA na UFRV. Além disto, a equipe possuía a missão de realizar ações em campo com os agricultores, associações e cooperativas para divulgação, esclarecimentos e orientações, já a parte de execução burocrática das Chamadas Públicas ficava a cargo da DAL e da DMT.

Os entrevistados, ressaltaram a seriedade e envolvimento da equipe responsável diretamente pelo programa, possibilitando que o processo de implementação do PAA na UFRV fosse construído gradativamente devido à metodologia inédita que se distanciava do método habitual de compras na Universidade, respeitando os aspectos legais e as limitações de todos os setores envolvidos.

“[...] Foram varias reuniões que aconteceram e foi muito importante para nós ter participado do início, primeiro para conhecer o processo, os atores que estavam envolvidos e os problemas que cada setor apresentava” (Entrevista, gestor 05, 2015).

A heterogeneidade na composição da equipe gestora foi reconhecida como diferencial determinante para realização das atividades, dada a capilaridade das ações do PAA estar direcionada para duas áreas, a agricultura familiar e a SAN.

“Então foi montada uma comissão e para mim este foi o grande fator para experiência dar certo até o momento, pois a Assessora da Saúde incluiu todas as pessoas envolvidas no processo o que foi fundamental, ela participava como representante da PCD. Participava também a nutricionista que é coordenadora do refeitório, pois no final das contas os alimentos iriam chegar para ela. Tinha um responsável pelas compras para o refeitório que trabalhava em conjunto com a nutricionista. A coordenadora da ITCP também contribuiu ajudando a levantar grupos de agricultores organizados na região [...]. Eu faço parte com uma contribuição agrônômica. O representante da DMT, setor que efetivamente elaborava todas as Chamadas, verificava a parte jurídica, todos os processos e também acompanhava as reuniões. Participou também no início do processo uma nutricionista da Divisão de Saúde, ou seja, todos os envolvidos que podiam contribuir e que precisavam estar envolvidos dentro da UFV sentaram na mesma mesa para conversar, isto foi essencial, o que permitiu que a gente elaborasse as Chamadas com máximo de acertos possíveis e que não tivesse depois nenhum impedimento burocrático. E todos acabavam comprometidos, pois todos participaram da elaboração. Imagina se a gente faz isto sem alguém da DMT?. Nós íamos ficar mais um ano discutindo o que podia ou não, na verdade toda documentação legal quem conseguiu foi a Assessora e repassou para a DMT, esta pró-atividade da Assessora foi muito boa” (Entrevista, gestor 6, 2015).

O caráter participativo e intersetorial do programa foram notáveis desde sua formulação. Embora diferentes setores tenham sido convocados para metodizar a implantação do PAA, não se identificou a participação de agricultores familiares ou suas representações sociais, o que era indispensável para um dos gestores:

“Acho que os agricultores deveriam ter um representante dentro da comissão, pois a comissão está muito institucional, ou talvez, abrir a oportunidade para participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. É preciso alguma representação de agricultura familiar para nos ajudar nesta discussão” (Entrevista, gestor 3, 2015).

De acordo com o Decreto nº 7.775/2012, capítulo VII, artigo 44, são instâncias de controle social do PAA os conselhos de SAN nas esferas nacional, estadual e municipal. O parágrafo primeiro do mesmo artigo ainda define que, excepcionalmente, na hipótese de inexistência de conselhos de SAN, deverá ser indicada a instância de controle social responsável pelo acompanhamento da execução do PAA, preferencialmente o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável ou o Conselho de Assistência Social (BRASIL, 2012).

Segundo o MDS (2014) a participação e controle social no PAA têm como finalidade auxiliar no aumento da transparência das ações relativas ao programa e na promoção de uma maior participação do público beneficiário (MDS, 2014).

Todavia, vale lembrar que inicialmente foi preciso estabelecer consensos internos e institucionais, para que a chegada dos agricultores fosse aceita. Assim, os agricultores não participaram ativamente no início como parte da comissão gestora, contudo, em etapas futuras houve apresentação do programa à comunidade e a UFV

estabeleceu aproximação com os agricultores familiares, empreendimentos e organizações sociais deste segmento, que foram convidados à participação e à corresponsabilidade para a construção das compras subsequentes.

4.1 Primeiro edital de Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar: sistema organizacional e operacional

A presente seção retrata a fase de elaboração do primeiro edital de Chamada Pública, nesta etapa foram debatidas internamente as possibilidades de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar na região de Zona da Mata, de Minas Gerais, para atender o RU, articulação entre oferta e demanda, e periodicidade de entrega dos alimentos.

Nesta ocasião Nutricionista RT pelo RU na UFV e os técnicos da EMATER trabalharam na definição dos alimentos que poderiam ser solicitados. A nutricionista teve contribuição em elencar a demanda e o quantitativo do R.U, bem como adequar os pedidos a infraestrutura do restaurante para receber, armazenar e distribuir os produtos.

“Um papel importante, não só meu, mas de qualquer nutricionista envolvida no processo, seria mesmo para calcular os quantitativos, ver a questão da qualidade e conhecer as características do serviço de alimentação para a implantação deste programa, porque cada local tem sua especificidade, então eu acho que o nutricionista é importante nestas especificações condizentes com o serviço” (Entrevista, gestor 4, 2015).

A comissão primava pela construção e realização de uma compra eficiente, capaz de cumprir pontualmente os quesitos de padronização dos alimentos, qualidade, quantidade e prazo de execução, nesta perspectiva um dos gestores entrevistados realçou a cooperação da Nutricionista RT pelo R.U em expor a comissão o que isto significava para o serviço de alimentação.

“Eu não entendia muito bem o que era escala em um restaurante e a nutricionista expos para a gente de maneira muito clara, por exemplo, às vezes a gente acha que é só pegar um tanto de feijão misturar, colocar na panela e cozinhar, mas não é assim, o feijão tem todo um detalhe de cocção, ele tem que ter certa umidade, tem que ser padronizado, não pode ser velho, porque se não um vai cozinhar e o outro não, e quando o estudante for comer ele vai reclamar que tem feijão duro e tem feijão mole, ou seja, era uma série de detalhes que nós não conhecíamos”(Entrevista, gestor 5, 2015).

Os técnicos da EMATER trabalharam no levantamento e indicação quanto à seleção dos alimentos fundamentada na vocação agrícola do município de Viçosa e adjacências.

“A Universidade nós questionava qual era a produção de Viçosa e região, nós apresentávamos nas reuniões os diagnósticos de acordo com o levantamento da EMATER” (Entrevista, gestor 03, 2015).

Em relação aos procedimentos aplicados pela EMATER para realizar o diagnóstico local e regional da produção e compilação dos dados, os técnicos explicaram que:

“Este diagnóstico de procura e oferta nós já havíamos realizado para o Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE), o que a Escola precisava e o que o agricultor tinha, então nós tínhamos estes dados para mostrar, este diagnóstico serviu de base para o PAA Institucional” (Entrevista, gestor 3, 2015).

“Eu fiz um diagnóstico de produção, não especificamente para o PAA, ele não tem caráter científico, ele foi realizado através da percepção dos técnicos que atuam nos municípios, visando levantar qual era produção de frutas, folhosos [...] ele não tem uma quantificação boa, mas na verdade eu pude perceber o que era produzido” (Entrevista, gestor 5, 2015).

Perante os depoimentos acima se pode inferir de que havia uma fragilidade no diagnóstico de produção para planejamento da primeira compra do programa, especialmente por este não ter sido realizado de maneira metódica e exclusivamente para o PAA no RU, em atenção as características e peculiaridades de uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) de grande porte que distribuía aproximadamente 8.000 refeições por dia, entre café da manhã, almoço e jantar (UFV, 2015). Era preciso ter prudência quanto à produção dos agricultores, posto que a sistemática de funcionamento PAA institucional na UFV diferia do PNAE, eis a declaração:

“O agricultor não está acostumado, apesar deles entregarem no PNAE e nas outras modalidades do PAA, o caso do RU é muito específico devido a grande quantitativo” (Entrevista, gestor 3, 2015).

No que se refere ao período de compras dos produtos, a EMATER deixou explícito para a comissão que se deveria atentar para a época de produção e respeitar a sazonalidade, por exemplo, alguns alimentos como hortaliças, frutas e feijão, apontados pelos técnicos como de potencial oferta para atender ao RU, só haveria disponibilidade em determinados períodos do ano, já o pó de café, sabia-se que haveria oferta na região durante todo ano, visto que o produto poderia ser estocado.

“Nós apresentamos em uma das reuniões um levantamento da EMATER com diagnóstico do que existia de produção aqui no município de Viçosa e na região, dentro de determinados períodos. Os produtos dos agricultores familiares são sazonais, então nós apresentamos para cada período quais os produtos eram possíveis de ser comercializados no RU” (Entrevista, gestor 3, 2015).

Um notável obstáculo enfrentado pelos gestores na fase de formulação do PAA foi o dimensionamento criterioso do que a agricultura familiar dispunha em termos de produção no município e região, ou seja, a questão era: “Que alimentos poderiam ser solicitados pela UFV e efetivamente ofertados pelos agricultores?”. Este era o ponto de partida para elaboração da Chamada Pública. Então, a comissão desencadeou um profundo exercício de conversa quanto a que produto solicitar *in natura* ou processado, se existiria a exigência de produtos agroecológicos ou orgânicos, a demanda do RU e oferta de alimentos da agricultura familiar na região.

Os autores Vieira, Del-Grossi (2010); Soares et al., (2013) ; Marques et al., (2014), também evidenciaram, como principais barreiras para efetivação da CI de alimentos da agricultura familiar, mapear e estruturar a produção para regularidade de oferta. Proença (2005); Martinelli et al., (2015) ainda fazem uma ressalva, que tal situação torna-se mais expressiva diante de um RU, que é responsável pela oferta de uma alimentação equilibrada nutricionalmente, segura do ponto de vista higiênico-sanitário e sensorialmente adequada.

À frente destas questões alguns alimentos foram sendo excluídos como as hortaliças pois, segundo os gestores, a produção da região encontrava-se desestruturada para suprir a necessidade das escolas por meio do PNAE, da mesma forma cogitou-se que seria inexecutável para atender o RU, existia também a preocupação quanto à qualidade da água utilizada para irrigar as hortaliças, visto que nas comunidades rurais não existia tratamento de água para consumo humano, bem como o receio de conter resquícios de insumos químicos.

“O mercado hortícola é muito desorganizado, por exemplo, nós não conseguimos organizar demanda e oferta para atender os 30% do PNAE, parece simples, mas não é. Tem alguns lugares que nós conseguimos acertar, já em outros não, porque o agricultor não tem regularidade de oferta, planta hoje e não planta amanhã, não tem qualidade, a água não serve pode estar contaminada com agrotóxico. Em um município X, 100% das amostras de água que estavam sendo utilizada para irrigar folhosas estavam contaminadas com esgoto [...], isto é grave, precisa ser resolvido e faz parte da organização do mercado produtor e consumidor, é preciso se organizar” (Entrevista, gestor 5, 2015).

Ainda no tocante a questão das hortaliças, estas não foram inseridas nas compras iniciais, pois no momento de elaboração do processo da Chamada Pública a região da Zona da Mata de Minas Gerais passava por intempérie climática e intenso período de estiagem, acometendo a produção.

“Nós havíamos feito à proposta de comprar folhosas, mas o momento da primeira compra coincidiu com um período de crise hídrica e assim não foi possível” (Entrevista, gestor 3, 2015).

Como os trâmites burocráticos demandavam planejamento e tempo para execução, antes de se findar o ano letivo o ato licitatório para aquisição de gêneros alimentícios para o ano subsequente deveria estar pronto, para não ocorrer interrupção no fornecimento para o RU, à vista disso, o processo licitatório para compras de hortaliças previstas para 2014, já havia sido efetivado no ano de 2013, e o recurso financeiro para aquisição das hortaliças já estava empenhado por meio de uma licitação, desta forma não foi possível abrir uma Chamada Pública para os produtos que já estavam empenhados para fornecimento, particularmente, por se tratar de gêneros perecíveis.

“[...] Então já tinha a licitação, um compromisso que havia sido feito anterior a Chamada Pública [...]” (Entrevista, gestor 3, 2015).

Ademais era preciso planejar a compra de acordo com a logística de recebimentos dos produtos no RU, visto que à infraestrutura do local não possibilitava a estocagem de um alto quantitativo de alimentos, sendo preciso fracionar os pedidos de compras.

“A infraestrutura do RU é antiga, da década de 1970, isto dificulta o recebimento e armazenamento no restaurante, não adianta querer comprar toneladas de alimentos para armazenar, pois nós temos dificuldade quanto à estrutura” (Entrevista, gestor 1, 2015).

Borges; Sabioni; Magalhães, (2006) reiteram a afirmativa do gestor 1, de acordo com os autores o refeitório obteve sua sede própria, com as características de uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) de grande porte em 1964. O restaurante foi ampliado em 1976, para fornecer 2.500 refeições por dia (BORGES; SABIONI; MAGALHÃES, 2006), em 2014, o número era de aproximadamente 8.000 refeições em dias letivos (UFV, 2015), desta maneira a compra via PAA não podia ser em grande escala, tendo em vista o espaço limitado para estocar os alimentos não perecíveis adquiridos via processos licitatórios e aqueles que chegariam pelo PAA.

No que concerne à possibilidade de se comprar produtos agroecológicos e orgânicos suscitou-se uma insegurança por parte da comissão já que os sistemas de produção da agricultura familiar de Viçosa e região não possuía maioritariamente esta característica e provavelmente não atenderia o volume e regularidade de oferta, o que possivelmente representaria um obstáculo para participação dos agricultores, ainda segundo os entrevistados os produtos agroecológicos mais cultivados na região são hortaliças e frutas, e conforme foi supracitado havia decidido pela não inclusão de hortaliças. Além disso, a aquisição de alimentos de base ecológica demandaria assistência técnica e acompanhamentos dos agricultores fornecedores sendo inviável para UFV, pois em um espaço de tempo curto seria irrealizável para EMATER assessorar os agricultores e prepará-los para mercado institucional. Quanto aos alimentos orgânicos julgava-se, naquele momento, a impossibilidade de aquisição, como apontam as explicações:

“Orgânico eu acho que não, agroecológico nós temos até uma carência de definição mais precisa do que seria um alimento agroecológico, mas eu acho que não, em um curto espaço de tempo não tem volume necessário para o refeitório” (Entrevista, gestor 6, 2015).

“Eu creio que seria possível, mas a maioria dos produtos agroecológicos é voltada para frutas e hortaliças e ainda não se incluiu estes itens para o restaurante universitário, já os orgânicos não” (Entrevista, gestor 3, 2015).

“Se eu fizer a exigência no processo de produção agroecológica, ao invés de melhorar vai é piorar [...] se houver uma exigência técnica que requer fiscalização eu tenho a impressão que o mercado se desmancha [...] Existiria a possibilidade, mas eu acho que não teria regularidade de oferta e quem certifique, nossos técnicos estão sobrecarregados de trabalho, se exigir produção agroecológica, isto implica que nós vamos ter que dar assistência técnica e a extensão rural é individual, ou seja, se eu for trabalhar com um conjunto de produtores eu vou ter que parar de fazer tudo para fazer exatamente isto, não existe outra forma de fazer agroecologia se não for com muito acompanhamento e muita educação [...]” (Entrevista, gestor 5, 2015).

Frente às dificuldades elencadas anteriormente, no primeiro momento, a comissão deliberou que a experiência deveria ser realizada de forma piloto, pois se compreendia que era necessário testar o mercado, depreender os desafios e aprimorar o programa gradativamente.

“[...] Então a comissão definiu que nos teríamos um aprendizado neste processo inicial, para verificar como seria o processo e os resultados [...]” (Entrevista, gestor 3, 2015).

À vista disto os integrantes da equipe optaram por escolher alimentos que suprissem as necessidades do RU e que fossem fundamentados na vocação agrícola da

região, especialmente para que os agricultores do município e do entorno fossem beneficiados.

“A decisão de comprar alguns produtos não passou somente pela EMATER, foi decidido pela comissão [...]” (Entrevista, gestor 3, 2015).

“Os primeiros produtos foram definidos fazendo um paralelo com tudo que se oferece aqui no serviço de alimentação com a aptidão agrícola de Viçosa e região, com objetivo de deixar isso próximo do município de Viçosa. Como nós trabalhamos em parceria com a EMATER, houve o retorno deles com relação à produção e o quantitativo que atenderia a demanda do restaurante. Logo no início quando começamos a trabalhar com o PAA foi realizado um levantamento grande de produtos, pois nos pensávamos que se poderia trabalhar com uma maior variedade e diversidade de produtos, mas à medida que foi se estudando a demanda, a oferta, as dificuldades de armazenamento foram se reduzindo esta diversidade e então chegamos à definição dos três produtos, pó de café, feijão vermelho e banana prata, que foram comprados na primeira Chamada Pública” (Entrevista, gestor 4, 2015).

Como explanado, foi deliberado pelos gestores à aquisição de pó de café, feijão vermelho e banana prata. Outra condição que impactou na delimitação pela preferência por estes itens, além dos apontados, foi:

“[...] Selecionamos alguns alimentos que nós sabíamos que havia produção e uma boa oferta, como foi o caso do café, feijão e banana [...]” (Entrevista, gestor 5, 2015).

Embora para triagem dos alimentos houvesse sido priorizado aqueles cuja produção era de potencial oferta, os gestores julgaram imprescindível que os produtos solicitados na Chamada Pública não fossem desvinculados do processo licitatório, Pregão Eletrônico, modalidade utilizada para compras do RU, mesmo ocorrendo duplicidade de pedido, uma medida de precaução que zelava pela organização do serviço de alimentação, pois caso houvesse falhas no abastecimento por parte dos agricultores, os produtos permaneceriam disponíveis para serem adquiridos por outro método e se garantiria a oferta aos estudantes.

“Nós começamos a trabalhar com o PAA, mas não tivemos a segurança de deixar o registro de preço” (Entrevista, gestor 4, 2015).

“[...] Foram comprados somente três produtos iniciais [...] justamente pela preocupação de faltar algum produto” (Entrevista, gestor 3, 2015)

Como já descrito previamente, a compra precisava ser fracionada, já que a estrutura do RU era antiga e não possuía um depósito amplo para estocagem. Além disto, a experiência iniciaria de forma piloto, compreendia-se que era necessário adquirir alimentos em um menor quantitativo para ser distribuído em dias que o número de comensais no restaurante era menor, optou-se então por definir quantidades que

abastecessem o restaurante um sábado por mês, por um período de quatro meses, fevereiro a maio de 2014.

Nesta perspectiva, a Nutricionista RT pelo RU disponibilizou dados sobre o fornecimento de alimentos no restaurante, com vista auxiliar na compreensão da elaboração do quantitativo para primeira compra do PAA. Durante a semana, segunda a sexta-feira, são servidas diariamente cerca 8 mil refeições entre café da manhã, almoço e jantar, no final de semana, sábado e domingo, este número reduz para aproximadamente 3 mil refeições por dia. No gráfico 4, pode-se visualizar as quantidades de alimentos, pó de café, feijão vermelho e banana prata, consumidos em dias da semana (segunda à sexta-feira) para atender a refeição do almoço no R.U.

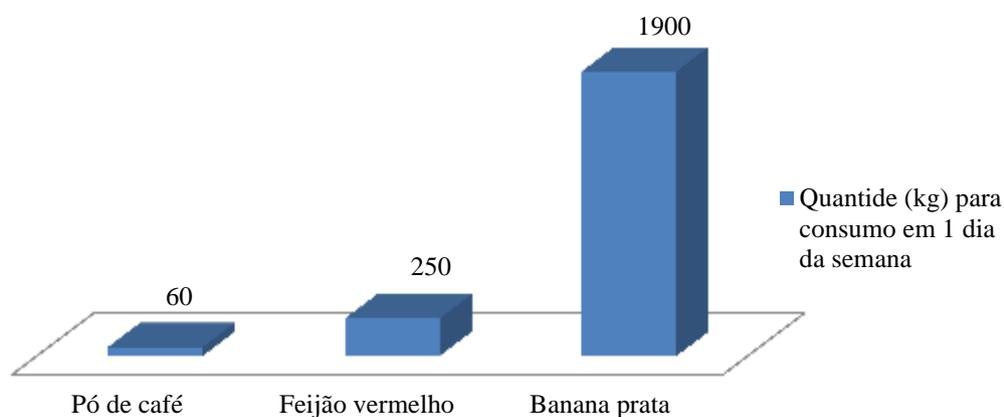


Gráfico 4. Quantidade em quilogramas de pó de café, feijão vermelho e banana prata consumidos no restaurante universitário em um dia da semana (segunda a sexta-feira), na refeição do almoço, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais. Fonte: Divisão de Alimentação da Universidade Federal de Viçosa, 2015.

Já o gráfico 5 abarca informações das quantidades que foram solicitadas via Chamada Pública, para atender a refeição do almoço, em um sábado por mês, e também a quantia total, que representa o somatório das compras nos quatros meses de fornecimentos.

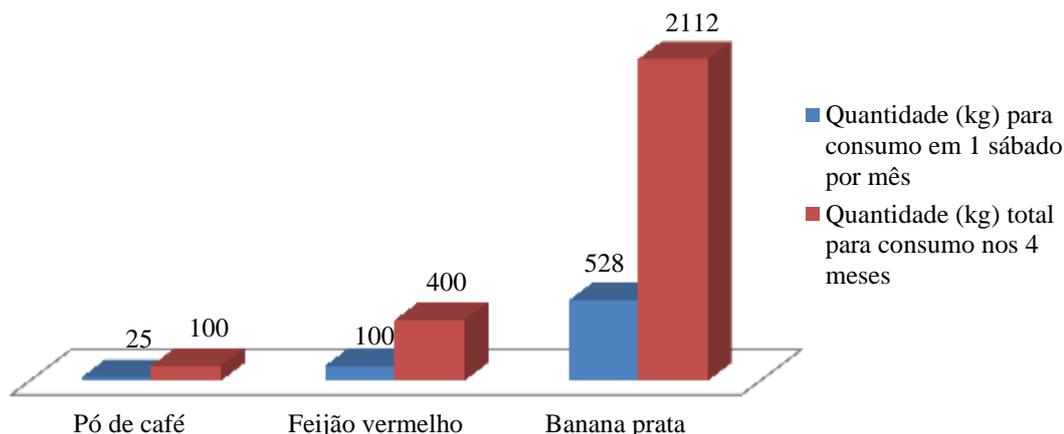


Gráfico 5. Quantidades em quilogramas de pó de café, feijão vermelho e banana prata solicitados na Chamada Pública 01/2013 para atender o restaurante universitário na refeição do almoço, um sábado por mês, por um período de quatro meses, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: Divisão de Alimentação da Universidade Federal de Viçosa, 2015.

Pode-se inferir, de acordo com os dados dos gráficos 4 e 5 que o volume dos gêneros alimentícios para a primeira Chamada Pública era relativamente pequeno quando comparado à quantidade utilizada dos mesmos produtos, em dias da semana, contudo, foi fundamental para iniciar o processo. O planejamento do cronograma de fornecimento da primeira Chamada Pública previa o fracionamento dos alimentos em lotes mensais (Quadro 1).

Quadro 1. Cronograma inicial de fornecimento de alimentos da agricultura familiar para o restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

Itens	Ano	Mês	Quantidade por lote (kg)
Pó de café	2014	Fevereiro	25
		Março	25
		Abril	25
		Maio	25
Feijão vermelho	2014	Fevereiro	100
		Março	100
		Abril	100
		Maio	100
Banana prata	2014	Fevereiro	528
		Março	528
		Abril	528
		Maio	528

Fonte: Edital de Chamada Pública 01/2013 da Universidade Federal de Viçosa, 2013.

A etapa posterior à definição dos alimentos consistiu-se em elaborar para cada alimento todas as informações referentes às especificações dos mesmos, testes de qualidade e condições transporte no ato da entrega, em conformidade com exigências do RU e do sistema de compras de governamentais, ComprasNet, portal onde a administração pública federal executa os processos de aquisição bens e serviços, incluindo gêneros alimentícios, por atos licitatórios e também pela modalidade CI do PAA (MDS, 2012). Conquanto estes critérios adaptaram-se as peculiaridades dos produtos da agricultura familiar. Os procedimentos condisseram com a Resolução nº. 50/2012, artigo 3º, que indicava que o controle de qualidade poderia ser realizado conforme as normas vigentes de cada instituição (BRASIL, 2012a).

“Estes critérios de especificações dos alimentos já existiam no sistema de compras da União, mas foram feitas adaptações para atender o Programa, por exemplo, o pó de café que recebemos da licitação vem embalado a vácuo, tem selo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), selo de qualidade, então pensou-se em manter a qualidade do produto, mas em uma embalagem mais econômica para o fornecedor, então nos adequamos a embalagem e a rotulagem, na licitação estes critérios são muito mais detalhados do que aqueles que fizemos para o PAA” (Entrevista, gestor 4, 2015).

Assim como acentuado acima pelo gestor 4, Wilkinson (2008) pondera que para atender ao mercados institucionais de compras de alimentos da agricultura familiar, como o PAA, deve-se adequar os padrões dos alimentos a realidade da produção dos pequenos agricultores, não se pode estabelecer as mesmas exigências dos produtos das grandes empresas como referência (WILKINSON, 2008). Para cada gênero alimentício elaborou-se uma especificação que informava as características organolépticas dos produtos, critérios de embalagem e condições de transporte, que se referia ao veículo e ao uso de uniforme do fornecedor no ato da entrega (Quadro 2).

Também foi catalogado para cada produto, os testes de qualidade, características sensoriais e sanitárias. Os gestores decidiram que fossem requisitados amostras dos produtos, após a publicação da ordem classificatória dos fornecedores. O quadro 4 apresenta informações referentes as amostras do produtos, os testes as quais seriam submetidas as amostras e a metodologia empregada (Quadro 3).

Quadro 2. Especificação organoléptica, critério de embalagem e condições de transporte dos alimentos da agricultura familiar, pó de café, feijão vermelho e banana prata.

Produto	Especificações organolépticas	Critérios para embalagem	Condições de transporte
Pó de café	Café 100% Arábica, tipo torrado, em pó, grão verdes com qualidade de bebida dura, pó com qualidade de bebida superior.	Sacos de polipropileno de 1 a 5 kg, inviolados, empacotados em fardos de 25 kg envolvidos em papel pardo. Boas condições de armazenagem. Data de fabricação e validade (no máximo de 3 meses a partir da moagem) estampadas no rótulo de cada embalagem. Constar o nome do produtor, local da propriedade, data da moagem e a data de validade.	Em veículo apropriado, com compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade. O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada com manga.
Feijão Vermelho	Feijão, tipo 1, vermelho, safra nova, grãos inteiros, graúdos e sãos, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas e mistura de outras variedades e espécies.	Sacos de plásticos resistente e transparente de 1 a 5 kg. Fardo de 25 kg inviolado. Boas condições de armazenagem, data de fabricação e validade (no máximo de 180dias) estampadas no rótulo de cada embalagem. Constar nome do produtor, local da propriedade, data da colheita e a data de validade.	Veículo apropriado, com compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade. O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada com manga.
Banana Prata	Banana prata extra, em pencas, frutos com aproximadamente 120g, com 60 a 70% de maturação, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta. Isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente.	Embalada em caixas vazadas de polipropileno	O veículo deverá estar em perfeitas condições de higiene. O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, o entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos, camisa fechada e com manga.

Fonte: Edital de Chamada Pública 01/2013 da Universidade Federal de Viçosa, 2013.

Quadro 3. Especificações das amostras dos produtos da agricultura familiar, pó de café e feijão vermelho, análise e metodologia adotada nos testes de qualidade.

Produto	Amostras	Análises	Local das análises	Metodologia das análises
Pó de café	01 kg do café em pó	Características sensoriais e sanitárias do café torrado e moído.	Instituições de pesquisa especializada em qualidade de alimentos, que seriam definida pela UFV.	Resoluções SAA 19 de 05/04/2010, SAA 30 e 31 de 22/06/2007 e a Instrução Normativa n° 06 de 22/02/2011 do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
	01 kg de grãos verdes	Qualidade da bebida de grãos crus	Empresa que atestem qualidade de bebidas de grãos crus, definida pela UFV.	Padrões da Instrução Normativa n° 08, de 11/06/2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Feijão vermelho	01 kg de feijão	Avaliação da qualidade química	Cozinha experimental da Divisão de Alimentação.	Catação do feijão e verificação da pureza do produto.
	01 kg de feijão	Teste de cocção	Cozinha experimental da Divisão de Alimentação	Cocção em panela de pressão por 45 minutos para verificação do ponto de cocção, características organolépticas (aparência, sabor, coloração e textura do caldo).

Fonte: Edital de Chamada Pública 01/2013 da Universidade Federal de Viçosa, 2013.

Para um dos gestores a exigência de especificações e testes de qualidade dos alimentos da agricultura familiar fornecidos para UFV são admissíveis e é inerente ao processo de compras do PAA, em vista da vulnerabilidade dos alimentos às contaminações e os riscos que podem oferecerem à saúde do consumidor, garantido assim a segurança alimentar, para o público beneficiário consumidor do RU, quanto para o agricultor e sua família, que também se alimentam da produção. O gestor ainda mencionou que esta é uma das formas de preparar o agricultor para qualificar sua produção e atender às exigências do mercado.

“Não deve relaxar com a segurança alimentar, é preciso mostrar ao agricultor que a exigência é cabível pela própria legislação, o que é bom, pois eles vão melhorar a produção e qualidade dos produtos tanto para vender quanto para sua alimentação, é uma forma de educar” (Entrevista, gestor 3, 2015).

O estágio subsequente consistiu na elaboração dos preços de referência dos gêneros alimentícios para a Chamada Pública, para um dos gestores compreender esta

etapa foi a princípio, um fator dificultador, pois havia desconhecimento da comissão gestora de como deveria ser efetivado o processo e para sanar as dúvidas a comissão procurou orientação com o MDS:

“Para elaboração dos preços do primeiro edital, nós tivemos muita dificuldade, porque era um processo novo e nós não entendíamos bem como deveria ser feito [...] a gente buscou orientações com o MDS, fomos no comércio local a varejo, pegamos os preços dos mesmos produtos que estariam na Chamada e fizemos a média dos três preços. Nós seguimos toda a recomendação, o papel era timbrado e assinado pelo fornecedor”. (Entrevista, gestor 01, 2015).

Conforme exposto na fala do gestor 1, a cotação de preço de cada alimento, foram apurados através de pesquisas em três mercados na cidade de Viçosa, M.G, que comercializavam alimentos da agricultura familiar, foi realizada a média dos preços pagos pelo consumidor e obteve-se o preço de referência por quilograma, de R\$ 11,86 para o pó de café, R\$ 4,41 para feijão vermelho e R\$ 1,94 para a banana prata. As estimativas das despesas total da UFV com a aquisição de gêneros alimentos da agricultura familiar foi de R\$ 7.218,00. Na coleta de preços, utilizou-se um formulário, que continha logotipo, CNPJ e assinatura do responsável pelo estabelecimento pesquisado, que se comprometia, pela veracidade das informações prestadas.

A partir da análise documental da Resolução nº 50/2012, artigo 5º, pode-se observar que a UFV cumpriu o que foi definido na metodologia para elaboração do preço de referência dos alimentos para Chamada Pública.

“Para definição dos preços de aquisição dos produtos da agricultura familiar e suas organizações, o órgão responsável pela compra deverá realizar, no mínimo, 3 (três) pesquisas devidamente documentadas no mercado local ou regional” (BRASIL, 2012a).

Ainda a despeito da primeira definição dos preços de aquisição dos alimentos da agricultura familiar, os gestores declararam como um entrave externo para a entidade executora do PAA, no caso a UFV, presumivelmente, em razão dos agricultores não estarem capacitados a atribuírem valor comercial aos seus produtos para atender a Universidade. Esse é um mercado institucional desconhecido para eles até o momento.

“[...] Não existia organização preparada para emitir cotação [...]” (Entrevista, gestor 6, 2015).

De acordo com a fala do gestor 6, pode-se inferir que os agricultores, necessitavam de qualificação para estabelecer preços aos seus produtos, haja vista a necessidade de se considerar todas despesas com frete, embalagens, encargos e

quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto, que deveriam ser considerados na composição do preço final do produto (ONU, 2015), como afirmou o depoimento abaixo:

“[...] outra dificuldade era reforçar com o agricultor que o preço que ele se dispunha a ofertar deveria contemplar todo os custos e despesas incorridos para a execução do objeto [...] (Entrevista, gestor 7, 2015).

A fase que veio logo depois, diz respeito ao delineamento da participação dos agricultores familiares no processo de Chamada Pública, para isto a comissão do PAA utilizou-se das prerrogativas da Resolução nº. 50/2012, artigo 4º, ou seja, poderiam participar do processo como possíveis fornecedores os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendessem aos requisitos previstos no artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2012a).

O artigo 3º, da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, alterado pelo artigo 39º, Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, consideram como agricultores familiares aqueles que, atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

“I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.
III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo.
IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (Brasil, 2006, artigo 3º; Brasil, 2011, artigo 39º).

A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores foi feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (DAP), as cooperativas e outras organizações que possuísem DAP Jurídica também poderiam vender nesta modalidade, desde que respeitado o limite de venda por unidade familiar, que era de R\$ 8.000 (Brasil, 2012a).

Os critérios de priorização para elaboração da lista classificatória dos agricultores aptos a fornecerem foi disposta da seguinte maneira: Fornecedores do âmbito local (município de Viçosa); Assentados de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas ou quilombolas; Fornecedores de gêneros alimentícios orgânicos

ou agroecológicos; Grupos formais⁴⁸sobre os informais⁵⁹e estes sobre os fornecedores individuais e Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores no seu quadro de sócios. Foram classificados aqueles que apresentaram todos os documentos exigidos na Chamada Pública e que apresentaram menor preço de venda (UFV, 2013).

“No primeiro processo foi definido, por meio da Comissão do PAA, o critério de priorização para agricultores estabelecidos no município de Viçosa, ou seja, todos os interessados poderiam participar, no entanto seriam priorizados os de Viçosa. Esse critério visou manter o recurso na região e conhecer os potenciais fornecedores que se interessariam por esse tipo de processo” (Entrevista, gestor 7, 2015).

Em relação ao exposto pelo gestor 7, é relevante destacar que inicialmente a ideologia dos gestores era que o recurso investido no PAA ficasse predominantemente no município de Viçosa, onde a UFV esta inserida. Ainda, para os gestores a participação dos agricultores nos trâmites da Chamada Pública, traçaria a dimensão dos agricultores que haviam interesse no mercado e que poderiam atender a demanda.

No que diz respeito à classificação dos projetos de venda para o pó de café, feijão vermelho e banana prata, o Edital 01/2013 definia como mais vantajosa para a UFV, à proposta com menor preço, visando não onerar os custos da instituição. O critério de classificação dos projetos de venda, pelo menor preço, também foram praticados nas Chamadas Públicas da Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal de Santa Maria (UFPR, 2012, 2013, 2015; UFSM, 2013, 2015).

Desde 2012, após a publicação do Decreto 7.775/2012, o sistema eletrônico de compras governamentais, denominado, ComprasNET já estava habilitado para opção de aquisição de gêneros alimentícios pela modalidade CI, através da dispensa de licitação (MDS, 2012). Assim, após definição dos alimentos, quantidade, especificações e os demais procedimentos da Chamada Pública, a DAL, elaborava o pedido de compras e registrava no portal ComprasNet. Feito isto, a solicitação de compras era encaminhada a PCD para autorização, e então endereçada a DMT para confecção do edital de Chamada Pública.

⁴ Grupo Formal: Organizações fornecedoras – Cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como Pessoa Jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão, DAP Especial - Pessoa Jurídica (BRASIL, 2012).

⁵ Grupo Informal: Beneficiários fornecedores – Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidade indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006).

A DMT confeccionou o primeiro edital de Chamada Pública em consonância com o aparato legal da Lei nº 11.326/2006, artigo nº 17 da Lei nº 12.512/2011, Decreto nº 7.775/2012, Resolução nº 50/2012 (BRASIL, 2006; 2011; 2012; 2012a), além de contemplar as deliberações da comissão gestora do PAA na UFV.

“Foi necessário elaborar o edital e procedimentos que atendesse a demanda e ao mesmo tempo seguisse as regulamentações que os gestores do programa tinham proposto” (Entrevista, gestor 7, 2015).

Na Chamada Pública constavam informações que visava à promoção e divulgação de conhecimento para que os agricultores familiares interessados pudessem concorrer à comercialização dos seus produtos à Universidade, havia referência aos alimentos solicitados pela entidade executora, o quantitativo, as especificações, preço de referência, amostras dos produtos, cronograma de entrega, deveres da contratante (Universidade) e da contratada (agricultor), documentação exigida para habilitação da proposta, proposta de venda, critérios de priorização dos agricultores familiares, informações da classificação das propostas, o período do contrato e sua vigência e pagamentos (UFV, 2013).

Finalizado o edital, a DMT o despachava para Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO) e Procuradoria Jurídica da União, para autorização, ordenação das despesas e análises dos aspectos legais. Após avaliação dos órgãos competentes o edital retornava a DMT para emissão ao Diário Oficial da União (DOU) e para divulgação no MDS.

Em 20 de dezembro de 2013, a UFV formalizou a sua adesão ao PAA, por meio de um Seminário de Lançamento do Edital de Chamada Pública nº 01/2013 (Anexo E), promovido pela PCD e comissão gestora do PAA, como atividade de extensão, a fim de difundir a adesão da Universidade a modalidade CI, do PAA, promover a articulação da Instituição com a agricultura familiar, divulgar os instrumentos operacionais necessários para participação dos agricultores no programa, e estabelecer um diálogo com os agricultores.

“[...] Foi uma conversa entre a comissão gestora do PAA com os participantes, objetivando realizar a divulgação do PAA na UFV e promover a articulação da Universidade com os agricultores familiares” (Entrevista, gestor 1, 2015).

A cerimônia foi presidida pela Reitoria da UFV, e contou com a participação dos gestores da PCD, representantes da EMATER de Viçosa, DMT, do Centro de Ciências Agrárias, do Departamento de Agricultura e Pecuária de Viçosa. Estiveram presentes

aproximadamente 100 pessoas, entre representantes da comunidade acadêmica, agricultores familiares, sindicatos rurais, cooperativas, associações de produtores, representantes da Prefeitura Municipal de Viçosa, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM) e ITCP (UFV, 2013a; UFV, 2013b).



Figura 2. Registro da mesa de cerimônia de lançamento do Edital de Chamada Pública nº 01/2013, para aquisição de alimentos da agricultura familiar, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: Universidade Federal de Viçosa, 2013.

Conforme o boletim de Notícias emitido pela UFV no dia 21 de dezembro de 2013, para a Reitora da Universidade “o momento de divulgação do primeiro Edital do PAA tratava-se da concretização de um sonho, trazer produtos dos agricultores familiares da região para os estudantes. Ela ressaltou que era o início de um projeto e, por isso, foram poucos os produtos selecionados, o que se justificava, segundo depoimento, para que os agricultores pudessem se organizar para atender à demanda da UFV” (UFV, 2013a).

No dia 24 de dezembro de 2013, o aviso de dispensa de licitação, Edital de Chamada Pública da agricultura familiar nº 01/2013 da UFV, foi publicado no DOU nº 249, página 34 (MARTINS, 2013), posteriormente o Edital foi divulgado pela DMT no endereço eletrônico <http://www.dmt.ufv.br>, na página da UFV: https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=20140. Foi enviado para o escritório regional da EMATER em Viçosa, que encaminhou para os escritórios e municipais e publicou no *site* da entidade: http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_pgn_radio_emater_acao_resumo&upload=14573#.VIOa53arTIV. O jornal eletrônico Viçosa News também propalou a notícia: <http://vicosanews.com/2014/01/04/ufv-esta-com-edital-aberto-para-aquisicao->

de-produtos-da-agricultura-familiar/. O edital de Chamada Pública 01/2013 da UFV também foi disponibilizados no portal do MDS: <http://www.mds.gov.br>, no link PAA Compra Institucional, Chamadas realizadas e no site do MDA: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/universidade-de-minas-gerais-compra-produtos-da-agricultura-familiar>.

Os agricultores familiares e/ou suas organizações, que almejavam vender para UFV, deveriam apresentar e protocolar na DMT a documentação para habilitação e a proposta de venda entre 26 de dezembro de 2013 a 17 de janeiro de 2014. Neste período foram expedidas para a DMT sete propostas, sendo cinco para o item pó de café, uma para o feijão vermelho e uma para a banana prata. Das cinco propostas recebidas para o pó de café, uma foi de uma agricultora residente na Zona Rural (ZR) de Viçosa, e quatro de agricultores residentes na ZR do município de Araponga, Minas Gerais. Para o item feijão vermelho a única proposta recebida foi de um agricultor familiar residente na ZR de Viçosa e para a banana prata a única proposta foi de um agricultor familiar residente na ZR de Araponga (UFV, 2014a). No dia 27 de janeiro de 2014 a DMT anunciou a ordem classificatória das propostas, como disposto no quadro 4.

Quadro 4. Ordem classificatória das propostas de vendas apresentadas pelos agricultores familiares na Chamada Pública 01/2013 da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Produto	Classificação	Fornecedor	Município / Estado	Quantidade (kg)	Valor Unitário (R\$)*	Valor Total (R\$)
Pó de café	1º	Agricultora individual	Viçosa / MG	100 kg	11,00	1.100,00
	2º	Agricultor individual	Araponga / MG	25 kg	11,50	287,50
	2º	Agricultor individual	Araponga / MG	25 kg	11,50	287,50
	2º	Agricultor individual	Araponga / MG	25 kg	11,50	287,50
	2º	Agricultor individual	Araponga / MG	25 kg	11,50	287,50
Feijão Vermelho	1º	Agricultor individual	Viçosa / MG	400 kg	4,41	1764,00
Banana prata	1º	Agricultor individual	Araponga / MG	2112 kg	1,90	4.012,80

*Valor unitário (R\$) / kg: refere-se ao preço de venda, para cada alimento, proposto pelos agricultores familiares no projeto de venda.

Fonte: Resultado da Chamada Pública 01/2013 da Universidade Federal de Viçosa, 2013.

Observou-se, que em virtude de constar no subitem 15.1 do Edital de Chamada 01/2013 a classificação das propostas considerando o menor preço, que os agricultores que pretendiam fornecer pó de café e banana prata, apresentaram na proposta de venda preços menores que o preço de referência disposto no subitem 3.1 da Chamada Pública, que era de R\$ 11,86/kg para o pó de café e R\$ 1,94/kg para banana prata. Apenas para o feijão vermelho o preço de venda apontado na proposta do agricultor foi igual ao preço de referência de Chamada, R\$ 4,41/kg (UFV, 2013; UFV, 2013c) (Quadro 4).

Os agricultores classificados em primeiro lugar, para o pó de café e feijão vermelho, foram convocados para apresentar as amostra no RU até o dia 31 de janeiro de 2015, para submissão aos testes de qualidade, características sensoriais e sanitárias (UFV, 2013c). Todos cumpriram com o cronograma e as amostras foram entregues em tempo hábil, em concordância com as especificações e obtiveram parecer técnico satisfatório, atendendo a todos os quesitos previstos no item 6 do edital de Chamada Pública 01/2013 (UFV, 2013). O momento de entrega das primeiras amostras foi registrado pela Divisão de Jornalismo da Coordenadoria de Comunicação Social da UFV e divulgado no jornal da UFV nº 1.456, edição janeiro/fevereiro de 2014, na página 10 (PASSOS, 2014).



Figura 3. Amostras entregues pelos agricultores familiares para submissão aos testes de qualidade, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: Jornal da Universidade Federal de Viçosa nº 1456, janeiro/fevereiro, 2014.

Decorrido todos os tramites legais o processo foi homologado pela UFV e os agricultores assinaram o contrato em fevereiro de 2014. A partir de então os agricultores que atenderam todos os requisitos tornaram-se fornecedores. O estágio subsequente consistiu na operacionalização de fornecimento no RU de acordo com o cronograma

determinado no item 7 do Edital 01/2013 (UFV, 2013), o mês previsto para início das entregas dos produtos seria em fevereiro de 2014, contudo, em virtude da greve dos técnicos administrativos e professores da UFV, que aconteceu no ano letivo de 2012, e que se estendeu por um período de cerca de quatro meses (ANDES, 2012), o calendário escolar foi delongado sendo regularizado somente no ano de 2014, com o início do primeiro semestre letivo em 10 de março (UFV, 2012a), diante da circunstâncias, foi inevitável a alteração nas datas de entregas, prorrogando o processo.

“O atraso (primeira entrega) foi devido à greve dos servidores da UFV”
(entrevista, gestor 4, 2015).

As novas datas de entrega foram retificadas pela DAL (Quadro 5), mediante acordo formal entre a UFV e os agricultores.

Quadro 5. Novo cronograma de entrega e de consumo da banana prata, pó de café e feijão vermelho, restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

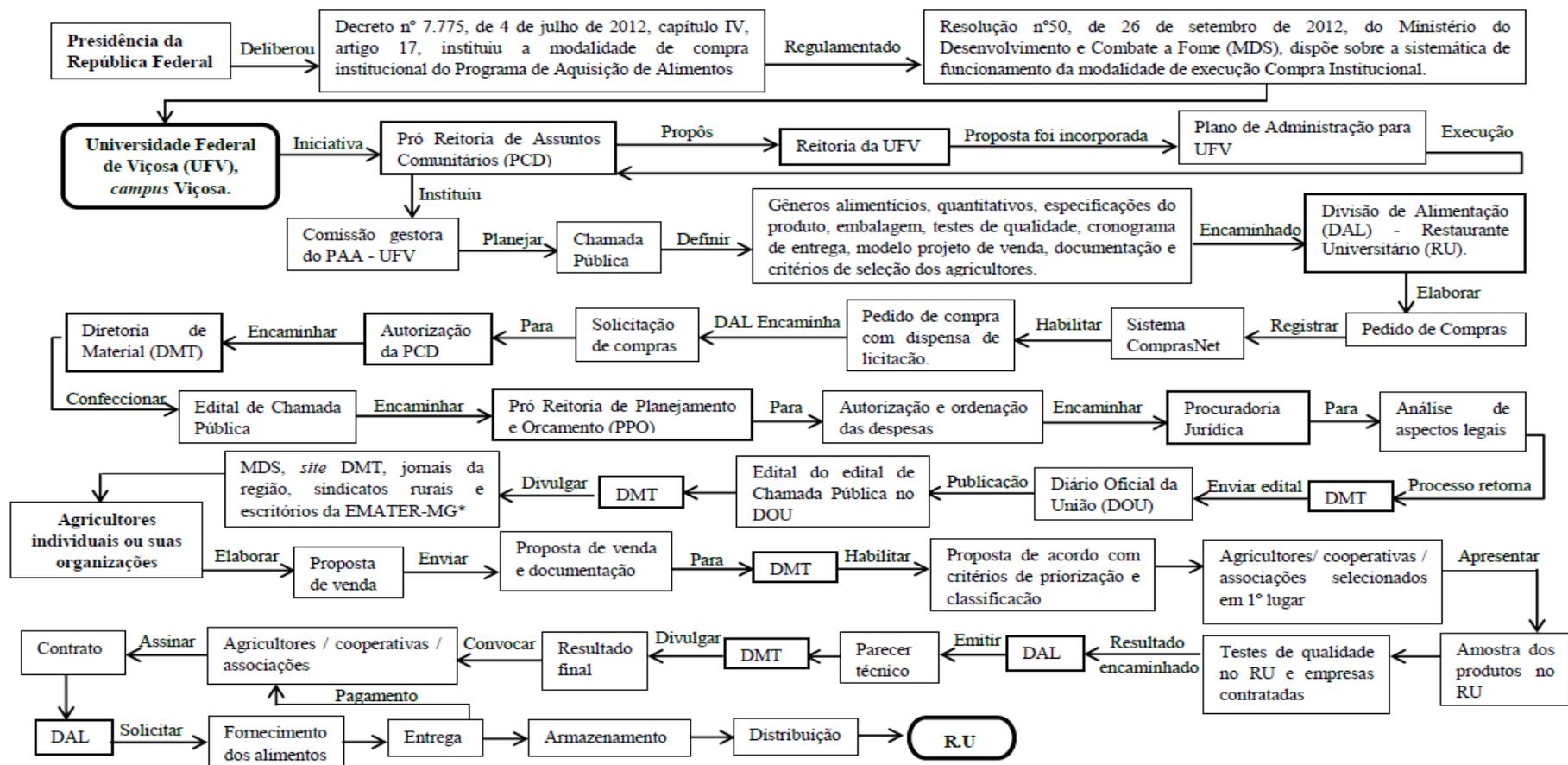
Produto	Mês	Data entrega	Data Consumo	Quantidade (kg)
Banana prata	Abril	04/04/2014	05/04/2014	528
	Abril/Maio	28/04/2014	03/05/2014	528
	Maio	26/05/2014	31/05/2014	528
	Junho	16/06/2014	21/06/2014	528
Pó de café	Abril	10/04/2014	12/04/2014	25
	Maio	08/05/2014	10/05/2014	25
	Junho	12/06/2014	14/06/2014	25
	Julho	10/07/2014	12/07/2014	25
Feijão vermelho	Abril	23/04/2014	26/04/2014	25
	Maio	13/05/2014	17/05/2014	25
	Junho	24/06/2014	28/06/2014	25
	Julho	15/07/2014	19/07/2014	25

Fonte: Divisão de Alimentação da Universidade Federal de Viçosa, 2013.

Por conseguinte a DAL emitia a nota de empenho, endereçava aos agricultores e os contatava para revisar o cronograma e visando, ao mesmo tempo, estabelecer uma aproximação do órgão comprador com o produtor, o que para Triches (2010), é um dos aspectos a destacar nos mercados institucionais, a conexão entre os elos da cadeia produtiva de alimentos.

“Quando o processo está todo fechado e já aconteceu a seleção do fornecedor, emite-se uma nota de empenho, quando o fornecedor já está com esta nota, o restaurante entra em contato com o fornecedor para negociar o dia e a hora de entrega, apesar dele já ter o cronograma no termo de referência, este contato para negociação se dá mais no sentido de nós conhecermos, repassar o cronograma caso aconteça alguma alteração e esclarecer dúvidas” (Entrevista, gestor 4, 2015).

A próxima etapa consistiu nas entregas dos produtos no refeitório pelos agricultores, armazenamento e distribuição no RU de acordo com o cronograma de consumo. Em até 10 dias após a entrega, ocorria o pagamento (UFV, 2013). A figura 4, mostra as etapas para implementação do PAA na UFRV.



*EMATER-MG: Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

Figura 4. Etapas para implementação do Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa, *campus* Viçosa, Minas Gerais, para uso no restaurante universitário.

4.1.1 Execução das compras dos alimentos da agricultura familiar para o restaurante universitário: edital de Chamada Pública 01/2013

Esta seção trata da efetivação das compras de alimentos da agricultura familiar, pela modalidade CI, do PAA, para uso no RU. Uma inobservância aconteceu logo no primeiro fornecimento da banana prata, que havia sido programada para o dia 04 de abril de 2014, no entanto, o fornecedor antecipou a entrega no RU para 31 de março de 2014e, e justificou a ocorrência por ter adiantado o processo da colheita da banana. O agricultor não contava com uma infraestrutura adequada para estocar o produto até o dia agendado de entrega, ademais se pode inferir um despreparo quanto ao planejamento do agricultor, por outro lado, o RU também não possuía espaço adequado para estocar um grande quantitativo de banana fora da data prevista, devido à infraestrutura, pois as câmaras frias do restaurante estavam ocupadas com outros gêneros alimentícios que seriam consumidos neste período, e o espaço para armazenar a banana estava programado de acordo com o cronograma, o que gerou contratempos.

Como sinalizam Tanaca; Souza Filho; Ganga (2014) a não pontualidade de entregas dos produtos e a inadimplência quanto dia e horário podem acarretar desvios de funções nas áreas de recepção da UAN, com conseqüente perda da eficiência do processo funcionamento do serviço de alimentação, logística de estocagem e distribuição dos alimentos. Aliado a este entrave de operacionalização, o lote de banana apresentava-se com grau de maturação desuniforme, não satisfazendo o exigido no item 3 do edital de Chamada Publica nº 01/2013 (UFV, 2013) (Figura 5).



Figura 5. Primeiro lote de banana prata da agricultura familiar entregue no restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

O ponto de maturação do alimento relaciona-se ao processo de desenvolvimento do produto agrícola. Sua observação é importante, tendo em vista a uniformidade, o que facilita o armazenamento e o que irá determinar o período de consumo, em conformidade ou não com o planejamento do serviço. Alimentos mais maduros deverão ser destinados para consumo imediato, enquanto que os produtos que ainda suportam mais tempo (menos maduros) poderão aguardar para serem distribuídos (TANACA; SOUZA FILHO; GANGA, 2014). Neste caso, o ideal era que o lote fosse distribuído de uma só vez, devido às limitações da estrutura física e perecibilidade da banana.

“Na primeira Chamada Pública, a banana chegou com um ponto de maturação muito irregular [...]” (Entrevista gestor 4, 2015)

“[...] Devido à estrutura antiga do refeitório não existe depósito para guardar um grande volume de banana até amadurecer. Este é um problema que vem da desorganização dos agricultores, por não possuírem uma câmara de climatização e amadurecimento” (Entrevista, gestor 6, 2015).

A entrega do primeiro lote de banana prata foi acompanhado pelo funcionário estoquista do RU, assim como normalmente acontece no momento do recebimento de gêneros alimentícios, o funcionário realizou as anotações de todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, e encaminhou os apontamentos à nutricionista responsável técnica pelo RU para as providências cabíveis (UFV, 2013).

“[...] No ato do recebimento a avaliação feita é um comparativo se visualmente esta de acordo com a amostra, pesamos os alimentos para conferir o quantitativo, verificamos a nota fiscal” (Entrevista, gestor 4, 2015).

Tanaca; Souza Filho; Ganga, (2014) afirmam que o acompanhamento no ato de recebimento dos produtos, para observação da documentação e das características dos alimentos, tamanho, cor, peso e grau de maturação, é substancial para verificar se cada um desses elementos estão compatíveis com as especificações do órgão comprador.

Quanto ao transporte dos alimentos até o RU, um dos gestores relatou ter acontecido em conformidade com os quesitos do subitem 8.3 do edital 01/2013 (UFV, 2013).

“[...] Os agricultores tem atendido as exigências do edital, o carro utilizado para transporta os alimentos é fechado, a pessoa responsável pela entrega esta vinda paramentada como nós pedimos, a embalagem dos alimentos esta correta, a banana vem em caixa de polietileno, eles estão bem atentos quanto a isto, não tivemos problemas até hoje, esta parte esta bem tranquila” (Entrevista, gestor 4, 2015).



Figura 6. Transporte do primeiro lote de banana prata da agricultura familiar para o restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.
Fonte: Universidade Federal de Viçosa, 2014.

Ciente do contratempo ocorrido no primeiro fornecimento da banana prata, a Nutricionista encaminhou as informações à comissão do PAA, que a princípio primou pela prudência, salvaguardando a permanência do agricultor no processo, pois havia ciência de que CI representaria uma inovação tanto para UFV, devido ao formato de compras que a Instituição não estava habituada a executar, quanto para os produtores, principalmente pela dificuldade deles se adequarem as exigências, o que suscitava necessidade de adequações ao processo de produção para o mercado institucional, como exposto pelos autores Triches; Schneider, (2010); Martinelli et al., (2015).

A Nutricionista comunicou o agricultor sobre as imperfeições, falhas e irregularidades verificadas no produto fornecido, e o advertiu oralmente intensificando a atenção quanto às exigências enunciadas no item 10 do edital Chamada Pública (UFV, 2013), que tratava dos deveres da contratada.

Intentando acelerar o amadurecimento uniforme do lote, os estoquistas do RU acondicionaram as bananas em caixas vazadas de polipropileno envoltas de uma lona plástica, não foi utilizado nenhum produto químico para induzir o processo.

Todavia, apesar do incidente, foi possível que parte do lote de banana prata atingisse maturação apropriada para consumo no almoço do primeiro sábado de abril de 2014, conforme estava previsto, mas vale sobrelevar a desordem no serviço, pois os funcionários precisaram selecionar as bananas que estavam no ponto de consumo daquelas que não estavam. As bananas que não foram distribuídas no sábado foram utilizadas em outros dias da semana em preparações como, por exemplo, a farofa. É importante destacar que oferecer parte do lote do alimento em um dia e o restante em outro não era o objetivo da Universidade e dos gestores proponentes.

“[...] Ficou banana mais madura e menos madura, parada lá no refeitório, isto tumultuou o serviço, foi preciso ficar selecionando a banana que estava madura da que não estava” (Entrevista, gestor 06, 2015).



Figura 7. Primeiro dia de fornecimento da banana prata no restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

A presença de um alimento da agricultura familiar compoendo o cardápio do RU foi divulgada aos comensais através de um pôster afixado no restaurante que trazia a informação, “Do campo para o *campus*: você está consumindo banana da agricultura familiar”.

“O dia que é servido o produto da agricultura familiar no restaurante universitário, nos colocamos um banner informando que o estudante está consumindo aquele produto da agricultura familiar” (Entrevista, gestor 4, 2015).



Figura 8. Pôster de divulgação do fornecimento da banana prata, afixado no restaurante universitário no dia de consumo do produto, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Os demais alimentos, pó de café e feijão vermelho, foram requeridos pelo RU respeitando o calendário de fornecimento, as entregas aconteceram sem nenhuma intercorrência e os produtos apresentaram-se de acordo com parâmetros exigidos no edital de Chamada Pública 01/2013. O dia de consumo do pó de café e feijão no RU, também foi divulgado aos comensais através de um pôster afixado na entrada do RU.



Figura 9. Pôster de divulgação do fornecimento do pó de café, afixado no restaurante universitário no dia de consumo do produto, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.



Figura 10. Pôster de divulgação do fornecimento do feijão vermelho, afixado no restaurante universitário no dia de consumo do produto, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2014.

Assim, seguiram-se as entregas durante os meses de maio a julho de 2014, porém no mês de junho, ocorreu outro episódio atípico envolvendo novamente o fornecedor de banana prata, pois a última entrega prevista para 16 de junho de 2014 não aconteceu. A nutricionista foi informada do episódio e contactou o agricultor, que

afirmou ter esquecido a data de fornecimento, o acontecimento foi anunciado à assessora especial da PCD e coordenadora do grupo gestor do PAA, para saber qual seria a postura da comissão e da Instituição, antes de adotar uma medida punitiva, haja vista, que este era o segundo infortúnio com o abastecimento do produto. A Assessora sugeriu uma conversa informal entre ela, a nutricionista e o agricultor, o encontro aconteceu na primeira semana de julho de 2014. Optou-se por este artifício, ensejando, desta maneira, trocar informações com o agricultor sobre o desabastecimento do produto.

O agricultor foi convidado a conhecer a estrutura e o funcionamento do RU, intentando sensibilizá-lo, demonstrando-o que a falta de um alimento prejudicava toda cadeia de produção das refeições, além das atividades do restaurante, principalmente, no que se referia ao planejamento do cardápio e a composição nutricional do mesmo, acometendo a população de consumidores finais beneficiados pelo PAA, que neste caso, são os estudantes, principalmente, aqueles em vulnerabilidade social que recebem bolsa alimentação e fazem todas as suas refeições no RU.

Além disso, foi reforçado que o mal passo de um fornecedor impactava negativamente para o Programa, gerando insegurança e incerteza para Universidade com relação ao abastecimento. Cabe a ressalva, que este momento de troca de informações e reflexão sobre a conduta do agricultor, não visava a sua exclusão, mas seu preparo e aperfeiçoamento para sua permanência no mercado institucional.

Para o agricultor foi valoroso a abertura da Instituição ao diálogo, proporcionando-o a oportunidade de conhecer a estrutura e o funcionamento do RU, destacando também, que para ele, foi um espaço de valorização e reconhecimento do seu trabalho.

“A partir de uma conversa que eu tive lá no escritório da nutricionista que eu fiquei conhecendo o restaurante, me parece que serve oito mil refeições por dia para os alunos da UFV, e uma coisa que ela me falou, se estiver servindo, por exemplo, banana, tem que ser banana para todo mundo” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

“[...] Antes se um agricultor chegasse lá querendo vender talvez ele nem fosse atendido, e eu como agricultor tive a oportunidade de fazer uma reunião dentro do refeitório da Universidade com a representante do PAA, isso para mim já é um ganho, esse ganho que, eu falo, é o reconhecimento da agricultura familiar” (Entrevista, agricultor 2, 2015).

Embora tenha se verificado alguns entraves nas entregas da banana durante a execução da primeira Chamada, a execução do programa, seguiu efetivamente todos os instrumentos operacionais legais.

“[...] A operacionalização do Programa não tem apresentado problema” (Entrevista, gestor 4, 2015).

4.2 Expansão das compras: processo de divulgação e participação social.

Em face do depoimento abaixo e do que já foi exposto nas seções anteriores, depreende-se, que a diligência da UFV, em inserir os agricultores familiares no mercado institucional partiu de uma decisão política, social e de estímulo ao agricultor familiar, visto que até então a adesão ao PAA, modalidade CI, era facultativo.

“A boa vontade de abrir uma chamada, de fazer essa construção, a Universidade já demonstrou que tem” (Entrevista, gestor 8, 2015).

O passo inicial já havia sido realizado, mas a meta da comissão gestora do PAA, era expandir o leque de produtos comercializados, aumentar as quantidades e o número de beneficiários fornecedores, o que tornava o processo muito mais complexo, por demandar a articulação entre oferta, demanda, sazonalidade e periodicidade de entrega.

“[...] Falta avançar e construir outras chamadas um pouco mais próximas da realidade que é possível ser ofertada localmente [...] também saber como os agricultores familiares estão organizados para atender uma demanda de volume tão grande e que não pode ter nenhum tipo de falha no abastecimento” (Entrevista, gestor 8, 2015).

Isto significava que tanto a Universidade quanto os agricultores precisavam se estruturar, o primeiro na sistematização prévia das compras da agricultura familiar, para que a divulgação do edital de Chamada Pública acontecesse em um intervalo de tempo maior, assim, os agricultores poderiam se organizar para o mercado institucional, presumivelmente, com uma oferta eficientemente capaz de atender o RU.

“[...] Eu penso que a Chamada Pública deveria ser realizada com antecedência, por exemplo, nós temos uma safra de feijão que produz num período determinado, então eu acho que a Chamada deveria vir bem antes para que o agricultor pudesse ter a oportunidade de se organizar para o mercado” (Entrevista, gestor 3, 2015).

Reflexionando sobre o exposto os gestores do PAA desde a implantação do programa realizavam encontros periódicos, quinzenal ou mensal, o que variava de acordo com agenda de cada profissional, com vistas a monitorar a operacionalização da primeira experiência com o PAA e concomitantemente pretendendo elaborar uma compra “maior” para segunda Chamada Pública.

Alguns eventos e projetos de extensão começaram a abrir um diálogo da UFV com outras instituições objetivando divulgar a implementação do PAA no RU entre os agricultores, empreendimentos coletivos e representações sociais da região da Zona da Mata de Minas Gerais. Simultaneamente buscou-se investigar a produção para melhor dimensionamento do que a agricultura familiar dispunha em termos de produção no município Viçosa e região. Isso foi crucial, o ponto de partida para elaboração das futuras chamadas públicas.

Uma das iniciativas de aproximação da UFV com entidades e organizações de agricultores, aconteceu quando o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), organização não governamental, que desempenha ações com a agricultura familiar focando a agroecologia, convidou a Assessora da Saúde da PCD, coordenadora da comissão gestora do PAA na UFV, para colaborar com os quatro módulos do Programa de Formação Feminismo e Agroecologia, que aconteceu entre 29 de abril à 30 de maio de 2014. Neste evento participaram cerca de 150 mulheres de 15 municípios da região da Zona da Mata para a discussão da temática Economia Feminista, Economia Solidária e Políticas Públicas. Contribuíram também nestes encontros, extensionistas da EMATER de Viçosa e técnicos do CTA/ZM.

A coordenadora da comissão gestora apresentou a experiência da UFV com a compra de feijão vermelho, banana prata e pó de café da agricultura familiar, por meio da modalidade de CI do PAA, para o RU. Foi ressaltado em todos os encontros, o exemplo da presença de uma agricultora como fornecedora do programa na Universidade para estimular a participação das mulheres nos espaços públicos e permitir a percepção do seu potencial de produção para contribuir com aumento da renda familiar. A metodologia utilizada pelo CTA/ZM para conduzir a conversa foi “Roda Viva”, todas as agricultoras se dispunham em um círculo, a coordenadora do programa e os demais convidados no centro da roda. Inicialmente foi apresentada a experiência do PAA, CI, no contexto do RU da UFV pela coordenadora e posteriormente, foi aberto espaço para contribuições das agricultoras, que expuseram suas dúvidas e sugestões com os convidados. Cada encontro teve duração de 3 a 4 horas (CTA/ZM, 2014). Segue abaixo um registro realizado pelo CTA/ZM, em um dos encontros.



Figura 11. Programa de Formação Feminismo e Agroecologia do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, Viçosa, Minas Gerais.
Fonte: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2014.

O espaço foi importante para esclarecer dúvidas. Além disso, permitiu que a comissão gestora ficasse ciente quanto à repercussão da implantação do PAA e os anseios das agricultoras frente ao programa. Um ponto muito discutido foi à aquisição de três gêneros alimentícios, que na concepção das participantes, a variedade de produtos demandada pela Universidade ainda era muito pequena, frente à diversidade de produtos que agricultura familiar na região poderia ofertar. Entretanto, no debate, as contribuições para diversificar os produtos foram muito individuais, insuficientes para apontar quais alimentos poderiam ser adquiridos pela UFV e onde se encontravam os agricultores familiares organizados na região para garantir a oferta real regular para o RU.

Outros questionamentos abordados foram quanto à elaboração de chamadas públicas que, no entendimento dos participantes do encontro, eram muito pontuais, com período de vigência de apenas 4 meses. Também foram debatidas a logística de abastecimento que tornava o processo dispendioso para os pequenos agricultores, pois a UFV havia solicitado os produtos em lotes fracionados com pequeno volume, o que onerava os custos com transporte. Ademais, as agriculturas deixaram transparecer a indignação quanto aos preços pagos pela UFV, que para as mesmas, não condiziam com os preços dos produtos da agricultura familiar. Pode-se observar que ao fim dos quatro encontros ficou claro que o dimensionamento da produção da agricultura familiar na região da Zona da Mata ainda representava um dos gargalos do programa e para preencher esta lacuna, era necessário:

“Uma concertação social entre os atores envolvidos na comissão gestora e diversas entidades e organizações de agricultores” (Entrevista, gestor 8, 2015).

Almejando esta interação entre a UFV com os agricultores e suas organizações, a professora do Departamento de Economia Rural, coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFV (ITCP-UFV) e membro da comissão gestora do PAA na UFV, propôs à Assessora da Saúde, coordenadora do PAA, a realização de uma rodada de conversa sobre a experiência da Universidade com PAA, modalidade CI, na 6ª Troca de Saberes, o que aconteceu na 85ª Semana do Fazendeiro da UFV. Este é um evento tradicional de extensão realizado na Instituição e a Troca de Saberes tem o objetivo de promover o diálogo com a sociedade rural, principalmente aquela dos movimentos sociais, organizações populares e a agricultura familiar.

Paralelo à organização do encontro, a ITCP elaborou um folder informativo sobre o PAA na UFV que foi distribuído juntamente com os materiais entregues a todos os participantes que se inscreveram na Semana do Fazendeiro, com intuito de disseminar a existência do Programa na Universidade, deixar explícito o objetivo, funcionamento, e meios legais para inserção dos agricultores no programa. A intenção também foi que o material pudesse ser utilizado como um instrumento de divulgação das futuras Chamadas Públicas (Figura 12). No sentido de publicização do programa a ITCP confeccionou pôsteres que foram posicionados em locais estratégicos na Universidade durante o evento da 85ª Semana do Fazendeiro da UFV, como o local de encontro da 6ª Troca de Saberes e no RU, onde a maioria dos agricultores inscritos no evento fazia a refeição do almoço (Figura 13). Produziu cartazes para anunciar as futuras chamadas públicas (Figura 14).

O que é o PAA?

Criado em 2005, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal, para fortalecer a agricultura familiar. Além de promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de produtos da agricultura familiar, o programa fortalece os circuitos locais e regionais e também as redes de comercialização. Ele ajuda a valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica, incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo.

Para o alcance dos objetivos a que se propõe, o PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional.

A Compra Institucional

A compra institucional permite que órgãos de governos municipais, estaduais e federais comprem alimentos para atender as demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros.

A Universidade Federal de Viçosa foi uma das primeiras universidades federais a aderir ao programa, em 2013, quando lançou o primeiro edital de chamada pública para aquisição de diversos produtos provenientes da agricultura familiar para serem servidos no restaurante universitário do campus de Viçosa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA



Mais informações:

Diretoria de Material:
(31) 3899-1510
www.dmt.ufv.br

Restaurante Universitário:
(31) 3899-2441

Apoio:

Empresa de Assistência
Técnica e Extensão Rural
de Minas Gerais



ITCP-UFV




Programa de Aquisição de Alimentos na UFV



Compra institucional do PAA pela Universidade Federal de Viçosa

Periodicamente, a universidade divulgará os editais de chamada pública contendo as informações para quem quiser participar do fornecimento de alimento através dessa modalidade.

Como funciona?

- 1º - A UFV divulga o edital de chamada pública, contendo a descrição e as especificações dos produtos que serão pedidos, os critérios de avaliação e todas as outras informações necessárias para quem quiser participar;
- 2º - Os(as) agricultores(as) apresentam sua proposta de oferta e os documentos necessários para fazer a inscrição na Diretoria de Material da UFV, até a data limite;
- 3º - Depois de analisar todas as propostas, a U F V divulga o resultado, baseado nos critérios de avaliação;
- 4º - Após a publicação do resultado, os(as) agricultores(as) selecionados(as) devem levar amostras de seus produtos, de acordo com as condições e especificações descritas no edital;
- 5º - Acontece o acerto de detalhes do contrato entre a universidade e os(as) agricultores(as) selecionados(as);
- 6º - Os(as) agricultores(as) fazem a entrega diretamente para o restaurante universitário nas datas previamente combinadas em contrato.

Como participar?

O agricultor ou agricultora deverá apresentar uma lista de documentos e uma proposta de venda dos seus produtos. As propostas podem ser de **Grupo Formalizado**, **Grupo Informal** ou **Agricultor(a) Individual**.

Quais documentos devem ser apresentados?

Grupo formalizado (associação ou cooperativa):

- 1) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- 2) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica;
- 3) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- 4) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações.

Grupo informal ou agricultor individual:

- 1) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- 2) Cópia de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP;
- 3) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- 4) Proposta de venda, assinada e rubricada em todas as suas folhas, devendo conter os preços finais dos produtos, incluindo todos os custos de fretes, tributos e outros.

Para obter mais informações, acesse o site da Diretoria de Material (DMT) no endereço eletrônico www.dmt.ufv.br ou entre em contato pelo telefone (31) 3899-1510.



Figura 12. Folder de divulgação do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais. Fonte: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa, 2014.



Figura 13. Pôster de divulgação do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.
 Fonte: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa, 2014.



Figura 14. Cartaz de divulgação do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.
 Fonte: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa, 2014.

A rodada de conversa aconteceu no dia 27 de julho de 2014, foi organizado pela ITCP-UFV, estiveram presentes cerca de 30 pessoas no evento, a coordenadora da comissão gestora do PAA, representantes de União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), produtores, diretores de associações e cooperativas de agricultores familiares da região da Zona da Mata, professores da Universidade e o CTA. A pauta do encontro foi a primeira Chamada Pública, realizada pela UFV, para a aquisição de produtos da agricultura familiar.



Figura 15. Roda de Conversa sobre o Programa de Aquisição de Alimentos na 6ª Troca de Saberes realizada na 85ª Semana do Fazendeiro, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2014.

Foi um momento muito rico de discussão a cerca da relevância da criação do mercado institucional, com a implantação do PAA na UFV. O que ficou claro é que essa é uma via alternativa para escoamento da produção de origem da agricultura familiar na região, mas, pela exposição, são muitas as dificuldades tanto dos agricultores, quanto da UFV. Observou-se que as duas pontas do processo, agricultores e UFV, almejavam a expansão do PAA na Instituição, todavia foi salientado pela coordenadora do PAA que era primordial a organização quanto a produção e a gestão da cadeia de abastecimento do RU, para não perder o foco, tão importante, que é a alimentação dos estudantes.

A presença de representantes da UNICAFES e do CTA na rodada de conversa trouxeram à luz algumas contribuições a respeito das formas organizadas da agricultura familiar na região e o potencial de produtos que poderiam ser ofertados. Consolidou-se a partir daí, uma parceria mais efetiva, e surgiu a proposta de outro encontro entre as cooperativas e a comissão coordenadora do PAA na UFV, o que aconteceu em 22 de setembro de 2014, quando os cooperados, com o apoio da UNICAFES e do CTA,

apresentaram um mapeamento da sua produção e o que seriam capazes de ofertar, com vista auxiliar na elaboração de futuras Chamadas Públicas com maior diversificação de produtos.

A UNICAFES apresentou para a comissão uma estimativa da capacidade produtiva realizado em 4 cooperativas da Zona da Mata, que segundo a entidade já possuíam uma organização de produção para comércio, situadas em Muriaé, Espera Feliz, Tombos e Manhuaçu. Foram levantados cerca de 70 itens, que possivelmente seriam de potenciais entregas no RU. De posse do mapeamento de alimentos apresentados pela UNICAFES, a nutricionista RT pelo RU juntamente com a comissão contrastaram o levantamento de oferta e demanda, visando projetar os alimentos que poderiam atender o consumo do restaurante.

Pode-se verificar, através do Quadro 6, que somente para os itens banana nanica, mandioca e moranga hibrida existia a possibilidade de fornecimento anual por uma única cooperativa, sem a necessidade de fracionamento para abastecimento entre as demais. A produção de arroz, beterraba, banana prata, pimentão verde e tangerina não totalizava o quantitativo para assistir a demanda anual do RU, nem mesmo se houvesse a possibilidade de fragmentação do pedido, ou seja, todas as cooperativas ofereceriam o quantitativo de produto disponível, enquanto que a capacidade de oferta de cenoura, chuchu, inhame e o pó de café guarneceria o RU, somente se ocorresse divisão de fornecedores entre as quatro cooperativas, o que era inexecutável, pois conforme regulamentação do PAA na UFV, os produtos deveriam ser fornecidos por um único agricultor ou cooperativa/associação.

Diante do exposto, pode-se deduzir que os procedimentos adotados pela Universidade até o momento foram os mais pertinentes. Entretanto, era necessário iniciar as compras do PAA de maneira gradativa, para que os agricultores se preparassem com o passar do tempo para atender o mercado institucional da UFV.

Quadro 6. Comparativo, entre a oferta de alimentos da agricultura familiar informada pelas organizações populares da região da Zona da Mata de Minas Gerais, e a demanda no restaurante universitário da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

Item	PRODUÇÃO			CONSUMO NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO			
	Alimento	Quantidade/ano	Origem da produção	Alimento	Consumo	Quantidade	Quantidade/ano (kg)
1	Arroz	92.391	Muriaé	Arroz	Semanal	3.850	110.000
		3.325	Tombos				
	Total arroz	95.716					
2	Beterraba	2.372	Muriaé	Beterraba	Semanal	420	12.000
		5.476	Espera Feliz				
		85	Tombos				
		627	Manhuaçu				
	Total beterraba	8.560					
3	Banana prata	14.621	Muriaé	Banana prata	Semanal	700	19.950
		8.925	Espera Feliz				
		13.924	Tombos				
		8.360	Manhuaçu				
	Total banana prata	45.830					
4	Banana nanica	8.019	Espera Feliz	Banana nanica	Quinzenal	70	931
		2.024	Tombos				
	Total banana nanica	10.043					
5	Cenoura	9.958,30	Muriaé	Cenoura	Semanal	700	20.000
		8.055	Espera Feliz				
		580	Tombos				
		2.743	Manhuaçu				
	Total cenoura	21.336,30					
6	Chuchu	4.554	Muriaé	Chuchu	Semanal	200	5.700
		526	Espera Feliz				
		268	Tombos				
		722	Manhuaçu				
	Total chuchu	6.070					

contínua...

Quadro 6. Comparativo, entre a oferta de alimentos da agricultura familiar informada pelas organizações populares da região da Zona da Mata de Minas Gerais, e a demanda no restaurante universitário da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

PRODUÇÃO				CONSUMO NO RESTAURANTE UNISERSITÁRIO			
Item	Alimento	Quantidade/ano (kg)	Origem da produção	Alimento	Consumo	Quantidade (kg)	Quantidade/ano (kg)
7	Feijão	11.651,50	Muriaé	Feijão	Semanal	1.600	45.715
		9.805	Espera Feliz				
		790	Tombos				
		2.766	Manhuaçu				
	Total feijão	25.012,50					
8	Inhame	6.041	Muriaé	Inhame	Quinzenal	480	6.400
		14.082	Espera Feliz				
		2.047	Manhuaçu				
	Total inhame	22.170					
9	Laranja	11.099	Muriaé	Laranja	Semanal	1.140	32.570
		1.140	Espera Feliz				
		12.239	Manhuaçu				
	Total laranja	12.239					
10	Limão	45	Manhuaçu	Limão	Semanal	20	571,5
	Total limão	45					
11	Mandioca	5.082	Muriaé	Mandioca	Quinzenal	520	6.933,3
		22.712	Espera Feliz				
		9.068	Tombos				
		3.887	Manhuaçu				
	Total mandioca	40.749					

continua...

Quadro 6. Comparativo, entre a oferta de alimentos da agricultura familiar informada pelas organizações populares da região da Zona da Mata de Minas Gerais, e a demanda no restaurante universitário da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

PRODUÇÃO				CONSUMO NO RESTAURANTE UNISERSITÁRIO			
Item	Alimento	Quantidade/ano (kg)	Origem da produção	Alimento	Consumo	Quantidade (kg)	Quantidade/ano (kg)
12	Moranga hibrida	5.293	Espera Feliz	Moranga	Semanal	180	5.142,9
	Total moranga	5.293					
13	Pimentão verde	130	Muriaé	Pimentão verde	Semanal	120	3.428,6
		587	Espera Feliz				
		162	Tombos				
		643	Manhuaçu				
	Total pimentão	1.522					
14	Pó de café	4.306	Muriaé	Pó de café	Semanal	130	3.714,3
		1.277	Espera Feliz				
		150	Tombos				
		564	Manhuaçu				
	Total pó de café	6.297					
15	Tangerina	480	Espera Feliz	Tangerina	Semanal	1.130	32.285,7
	Total tangerina	480					

Em 05 de novembro de 2014, as extensionistas da EMATER de Viçosa, promoveram uma reunião com cerca de 20 agricultores de diferentes comunidades rurais de Viçosa e uma localidade rural do município de Paula Cândido, com o propósito de difundir a existência do PAA na UFV para os agricultores da cidade e dos municípios vizinhos. A assessora da Saúde, coordenadora da comissão do PAA, também participou para explicar o funcionamento do Programa na Universidade, orientar os agricultores e esclarecer dúvidas. A EMATER planejou para a reunião levantamento da produção e capacidade de fornecimento semanal dos agricultores, através de um questionário autopreenchido. Posteriormente, os desdobramentos deste encontro, foram expostos à comissão gestora do PAA pela coordenadora.

Os dados obtidos encontram-se dispostos no Quadro 7, fazendo uma avaliação das informações, pode-se verificar que a produção de maior oferta apresentada pelos agricultores foram feijão, hortaliças e alguns produtos artesanais como pães e bolos, porém, era preciso ponderar quanto à sistematização, visto que o levantamento foi efetuado com agricultores que não estavam organizados em associações ou cooperativa, o que conjecturava-se que agricultores individuais talvez não conseguissem suprir o mercado do R.U. Além disso, temia-se quanto à regularidade de oferta e o quantitativo de alimentos, sobretudo, por se tratar de um programa novo para a Universidade e também para os agricultores.

“Para participar o agricultor tem que ter regularidade de oferta, qualidade, então não basta ser somente agricultor familiar, pois se trata de um restaurante universitário, tem que ser entregue as quantidades exatas para fazer entorno de 8 mil refeições. Não dá para um agricultor entregar um carrinho de abóbora e outro entregar um carrinho de mandioca, como vai ser preparada a comida? (Entrevista, gestor 5, 2015).

À comissão também não julgou pertinente, no momento, incluir no RU alimentos da agroindústria familiar, produtos artesanais como bolos e pães, haja vista a necessidade de controle sanitário e organização dos agricultores, veja o relato:

“Os alimentos com mais sofisticação de produção ou aqueles que tinham algum detalhe de produção não foram incluídos, pois tínhamos medo que pudesse inviabilizar o processo ou que não nós deixássemos ter controle do que iria acontecer com relação à oferta e principalmente a inspeção de qualidade. Nós já sabíamos que iria ter mais problemas, então eles não entraram” (Entrevista, gestor 5, 2015).

Quadro 7. Levantamento da produção de agricultores familiares residentes na zona rural de Viçosa e Paula Cândido, realizado pela Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural de Viçosa, Minas Gerais.

Item	Produção	Quantidade Mensal	Unidade	Período de fornecimento
1	Abobrinha	350	Kg	Setembro a maio
2	Agrião	90	Kg	Abril a dezembro
3	Agrião hidropônico	40	Kg	Abril a dezembro
4	Alface	1200	Kg	Abril a dezembro
5	Alface hidropônica	450	Unidade	Janeiro a dezembro
6	Almeirão	100	Unidade	Abril a dezembro
7	Banana	140	Kg	Março a novembro
8	Beterraba	20	Kg	Janeiro a setembro
9	Bolo	550	Kg	Todos meses do ano
10	Broa	300	Kg	Todos meses do ano
11	Brócolis	190	Maço	Janeiro a dezembro
12	Cebola	100	Kg	Janeiro a dezembro
13	Cebolinha	355	Maço	Janeiro a dezembro
14	Cebolinha hidropônica	40	Maço	Janeiro a dezembro
15	Chuchu	50	Kg	Março a junho / Outubro a dezembro
16	Couve	800	Maço	Abri a dezembro
17	Couve flor	300	Unidade	Abril a dezembro
18	Espinafre	190	Maço	Abril a dezembro
19	Feijão carioca	2000	kg	Julho a dezembro
20	Feijão vermelho	2100	kg	Abril a novembro
21	Goiaba	400	kg	Janeiro a dezembro
22	Inhame	30	kg	Janeiro a dezembro
23	Mandioca	340	kg	Janeiro a dezembro
24	Moranga	160	kg	Maio a setembro
25	Pão	530	kg	Todos os meses do ano
26	Polpa de abacaxi	100	kg	Janeiro a dezembro
27	Polpa de goiaba	100	kg	Janeiro a dezembro
28	Polpa de manga	100	kg	Janeiro a dezembro
29	Polpa de maracujá	100	kg	Janeiro a dezembro
30	Polpa de morango	100	kg	Janeiro a dezembro
31	Repolho	970	kg	Agosto a março
32	Rosquinha	300	kg	Todos os meses do ano
33	Salsa	100	Maço	Janeiro a dezembro
34	Salsa hidropônica	40	Maço	Janeiro a dezembro
35	Tomate	500	kg	Janeiro a dezembro
36	Tomate hidropônico	500	Kg	Janeiro a dezembro
37	Vagem	50	Kg	Abril a maio

Fonte: Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural de Viçosa, 2014.

Quanto à adequação sanitária exposta pelo gestor 5, Wilkinson (2008) afirma que “a legislação federal sobre agroindústrias efetivamente tem excluído o setor artesanal familiar do mercado”.

A necessidade de estabelecer aproximação e diálogos com os agricultores foi um dos aspectos que merece destaque, percebeu-se o reconhecimento, por parte da comissão do PAA, da importância da transversalidade e de um arranjo institucional local para dar suporte à implementação do programa na Universidade. Cláudio; Sacco dos Anjos (2015) ressaltam que este fato rompe com a ideia de segmentação e verticalidade, componentes comuns nas políticas e programas agrícolas do Brasil.

4.3 Segundo edital de Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar: sistema organizacional e operacional

O planejamento do segundo edital de Chamada Pública iniciou-se concomitantemente com a execução da primeira compra no mês de abril de 2014, mas devido aos trâmites burocráticos da UFV o processo administrativo para o segundo edital findou-se em 2 de setembro de 2014. Vale fazer uma ressalva quanto a esta data, pois a última entrega da primeira compra do PAA havia sido realizada em 15 de julho, por consequência, houve um período de interrupção de abastecimento no RU.

Para o segundo edital, a comissão gestora do PAA optou por manter os mesmos produtos, banana prata e pó de café. O feijão vermelho foi substituído pelo carioca, pois segundo informações da Nutricionista RT pelo RU, a aceitação do feijão vermelho, por parte dos comensais, era menor, e o resto ingerido observado nos dias de consumo de feijão vermelho foi maior que nos dias de fornecimento do carioca, respaldada nas informações a comissão optou pela substituição. A deliberação de um segundo edital de Chamada Pública com os mesmos alimentos, aconteceu em virtude da comissão gestora ainda não se sentir segura para ampliar o programa, diversificando a compra.

O segundo edital de Chamada Pública, diferiu do primeiro quanto ao período de abastecimentos dos produtos, expandindo-se para todos os sábados do mês, mantendo o consumo na refeição do almoço, com exceção da banana prata que o fornecimento seria dois sábados por mês. *A priori* as entregas foram planejadas para os meses de novembro e dezembro de 2014, março, abril e maio de 2015, como mostra o Quadro 8.

Quadro 8. Cronograma inicial de fornecimento de alimentos da agricultura familiar para o restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2014.

Itens	Período de Fornecimento			Quantidade (kg)	
	Ano	Mês	Data	Por lote	Total por mês
Pó de café	2014	Novembro	01/11/2014	15	75
			08/11/2014	15	
			15/11/2014	15	
			22/11/2014	15	
			29/11/2014	15	
		Dezembro	06/12/2014	15	15
	2015	Março	07/03/2015	15	105
			08/03/2015	15	
			14/03/2015	15	
			15/03/2015	15	
			21/03/2015	15	
			22/03/2015	15	
28/03/2015		15			
Abril		04/04/2015	15	45	
		05/04/2015	15		
	11/04/2015	15			
Maio	09/05/2015	15	60		
	16/05/2015	15			
	23/05/2015	15			
	30/05/2015	15			
Feijão carioca	2014	Novembro	01/11/2014	80	400
			08/11/2014	80	
			15/11/2014	80	
			22/11/2014	80	
			29/11/2014	80	
	Dezembro	06/12/2014	80	80	

Fonte: Edital de Chamada Pública 01/2014 da Universidade Federal de Viçosa, 2014.

contínua...

Quadro 8 continuação. Cronograma inicial de fornecimento de alimentos da agricultura familiar para o restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2014.

Itens	Período de Fornecimento			Quantidade (kg)		
	Ano	Mês	Data	Por lote	Total por mês	
Feijão carioca	2015	Março	07/03/2015	80	320	
			14/03/2015	80		
			21/03/2015	80		
			28/03/2015	80		
		Abril	04/04/2015	80	320	
			11/04/2015	80		
			18/04/2015	80		
			25/04/2015	80		
	Maio	09/05/2015	80	160		
		16/05/2015	80			
	Banana prata	2014	Novembro	08/11/2014	500	1.000
				22/11/2014	500	
2015		Março	13/12/2014	500	500	
			07/03/2015	500	1.000	
			21/03/2015	500		

Uma peculiaridade, no segundo edital, refere-se à cotação dos preços de referência dos produtos, além de observar o disposto art. 5º da Resolução nº 50/2012 (BRASIL, 2012a), cumpriu-se artigo 21 do Decreto nº 7.775/2012 (BRASIL, 2012), ou seja, para o levantamento dos preços prezou-se levantar preços em empreendimentos organizados de agricultores familiares. Esta etapa ficou a cargo da ITCP, que requereu solicitação de preços a grupos formais, associações e cooperativas da região da Zona da Mata de Minas Gerais, mas não houve retorno de todos os empreendimentos.

“A solicitação de orçamento foi encaminhada a várias organizações da agricultura familiar da região da Zona da Mata de Minas Gerais, especialmente associações e cooperativas, e nem todas responderam” (Entrevista, gestor 8, 2015).

Assim, os preços foram apurados através de pesquisas em quatro empreendimentos da agricultura familiar da Zona da Mata, sendo uma cooperativa na cidade de Espera Feliz, outra em Tombos, e uma associação no município de Divino e outra em Muriaé, foi realizada a média dos preços pagos e obteve-se o preço de referência por quilograma, de R\$ 14,45 para o pó de café, R\$ 4,05 para feijão carioquinha e R\$ 2,50 para a banana prata.

Outro diferencial desta Chamada Pública foi com relação à alteração do limite máximo de venda por agricultor familiar, por órgão comprador, para R\$ 20.000,00, seguindo o Decreto 8.293, de 12 de agosto de 2014, que aumentou os valores de comercialização para modalidade CI, e as demais modalidades do PAA (BRASIL, 2014).

As especificações dos produtos, os testes de qualidade, condições de transporte no ato de entrega, priorização dos agricultores familiares, classificação das propostas, documentação exigida para habilitação das propostas, documentação exigida para proposta de venda, deveres da contratante (Universidade) e da contratada (agricultores), reproduziram os mesmos padrões do edital de Chamada Pública 01/2013 (UFV, 2013).

No dia 26 de setembro de 2014, o aviso de dispensa de licitação, Edital de Chamada Pública da agricultura familiar nº 01/2014 da UFRV, foi publicado no DOU nº 186, página 51 (SANTOS, 2014), no mesmo dia o edital foi divulgado no site da DMT: <http://www.dmt.ufv.br>, foi enviado para o escritório regional da EMATER de Viçosa para ser despachados para os escritórios municipais da região juntamente com os folders e cartazes de propaganda do programa, a ITCP ficou encarregada de disseminar o edital e os materiais de divulgação do PAA junto às cooperativas, associações, UNICAFES e

CTA/ZM, o edital também foi publicado na página eletrônica do MDS: <http://www.mds.gov.br>, no link PAA Compra Institucional, Chamadas realizadas.

A comissão gestora não promoveu o seminário de lançamento para o edital de Chamada Pública 01/2014 (UFV, 2014) (Anexo G), como foi realizado em 2013. Avaliando o processo de divulgação e informação do segundo edital, pode-se inferir que houve uma fragilidade na divulgação, o que pode ter dificultado a relação de comunicação da entidade executora do PAA, com os agricultores, inviabilizando o acesso, visto que, as vias de acesso ao edital centraram majoritariamente via internet. Um dos gestores justificou a não realização do seminário, devido às outras atribuições dos membros da comissão, que não haviam sido designados apenas para desempenhar as atividades relacionadas ao PAA na UFV.

“[...] Não havia uma comissão só para gerenciar o PAA. Os membros da comissão tinham suas atividades, além do PAA, na UFV, e fora dela, na EMATER” (Entrevista, gestor 1, 2015)

No que se refere, ao período estipulado pela DMT para os agricultores ou empreendimentos interessados a participar da Chamada Pública 01/2014, a documentação de habilitação e proposta de venda, deveriam ser emitidas entre 26 de setembro até 08 de outubro de 2014 (UFV, 2014a).

A DMT recebeu neste período cinco projetos de vendas de três empreendimentos da agricultura familiar. Três propostas foram para o item pó de café e duas para a banana prata, nenhuma proposta de venda foi apresentada para o feijão carioca (UFV, 2014a), algumas hipóteses foram levantadas pela comissão gestora do PAA, a primeira: o edital de Chamada Pública foi divulgado em outubro, período de entressafra do feijão carioca, e a segunda hipótese: os agricultores que colheram feijão da safra passada provavelmente já haviam comercializado em outros mercados ou este foi colhido para subsistência da família. Assim, o feijão vermelho foi excluído desse processo. Nesta fase inicial de implementação do programa na UFV, a comissão gestora optou por trabalhar com dois métodos de compras, Chamada Pública e Pregão Eletrônico, mesmo ocorrendo duplicidades de pedidos, pois não havia certeza quanto ao abastecimento somente pelo PAA.

“Hoje nos trabalhamos com o PAA, mas não tivemos a segurança de deixar o registro de preço” (Entrevista, gestor 4, 2015).

Se a comissão não optasse pela solicitação do feijão carioca pelos dois sistemas de compras, o RU iria ficar sem fornecimento deste produto, pois a aquisição pela Chamada Pública não deu certo, o que prejudicaria o serviço de alimentação, acometendo os estudantes comensais do RU, principalmente aqueles que recebiam bolsa alimentação.

Para seleção dos empreendimentos da agricultura familiar, respeitou-se o item 14, de priorização, disposto no edital de Chamada Publica nº 01/2014. Os critérios de priorização para elaboração da lista classificatória dos agricultores aptos a fornecerem agricultores foi disposta da seguinte maneira: Fornecedores do âmbito local; Assentados de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas ou quilombolas; Fornecedores de gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos; Grupos formais sobre os informais e estes sobre os fornecedores individuais e Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores no seu quadro de sócios. Foram classificados aqueles que apresentaram todos os documentos exigidos na Chamada Pública e que apresentaram menor preço de venda (UFV, 2014). A lista com a ordem classificatória dos agricultores foi publicada na página eletrônica da DMT no dia 10 de outubro de 2014 (UFV, 2014a), como disposto no quadro 9.

Tal como aconteceu na Chamada 01/2013 constava no subitem 15.1 do Edital de Chamada 01/2014 a classificação das propostas considerando o menor preço. No quadro 9 pode-se observar, que a cooperativa habilitada em primeiro lugar para o pó de café propôs um preço de venda menor que o de referência da Chamada Pública 01/2014, que era de R\$ 14,45/kg (UFV, 2014). Os empreendimentos classificados em primeiro e segundo lugar para a banana prata também apresentaram preço menor que o de referência, que era de R\$ 2,50/kg (UFV, 2014).

Os empreendimentos de agricultores familiares classificados em 1º lugar foram convocados a apresentar a amostra até 15 de outubro de 2014 (UFV, 2014a). As amostras de café em grãos verdes e em pó foram entregues em tempo hábil e de acordo com os parâmetros exigidos no item 6 do edital de Chamada Pública nº 01/2014, foram submetidas à apreciação e teste de qualidade por empresa especializada designada pela UFV, em conformidade com o subitem 6.3.1 do edital de Chamada Pública nº 01/2014 (UFV, 2014). Segundo o laudo de classificação, dos grãos de café, emitido pela empresa responsável em 20 de outubro de 2014, as amostras obtiveram parecer insatisfatório, não atendendo as especificações de qualidade de bebida dura, atestando qualidade como bebida rio, ou seja, café com qualidade de bebida inferior a solicitada (UFV, 2014b).

Quadro 9. Ordem classificatória das propostas de venda apresentada pelos empreendimentos da agricultura familiar, Chamada Pública 01/2014 da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Produto	Classificação	Fornecedor	Município	Quantidade (kg)	Valor Unitário (R\$)*	Valor Total (R\$)
Pó de café	1º	Associação dos Agricultores familiares de Araponga	Araponga – M.G	300	14,00	4.200,00
	2º	Cooperativa de Produção da Economia Solidária (Cooprosol)	Tombos – MG	300	14,45	4.335,00
	3º	Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (Coofeliz)	Espera Feliz – MG	150	14,45	2.167,50
Feijão carioca	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Banana prata	1º	Associação dos Agricultores familiares de Araponga	Araponga – M.G	2.500 kg	2,30	5.750,00
	2º	Cooperativa de Produção da Economia Solidária (Cooprosol)	Tombos – MG	2.500 kg	2,39	5.975,00

* Valor unitário (R\$) / kg: refere-se ao preço de venda, para cada alimento, proposto pelos agricultores familiares no projeto de venda.

Fonte: Resultado da Chamada Pública 01/2014 da Universidade Federal de Viçosa, 2014.

Ao receber o laudo técnico a nutricionista encaminhou a DMT um parecer solicitando as providências cabíveis, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) da UFV desclassificou o primeiro colocado para item pó de café, o comunicado foi publicado em 24 de outubro de 2014. O processo prosseguiu e o segundo classificado foi convocado, no mesmo dia, para apresentar amostra para item pó de café no prazo máximo de 48 horas (UFV, 2014c). A amostra foi enviada para mesma empresa para realização do teste qualidade de bebida, na qual foi certificada bebida dura.

Em consequência da desclassificação do primeiro colocado para pó de café e também em função das questões burocráticas internas da UFV ocorreu um atraso no encerramento do processo e não houve tempo hábil para operacionalização das entregas no ano de 2014.

O cronograma foi remanejado para os meses de março a maio do ano de 2015, em razão da readequação das datas de entrega, os dias de consumo no RU também foram ajustados durante este período para todos os almoços no final de semana, sábado e domingo, para o pó de café, e três sábados no mês de março e dois em abril para a banana prata (Quadro 10).

Quadro 10. Novo cronograma de entrega dos alimentos da agricultura familiar, Chamada Pública 01/2014 da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Produto	Mês	Data entrega	Data consumo	Quantidade (kg)	Quantidade/mês (kg)	
Pó de café	Março	05/03/2015	07/03/2015	15	120	
			08/03/2015	15		
			14/03/2015	15		
			15/03/2015	15		
			21/03/2015	15		
			22/03/2015	15		
			28/03/2015	15		
			29/03/2015	15		
	Abril	01/04/2015	04/04/2015	15	105	
			05/04/2015	15		
			11/04/2015	15		
			12/04/2015	15		
			18/04/2015	15		
			25/04/2015	15		
	Maio	04/05/2015	09/05/2015	15	75	
16/05/2015			15			
23/05/2015			15			
30/05/2015			15			
31/05/2015			15			
Banana prata	Março	05/03/2015	07/03/2015	500	1.500	
		19/03/2015	21/03/2015	500		
		29/03/2015	29/03/2015	500		
	Abril	09/04/2015	11/04/2015	500	1.000	
			23/04/2015	25/04/2015		500

Fonte: Divisão de Alimentação da Universidade Federal de Viçosa, 2015.

4.3.1 Execução das compras dos alimentos da agricultura familiar para o restaurante universitário: edital de Chamada Pública 01/2014

Tal como aconteceu em 2013, uma imprudência ocorreu no primeiro dia de fornecimento da banana, que chegou ao RU com estágio de maturação irregular, logo, não foi possível a distribuição no almoço do primeiro sábado do mês de março como estava previsto, a banana foi oferecida no almoço da terça-feira quando a fruta alcançou estágio de amadurecimento para consumo, diante do imprevisto, somente a banana da agricultura familiar não foi suficiente para atender todos os comensais, pois o número

de refeições servidas no almoço em um dia da semana era maior que no sábado, para minimizar o contratempo, complementou-se o quantitativo com a banana prata que já existia em estoque no RU, comprada por pregão eletrônico. O que mais uma vez gerou transtorno no funcionamento do serviço de alimentação.

Outro problema na segunda Chamada Pública aconteceu com o fornecedor do pó de café, mas como relatado pelo gestor 4, o RU foi comunicado com antecedência, e não houve comprometimento no funcionamento do serviço de alimentação:

“[...] Quando tem algum problema eles avisam antes, na segunda Chamada Pública nós tivemos um problema com a entrega do pó de café de Tombos, porque eles tiveram um problema no transporte, mas eles entregaram no outro dia, não foi nada que comprometesse o cronograma, nem o nosso funcionamento e o dia de consumo” (Entrevista, gestor 4, 2015).

As demais entregas da banana prata e do pó de café aconteceram regularmente, os dias de fornecimento dos produtos também foram divulgados através de banner indicando que aqueles produtos eram oriundos da agricultura familiar.

4.4 Terceiro edital de Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar: sistema organizacional e operacional

O esboço do terceiro edital de Chamada Pública iniciou-se, logo após reunião com os representantes da UNICAFES que aconteceu em 22 de setembro de 2014, a cooperação e o mapeamento realizado trouxeram para a comissão gestora do PAA um panorama de oferta da produção de algumas cooperativas da região da Zona da Mata de Minas Gerais, o que subvencionou a estruturação da terceira Chamada.

Após meses de reunião, o edital de Chamada Pública 01/2015 foi concluído em 16 de março de 2015, a comissão resolveu avançar com as compras e adicionou mais dois itens, tangerina ponkan e moranga híbrida, e mantiveram os produtos solicitados nas Chamadas de 2013 e 2014, pó de café, banana prata, feijão carioca e vermelho. A princípio o período de vigência da Chamada Pública foi delineado para os meses de maio a dezembro de 2015 (Quadro 11), outra mudança foi com relação à entrega, como exposto pelo gestor 8 abaixo.

“Foi concentrar as entregas um ou duas vezes por mês, considerando que uma das dificuldades apresentadas pelos agricultores, foi à entrega fracionada, pois encarecia o valor do transporte” (Entrevista, gestor 8, 2015).

Quadro 11. Cronograma inicial de fornecimento de alimentos da agricultura familiar para o restaurante universitário, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

Itens	Ano	Mês	Data	Quantidade por lote (kg)	Consumo no restaurante universitário, refeição do almoço
Pó de café	2015	Junho	11/06/2015	140	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Julho	02/07/2015	140	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Agosto	13/08/2015	140	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Setembro	10/09/2015	140	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Outubro	15/10/2015	140	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Novembro	12/11/2015	140	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Dezembro	01/12/2015	140	1 semana (domingo à segunda-feira)
Feijão carioca	2015	Maio	05/05/2015	950	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Junho	02/06/2015	950	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Julho	07/07/2015	950	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Setembro	08/09/2015	950	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Outubro	13/10/2015	950	1 semana (domingo à segunda-feira)
Feijão vermelho	2015	Agosto	03/08/2015	750	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Novembro	10/11/2015	750	1 semana (domingo à segunda-feira)
		Dezembro	01/12/2015	750	1 semana (domingo à segunda-feira)
Banana prata	2015	Setembro	02/09/2015	500	1 sábado
			23/09/2015	500	1 sábado
		Outubro	14/10/2015	500	1 sábado
			28/10/2015	500	1 sábado
		Novembro	04/11/2015	500	1 sábado
		18/11/2015	500	1 sábado	
Moranga híbrida	2015	Maio	08/05/2015	180	1 dia da semana
		Junho	17/06/2015	180	1 dia da semana
Tangerina Ponkan	2015	Maio	12/05/2015	1.130	1 dia da semana
		Junho	14/06/2015	1.130	1 dia da semana

Fonte: Edital de Chamada Pública 01/2015 da Universidade Federal de Viçosa, 2015.

Como exposto acima, optou-se, por duas variedades de feijão, devido aos diferentes períodos de safra. Vale lembrar, como relatado pela nutricionista, o feijão carioca era bem aceito pelos comensais do RU (estudantes), ao passo que o vermelho apresentava menor aceitação. Contudo, ainda decidiu-se por incluir o feijão vermelho, pois este produto era característico da região da Zona da Mata de Minas Gerais, mantê-lo nas compras significaria continuar dando oportunidade aos produtores de Viçosa e região.

Além disto, na segunda Chamada Pública, quando se abriu para a compra de feijão carioca não houve proposta de venda. Ainda no que se refere à solicitação de duas variedades de feijão, carioca e vermelho, a princípio a quantidade requerida seria igual para os dois itens, no entanto, a diferença de preços, gerou grande discussão entre os membros da comissão do PAA, alguns defendiam a aquisição somente do feijão carioca, pois a cada quilograma comprado economizava-se R\$1,45. Então, decidiu-se pela solicitação de 7.000 kg de feijão, sendo 68% (4.750 kg) do carioca e 32% (2.225 kg) do vermelho, mantendo o feijão vermelho, em menor proporção.

A cotação dos preços ficou a cargo da ITCP e da EMATER, os preços foram apurados através de pesquisas em três cooperativas da Zona da Mata de Minas Gerais, localizadas nas cidades de Muriaé, Espera Feliz e Tombos, e um agricultor individual de Coimbra, foi realizada a média dos preços pagos e obteve-se o preço de referência por quilograma de R\$16,50 para pó de café, R\$ 4,31 para feijão carioca, R\$ 5,76 para feijão vermelho, R\$ 2,51 para banana prata, R\$ 1,35 para moranga híbrida e R\$ 2,38 para tangerina ponkan.

As especificações dos produtos, condições de transporte e teste de qualidade, para os itens pó de café, banana prata, feijão carioca e vermelho reproduziram os mesmos padrões dos editais de Chamada Pública 01/2013 e 01/2014 (UFV, 2013; UFRV, 2014b). Foi elaborado as especificações para os itens que não constavam em outros editais, moranga híbrida e tangerina ponkan (Quadro 12).

Quadro 12. Especificações dos produtos da agricultura familiar, moranga híbrida e tangerina ponkan para Chamada Pública 01/2015, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Produto	Especificações organolépticas	CrITÉrios para embalagem	Condições de transporte
Moranga híbrida	Legume <i>in natura</i> , espécie moranga híbrida, de 1ª (primeira) qualidade, fresca, nova, em bom estado de conservação, sem umidade. Tamanho médio e coloração uniforme, isenta de enfermidades e material terroso ou pragas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio, transporte ou ataque de pragas. Sem deterioração.	Embalado em sacos plásticos de aproximadamente 20 kg.	O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor. O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene. O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada com manga.
Tangerina Ponkan	Fruta <i>in natura</i> , tipo tangerina ponkan, de 1ª (primeira) qualidade, madura, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução de tamanho, aroma e sabor da espécie. Uniformes, sem ferimentos ou defeitos graves. Peso médio do fruto de cerca de 90 a 120 g.	Embalado em caixas vazadas de polipropileno.	O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor. O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene. O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada com manga.

*Os demais itens que constavam na Chamada pública 01/2015, pó de café, banana prata, feijão carioca e vermelho, seguiram as mesmas especificações dos editais 01/2013 e 01/2014.

Fonte: Edital de Chamada Pública 01/2015 da Universidade Federal de Viçosa, 2015.

De acordo com o relato de um dos gestores, uma particularidade da terceira Chamada Pública, foi com relação aos critérios de priorização dos agricultores, no edital constava que os critérios adotados para elaboração da lista classificatória dos aptos ao fornecimento era o preço final de venda, em caso de empate no parâmetro preço, a classificação seguiria a ordem: Fornecedores do âmbito local; Assentados de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas ou quilombolas; Fornecedores de gêneros alimentícios orgânicos ou agroecológicos; Grupos formais sobre os informais e estes sobre os fornecedores individuais e Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores no seu quadro de sócios. Foram habilitados os agricultores que apresentaram todos os documentos exigidos na Chamada Pública (UFV, 2015a).

“[...] a participação era sem prioridades, ou seja, todos participariam em “pé de igualdade” se sagrando vencedor aquele que apresentasse a proposta mais vantajosa para a UFV. A proposta mais vantajosa tinha como julgamento o menor preço apresentado no processo” (Entrevista, gestor 7,2015).

Entretanto, vale ressaltar, que embora o preço não fosse critério de priorização nos editais anteriores, a classificação das propostas de venda se davam pelo menor preço, portanto, pode-se inferir, que a classificação pelo preço nos editais 01/2013 e 01/2014, induziram os agricultores a apresentar um preço menor que o de referência para serem habilitados para fornecimento.

Becker et al., (2013), expressam sua apreensão frente a este cenário, que vem se repetindo, não raro, nos mercados institucionais do PAA, para o autor as Chamadas Públicas estão abrindo portas à concorrência e a disputa entre as organizações da agricultura familiar, prevalecendo, uma lógica essencialmente mercantil de menor preço.

No dia 23 de março de 2015, o aviso de dispensa de licitação, Edital de Chamada Pública da agricultura familiar e do empreendedor familiar nº 01/2015 da UFV (ANEXO H), foi publicado no DOU nº 55, página 41 (SANTOS, 2015), no mesmo dia o edital foi divulgado no site da DMT: <http://www.dmt.ufv.br> e da UFV: https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia2.php?codNot=22967, e foi enviado para o escritório regional da EMATER de Viçosa para ser despachados para os escritórios municipais da região juntamente com os folders e cartazes de propaganda do programa, a ITCP ficou encarregada de disseminar o edital e os materiais de divulgação do PAA junto às cooperativas, associações, UNICAFES e CTA/ZM, o edital também foi publicado na página eletrônica do MDS: <http://www.mds.gov.br>, no link PAA Compra Institucional, Chamadas realizadas.

Os agricultores ou empreendimentos familiares interessados em participar como possíveis fornecedores deveriam apresentar a documentação de habilitação e proposta de venda e a documentação para habilitação de 23 de março até 01 de abril de 2015. Participaram da Chamada Pública seis empreendimentos da agricultura familiar, e foram apresentados 17 propostas de venda, sendo 6 para o pó de café, 3 para o feijão carioca, 3 para o feijão vermelho, 3 para a banana prata, 1 para tangerina ponkan e 1 para moranga híbrida (UFV, 2015b).

Para seleção dos empreendimentos da agricultura familiar, as propostas foram classificadas considerando-se a ordenação crescente dos valores por item (menor valor). A lista com a ordem classificatória dos agricultores foi publicada na página eletrônica

da DMT no dia 07 de abril de 2015 (Quadro 13). Os empreendimentos que foram classificados em primeiro lugar para os produtos feijão carioca, feijão vermelho e pó de café deveriam apresentar no RU, até dia 10 de abril de 2015, as amostras dos produtos segundo os critérios mencionado no item 6 do edital (UFV, 2015b).

Entre as propostas de venda apresentadas a da Associação de Produtores de Agroartesanato de Viçosa (ASSOV) para os itens feijão carioca, feijão vermelho e pó de café, foram desclassificados por não cumprirem satisfatoriamente os quantitativos exigidos no subitem 3.1 do edital de Chamada Pública 01/2015 (UFV, 2015b).

Defronte a inabilitação, a ASSOV, por meio da diretora da associação, protocolou na DMT, no dia 10 de abril de 2015, um recurso administrativo contra o resultado enunciado pela Comissão Permanente de Licitação (CPL), alegando que no edital de Chamada Pública 01/2015 não estava explícito, que seria desclassificado, o agricultor ou organização que apresentasse o projeto de venda com quantitativo total inferior ao exigido no subitem 3.1 do edital exposto acima (UFV, 2015c).

No dia 13 de abril de 2015 a CPL se reuniu na sede da DMT para analisar o recurso interposto pela ASSOV e manifestar seu parecer, de acordo com a comissão avaliadora a Associação não atestou sua capacidade em atender os quantitativos exigidos no cronograma de fornecimento elaborado pela instituição proponente, conseqüentemente, o recurso foi indeferido observando o princípio da vinculação ao edital, ou seja, as demandas do edital deveriam ser rigidamente respeitadas, para garantir que um empreendido não fosse beneficiado em detrimento de outro, salvaguardando a segurança do processo de Chamada Pública e a isonomia entre os participantes. Ademais, a CPL chamou atenção, que caso a ASSOV tivesse percebido indícios de vícios ou ilegalidade no edital de Chamada Pública 01/2015, a mesma deveria ter solicitado esclarecimento a CPL ou requerido à impugnação do edital (UFV, 2015d).

A DMT remeteu a análise do recurso a Procuradoria Jurídica Federal, para revisão do ato, que emitiu seu parecer em 17 de abril de 2015, julgando pertinente a decisão da CPL, mas sugeriu a avaliação pelo Ordenador de despesas (Pró Reitor da PPO) (UFV, 2015e). O processo seguiu e foi ratificada a decisão da CPL, em 22 de abril de 2015 (UFV, 2015f), conseqüentemente, manteve-se a decisão de desclassificação da ASSOV.

Quadro 13. Ordem classificatória das propostas de venda apresentadas pelos agricultores familiares e empreendimentos na Chamada Pública 01/2015 da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Produto	Classificação	Fornecedor	Município	Quantidade (kg)	Valor Unit. (R\$)*	Valor Total (R\$)
Feijão carioca	1º	Cooperativa de Produção da Economia Solidária (Cooprosol)	Tombos – MG	4.750	4,17	19.807,50
	2º	Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras rurais de Divino e Orizânia	Divino – MG	4.750	4,31	20.472,50
	Desclassificado	Associação de Produtores de Agroartesanato de Viçosa (ASSOV)	Viçosa – MG	Inabilitado por não atender os quantitativos previstos no subitem 3.1 da Chamada Pública		
Pó de café	1º	Cooperativa de Produção da Economia Solidária (Cooprosol)	Tombos - MG	980	14,99	14.690,20
	2º	Associação dos Agricultores familiares de Araponga	Araponga – MG	980	15,49	15.180,20
	3º	Cooperativa da Agricultura Familiar de Espera Feliz – MG – Coofeliz	Espera Feliz – MG	980	16,50	16.170,00
	4º	Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais de Divino e Orizânia	Divino – MG	980	16,50	16.170,00
	5º	Agricultor individual	Coimbra	980	16,50	16.170,00
	Desclassificado	Associação de Produtores de Agroartesanato de Viçosa (ASSOV)	Viçosa – MG	Inabilitado por não atender os quantitativos previstos no subitem 3.1 da Chamada Pública		
Tangerina Ponkan	1º	Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais de Divino e Orizânia	Divino – MG	2.260	2,38	5.378,80
Banana prata	1º	Cooperativa de Produção da Economia Solidária (Cooprosol)	Tombos – MG	3.000	2,10	6.3000
	2º	Associação dos Agricultores Familiares de Araponga	Araponga - MG	3.000	2,39	7.170,00
	3º	Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais de Divino e Orizânia	Divino – MG	3.000	2,51	7.530,00
Feijão Vermelho	1º	Cooperativa de Produção da Economia Solidária (Cooprosol)	Tombos – MG	2.250	5,10	11.475,00
	2º	Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras rurais de Divino e Orizânia	Divino – MG	2.250	5,74	12.960,00
	Desclassificado	Associação de Produtores de Agroartesanato de Viçosa (ASSOV)	Viçosa – MG	Inabilitado por não atender os quantitativos previstos no subitem 3.1 da Chamada Pública		
Moranga híbrida	1º	Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras rurais de Divino e Orizânia	Divino – MG	360	1,35	486,00

* Valor Unitário (R\$) / kg: refere-se ao preço de venda, para cada alimento, proposto pelos agricultores familiares no projeto de venda.

Fonte: Resultado da Chamada Pública 01/2015 da Universidade Federal de Viçosa, 2015.

É importante destacar, que a postura da ASSOV mediante sua inabilitação foi admissível, era direito do empreendimento requerer respostas compreensíveis sobre sua desclassificação, no entanto, impactou negativamente, atrasando o findar do processo.

Quanto às amostras apresentadas pelos empreendimentos de agricultores familiares que foram classificados em 1º lugar para os itens feijão carioca, feijão vermelho e pó de café, o parecer técnico emitido em 16 de abril de 2015, evidenciou que o feijão vermelho não cumpriu as especificações dispostas no subitem 6.3.3 do edital de Chamada pública 01/2015 (UFV, 2015a), quanto ao quesito aparência dos grãos crus, observou-se mistura de grãos viçosos com grão murchos e duros, no ato da cocção apresentou-se cocção desigual, alguns bem cozidos e outros muito duros (UFV, 2015g). O parecer técnico foi encaminhado pela Nutricionista RT pelo RU à DMT, para as medidas cabíveis.

No dia 28 de abril de 2015, a DMT expediu comunicado de desclassificação da COOPROSOL, para fornecimento o feijão vermelho (UFV, 2015h). De acordo com o item 6.2 do edital de Chamada Pública 01/2015, o processo prosseguiu convocando o classificado subsequente, a Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras Rurais de Divino e Orizânia, para apresentar amostra no prazo de 48 horas (UFV, 2015i).

As amostras de feijão vermelho da Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras rurais de Divino e Orizânia foram submetidas a teste de catação, cocção, características organolépticas e pureza do produto, na cozinha experimental da DAL, segundo o parecer técnico o produto não atendeu o quesito ausência de impureza, uma vez que, ao ser lavado os grãos apresentaram-se a superfície da água, com aspecto murcho e furado, presença de carunchos e gorgulhos, sugerindo a existência de bicho (UFV, 2015j). O relatório técnico foi encaminhado para DMT, no dia 04 de maio de 2015, para adoção das diligências necessárias.

De posse das informações, a DMT expediu em 05 de maio de 2015 o comunicado de desclassificação da Associação dos Pequenos Produtores e Produtoras rurais de Divino e Orizânia para o feijão vermelho, como não havia mais propostas de venda para este item e a ASSOV já havia sido inabilitada por não atender os quantitativos exigidos, o feijão vermelho foi excluído do processo (UFV, 2015l), ou seja, se o feijão vermelho não fosse comprado também pelo processo licitatório, o RU não teria fornecimento deste produto, pois a aquisição pela Chamada Pública não deu

certo, o que prejudicaria o serviço de alimentação, os estudantes que fazem uso do restaurante, em especial, aqueles alunos em vulnerabilidade social.

Em virtude destes entraves não foi possível cumprir o cronograma de execução da Chamada Pública como disposto no anexo V do edital, a princípio a Classificação Final e convocação para assinatura do contrato estavam previstos para o período de 20 a 22 de abril de 2015, contudo o Resultado Final da Chamada pública 01/2015 só foi divulgado pela DMT em 05 de maio, no momento não foi estabelecida uma data para assinatura do contrato, pois, devido ao atraso no desenrolar do processo por aproximadamente 15 dias fazia-se necessário realizar um novo cronograma de fornecimento dos produtos, posto que, a primeira data de fornecimento havia sido planejada para a mesma data em que foi anunciado o resultado final, como pode ser observado no subitem 7.1 do edital (UFV, 2015a; UFRV, 2015m).

Antes de se encerrar o processo de Chamada Pública 01/2015, a DMT teve seu quadro de funcionários reduzido, em virtude da greve dos técnicos administrativos da UFRV que se iniciou em 28 de maio de 2015, à vista disso o processo ficou novamente paralisado.

Os empreendimentos classificados em primeiro lugar para os itens feijão carioca, pó de café, tangerina ponkan, banana prata e moranga híbrida foram contatados na primeira semana de julho de 2015 para assinatura do contrato. Todavia, o atraso na emissão dos documentos, por parte da entidade contratante, impossibilitou a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Divino e Orizânia de assumir o contrato, pois já havia ultrapassado o período de sazonalidade e os agricultores não dispunham dos produtos para fornecer ao RU. A DMT recebeu em 09 de maio de 2015 um ofício do presidente da Associação apontando a inexecutabilidade de adesão e justificando o exposto.

Por conseguinte a tangerina ponkan e moranga híbrida também foram excluídos do processo. Dos 5 itens (pó de café, banana prata, feijão carioca, vermelho, tangerina e moranga) solicitados nas Chamada Pública 01/2015 (UFV, 2015a), manteve-se no final do processo 3 produtos, pó de café, banana prata e feijão carioca. A cooperativa de Tombos foi à única beneficiada para fornecer todos os produtos, por meio de 3 agricultores familiares.

O cronograma de fornecimento dos alimentos que estava previsto para período de maio a dezembro de 2015, foi reorganizado para os meses de agosto a dezembro do

mesmo ano, conseqüentemente houve necessidade de se alterar as datas de consumo no RU, mas manteve-se a refeição do almoço (Quadro 14).

Quadro 14. Novo cronograma de fornecimento de alimentos da agricultura familiar, Chamada Pública 01/2015 da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

Produto	Mês	Data entrega	Quantidade (kg)	Consumo do RU na refeição do almoço
Feijão carioca	Agosto	14/08/2015	1.900	2 semanas (domingo à segunda-feira)
	Setembro	11/09/2015	950	1 semana (domingo à segunda-feira)
	Outubro	09/10/2015	950	1 semana (domingo à segunda-feira)
	Novembro	13/11/2015	950	1 semana (domingo à segunda-feira)
Pó de café	Setembro	10/09/2015	560	4 semanas (domingo à segunda-feira)
	Outubro	15/10/2015	140	1 semana (domingo à segunda-feira)
	Novembro	12/11/2015	140	1 semana (domingo à segunda-feira)
	Dezembro	01/12/2015	140	1 semana (domingo à segunda-feira)
Banana prata	Setembro	02/09/2015	500	1 sábado
		23/09/2015	500	1 sábado
	Outubro	14/10/2015	500	1 sábado
		28/10/2015	500	1 sábado
	Novembro	14/11/2015	500	1 sábado
		18/11/2015	500	1 sábado

Fonte: Divisão de Alimentação da Universidade Federal de Viçosa, 2015.

No mês de agosto de 2015, o feijão carioca foi servido por duas semanas consecutivas, já nos meses de setembro a novembro, por uma semana. O pó de café foi utilizado durante quatro semanas seguidas no mês de setembro e por uma semana nos meses de outubro, novembro e dezembro. A banana prata foi distribuída em dois sábados por mês, no período de setembro a novembro de 2015.

4.4.1 Execução da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o restaurante universitário: edital de Chamada Pública 01/2015

Avaliando a execução das compras do PAA em 2015, pode-se constatar, que diferentemente do que aconteceu nas primeiras aquisições do programa, não houve contratempus no abastecimento da banana prata, em relação ao estágio de maturação da fruta, visto que todos os lotes entregues no RU estavam no ponto de consumo e

conforme especificações do subitem 3.2.4 do edital de Chamada Pública 01/2015 (UFV, 2015a). Vale chamar atenção, que agricultor habilitado neste processo para fornecer a banana, era filiado a uma cooperativa que possuía organização para apoiar os seus cooperados no que se diz respeito à assistência técnica para melhorar a produção, qualificando-os para comercialização, e também no que se diz respeito à estrutura, como a disposição de uma câmara de maturação que auxiliava na maturação uniforme dos frutos, diante disso, não se houve problemas quanto à maturação da banana prata, como foi observado nas compras anteriores do PAA.

Apesar do atraso na execução das compras do PAA, o diretor da cooperativa ressaltou que foi exequível o novo cronograma de fornecimento da banana, pois este foi reprogramado para os meses de setembro a dezembro de 2015, época de safra do produto, caso contrário poderia ocorrer falhas no abastecimento.

“Por sorte nós pegamos o fornecimento da banana para o segundo semestre e a gente conseguiu atender, pois estava na época, mas se esta entrega fosse jogada para fevereiro até junho, a nossa produção seria muito pequena e não sei se conseguiríamos atender” (Entrevista, diretor 1, 2015).

Com relação ao fornecimento do pó de café, o adiamento das entregas não gerou transtornos, pois tratava-se de um produto não perecível.

“Com o pó de café não tivemos problemas, porque pode armazenar ele por mais tempo” (Entrevista, diretor da cooperativa, 2015).

Já a mudança no cronograma do feijão carioca favoreceu a organização da entidade e do agricultor fornecedor, que aumentou a produção com a intenção de comercializar para a UFV. Ademais foi preciso investir em equipamentos para estocar o feijão, tendo em vista a qualidade do produto.

“[...] Deu tempo para o feijão chegar no ponto, porque se fosse a data prevista para primeira entrega o feijão ainda não estava no ponto, como houve atraso ele veio na hora, porque nós plantamos mais feijão com a intenção de vender para o UFV” (Entrevista, diretor 1, 2015).

“Enquanto agricultor eu tive que investir numas bombas para armazenar o feijão, porque a carência dele é pequena, o feijão é um grão muito fácil de pegar os bichos, e como eu não faço uso de veneno para conservar os grãos, então eu tive que fazer um investimento numas 15 bombas para armazenar em condições de não precisar colocar defensivo nele, porque eu não vendo só para universidade, eu faço uso daquele feijão. É uma bomba de plástico grande de 240 L [...] eu coloco o feijão ali e vedado a boca, fica tudo bem lacrado, ai já não dá bicho mais” (Entrevista, agricultor familiar 5, 2015).

As entregas do pó do café e do feijão carioca aconteceram sem intercorrências, e foram distribuídos no RU, na refeição do almoço em conformidade com o cronograma.

A figura 16 mostra o feijão carioca empacotado e estocado na cooperativa, para ser entregue ao RU.



Figura 16. Feijão carioca armazenado na cooperativa de Tombos para ser entregue no restaurante universitário da Universidade federal de Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2015.

4.5 Balanço das ações do PAA da UFV

Foi realizada, em 12 de julho de 2015, uma roda de conversa sobre o PAA na UFV durante a 7ª Troca de Saberes, que aconteceu durante a 86ª Semana do Fazendeiro da UFV. A roda de conversas foi organizada pela comissão gestora do PAA e articulada pela ITCP. A temática abordada no encontro foi “Oportunidades de mercado para agricultura familiar, ênfase no PAA, modalidade CI, na UFV”. O objetivo do espaço foi debater o instrumento de política pública que garante que parte dos alimentos comprados pelo RU seja proveniente da agricultura familiar e fazer uma avaliação do PAA, CI na UFV.

Participaram da rodada de conversa aproximadamente 45 pessoas, entre agricultores familiares de Viçosa e região, representante de cooperativas de Muriaé, Tombos, Espera Feliz e Manhuaçu, associações de Viçosa, Acaiaca, Divino e Araçuaia, movimentos de mulheres rurais de Santa Margarida, rede de intercâmbio de Simonésia, entidades como CTA/ZM e UNICAFES, estudantes de graduação da UFV vinculados a ITCP. O comparecimento de representações de empreendimentos e agricultores de diferentes municípios da Zona da Mata de Minas Gerais foi propício para disseminar e avaliar o Programa na Universidade. Os membros da comissão gestora do PAA na UFV que estavam presentes foram a Assessora da Saúde da PCD e coordenadora do

programa, nutricionista RT pelo RU e a professora do Departamento de Economia Rural.

Inicialmente a nutricionista apresentou dados sobre a implementação do PAA na UFV, as Chamadas Públicas, a execução do programa, as dificuldades da Universidade e dos agricultores, as experiências positivas e negativas, os gargalos enfrentados pela comissão para expansão do PAA na Instituição. Posteriormente a exposição da nutricionista, um professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFV, mediou à conversa e abriu espaço aos presentes para perguntas, opiniões e avaliação, nutricionista e a coordenadora do programa, responderam os questionamentos.

Foi um espaço privilegiado tanto para a comissão gestora quanto para os agricultores, pois foi possível realizar um balanço do PAA, obter um retorno da população quanto às ações do programa e incentivar os agricultores a participarem do planejamento das ações, além de agregar conhecimento para a construção de futuras chamadas públicas (LOPES, 2015).



Figura 17. Rodada de conversa sobre o Programa de Aquisição de Alimentos na 7ª Troca de Saberes realizada na 86ª Semana do Fazendeiro, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

Fonte: Troca de saberes/Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, 2015.

Outro evento durante a 86ª Semana do Fazendeiro que abriu portas para discussão do PAA foi a III Semana da Mulher Rural da Zona da Mata de Minas Gerais promovida pela EMATER, entre os dias 13 a 15 de julho de 2015. Participaram dos três dias de encontro cerca de 1200 mulheres de diferentes cidades da região. A Assessora da Saúde, coordenadora do programa, foi convidada para proferir uma palestra, sobre o PAA na UFV, além do tema, foi abordado pela palestrante outras políticas pública

disponíveis para a mulher no país, visando estimular a autonomia e a conquista de espaços públicos, a título de exemplo, foi mencionando a experiência de uma agricultora familiar como fornecedora do pó de café na primeira compra do PAA, demonstrando que a mulher pode ser responsável pela produção de gêneros alimentícios que alimenta tanto a família como a comunidade onde vivem, dirigir a comercialização, contribuir com o aumento da renda familiar, melhorar a qualidade de vida e SAN.

Se inscreveram para as atividades da 86ª Semana do Fazendeiro mais de 3 mil pessoas, e todas receberam uma pasta na qual foi distribuído o folder sobre o PAA na UFV, com o objetivo de dissipar o programa para várias pessoas, comunidades, cidades e regiões.

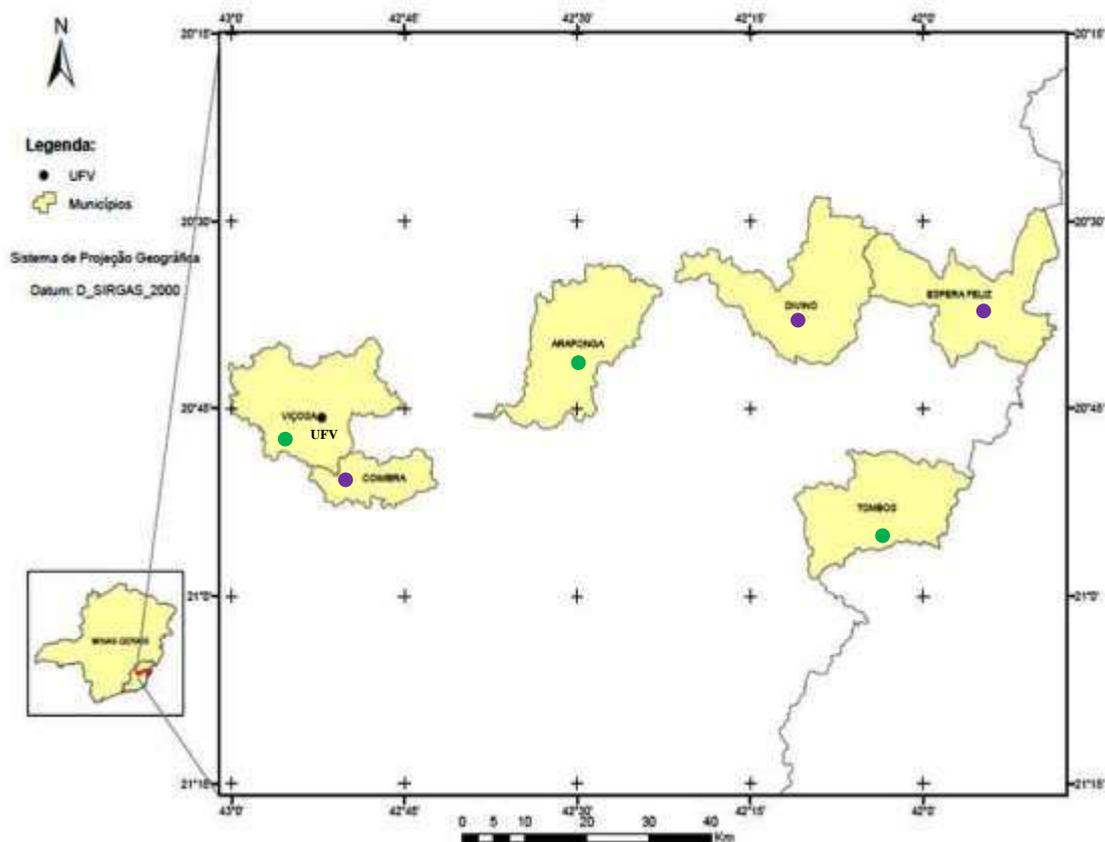
5 Perfil dos agricultores familiares beneficiários fornecedores

De 2013 a 2015, o PAA da UFV beneficiou 6 agricultores familiares residentes no meio rural de três cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, Viçosa, Araponga e Tombos, num raio de 5 km, 50,9 km e 150 km até a UFV, respectivamente, e duas organizações formais de agricultores, uma associação de Araponga e uma cooperativa de Tombos.

Os agricultores beneficiados (n=6) residiam em comunidades rurais de Viçosa, Nobres (n=1) e Palmital (n=1), na zona rural de Santa Cruz, município de Araponga (n=1), e no meio rural de Catuné (n=3), em Tombos. Em relação aos agricultores fornecedores verificou-se, por meio das entrevistas com 5 agricultores, que todos eram proprietários rurais, sendo que a extensão territorial variava de 5,8 a 13 hectares. Além dos agricultores habilitados para fornecimento, participaram das três Chamadas Públicas como possíveis fornecedores, 4 agricultores individuais de Araponga, uma cooperativa de Espera Feliz localizada a 192 km da UFV, uma associação de Divino a 165 km, e um agricultor individual de Coimbra a 19,2 km, como pode ser observado na figura 18.

Todos os agricultores (n=5) eram casados e residiam na propriedade (n=4), salvo a família de uma agricultora (n=1), que no momento da pesquisa de campo já não fornecia mais para o PAA na UFV, e havia renunciado a vida no campo e as atividades rurais para viver na zona urbana, embora estivesse exercendo atividades não agrícolas na cidade, ainda mantinha relação com o campo e trabalhava também na sua propriedade. O número de filhos por casal era de até seis, sendo que um cônjuge não tinha filhos, os filhos casados não mais residiam com os pais e nem na propriedade

rural. A idade dos agricultores variou entre a faixa de 34 a 59 anos, destes apenas um informou ter concluído o ensino médio.



- Municípios onde residiam beneficiários fornecedores.
- Municípios onde residiam os agricultores familiares que participaram das Chamadas Públicas.

Figura 18. Mapa de localização dos municípios onde residiam os beneficiários fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos e os agricultores e empreendimentos que participaram das Chamadas Públicas, Universidade Federal de Viçosa, Zona da Mata, Minas Gerais, 2013 a 2015.

Fonte: IBGE, 2004.

A figura masculina, em quase a totalidade das famílias (n=4) entrevistadas, representava o papel de chefe e responsável pela tomada das decisões referentes aos meios de produção, à divisão das tarefas na unidade de produção e à administração dos recursos. Esta realidade só não foi verificada em uma família (n=1) na qual a mulher assumia estas funções. Embora existisse em todos os estabelecimentos um dirigente para execução das tarefas, a mão de obra empregada nas atividades agrícolas, bem como na comercialização era familiar.

“O responsável pela produção sou eu mesmo, agora quem comercializa é a família [...] a mão de obra é entre a família” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

Quanto ao sistema de produção, os agricultores familiares entrevistados (n=5), relataram por meio da entrevista semiestruturada, que era agroecológico (n=2), orgânico (n=1), Sem Agrotóxico (SAT) (n=1) e convencional, com uso de agrotóxico (n=1). Embora, não constasse nos editais de Chamada Pública da UFV, a exigência de aquisição de alimentos orgânicos, agroecológico ou sem agrotóxicos, pode-se, inferir, que apesar do PAA ter como objetivo central a aquisição de produtos da agricultura familiar estes não são necessariamente, produzidos sem o uso de agrotóxicos, visto que um fornecedor declarou usar agrotóxico no feijão que era fornecido ao PAA da UFV.

“Sistema de produção convencional [...] utilizo o *Roundup*” (Entrevista, agricultor familiar, 1, 2015).

“O sistema de produção é agroecológico [...]” (Entrevista, agricultor familiar 3, 2015)

“O sistema de produção é orgânico porque eu não uso agrotóxico” (Entrevista, agricultor familiar, 4, 2015).

“[...] Eu considero como cultivo SAT [Sem Agrotóxico] [...]” (Entrevista, agricultor familiar 5, 2015).

Pode-se constatar quanto à produção, que os agricultores possuíam um cultivo diversificado de grãos (café, milho e feijão), hortaliças e frutas, além de criação de animais como frangos, suinocultura e bovinocultura.

“Milho, leite [criação de gado], feijão vermelho, feijão carioca, taioba, mandioca, jiló, couve, almeirão” (Entrevista, agricultor familiar 1, 2015).

“[...] Eu produzia um tanto de coisa, café, couve, mandioca, cenoura, cebola, repolho, alface, cebolinha, salsinha, beterraba, inhame, batata doce, taioba, chuchu, brócolis, jiló, quiabo, abóbora, moranga, banana, almeirão, couve flor, abacate, laranja, mexerica, manga, limão, mamão, goiaba, milho, feijão, eu criava porco e galinha[...]” (Entrevista, agricultor familiar, 3, 2015).

Todos os alimentos produzidos eram para autoconsumo da família e o excedente para comercialização.

“Não tinha nada separado, tudo que eu plantava era para consumo da família e para vender [...]” (Entrevista, agricultor familiar 3, 2015).

Mas existiam alguns alimentos que eram produzidos com a intenção de comercialização e renda para família.

“Feijão vermelho, feijão carioca e leite” (Entrevista agricultor familiar 1, 2015).

“O que eu planto com a intenção de comercializar é o café, banana, milho e o feijão, esses que eu falei eu planto com a intenção de gerar renda, mas na verdade eu acabo comercializando de tudo que eu planto”. (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

“[...] O café, a banana e mandioca eu planto mais pensando em vender” (Entrevista agricultor familiar 4, 2015).

Os depoimentos da maioria dos agricultores (n=4) que participaram da pesquisa apontaram que a fonte de renda das famílias advinha de atividades agropecuárias e da comercialização dos produtos, exceto a família que atualmente residia na zona urbana (n=1) e sua renda provinha também da ocupação em atividades não agrícolas. De acordo com a exposição dos agricultores nas entrevistas, os mercados mais acessados para comercialização dos produtos eram as feiras e mercados da agricultura familiar (n=5), venda direta ao consumidor (n=5), mercados locais (n=5), laticínios (n=1) e a rede de prossumidores de Viçosa (n=2).

“Entrego o leite no laticínio” (Entrevista, agricultor familiar 1, 2015).

“Eu vendo no meu mercadinho direto para o consumidor e na rede [...] em Viçosa” (Entrevista agricultor familiar 2, 2015).

“Eu faço feira ambulante na cidade de Tombos, toda terça, quinta e sábado” (Entrevista, agricultor familiar 4, 2015).

Todos os agricultores (n=5) já possuíam experiência com o a comercialização para mercado institucional das escolas estaduais e municipais, por meio Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os agricultores (n=5) comercializavam seus produtos nas escolas da cidade onde moravam e também para escolas de municípios vizinhos (n=2).

“Eu entregava para merenda escolar, o PNAE” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

“Eu participo do PNAE, eu entrego para as escolas do entorno, aqui no município são 2 escolas estaduais e 3 escolas municipais” (Entrevista, agricultor familiar 5, 2015).

Os argumentos expressos nas entrevistas, permitiu inferir que os agricultores beneficiários fornecedores do PAA na UFV, desfrutavam de uma organização produtiva e eram capacitados para atender a demanda do RU, visto que estes já possuíam experiências de comercialização em outros mercados e, sobretudo, por deterem experiências prévias com o PNAE, cuja sistemática de compras se assemelha ao PAA.

Além disso, praticamente todos os agricultores eram filiados a associações ou cooperativas que prestavam assessoria quanto à organização da produção para comercialização, o único agricultor que não era associado a nenhuma entidade recebia assistência da EMATER.

Investigou-se, por meio da entrevista semiestruturada se após inserção no PAA da UFV, ocorreram mudanças na unidade produtiva e inclusão de novos produtos para atender ao mercado institucional. De acordo, com as declarações dos agricultores percebeu-se, que eles se adaptaram realizando pequenas alterações nos sistemas de produção, como, o manejo adequado da produção para melhorar a qualidade do produto e aumentaram quantidades de alimentos já produzidos para atender a demanda da Universidade. A diversificação não foi observada nas falas dos agricultores, pois eles já dispunham de sistema diversificado.

“Eu não aumentei a quantidade da produção, a única coisa que eu tento fazer é não deixar passar o tempo correto do manejo, a produção acaba aumentando com o manejo no tempo certo e a qualidade do produto também melhora” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

“Eu aumentei um pouco a quantidade que eu planto de café e tentei melhorar a qualidade com uso de caldas orgânicas” (Entrevista, agricultor familiar 4, 2015).

“Feijão eu comecei a plantar mais. Quando eu li o edital e vi que era uma demanda boa, então eu aumentei a produção” (Entrevista, agricultor familiar 5, 2015).

Quanto a diversificação do sistema de produção, propiciado pela adesão ao PAA, os resultados desse estudo diferem dos apresentados nos manuscritos de Mattei (2007); Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - DESER (2008); Becker; Anjos (2010); Santos *et al.*, (2012); Silva (2013); HESPANHOL (2013); Silva; Almeida (2013), mas no que se refere ao aumento da produção de cultivos já existentes, os resultados foram semelhantes. Mas, vale lembrar que o programa encontrava-se em fase de implementação, a diversificação da produção para atender ao mercado institucional da UFV, pode ser encontrada futuramente se as compras da agricultura familiar se consolidarem na Universidade, como um processo habitual.

6 Desafios do processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos

6.1 Preços dos alimentos da agricultura familiar

Nos 3 anos de implementação do PAA na UFV, 2013 a 2015, a instituição disponibilizou cerca de R\$ 81.958,18 para a aquisição de aproximadamente de 20 toneladas de alimentos de agricultura familiar (Gráfico 6).

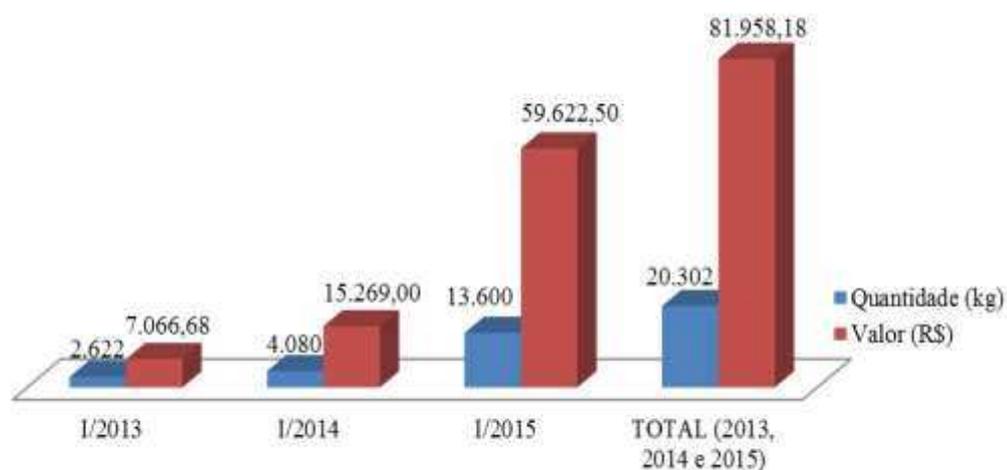


Gráfico 6. Evolução dos recursos financeiros, em reais, e quantidades de alimentos, em quilogramas, disponibilizados para compras por meio das Chamadas Públicas 01/2013, 01/2014 e 01/2015 do Programa de Aquisição de Alimentos, Universidade Federal de Viçosa.

As três Chamadas Públicas foram planejadas para aquisição de banana prata, feijão vermelho e carioca, pó de café, tangerina ponkan e moranga híbrida, com exceção dos dois últimos itens, os outros foram solicitados pela UFV em todos os editais de compras do PAA, e o quantitativo foi aumentando a cada Chamada Pública (Gráfico 7).

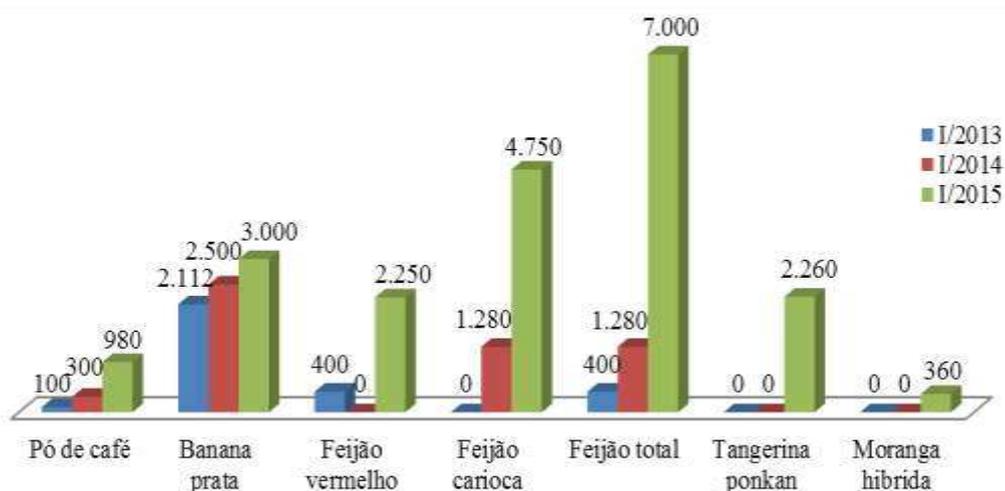


Gráfico 7. Evolução do quantitativo, em quilogramas, dos alimentos agricultura familiar solicitados nos editais de Chamada Pública 01/2013, 01/2014 e 01/2015 do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

Entretanto, vale lembrar que em razão dos vários entraves no decorrer da execução das Chamadas Públicas, o quantitativo de alimentos projetados para compras não foram adquiridos na totalidade, alguns foram excluídos do processo, como feijão carioca na segunda compra, o feijão vermelho, tangerina ponkan e moranga híbrida na terceira compra. Assim, o investimento real da UFV com PAA, nestes 3 anos, foi de aproximadamente R\$ 52.010,00, com a aquisição de aproximadamente 10.682 toneladas alimentos da agricultura familiar (Gráfico 8).

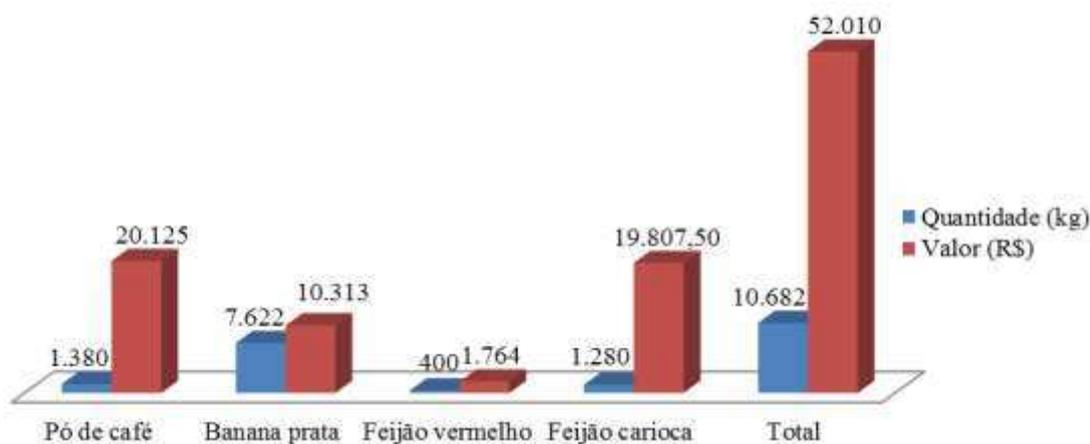


Gráfico 8. Somatório das quantidades, em quilogramas, de alimentos comprados e valor gasto, em reais, nas Chamadas Públicas 01/2013, 01/2014 e 01/2015 do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Com relação aos preços dos alimentos da agricultura familiar, houve inquietude por parte de alguns integrantes da comissão gestora, visto que os mesmos alimentos comprados pelo PAA eram adquiridos via Pregão Eletrônico por preços mais vantajosos, ou seja, menor preço. O Quadro 15 faz uma síntese de todos editais de Chamadas Públicas, e expõem os preços de referências de cada alimento da Chamada Pública, o preço de venda proposto pelos agricultores habilitados para fornecimento e preço dos mesmos itens comprados via Pregão Eletrônico. Verificou-se que os preços dos alimentos da agricultura familiar na Chamada Pública eram maiores que os licitados pelo Pregão Eletrônico, principalmente para o feijão carioca e pó de café. Banana prata, tangerina ponkan e moranga híbrida foram os que apresentaram preço mais próximo daqueles observados no pregão eletrônico.

Quadro 15. Comparação entre os preços de alimentos de acordo com a metodologia de compras, Chamada Pública e Pregão Eletrônico, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

EDITAL / Chamada Pública								Pregão Eletrônico	
Número	Gênero	Quantidade	Preço de referência da Chamada Pública R\$/kg	Preço proposto pelo fornecedor R\$/kg	Valor total (R\$)	Fornecedor	Município	Preço R\$/kg	Valor total (R\$)
01/2013	Pó de café	100 kg	11,86	11,00	1.100,00	Agricultora familiar individual.	Viçosa, Minas Gerais.	R\$7,90 / kg	790,00
	Feijão vermelho	400 kg	4,41	4,41	1.764,00	Agricultor familiar individual.	Viçosa, Minas Gerais.	-----	-----
	Banana prata	2.122 kg	1,94	1,90	4.031,80	Agricultor familiar individual.	Araponga, Minas Gerais.	R\$1,66 / kg	3.522,52
01/2014	Pó de café	300 kg	14,45	14,45	4.335,00	Cooperativa de Produtores da Economia Solidária – (COOPROSOL)	Tombos, Minas Gerais.	R\$7,90 / kg	2.370,00
	Banana prata	2.500 kg	2,39	2,30	5.750,00	Associação dos Agricultores Familiares de Araponga	Araponga, Minas Gerais.	R\$1,92 / kg	4.800,00
	Feijão carioca	1.280 kg	4,05	---	5.184,00	Item excluído - nenhuma proposta de venda foi apresentada	---	R\$2,29 / kg	2.931,20
01/2015	Banana Prata	3.000 kg	2,51	2,10	6.300,00	(COOPROSOL)	Tombos, Minas Gerais.	R\$2,00 / kg	6.000,00
	Feijão Carioca	4.750 kg	4,31	4,17	19.807,50	(COOPROSO)	Tombos, Minas Gerais.	R\$2,29 / kg	10.877,50
	Feijão vermelho	2.250 kg	5,76	5,76	12.960,00	Item excluído do processo, pois os 2 fornecedores foram inabilitados por não atenderem exigências do subitem 3.1 do Edital de Chamada Pública	-----	-----	-----
	Pó de café	980 kg	16,50	14,99	14.690,20	COOPROSOL	Tombos, Minas Gerais.	R\$7,20 / kg	7.056,00
	Tangerina Pokan	2.260 kg	2,38	2,38	5.378,80	Item excluído do processo, devido mudança de cronograma de fornecimento.	---	R\$1,80 / kg	4.068,00
	Moranga híbrida	360 kg	1,35	1,35	486,00	Item excluído do processo, devido mudança de cronograma de fornecimento.	---	R\$0,88 / kg	316,80

Fonte: Editais de Chamada Pública 01/2013, 01/2014 e 01/2015 da Universidade Federal de Viçosa; Divisão de Alimentação da Universidade Federal de Viçosa.

No gráfico 9, pode-se visualizar, as diferenças de preços, ao contrastar os métodos de aquisição de alimentos, Chamada Pública e Pregão Eletrônico. Os produtos que apresentaram as maiores disparidade de preços da Chamada Pública para o Pregão Eletrônico foram o feijão carioca e pó de café, sendo R\$11.182,80 e R\$ 9.909,20, respectivamente. A moranga hibrida foi o produto com menor de diferença de preço R\$ 169,20. Nestes 3 anos a UFV disponibilizou um recurso adicional de R\$ 24.331,28 para compras de alimentos da agricultura familiar, no entanto foi realmente investido um recurso adicional de R\$ 20.594,48, em virtude da exclusão de alguns gêneros alimentos do processo.

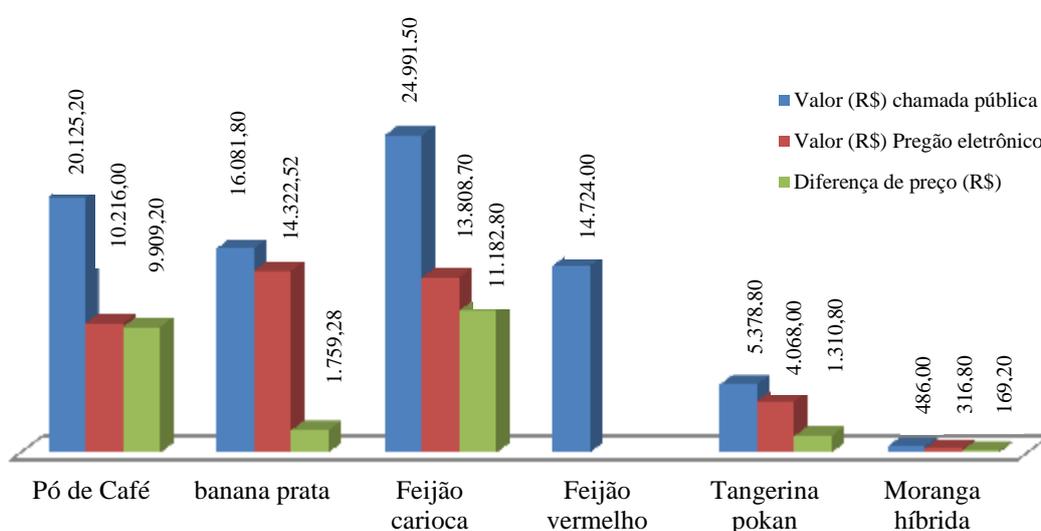


Gráfico 9. Valor disponibilizado em reais para a compra de alimentos para restaurante universitário por meio da Chamada Pública e processo licitatório, pregão eletrônico, e a diferença de preços entre os dois métodos de compras, no período de 2013 a 2015, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Alguns gestores (n=2) compartilharam da ideia que a diferença de preço entre os alimentos da agricultura familiar e do pregão eletrônico era justificável, em virtude das pequenas quantidades adquiridas pelo PAA, e possivelmente, com a consolidação das compras e aumento das quantidades dos produtos, os preços diminuiriam.

“Quando o quantitativo é pequeno a tendência é o preço ser maior, mas à medida que for aumentando o quantitativo a tendência é diminuir, porque o ganho é na quantidade” (Entrevista, gestor 2, 2015).

“[...] Compramos um quantitativo menor do que no processo licitatório, quando nós fazemos as compras pelo registro de preço, o quantitativo é para nos atender o ano todo, então quando o fornecedor faz uma cotação para te

fornecer durante todo ano é diferente daquele que faz para te oferecer por 30, 60 ou 90 dias” (Entrevista, gestor 4, 2015).

Sob a ótica dos gestores 2 e 6, a qualidade dos alimentos exigidos nos editais de Chamadas Públicas em detrimento aos comprados por processos licitatórios, também explicava os maiores preços.

“[...] A outra justificativa é a qualidade do produto, por exemplo, o pó de café foi o produto que apresentou maior diferença de preço entre o PAA e o registro de preço, pois a especificação é diferente, exigiu-se um produto de melhor qualidade” (Entrevista, gestor 2, 2015).

“[...] a Universidade estava comprando pó de café de uma empresa do Paraná, que fornecia o café aqui (UFV) embalado a vácuo e moído por R\$ 7,90 o quilo e na época o café que foi cotado para a primeira Chamada Pública estava custando em torno de R\$ 14,00 o quilo, ou seja, o dobro do preço. Aí começaram a questionar que o café do agricultor familiar estava muito caro, mas na verdade não estava, o preço era o mesmo que se encontrava no mercado local de Viçosa, contudo, era impossível concorrer com a empresa que entregava café a 7 reais. Eu imagino que não deve ser um café arábica e desconfio ainda que deva ter até outras coisas misturadas com o café, pois quando comparávamos o preço do café no mercado com o desta empresa, ela conseguia embalar a vácuo, pagar o frete e vender o café do Paraná aqui (UFV) a este preço, gera-se até uma desconfiança da qualidade do produto [...]” (Entrevista, gestor 6, 2015).

Em oposição, ao exposto, um dos gestores não vislumbrava vantagem para a UFV, o PAA, principalmente, porque os produtos adquiridos da agricultura familiar eram mais caros.

“[...] Visto que os produtos comprados pelo PAA são adquiridos de forma mais cara quando comparados com as compras realizadas via Pregão Eletrônico não identifico nesse momento vantagem em se adquirir os produtos dispensando um procedimento licitatório [...]” (Entrevista, gestor 7, 2015).

A adoção de um único método de compras de gêneros alimentícios, como pregão eletrônico, seria mais rentável para UFV, em virtude dos menores preços de venda. Entretanto, este modelo a UFV já estava habituada a executar, os gestores desejavam abarcar um modelo de compras sustentáveis que preconizasse o agricultor familiar em detrimento ao atravessador.

“[...] A gente quer que as compras aconteçam sem atravessador, pois com atravessador a gente já tem, nos não queremos que o agricultor familiar seja explorado por uma pessoa para fazer esta intermediação, ou seja, alguém que vai lá compre deles e venda aqui (UFV), nós não queremos isso” (Entrevista, gestor 2, 2015).

“[...] Os C... são estruturas insustentáveis de comercialização que colocam milhares de agricultores e intermediários competindo um com outro e jogando os preços dos alimentos no chão” (Entrevista, gestor 6, 2015).

O gestor 6 ressaltou que o desconhecimento do programa e dos seus objetivos, por parte dos administradores públicos, pode gerar ameaças a continuidade do PAA, quando se analisa somente os números, o que representa um entrave. Portanto a decisão de efetivar o programa deve partir da disposição da Instituição.

“[...] Quando o administrador público olha esta diferença de preço é de assustar, mas na verdade falta conhecimento sobre o que é o Programa e quais são as suas finalidades, seus benefícios, é claro que a disparidade de preço não pode ser muito grande. Então a Universidade tem que tomar a decisão política de executar o Programa, como a UFV fez, embora não deixa de representar um entrave, pois em algum momento de crise, por exemplo, pode-se optar por cortar um Programa” (Entrevista, gestor 6, 2015).

A comissão gestora, teve receio quanto ao exposto pelo gestor 6, posto que o ano de 2015 foi marcado por cortes orçamentários e a União reduziu o repasse financeiro para as Universidades Federais, assim, o recurso adicional investido no PAA poderia onerar os custos da Instituição.

“O ano passado (2014) não teve corte, então não tivemos problemas com o PAA, mas este ano (2015) a União cortou o orçamento e embora o valor repassado para o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) continue o mesmo, os preços mais altos dos produtos da agricultura familiar poderia causar impacto no orçamento” (Entrevista, gestor 1, 2015).

Outra indagação da comissão gestora foi com relação aos preços de venda dos alimentos, os empreendimentos da agricultura familiar das cidades do entorno de Viçosa dispunham de propostas mais vantajosas para a UFV, ou seja, menor preço, quando comparados com os valores determinados pela associação de agricultores de município de Viçosa.

Segundo relato do diretor de um empreendimento, o preço de um alimento está atrelado à dimensão da produção, e também ao conhecimento, por parte do agricultor, a que mercado ele vai comercializar, assim como, a organização do agricultor em uma entidade que lhe de suporte na comercialização, o que influencia no preço final do produto.

“Nossos produtores não pensam em plantar 10 mil pés de alface para vender a 30 centavos cada, eles pensam em plantar 100 pés para vender a 2 reais, as vezes é o que acontece aqui (Tombos) e o que pode ter acontecido lá (Viçosa) também. O pessoal não quer plantar em maior escala para diminuir o custo” (Entrevista, diretor 1, 2015).

“[...] Aí é que entra o papel da cooperativa, na hora de ajudar eles a comercializar [...] com um preço mais em conta, que vá de encontro com o custo e benefício deles” (Entrevista, diretor 1, 2015).

No depoimento abaixo, percebe-se que o preço está vinculado também à oferta de produto e o acesso ao mercado para comercialização.

“Isto reflete muito o preço que nós estamos acostumados a comercializar [...] depende da oferta de produto que a gente tem e no momento a gente estava com muita banana e sem mercado para ela, então se você tem uma oferta grande o preço tende a cair [...]” (Entrevista, diretor da associação, 2015).

Portanto, entendeu-se que os preços mais altos dos agricultores familiares podem ser um fator limitante para a expansão do PAA na UFV. Também se pode inferir que se houvesse um repasse financeiro pelo MDS às Instituições Federais para incentivar a adesão à modalidade CI do PAA, assim como acontece com as outras modalidades de compras do PAA, talvez, os valores investidos poderiam ser maiores, bem como o crescimento do programa.

6.2 Entraves organizacionais e burocráticos

A comissão gestora polemizou por várias reuniões a possibilidade de fragmentar o quantitativo de venda entre os empreendimentos coletivos da agricultura familiar, visando aumentar o número de beneficiários fornecedores e diminuir a concorrência, conduzindo para a DMT e o setor jurídico da UFV, deter o quantitativo total de venda exigido no edital era um dos requisitos de priorização dos fornecedores. O diretor de uma das cooperativas beneficiadas apontou o fato como um dos obstáculos do programa na UFV, pois gerava competição entre as cooperativas:

“[...] A questão da competição entre as cooperativas do entorno. Nós temos aqui na região cinco cooperativas em condição de atender a UFV hoje, temos a cooperativa de Espera Feliz, Fervedouro, Carangola, Muriaé e nós (Tombos), nós temos condição de ofertar um volume bom de produto lá (UFV). Mas a dinâmica que é usada hoje, ainda não se encontrou a saída para que as cinco cooperativas possam participar e entregar” (Entrevista, diretor 1, 2015)

Outra questão muito debatida nas reuniões foi à sistematização de duas Chamadas Públicas simultaneamente, uma para alimentos perecíveis e outra para não perecíveis, ou a realização de várias Chamadas Públicas, uma para cada item solicitado, com propósito de evitar atraso e paralisação em todo o processo caso ocorresse problema com alguns dos itens solicitados, como foi observado nos editais de Chamada Pública 01/2014 e 01/2015.

“[...] Nós já tínhamos alertado que os produtos perecíveis tinha que ficar cada um em uma Chamada separada, porque se tivesse problema com um item não bloqueava todos os itens, até na última Chamada insistiram em colocar tudo junto e deu problema de novo e o agricultor perdeu a banana [...]” (Entrevista, gestor 6, 2015).

Todavia a DMT julgava o método dispendioso para Universidade, haja vista, que as Chamadas Públicas eram executadas manualmente, e não existia dentro da CPL um profissional responsável por gerir, exclusivamente, todos os trâmites burocráticos do programa. Ademais este procedimento tornar-se-ia mais oneroso para UFV, visto que, cada edital de Chamada Pública gerava custos para publicação no DOU e divulgação em jornais e na mídia local e regional.

Situação contrária à referida acima, foi observada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o planejamento da primeira compra de alimentos dos agricultores por meio da CI do PAA, foi publicada em dezembro de 2015, por meio de três editais de Chamada Pública, por lote de alimentos, sendo o edital 01 para aquisição de carne suína, o edital 02 para hortifrúti e o 03 para carne bovina, situação que a comissão gestora do PAA na UFV esforçou-se para que fosse realizado (UFRGS, 2015a, UFRGS, 2015b, UFRGS, 2015c).

A não efetivação do cronograma dentro do prazo preestabelecido afetava, principalmente, o fornecimento dos produtos perecíveis, como a banana, uma vez que não poderiam ser armazenados, causando transtornos, também, para o agricultor que ficava sem mercado para escoar o produto, gerando perdas tanto do produto, quanto financeira.

“[...] O agricultor perdeu umas 2 toneladas de banana, porque demorou a contratação, a Chamada foi realizada para uma determinada época de fornecimento, teve problema em outro item e atrasou todo processo devido a burocracia e ele perdeu a banana” (Entrevista, gestor 6, 2015).

“[...] Nós perdemos uma parte de banana, aí nos entramos em contato (UFV), e eles disseram que quando fosse para fazer entrega eles iam avisar e fazer um novo cronograma, aí nos começamos a caçar outros mercados para esta banana, mas uma parte acabou perdendo” (Entrevista, diretor 1, 2015).

O delongar para finalizar o processo de Chamada Pública e as mudanças nos cronogramas de abastecimento do Programa foi apontado pelo agricultor como um fator negativo que comprometeu a qualidade do produto no ato das entregas.

“Eu vejo como um problema o atraso nas datas de entrega, é um ponto negativo do Programa e bem negativo no momento, porque a safra da banana é no verão, quando esquenta ela amadurece mais rápido e enche mais rápido e tudo que entra no clima frio ela paralisa, e como eu não tenho uma câmara

para amadurecer ela uniforme, eu trabalho com ela natural, a banana fica toda desuniforme” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

No que concerne à mudança no cronograma de entrega da banana a diretor discorreu:

“É uma das coisas ruins que acontecem [...] foi colocada uma grande quantidade de banana na época que se produz pouco [...] o que gerou um aperto para cumprir o calendário” (Entrevista, diretor 2, 2015).

Acresce-se, como um dos fatores que atrasam a execução das Chamadas Públicas nas Universidades, as greves dos servidores, trabalhar com um número reduzido de funcionários, impossibilitava a execução do programa em tempo hábil, conforme o cronograma previsto no planejamento. Ademais os processos burocráticos internos da Universidade foram apontados como uma das fragilidades do PAA em uma instituição Pública Federal.

“[...] Tudo tem que acontecer dentro dos limites e dos marcos legais da administração pública brasileira. É muito entrave, é muita burocracia, é muito parecer, é um pesadelo fazer as coisas caminharem em tempo ágil” (entrevista, gestor 6,2015).

Portanto, a programação da compra por meio PAA requer, por parte da comissão gestora, a verificação das características dos diferentes produtos que serão solicitados, pois alguns alimentos possuem ciclo produtivo mais longo, outros são mais sensíveis às alterações climáticas e a sazonalidade, interferindo no abastecimento. Ao mesmo tempo, os agricultores precisam realizar um planejamento e organizar a produção dos alimentos, de acordo com a demanda para reduzir as oscilações e garantir uma oferta estável de produtos (SARAIVA et al., 2013).

6.2.1 Assistência técnica

Para um dos gestores um dos principais desafios do PAA na UFV, se refere ao planejamento, para se consolidar a CI como uma modalidade habitual na Instituição. Abastecer o RU com uma maior variedade de alimentos da agricultura familiar e com quantidade que o restaurante demandava sem que ocorresse intercorrências.

“É preciso planejar [...] a compra de alimentos da agricultura da familiar para que futuramente este sistema de compras se torne contínuo” (Entrevista, gestor 4, 2015)

“[...] Conseguir ampliar a variedade de produtos, tentando manter os produtos daqui do município com a quantidade que o restaurante universitário

necessita que é muita quantidade, eu acho que é um dos maiores entreves para consolidar a agricultura familiar aqui dentro [...]” (Entrevista, gestor 4, 2015).

Uma das ferramentas para ampliação das compras dos agricultores era o conhecimento da produção no município e região para atender o mercado institucional da UFV, aliada a assistência técnica dos agricultores capacitando-os para este novo mercado, uma situação de difícil resolução, pois a EMATER com seu atual contingente de técnicos e suas concepções metodológicas individualizantes não conseguia assumir esta atribuição.

“Hoje [...] nós conseguimos atender minimamente 10% dos agricultores do universo de agricultores, por que nós já não temos condição de fazer mais nada. Nesta região existem 31 mil agricultores e nós fazemos 14 mil atendimentos, mas atendimento não é assistência técnica, nosso atendimento é o seguinte, as portas estão abertas e todo agricultor que entrar aqui nós prestamos o atendimento” (Entrevista, gestor 5, 2015).

“[...] Vamos pensar, um município com um técnico e mil agricultores, se ele atender um por dia ele consegue retornar no primeiro só daqui a mais ou menos 3 anos, ou seja, pensar em assistência técnica individual é inviável, o ideal é assistência em grupo” (Entrevista, gestor 5, 2015).

Amaral et al., (2015); Silva et al. (2014) reafirmam as dificuldades apontados pelo gestor 5. Segundo os autores, assegurar produção com regularidade, qualidade e na quantidade requerida, é um dos fatores limitantes do PAA, pois a agricultura é uma “indústria a céu aberto” sujeita as mudanças climáticas, pragas, doenças e imprevistos na produção o que, muitas vezes, dificulta o pleno atendimento das exigências. Assim, um bom planejamento da produção que considere as sazonalidades produtivas e possíveis imprevistos atenuam bastante essas dificuldades.

Os autores ainda ressaltam que, para minorar os desafios, os produtores necessitam de assistência técnica. As capacitações e resoluções de problemas são, em grande medida, viabilizadas a partir da assistência técnica, da pesquisa e da extensão (AMARAL et al., 2015; SILVA; SILVA, 2014; SILVA et al., 2014).

Outrossim, era importante a parceria com projetos de extensão dentro da UFV para preparar o agricultor familiar para o mercado institucional, com a produção com menor intensidade ou sem uso de agrotóxicos, dentro das perspectivas da agroecologia, como exposto gestor 2.

“Através dos projetos de extensão levar capacitação para que estes agricultores consigam produzir mais alimentos dentro da perspectiva de qualidade, daquilo que a gente quer servir no restaurante, que é sempre produtos de boa qualidade com baixo teor e se possível isento de agrotóxico,

trabalhando também um pouco a questão da agroecologia” (Entrevista, gestor 2, 2015).

Neste sentido, depreende-se, que as compras públicas de alimentos da agricultura familiar incentivada pelo governo federal são importantes para inclusão do agricultor familiar no mercado, contudo, mas basta apenas ampliar os canais de comercialização, é importante também capacitar e dar suporte às instituições de assistência técnica e extensão rural, como a EMATER, para que atuem como parceiras na implementação e execução do PAA, e assessorarem os agricultores através da orientação em grupos, no planejamento do processo de produção, logística do transporte e da comercialização.

6.2.2 Infraestrutura do Restaurante Universitário

A infraestrutura antiga do RU dificultou a expansão do programa na UFV, visto que, era necessário comprar os alimentos da agricultura familiar em menor volume e fracionado em pequenos lotes, uma vez que, existia concomitantemente a aquisição em maior escala de gêneros alimentícios pelo Pregão Eletrônico, o restaurante não dispunha de um espaço apropriado para estocar os alimentos adquiridos pelos dois métodos de compras. Era preciso organizar os pedidos e as entregas dos produtos de acordo com os espaços disponíveis para armazenamento em condições adequadas, para não comprometer a qualidade dos alimentos.

A dificuldade de manter uma estrutura mínima de execução do Programa já foi abordada por alguns trabalhos sobre o PAA (GRISA *et. al.*, 2009; FERREIRA; PINHEIRO, 2012; SILVA; SCHMITT, 2012).

6.2.3 Divulgação dos editais de Chamada Pública

Não se observou a divulgação dos editais de Chamada Pública 01/2014 e 01/2015 através do seminário de lançamento na UFV, assim como aconteceu no primeiro de edital em 2013, o que era um meio de comunicação direta com os agricultores.

“[...] Eu fiquei sabendo através de uma reunião na biblioteca da Universidade, a Reitora falou do Programa, dos prazos, ai eu fiquei sabendo e levei os papeis direitinho” (Entrevista, agricultor familiar 1, 2015).

O meio de divulgação mais utilizado para disseminar os editais de Chamada Pública 01/2014 e 01/2015 foi à internet, o que para um dos agricultores, dificultou o acesso às informações, e impossibilitou sua participação na Chamada Pública 01/2014.

“Eu perdi o edital [...] porque a gente não tem internet, o telefone é ruim e a internet piorou ainda” (Entrevista, agricultor familiar 1, 2015).

Ainda com relação ao processo de divulgação da Chamada Pública 01/2014 e 01/2015, as instituições EMATER, ITCP, UNICAFES, CTA/ZM, auxiliaram na disseminação da notícia das compras da agricultura familiar na UFV. Nas entrevistas, observou-se que os agricultores que participavam de organizações formais, detinham mais informações que aqueles agricultores individuais, pois, além de receberem assessoria da cooperativa ou associação, eram assistidos por outras entidades, e ainda, alguns participavam de projetos de extensão da ITCP-UFV e de outros projetos da Universidade, o que provavelmente viabilizou a participação dos agricultores e aguçou o interesse de ingressarem no mercado.

“Eu fiquei sabendo através do projeto de agricultores que trabalham com café que eu participo. O projeto é do professor [...] da UFV” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

“Através das reuniões que meu filho participou na EMATER” (Entrevista, agricultor familiar 3, 2015).

“Nós tivemos uma parceria com o Projeto Mais Gestão que ajudou a trazer estas informações, e também o pessoal do CTA, o [...] que estudou na UFV e trabalha na UNICAFES, eles ajudaram a fazer esta interlocução aí para que o Edital chegasse até a nossa cooperativa” (Entrevista, diretor 1, 2015).

“[...] Foi pelo CTA (Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais) e pela ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares)”. (Entrevista, diretor 2, 2015).

Para Araújo (2012) o perfil da maioria dos agricultores familiares é carregado de dificuldades quanto à comunicação (tipo de linguagem, grau de instrução, acesso a tecnologias de comunicação), sendo necessário ajustar a logística de divulgação do PAA de maneira que este alcance o seu público alvo (agricultores) de forma compreensível.

6.2.4 Mudança na gestão administrativa

Em 21 de julho de 2015, ocorreu uma mudança na gestão administrativa da PCD e na DAL e alguns profissionais que participavam da comissão gestora do PAA na UFV foram desligados de suas funções. Diante da circunstância, a execução das compras do

edital de Chamada Pública 01/2015 foi executada e finalizou em novembro de 2015, já que se havia realizado todos os procedimentos legais. No entanto, desde então, segundo um dos gestores, não houve mais planejamentos de compras para a UFV por meio do PAA.

“Quanto ao PAA 2016 não tem nenhum planejamento em andamento, tentei algumas vezes retomar o processo na PCD, mas sem êxito” (Entrevista, gestor 4, 2015).

Pode-se inferir, portanto, a necessidade de se instituir dentro da Universidade uma comissão permanente que se destine à atividade de execução do PAA, para não gerar incertezas quanto a continuidade do programa.

6.3 Limitações dos agricultores familiares

No que se refere às dificuldades dos agricultores familiares para acessarem o mercado institucional da UFV, percebeu-se nas entrevistas alusão quanto à necessidade de estarem filiados em alguma organização formal, associação ou cooperativa, para serem priorizados. Outra limitação relatada foi com relação à parte burocrática da Chamada Pública, principalmente, a elaboração da proposta de venda e documentação para habilitação, contudo, este entrave era minimizado com auxílio das associações, cooperativa e EMATER.

“A dificuldade é acertar os detalhes que a documentação exige, eu acho que é a maior dificuldade. Para participar têm aqueles vários critérios, produtores organizados em associação tem prioridade, depois o agricultor individual, vai seguindo a sequência, ou seja, a pessoa tem que estar associada a uma entidade para ter a prioridade e a entidade e o agricultor tem que estar em dia com a sua documentação” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

“Eles dependem de uma instituição para elaborar o projeto, sozinhos eles não têm condição [...] três ou quatro tentaram fazer o projeto, mas logo desistiram, acharam chato, complicado, trabalhoso e não quiseram fazer” (Entrevista, diretor 2, 2015).

Para o diretor de um empreendimento a dificuldade era:

“[...] Articular com os produtores, analisar se eles têm realmente a quantidade do produto e se irão cumprir os compromissos assumidos com a instituição. Essa articulação com o produtor não é simples” (Entrevista, diretor 2, 2015).

Já para outro diretor, que possuía assistência técnica de um profissional capacitado para organização da produção dos agricultores, não houve relato da dificuldade referida acima.

“O nosso técnico agrícola visita as propriedades, e faz o levantamento assim: x produtor tem feijão, x produtor tem laranja, x tem banana, então na hora de participar dos editais a gente já olha este levantamento e inclui os agricultores de acordo para não ultrapassar o teto máximo permitido por DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF) e a partir daí que nós selecionamos os produtores para fornecer. Ele consegue mapear quem são os agricultores e agricultores de que. O nosso técnico também observa toda questão de vencimento das DAP, e aí já vai controlando isto aí para eles, orientando quando a DAP está vencendo e quando é necessário renovar para participar da Chamada Pública” (Entrevista, diretor 1, 2015).

Neste caso, com exceção a mão-de-obra, a cooperativa subsidiava o processo de formulação de projetos e capacitação dos agricultores quanto à organização da produção e a preparação dos produtos.

Os agricultores familiares relataram dificuldades para cumprir os requisitos referentes às especificações sobre qualidade e embalagem dos alimentos. O curto período de vigência da Chamada Pública, e as entregas fracionadas, também foram citadas como ponto que encarecia o transporte.

“A dificuldade que eu encontrei foi cumprir com a questão da maturação da banana, porque a fruta natural dificilmente da aquela maturação uniforme. Outra dificuldade foi as exigências do edital em questão a caixa para transportar o produto, o transporte adequado, roupas adequadas, eu acho que está certo, mas é uma dificuldade por que às vezes o agricultor não tem condição de fazer isso [...]” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

“O tempo da chamada é muito pouco, é uma dificuldade, eu entreguei 25 quilos de pó de café por quatro meses, saí mais caro”. (Entrevista, agricultor familiar 3, 2015).

Um agricultor familiar mencionou que visualizava dificuldade para cumprir o que estava prenunciado para as características do feijão na Chamada Pública, mesmo não possuindo experiência com a comercialização do produto na UFV.

“Eu não participei da venda do feijão, mas eu vejo uma dificuldade que é a exigência da padronização, eu não vou dizer que é errado, mas o agricultor familiar ainda tem pouco acesso a máquinas, e às vezes não tem condições de financiar uma máquina para selecionar, eu não participei não, mas eu vejo a dificuldade pelas conversas que eu cheguei a fazer com outros agricultores” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

Ademais se percebeu que as exigências requeridas pela inspeção sanitária para fabricação dos produtos da agroindústria familiar foi obstáculo para um agricultor com relação ao programa e para prosseguir com suas atividades no meio rural. O agricultor se referiu ao PAA, como um mercado incerto, pois não se podia ter certeza da sua permanência.

“Não adianta eu pegar meu pó de café e continuar torrando ele na mão, eles não vão aceitar, eu tenho que ter uma estrutura e adequar de acordo com a Vigilância Sanitária. Eu posso produzir minha saca de café tudo agroecológico, sem veneno nenhum, mas eu não tenho a estrutura. Se eu tivesse a garantia de um contrato de entregar o pó de café por um ou dois anos, eu tinha investido, eu estava lá na roça trabalhando” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

Segundo Hespanhol (2013) a incerteza com relação à continuidade no programa gera uma situação de insegurança em termos de novos investimentos nas atividades agropecuárias.

Chamou a atenção durante a realização das entrevistas, o fato de que os agricultores não deterem conhecimento sobre o PAA, mesmo após inserção no programa da UFV, a maioria dos agricultores não se referia ao mercado institucional da agricultura familiar na Universidade, como PAA, mas confundiam este mercado com o PNAE, conforme pode ser percebido na fala de um agricultor:

“Este Programa é um projeto do governo federal para comprar pelo menos 30% dos pequenos agricultores, por um lado tem o compromisso do governo de tá comprando e por outro o compromisso dos agricultores de entregar um produto de qualidade” (Entrevista, agricultor familiar 3, 2015).

Com relação o enunciado, provavelmente deve-se ao fato de todos os agricultores já deterem experiências prévias com a comercialização para o PNAE, cujo funcionamento se assemelha ao do PAA. O desconhecimento dos agricultores em relação ao mercado institucional é visualizado pelo diretor de um empreendimento de outra maneira:

“Os produtores em linhas gerais pensam muito para dentro da propriedade, eles desconhecem os mercados, nós estamos falando de mercado institucional, mas no geral mesmo, por exemplo, o mercado do café, o pessoal nem sabe para onde vai o café. Eles conhecem bem do plantio, do manejo e colheita, mas a parte de comercialização eles desconhecem” (Entrevista, diretor 1, 2015).

Para Silva (2013), a falta de conhecimento quanto programa, seus objetivos e funções, explicita o quanto os agricultores familiares deixam de ser protagonistas no mercado institucional de alimentos e se encontram como meros figurantes produtores de alimentos.

Com relação, aos agricultores familiares beneficiários fornecedores do PAA na UFV, observou-se, majoritariamente, a presença de produtores que residiam em municípios da região da Zona da Mata de Minas Gerais sobre os agricultores locais (Viçosa). Um dos membros da comissão gestora revelou sua hesitação, visto que os

agricultores de Viçosa foram beneficiados somente na primeira compra do programa. Para o gestor, era necessário revisar a legislação e manter como critério de priorização os agricultores do município.

“[...] Hoje quando eu digo que Viçosa não conseguiu participar do processo, que a associação ficou de fora por causa do volume de produtos, eu fico com a sensação que vendi algo que não era para vender, eu fico pensando que eu empolguei tanto os agricultores daqui. Na primeira Chamada Viçosa vendeu o pó de café e feijão, mas nas outras ela não conseguiu participar. Não é que eu seja bairrista, pois todos os agricultores tem o mesmo direito, mas o que eu acho é devemos rever a legislação, há um equívoco” (Entrevista gestor 3, 2015).

Um agricultor familiar entrevistado também revelou em sua fala indignação perante o fato dos agricultores do local não conseguirem se organizar para vender para UFV.

“A crítica que eu faço é essa: para o pequeno agricultor entrar tem que ter toda estrutura, mas o agricultor que já esta grande nas organizações consegue. E os agricultores de Viçosa não vão se organizar? Não terão oportunidade?” (Agricultor familiar, 2, 2015).

Em resposta ao exposto acima pelo agricultor familiar, um dos gestores afirmou:

“Em termos de organização, existem alguns locais que a organização está mais adiantada que em Viçosa [...], que é o pessoal [...] de Espera Feliz, Tombos, Divino, pois lá eles têm associações mais organizadas e efetivas, em alguns lugares até cooperativas com um grau de organização bem maior do que encontramos aqui e obviamente isto permite que eles participem de Chamadas maiores e sejam vistos, eles passam a existir, já que eles têm uma personalidade jurídica mais ativa” (Entrevista, gestor 6, 2015).

No que se refere à cultura política dos agricultores familiares de Viçosa, possivelmente, deve-se a pequena valorização deste segmento para economia do município, visto que, a cidade é predominantemente urbana e o setor de serviços é o que movimenta as atividades econômicas.

“[...] Viçosa deve ter aproximadamente 8 ou 9% da população na zona rural, é uma cidade de comércio e serviço urbano, no município mesmo, a agricultura familiar é muito pouco importante comparada aos outros municípios” (Entrevista, gestor 6, 2016).

Para Gomes; Bastos (2006) a desorganização dos agricultores para atender o mercado excluem os não inseridos no PAA, ficando estes vulneráveis as comercializações no mercado convencional já consolidado. Segundo os autores Becker; Sacco Dos Anjos; Bezerra (2010), a organização representa uma seleção, um filtro social, que determina o ingresso no programa.

7 Projetos de aquisição de alimentos da agricultura familiar não efetivados

7.1 Lanche para moradores dos alojamentos da UFV

A comissão gestora não deliberou a compra dos alimentos da agroindústria familiar para o RU, devido a grande demanda requerida para o restaurante, exigências e técnicas de controle sanitário, contudo, não se descartou a ideia de incluir estes alimentos em outros setores da Universidade.

Em 2015, a Pró Reitora de Assuntos Comunitários sugeriu para a comissão gestora do PAA, comprar alguns alimentos como bolo, broa, pães e entre outros, para oferecer aos estudantes que moravam nos alojamentos na UFV. Eram aproximadamente de 2.000 estudantes, em vulnerabilidade social, que recebiam alimentação gratuita do RU. Contudo, no final de semana, sábado e domingo, o restaurante não funcionava e não havia o jantar, então a sugestão foi que estes alimentos da agricultura familiar fossem oferecidos em substituição ao jantar.

A assessora da Saúde, coordenadora do PAA na UFV, chegou a realizar reuniões com a EMATER, a Nutricionista RT pelo RU e a Pró Reitora de Assuntos Comunitários, foi realizada visita a um estabelecimento da agroindústria familiar, gerenciado por mulheres, no município de Viçosa, para tentar sistematizar as compras. O projeto foi encaminhado a Administração Superior, que não autorizou sua efetivação justificando a inexistência de recurso.

“A administração superior disse que não tinha recurso, o projeto teve que parar” (Entrevista, gestor 1, 2015).

Conclui-se, que para que o PAA se estendesse para outros setores da Universidade, além de decisão política, era fundamental, também, ter disponível o recurso para ser investido no programa.

7.2 Colônia de Férias

Existia a pretensão por parte da comissão gestora que a experiência com PAA no RU de Viçosa, se ampliasse para outros setores da UFV, como a Colônia de Férias promovida pela Divisão de Esporte e Lazer (DLZ) da PCD. A Colônia de Férias era

realizada duas vezes por ano, em janeiro e julho, com o objetivo de promover, no período de férias, atividades esportivas, recreativas, educativas e culturais. Eram oferecidas em média 200 vagas para filhos e netos de professores, técnicos administrativos e estudantes de graduação e de pós-graduação da Universidade, funcionários e terceirizados, com idade entre 5 a 12 anos. Durante as atividades eram oferecido às crianças e adolescentes um lanche. Na Colônia de Férias de janeiro de 2015, iniciou-se uma experiência com a aquisição de lanche da agroindústria familiar de Viçosa, mas do PAA (SOUZA et al., 2014).

“O lanche foi todo da agricultura familiar, não foi comprado por Chamada Pública, pois foram os parceiros que financiariam a aquisição” (Entrevista, gestor 1, 2015).

A ideia da comissão gestora do PAA, era dissipar a experiência previa e atender a Colônia de Férias de julho de 2015, com o lanche da agricultura familiar, que seria adquirido formalmente por meio de Chamada Pública, através da modalidade CI do PAA. Foi esboçado a compra de pães caseiros, bolos e banana prata. A EMATER e a ITCP ficaram responsáveis por orçar os preços que iriam compor o preço de referência da Chamada Pública. A princípio tentou-se solicitação dos orçamentos no município de Viçosa, mas não se conseguiu somente um orçamento emitido por uma associação. A ITCP enviou o pedido de orçamentos para associações e cooperativas da região da Zona da Mata e obteve-se resposta de uma associação de agricultores familiares do município de Araponga, e uma cooperativa na cidade de Espera Feliz. No Quadro 16, esta disponível os dados referente ao planejamento das compras da agricultura familiar para atender a Colônia de Férias da UFV. Estava previsto o investimento de R\$ 4.015,00.

Uma das dificuldades deste processo foi conseguir três orçamentos devidamente documentos da agroindústria familiar, como exigido pelo Decreto 7.775/2012 (BRASIL, 2012) e Resolução nº 50/2012 (BRASIL, 2012a). A etapa de cotação de preços foi finalizada no final do mês de maio de 2015, em virtude do delongar da tramitação, não houve tempo hábil para execução da Chamada Pública para Colônia de Férias que aconteceria em julho de 2015, portanto o processo foi arquivado.

Quadro 16. Planejamento de compras via Programa de Aquisição de Alimentos para a Colônia de Férias, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Alimentos	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
Bolo de laranja	Bolo tipo caseiro, sabor laranja. Porção individual de 60g cada, embalado em fita filme.	700	unidade	0,88	584,00
Bolo de cenoura	Bolo tipo caseiro, sabor cenoura. Porção individual de 60g cada, embalado em fita filme.	700	unidade	0,88	584,00
Bolo de banana	Bolo tipo caseiro, sabor banana. Porção individual de 60g cada, embalado em fita filme.	700	unidade	0,88	584,00
Pão de batata com presunto	Pão tipo caseiro, sabor batata com recheio de presunto. Porção individual de 50 g cada, embalado em fita filme.	700	unidade	0,88	616,00
Pão de batata com frango	Pão tipo caseiro, sabor batata com recheio de frango. Porção individual de 50 g cada, embalado em fita filme.	700	unidade	0,88	616,00
Banana prata	Fruta <i>in natura</i> , tipo banana, espécie prata, em pencas, frutos com 60 a 70% de maturação, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente. Embalada em caixas vazadas de polipropileno.	360	Kg	2,86	1.030,00
Valor total (\$)					4.015,00

Fonte: Comissão gestora do programa de aquisição de alimentos da Universidade Federal de Viçosa, 2015.

7.3 Laboratório de Desenvolvimento Infantil e Laboratório de Desenvolvimento Humano

Outra perspectiva era o atendimento do Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI) e Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH). O LDI e LDH funcionam sob a responsabilidade da Universidade em parceria com o Departamento de Economia Doméstica (DED), atendiam em regime integral de até 11 horas corridas, cerca de 100 crianças de 3 meses a 5 anos de idades, eram oferecidas 6 refeições diárias para o berçário e 4 refeições para os demais. As crianças atendidas eram da comunidade Universitária, filhos ou tuteladas de funcionários da UFV, de órgãos vinculados, de estudantes de pós-graduação e graduação da UFV e só então, era aberto à comunidade viçosense (UFV, 2015n; UFV, 2015o).

“[...] Eu vejo as possibilidades de crescimento do PAA em outros setores da Universidade e não só no RU, por exemplo, nós temos muita dificuldade de comprar para o LDI (Laboratório de Desenvolvimento Infantil) e LDH (Laboratório de Desenvolvimento Humano), que atende 100 crianças, eles precisam de gêneros alimentícios que nós não compramos para o RU, as crianças comem muitas frutas, [...] verduras, além daquelas que usamos no RU, então a ideia é fazer todo o atendimento do LDI e LDH pelo PAA” (Entrevista, gestor 2, 2015).

As dificuldades em adquirir alimentos para o LDI e LDH, mencionada na fala acima, diz respeito, principalmente no período em que o RU encontrava-se fechado, que era a época de férias e quando a UFV paralisava as suas atividades em caso de greve e não acontecia fornecimento destes alimentos para LDI e LDH. Outro problema relatado pelo DED foi com relação à dificuldade de licitar os alimentos para atender os laboratórios, em razão das pequenas quantidades de alimentos demandadas, geralmente as grandes empresas, que geralmente situavam fora do município de Viçosa, não demonstrava interesse de participar, devido os custos para transportar pequenos lotes de alimentos.

Diante estes obstáculos a comissão gestora do PAA juntamente com DED, realizou no período de março a julho de 2015 um planejamento para compra de alimentos da agricultura familiar, por meio da modalidade, CI do PAA (Quadro 17).

Quadro 17. Planejamento de compras via Programa de Aquisição de Alimentos para o Laboratório de Desenvolvimento Infantil e Laboratório de Desenvolvimento Humano, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais.

Item/ Especificação	Unidade	DATAS DE ENTREGA – 1ª Quinzena do mês					Total (kg)
		Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	
		01/02/2016	07/03/2016	04/03/2016	02/05/2016	06/06/2016	
Legume in natura, tipo inhame comum.	kg	20	20	20	20	20	100
Legume in natura, tipo milho verde, comum, em espiga, descascado.	espiga	50	50	50	50	50	250
Legume in natura, tipo brócolis, comum/japonês	kg	02	02	02	02	02	10
Legume in natura, tipo cenoura comum	kg	06	06	06	06	06	30
Fruta in natura, tipo banana prata.	kg	12	12	12	12	12	
Fruta in natura, tipo goiaba vermelha.	kg	10	10	10	10	10	50
Fruta in natura,, tipo abacate, espécie manteiga	kg		06	06	06	06	24
Rosquinha de nata – Ingredientes: trigo, nata, ovos, manteiga, açúcar, fermento químico.	kg	03	03	03	03	03	15
Mini Hambúrguer – Ingredientes: trigo, batata cozida, leite, ovos, manteiga, açúcar, sal, fermento biológico.	kg	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	12,5
Item/ Especificação	Unidade	DATAS DE ENTREGA – 2ª Quinzena do mês					Total (kg)
		Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	
		15/02/16	14/03/16	18/04/16	16/05/16	13/06/16	
Legume in natura, tipo mandioca comum descascada	kg	15	15	15	15	15	75
Legume in natura, tipo tomate cereja, maduro	kg	02	02	02	02	02	10
Legume in natura, tipo couve- flor comum	kg	02	02	02	02	02	10
Pão caseiro – Ingredientes: trigo, batata cozida (ou inhame cru), leite, ovos, manteiga, açúcar, sal, fermento biológico.	kg	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	12,5

Fonte: Comissão gestora do Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa, 2015.

A Chamada Pública deveria ser confeccionada e divulgada pela DMT no segundo semestre do ano 2015, para que o fornecimento iniciasse em fevereiro de 2016. A compra foi organizada para um período de cinco meses, fevereiro a junho de 2016 e as entregas deveriam acontecer a cada 15 dias, as segundas feiras.

A cotação de preços dos alimentos para elaboração da Chamada pública foi realizada pela ITCP em uma Rede Agroecológica de prosumidores de Viçosa, com um agricultor individual também residente na zona rural do município e com a UNICAFES, a estimativa de investimento da UFV era de cerca de R\$ 2.053,75 (dois mil e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos), com a compra de 484 kg de alimentos da agricultura familiar

A expectativa, por parte da comissão gestora, era uma participação de agricultores do de Viçosa e ou de cidades vizinhas no processo em virtude da pequena demanda de alimentos, o que provavelmente, tornaria inviável a participação de agricultores de municípios mais distantes, além disso, esperava-se um envolvimento de mulheres agricultoras, visto que alguns alimentos solicitados, como rosquinha, bolo e pães, advêm, na maioria das vezes, da pequena agroindústria artesanal, gerenciadas por mulheres.

Apesar do empenho da comissão gestora e do DED, o desenrolar do processo não foi como esperado, assim que o planejamento de compras foi finalizado em julho de 2015, os técnicos administrativos da UFV ainda estavam em greve e a DMT funcionando com um número reduzido de funcionários, então não foi possível iniciar a confecção da Chamada Pública. Também ocorrem mudanças nos cargos administrativos da PCD, alguns membros da comissão gestora do PAA foram afastados da sua função, por consequência o processo de Chamada Pública para o LDI e LDH foi paralisado.

Além disso, em dezembro de 2015 o DED divulgou uma nota sobre alteração no esquema de funcionamento do LDI e LDH a partir de 2016, entre as modificações uma, diz respeito às vagas dos laboratórios, que eram direcionadas, primeiramente, para filhos de servidores da Universidade, órgãos vinculados, e de e estudantes e, só então, era aberto a comunidade viçosense. A partir de 2016, todas as crianças, filhas de integrantes da comunidade universitária ou não, poderão concorrer às vagas com as mesmas condições. A outra mudança refere-se à redução do regime integral, de até 11 horas, para parcial, 4 horas, em dois turnos, manhã e tarde. Essa medida foi adotada em função do momento de restrições orçamentárias, visando economia de gastos, e entre eles a alimentação, já que as crianças não estarão no horário do almoço nos laboratórios

(UFV, 2015p). Portanto, devido à decisão política da UFV sobre o LDI e LDH, não foi mais necessário investimento no PAA.

7.4 Expansão do PAA para outros restaurantes da UFV

Havia também a perspectiva que o PAA se expandisse para todos os restaurantes dos três *campi* da UFV, tanto aqueles com sistema de autogestão, no RU de Florestal, quanto os restaurantes que são gerenciados por empresas terceirizadas, no *campi* de Rio Paranaíba e outro restaurante que existe em Viçosa, que já estava comprando alguns alimentos da agricultura familiar, mas não pelo PAA.

“[...] A perspectiva do crescimento. Hoje dois dos nossos quatro restaurantes é sistema de autogestão e a compra pode ser feita por Chamada Pública, que é o restaurante de Viçosa e de Florestal, ou seja, a Universidade compra os gêneros alimentícios e parte destes gêneros pode ser adquirido via PAA. Outro aspecto que eu gostaria que caminhasse neste sentido é naqueles restaurantes que a gente tem o sistema de concessionária (sistema terceirizado), se a Universidade pudesse colocar no edital de licitação a obrigatoriedade de comprar parte de seus produtos através da agricultura familiar, mas, segundo o jurídico, nós não podemos impor, nós podemos solicitar, promover e conscientizar da importância de se fazer isto, assim, além dos restaurantes de autogestão, nos vamos também ter as nossas concessionárias promovendo a agricultura familiar das suas regiões” (Entrevista, gestor 2, 2015).

“Em Rio Paranaíba, por exemplo, o sistema é de concessionária, e lá inclusive é uma região produtora de café, eu visualizo que muitos produtos poderiam ser adquiridos da agricultura familiar naquela região. No outro restaurante que existe aqui em Viçosa (terceirizado) já existem algumas iniciativas de compras da agricultura familiar e a gente tem conversado muito para que estas iniciativas também cresçam” (Entrevista, gestor 2, 2015).

Com relação à exposição do gestor 2, para o “setor jurídico”, a UFV não poderia determinar a origem dos alimentos adquiridos pelas empresas que gerenciavam os restaurantes. Situação contrária à exposta foi observada na implantação do PAA, modalidade CI, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) para os RU dos *campi* Erechim (UFFS, 2015a), Cerro Largo (UFFS, 2015b) e Realeza (UFFS, 2015c), que gerenciados por empresas terceirizadas. A metodologia utilizada para confecção da Chamada Pública diferiu da UFV, pois a Instituição lançou um edital para cadastramento das cooperativas de agricultores familiares, e quem iria comprar destes fornecedores seriam as empresas que atuavam nos RU, ou seja, as que dispõem de mão de obra para realização do serviço.

No edital de contratação das empresas prestadora de serviço de alimentação para UFFS foi incluído um critério vinculado ao pagamento da contratada, a qual exigia que fossem realizadas compras das cooperativas da agricultura familiar cadastradas. No momento do cadastro, as cooperativas iriam informar os itens que poderiam fornecer e o valor seria negociado entre a cooperativa e a empresa que adquiriria os produtos. Contudo a empresa teria o direito de não adquirir junto às cooperativas os produtos que elas não dispunham, bem como os que aqueles que o valor fosse superior ao de mercado em mais de 10% (UFFS, 2015d)

Todavia, vale ressaltar, que a publicação do edital de Chamada Pública da UFFS aconteceu em 09 de julho de 2015, logo após a publicação do Decreto nº. 8.473, em 23 de junho de 2015, referente ao percentual mínimo de 30% a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, por meio da modalidade CI do PAA (MDA, 2015; BRASIL, 2015).

Assim, pode-se deduzir, que a UFFS utilizou do decreto citado acima, para requerer das empresas terceirizadas responsáveis por gerenciar os RU, o encargo de articular as compras de alimentos da agricultura familiar por meio do PAA. E no momento que a Pró Reitora de Assuntos Comunitários da UFV tentou sistematizar este processo na Instituição, não existia aparato legal para que fundamentasse sua aspiração.

No que diz respeito ao Decreto nº. 8.473/2015, a partir de janeiro de 2016 ele entraria em vigor, assim presume-se que as Universidades Federais e demais órgãos públicos federais que comprem alimentos, deveria planejar a adesão ao PAA e sistematizar os editais de Chamadas Públicas com antecedência, para que o percentual mínimo de compras de alimentos da agricultura familiar possa ser atingindo no decorrer do ano de 2016.

Na tentativa de verificar quais Universidades já haviam se estruturado para esta compra ou que estavam articulando o processo, consultou-se o site do MDS, através do link PAA compra institucional, chamadas realizadas e chamadas em andamento, pode-se verificar que existem 4 universidades organizadas para atender o decreto, são elas Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2012; 2013; 2015), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2013; 2015), Universidade Federal de Pelotas (UFPel, 2014; 2015), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2015a; UFRGS, 2016b, UFRGS, 2016c) e está em articulação desde julho de 2015 as compras da UFFS (UFFS, 2015a; UFFS, 2015b, UFFS, 2015c).

Quanto ao planejamento da UFV para compras de alimentos da agricultura familiar para o ano de 2016, observando o Decreto nº. 8.473/2015 (BRASIL, 2015), dois gestores afirmaram nas entrevistas, em outubro de 2015 que a PCD ainda não havia se pronunciado.

“Quanto ao planejamento do PAA para 2016, a PCD (Pró Reitoria de Assuntos Comunitários) ainda não se pronunciou” (Entrevista, gestor 4, 2015).

“Não temos solicitação nova dessas compras, pois ela vem geralmente da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários ou do RU e são inseridas no Sistema Integrado de Materiais (SIM). Se irão fazer novo pedido, não sei” (Entrevista, gestor 7, 2015)”.

Mais uma vez, vale chamar atenção para o planejamento prévio do PAA por parte da UFV, sobretudo, pela obrigatoriedade das compras expostas no Decreto nº. 8.473/2015 e os desafios já observados no processo de implementação do PAA na Universidade. A grande questão não é somente ampliar as compras, mas observar as dificuldades que já foram abordadas ao longo deste histórico, preço dos produtos, mapeamento da oferta visando verificar a potencialidade de entregas, qualidade sanitárias dos gêneros alimentícios, estrutura física do RU *campus* de Viçosa e dos demais restaurantes de Florestal e Rio Paranaíba e a efetivação habitual da modalidade CI. Era necessário que a UFV, já estivesse trabalhando o edital de Chamada Pública, visto que, os órgãos compradores poderão deixar de observar o percentual de 30%, nos seguintes casos:

“I - não recebimento do objeto, em virtude de desconformidade do produto ou de sua qualidade com as especificações demandadas; II - insuficiência de oferta na região, por parte agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem na Lei nº 11.326, de 2006, para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; III - aquisições especiais, esporádicas ou de pequena quantidade, na forma definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão” (BRASIL, 2015, artigo 2º).

Ademais, a publicação do referido decreto pode ter gerado expectativas para os agricultores familiares de região, empreendimentos e representantes desse segmento, em relação à ampliação do programa na Universidade, a anunciação, até então, da sua não efetivação poderá desmotivá-los gerando incertezas. Acresce-se a paralisação dos investimentos na agricultura familiar e dos possíveis benefícios que poderiam advir com estas compras, tanto para o público fornecedor e consumidor.

8 Avaliação dos envolvidos no PAA da UFV

Mesmo em meio aos percalços, foi possível observar avaliações positivas sobre o PAA na UFV, como ressaltou o gestor 6.

“O Programa esta ainda em um nível de experiência, mas eu acho que evoluiu demais, eu sou suspeito para falar, porque eu participei da comissão, minha avaliação é muito positiva. Até os contratemplos que houveram eles já estavam previstos no processo, então eu acho que funcionou muito bem, por exemplo, houve problema na qualidade do pó de café, mas nós já tínhamos mecanismos de detectar este problemas e mecanismos legais de invalidar aquela amostra e convocar o outro classificado, a mesma coisa aconteceu com o feijão vermelho, isto funcionou perfeitamente, as Chamadas foram modificadas, aprimoradas, existem coisas para melhorar ainda como mais agilidade na confecção das Chamadas e emitir os pareceres finais, nos conseguimos fazer tudo num ambiente juridicamente seguro para o refeitório” (Entrevista, gestor 6, 2015).

Complementando a avaliação acima, o gestor, ressaltou que os problemas que acometeram a implementação do PAA na UFV eram próprios do processo e foi interessante que eles surgissem para a comissão gestora aprender como atuar frente aos obstáculos internos e externos.

“Nós estamos aprendendo a fazer, os problemas tem que acontecer para nós aprendermos. Nós vimos que não é tudo que se coloca no edital que o agricultor entrega [...] É bom acontecer problemas, pois assim a comissão consegue orientar os agricultores, a gente consegue verificar se os editais estão sendo elaborados direitos, se podem ser adaptados de outras formas ou se as exigências podem ser outras, é um processo de aprendizagem” (Entrevista, gestor 5, 2015).

Um dos gestores pontuou aspectos positivos para a UFV, como, o reconhecimento de um trabalho de cunho social e econômico. A experiência do trabalhar em equipe com a expectativa de se chegar a um objetivo único, que era a efetivação das compras da agricultura familiar na Universidade.

“Explicitar o trabalho social que a Universidade tem [...] foi uma ferramenta para instituição dizer: Nós vamos apoiar a agricultura familiar, agora nós temos mecanismo e vamos utilizar este mecanismo para começar a experiência. [...] Permitir que uma parte deste recurso possa permanecer na economia dos agricultores familiares da região [...]. É bom para Universidade também pela experiência de trabalho desta equipe, que foi uma equipe que aproximou pessoas, de diversos órgãos da Universidade, para trabalhar juntas e iniciar uma proposta que iria dar trabalho extra para todo mundo que está ali e fazer funcionar [...] para mim isto foi de longe, talvez, o principal benefício para a UFV” (Entrevista, gestor 6, 2015).

Sob a percepção dos gestores, o PAA na UFV surgiu como mercado complementar para a comercialização da produção dos agricultores familiares, com preços mais justos, aproximação com o consumidor, visto que se excluía o atravessador. Observou-se também, referência a valorização da agricultura familiar, aumento da renda e a contribuição para SAN dos agricultores e de suas famílias. Além disso, observou-se a questão relacionada a preparação dos agricultores para atender as exigências do mercado consumidor.

“O mercado é o grande gargalo para os agricultores, é o que a gente escuta deles, eu afirmo isto pela fala dos agricultores [...] vejo como uma grande oportunidade para o agricultor” (Entrevista, gestor 3, 2015).

“[...] Tem a possibilidade de saber mais para quem esta vendendo, receber um preço melhor pelos seus produtos [...]” (Entrevista, gestor 6, 2015).

“A contribuição que o PAA tem para a segurança alimentar é mesmo incentivar esta maior produção e automaticamente aumentar a renda para o agricultor familiar, podendo viabilizar uma qualidade de vida melhor” (Entrevista, gestor 4, 2015).

“Para os agricultores acho importante para agregar alguns aspectos de educação, higiene e outras questões que são importantes para eles se adequarem e para ter acesso ao mercado, não estou dizendo que eles não tem higiene, dentro da forma que eles produzem eles tem, mas o mercado exige controle de qualidade da água, embalagem e entre outras exigências, o que exige dos agricultores adaptação para atender melhor” (Entrevista, gestor 5, 2015).

O estímulo ao associativismo e o cooperativismo também foi mencionando por um gestor, com o aumento gradativo das quantidades de alimentos solicitados em cada processo, os agricultores começaram a perceber que para permanecerem no mercado institucional da UFV e atender os quantitativos exigidos, era fundamental a organização em grupos formais, associações ou cooperativas, assim as propostas de vendas começaram a ser enviadas para Universidade por meio de empreendimentos coletivos de agricultores familiares.

“Outra questão que o Programa vai forçar um pouco, e isso é muito bom, é a união dos agricultores em associação ou entidades [...], nós queremos que eles se organizem [...] que eles consigam ir se organizando para atender os quantitativos maiores da Universidade” (Entrevista, gestor 2, 2015).

Um dos gestores, expôs na sua declaração que o processo de implementação do PAA na UFV, ainda era tênue e não evoluiu de acordo com o potencial que apresentava de expansão dentro da Universidade.

“Quando eu mandei para [...] o cartaz do PAA, mostrando que era uma das primeiras Universidades a comprar alimentos da agricultura familiar, foi

muito prazeroso ouvir os elogios. E hoje quando eles me perguntam como está o processo, aumentou o número de produtos comprados? Eu digo nós estamos na terceira Chamada, aumentou o número de produtos. Eu mando para eles a Chamada, mas ela ainda é tímida, aparentemente ela é simbólica pelo volume e pelo tamanho da Universidade, eu acho que ela precisa crescer”.

Para os diretores dos empreendimentos coletivos o pagamento em dia pela UFV, foi um dos pontos positivos do programa.

“Eu vejo como positivo [...] os pagamentos tem saído em dia, eu vejo como uma vantagem, porque quando eu compro do produtor aqui, eu pago ele em 30 dias, o agricultor entrega o produto aqui na cooperativa, a gente faz a entrega na UFV e no máximo 15 dias depois eles já pagam, assim dentro do mês nós conseguimos honrar o compromisso com os nossos agricultores” (Entrevista, diretor 1, 2015).

Os agricultores entrevistados fizeram uma avaliação geral positiva. Todos acharam que se tratava de um programa importante e acreditavam que iria se expandir na Universidade, aumentando as quantidades de alimentos comprados da agricultura familiar. Existia também a expectativa de se cumprir a exigência do Decreto nº. 8.473/2015, que dispõe sobre a compra mínima de 30% dos alimentos adquiridos pelos órgãos federais pela modalidade CI do PAA, o que iria expandir os produtos comercializados.

“A minha esperança é que a Universidade aumente a quantidade dos alimentos comprados da agricultura familiar, por que eles gastam muita quantidade no restaurante, pra gente ter condição de vender mais” (Entrevista, agricultor familiar 1, 2015).

“A expectativa é que a UFV comesse a usufruir dos 30%, já que agora é obrigatório e é lei, se ela começar a comprar os 30% vai da para trabalhar bastante produto ali dentro” (Entrevista, agricultor familiar 5, 2015).

O principal ponto destacado pelos agricultores entrevistados foi à garantia da comercialização dos seus produtos. Mesmo para aqueles que vendiam para o mercado convencional (mercados, vendas direta ao consumidor, feiras).

“Tem uma garantia de mercado na hora da colheita, porque é triste investir numa cultura e na hora que chega o momento de transformar aquele investimento em dinheiro, você não tem para onde vender, no caso do PAA já é um contrato, então, tanto eu tenho obrigação de produzir, quanto à Universidade tem obrigação de comprar” (Entrevista agricultor familiar, 5, 2015).

Ademais, identificou-se nas falas dos agricultores outros aspectos positivos como preço melhor que o do mercado convencional, a venda direta ao consumidor, deixando de existir o atravessador, a comercialização de um volume maior de produtos.

“A gente vende com um preço melhor e já vende direto para o consumidor” (Entrevista, agricultor familiar 4, 2015).

“Uma vantagem é a venda de uma grande quantidade de produto de uma só vez, outra, é o preço, que é melhor que o preço que agricultor consegue na comunidade dele” (Entrevista, agricultor familiar 3, 2015).

Também foram sinalizados como benefícios da inserção no PAA da UFV a valorização do agricultor familiar, bem como de seus produtos, a abertura de um mercado adicional para escoamento dos alimentos da agricultura familiar, propiciado por uma Universidade Federal, espaço antes não acessado pelos agricultores. Além disso, notou-se a referência ao PAA, como um instrumento de política pública que tem contribuído para manutenção do agricultor no meio rural.

“Estas portas que se abrem fazem muita diferença e ajudam muito a fortalecer a agricultura familiar” (Entrevista, agricultor familiar 4, 2015).

“Quando você fala assim eu estou vendendo para a Universidade, o mercado dá mais valor para o seu produto” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

“[...] Esse Programa (PAA) [...] é o que tem segurado as famílias no meio rural” (Entrevista, agricultor familiar 4, 2015).

Um dos agricultores mencionou a aproximação da Universidade com a ponta da cadeia alimentar, beneficiando tanto quem produz, quanto quem consome, cumprindo seu papel social.

“Eu vejo como uma aproximação [...] então quando se fala num PAA na UFV [...] eu vejo pelo lado social e econômico: ela ganha por ter um produto de boa qualidade e valoriza os agricultores e produtores do entorno” (Entrevista, agricultor familiar 3, 2015).

Existia também, na concepção da maioria dos agricultores familiares uma associação entre o PAA, alimentação saudável e a saúde dos consumidores. Quando os agricultores foram questionados sobre o porquê da aquisição dos produtos da agricultura familiar pela UFV, vários entrevistados afirmaram tratar-se de uma opção vinculada à saúde da população, que segundo estes, seria favorecida pelo consumo de alimentos mais saudáveis produzidos de forma mais sustentável.

“O aluno vai estar comendo saúde, vida e nutrição [...] sem dúvida o produto da agricultura familiar é muito melhor, é um produto feito com amor, produzido pelo suor da família [...]. Já o produto que vem dos grandes produtores é feito de qualquer maneira, a base de produtos químicos e sem amor nenhum, o que importa para eles é quantidade e o lucro e não a forma de produção” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

Para os gestores a contribuição do PAA, para o público beneficiário consumidor, os estudantes que faziam uso do RU, era a oferta de um alimento mais saudável, mais fresco e de qualidade, pois era produzido na região e sofriam menos danos com o transporte.

“Pelo lado do estudante, eu penso na qualidade do alimento que esta sendo oferecido. Nossos alunos estão consumindo um alimento mais fresco, mais saudável, produzido na região” (Entrevista, gestor 2, 2015).

“Para os estudantes é isto mesmo, a possibilidade deles receberem um alimento que viaja menos, um alimento que eles sabem onde é produzido, porque o resto do alimento eles não tem a menor ideia de onde é, e como é produzido. Se pensarmos do ponto de vista da segurança alimentar em termos da qualidade, contaminação do alimento e de saber como ele é produzido é uma ferramenta incrível. O alimento que é produzido mais perto viaja menos, tem menos danos de transporte, é menos processado, a conservação dele é mais fácil, isto do ponto de vista nutricional é teoricamente melhor” (Entrevista, gestor 6, 2015).

A inclusão no RU de alimentos que respeitavam o hábito alimentar e cultura local/regional, cultivados pela família dos agricultores, com práticas menos agressivas de produção por um diretor e um gestor.

“Motiva a alimentação saudável, com a oferta de produtos que já produzimos na região” (Entrevista, diretor 2, 2015).

“[...] Os estudantes estão comendo alimentos da agricultura familiar, eles estão ingerindo um produto que utilizou a mão de obra do próprio agricultor e de sua família, que não teve exploração e nem mão de obra escrava, que não houve sofrimento para produção dos alimentos e sim um desempenho do agricultor e de sua família. Não é defesa e nem sensacionalismo, mas o produto do agricultor familiar tem outro sabor, pois é feito com carinho e dedicação, o agricultor produz para autoconsumo e para mais alguém” (Entrevista, gestor 5, 2015).

Para os envolvidos no PAA na UFV, o arranjo institucional do programa abriu a possibilidade de um mercado adicional para comercialização dos alimentos da agricultura familiar, beneficiando tanto os agricultores quanto os consumidores do RU, ao passo que a Universidade desempenhou seu papel social, estimulou a agricultura familiar, gerou renda para os fornecedores e possibilitou o acesso a alimentos produzidos na região de maneira mais sustentável e de melhor qualidade aos estudantes, promovendo a política de SAN.

9 Considerações finais

A compra de alimentos da agricultura familiar para o RU da UFV por meio do PAA, modalidade CI, representou um importante mecanismo de promoção da SAN e incentivo a agricultura familiar. Contudo, pode-se observar que as limitações do Programa eram de toda ordem, tais como, compreensão da legislação e do formato de tramitação da Chamada Pública. Financeira, visto que os produtos da agricultura familiar possuíam preços maiores que os adquiridos por processos licitatórios. Limitação técnica para acompanhamento dos agricultores fornecedores. Limitações internas e externas, tanto pela parte burocrática da Universidade quanto da desorganização dos agricultores para atender um mercado institucional. Limitações físicas, quando se referia à estrutura do RU que era antiga e impossibilitou a aquisição de lotes com maior quantitativo de alimentos, pois não havia lugar para estoque. Por outro lado, ressalta-se que o programa encontrava-se em consolidação e dificuldades nessa fase do processo são comuns, principalmente por se tratar de uma modalidade de compras nova para Instituição quanto para os agricultores.

No entanto, mesmo frente aos obstáculos, foi possível observar, por meio das entrevistas com os envolvidos, que os objetivos delineados pelos gestores para implementação do programa na UFV têm sido efetivados e os resultados pontuados foram satisfatórios como a aquisição de alimentos produzidos de forma mais sustentável e com inclusão e valorização de alimentos regionais no cardápio do RU, aproximação da Instituição com a ponta da cadeia produtiva de alimentos, o agricultor familiar, contribuindo para aumentar a renda familiar dos agricultores e a SAN do público beneficiário do PAA, consumidores e fornecedores. Observou-se também a necessidade à organização dos agricultores em grupos formais. O registro da experiência, com seus erros e acertos, pode coadjuvar para planejamento de futuras compras de alimentos da agricultura familiar. Com os subsídios elencados neste trabalho pode-se prever os problemas e as possíveis soluções.

Para que haja sucesso da articulação entre a produção familiar e a CI, talvez se torne necessário novas estratégias de planejamento do programa pela comissão gestora e a organização da produção de alimentos, por parte dos agricultores. Para a eficiência do programa, sem interrupção no abastecimento, é necessário realizar planejamento prévio, o que por vezes não foi realizado na UFV. Assim os agricultores podem se preparar para atender o mercado da Universidade, presumivelmente sem intercorrências. É importante também estudos para se identificar a demanda, bem como mapear a produção para que

se aumente gradativamente a inserção dos alimentos da agricultura familiar no RU. Acresce-se a necessidade de projetos de extensão e parcerias para preparar os agricultores familiares, maior envolvimento e participação social na operacionalização do programa.

A temática abordada neste estudo é inédita por registrar a trajetória histórica da experiência de compras de alimentos da agricultura familiar, no atual desenho da modalidade CI, do PAA, em uma das primeiras Universidades a aderir ao programa. Espera-se que este manuscrito possa contribuir como uma referência para outras Instituições Federais de Ensino Superior.

10 Referências Bibliográficas

ALVES, A. M. S.; BOTELHO, M. I. V. **Agroecologia e Novos Meios de Vida para o Desenvolvimento Local Sustentável** Revista Brasileira de Agroecologia, v. 9, n. 2, p. 114-129, 2014.

AMARAL, V. R.; ZAGONEL, T. R.; BASSO, D. Mercados institucionais públicos de alimentos. In: VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. **Globalização em Tempos de Regionalização- Repercussões no Território Santa Cruz do Sul**, Santa Cruz, 2015.

ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Greve de 2012 dos docentes federais passa a ser a mais longa da história do setor**. Disponível em: < <http://www.andes.org.br>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília; 2008. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_071_Plano_Nacional_de_Assistencia_Estudantil_da_Andifes_completo.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

ARAÚJO, R. M. **Programa de Aquisição de Alimentos (2003-2010): avaliação da implementação pela CONAB no Rio Grande do Norte**. 2012. 331f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

BASTOS, S. Q. A.; GOMES, J. E. In Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira, 2010, Belo Horizonte. **Dinâmica da agricultura no estado de Minas Gerais: Análise diferencial-estrutural para o período 1994 a 2008**, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança Alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul Gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.17, n., p. 61-72, 2010.

BECKER, C.; ALTEMBURG, S. N.; SILVA, F. N.; DAL MOLIN, L. H.; SACCO DOS ANJOS, F. Mercados institucionais: promovendo a construção de parcerias ou estimulando a concorrência na agricultura familiar?. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n.2, 2013.

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F.; BEZERRA, A. J. A. O impacto do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar na segurança alimentar e no desenvolvimento rural. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. **SOBER**, Campo Grande, 2010.

BORGES, J. M.; SABIONI, G. S.; MAGALHÃES, G. P. **A Universidade Federal de Viçosa no Século XX**. 2. ed. Viçosa: UFV, 2006.

BRASIL. lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de junho de 1993. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, 25 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**. Brasília, 20 de julho de 2010. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Lei nº 12.515, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 de outubro de 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Dispõe sobre o Regulamento do art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa De Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº12.512, de 14 de outubro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de julho de 2012. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012. Dispõe sobre a sistemática de funcionamento da modalidade de execução Compra Institucional, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 de setembro de 2012a. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Resolucao_no_50-_de_26_de_setembro_de_2012.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 de agosto de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8293.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

_____. Decreto nº. 8.473 de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

CAMPOS, A. P. T. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, Zona da Mata, Minas Gerais**. 2014. 195f. Tese (Doutorado em Ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

CASTRO, J. F. M.; ALENCAR, B. J.; SOARES, T. L. Análise da infraestrutura socioeconômica e das áreas de influência da Zona da Mata de Minas Gerais (1991 - 2000). **Caderno de Geografia**, v.22, n.37, 2012.

CENSUS. CENTRO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE VIÇOSA. **Retro social de Viçosa V**. Viçosa, 2014. 91p. Disponível em: <<http://www.censusvicosa.com.br/images/publicacoes/480/retratosocialdeviosav-finalpdf.pdf>> acesso em 10 de janeiro de 2016.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CINTRÃO, R. P. **ONGs, Tecnologias alternativas e representações política do campesinato: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na Zona da Mata Mineira**. 1996. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

CLÁUDIO, B.; SACCO DOS ANJOS, F. São os mercados institucionais da agricultura familiar um instrumento para o desenvolvimento rural? estudo de caso em municípios do sul do Brasil. **Revista de La Facultad de Agronomía**, La Plata, v. 114, n.1, p. 143-152, 2015.

CTA/ZM. CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Mulheres e agroecologia em rede**. Viçosa, 2014. Disponível em <<http://mulhereseagroecologia.blogspot.com.br/p/sobre.html>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

DEL GIÚDICE, J. Z. A.; LORETO, M. D. S.; AZEVEDO, D. S. O Programa de Assistência Estudantil: características e repercussões nos indicadores acadêmicos e nas condições de vida dos beneficiários. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 24, n.2, p. 038-067, 2013.

DESER. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. O **Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07: Uma Avaliação**. Curitiba, 2008. Disponível em <<http://www.deser.org.br/publicacoes/PAA%20Relatório%20Final.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2015.

FERNANDES FILHO, J. F. PAULA, J. S. Evolução recente da agroindústria rural artesanal em Minas Gerais. **Revista Horizonte Científico**, v. 5, n.1, 2011.

FERREIRA, J. L.; PINHEIRO, P. S. Nas Redes do Movimento de Organização Comunitária (MOC): um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Região Sisaleira da Bahia. **5º Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflitos. Belém: 3 a 6 de junho de 2012.

FRANCO, F. S. **Sistemas agroflorestais: uma contribuição para a conservação dos recursos naturais na Zona da Mata de Minas Gerais**. 2000. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 21. p.211-259, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, A; BASTOS, F. Programa de Aquisição de Alimentos: uma avaliação institucional. In: **44º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Fortaleza. **SOBER**. 2006.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: apontamentos e questões para o debate. Relatório de Pesquisa. Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Actionaid Brasil**. Juazeiro-BA: 2009.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de Segurança Alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.25, n.3, p:469-83, set./dez., 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro, 1991. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **Microrregiões do Estado de Minas Gerais**, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Produção agrícola municipal: lavoura permanente**. 2014a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Produção agrícola municipal: lavoura temporária**. 2014b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Pecuária municipal**. 2014c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Cidades**. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

JACINTO, J. M; MENDES, C. M; PEREHOUSKEI, N. A. O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. **Revista Percorso NEMO**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 173- 191, 2012.

LOPES, F. **Conversa sobre PAA é realizada durante a Troca de Saberes**. 2015. Disponível em <<http://cooperarsuperandodesigualdades.blogspot.com.br/2015/07/conversa-sobre-paa-e-realizada-durante.html>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016

MACHADO, C. T. C. **Agricultura familiar, instrumentos de ação pública e o jogo de interesses: uma análise do selo combustível social**. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MANZINI, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S.. (org.). Colóquios sobre pesquisa em educação especial. 1. ed. Londrina: Eduel, 2003, p. 11-25.

MARINHO, C. M. **Um estudo exploratório sobre a escola rural em Viçosa-MG: saberes e práticas docentes**. 2008. 115f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

MARQUES, A. A.; FERNANDES, M. G. M.; LEITE, I. N.; VIAN, R.T.; GONÇALVES, M. C. R.; CARVALHO, A. T. Reflections by family farmers on the dynamics of providing their products for school food: the case of Araripe, Ceará, Brazil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 23, n.4, p. 1316-1328, 2014.

MARTINS, D, D, S. Aviso de Dispensa de Licitação nº 011/2013 da UFV. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 de dezembro de 2013. Disponível em: < <http://www.e-dou.com.br>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

MARTINS, H. H. T. S. M. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINELLI, S. S.; SOARES, P.; FABRI, R. K.; CAMPANELLA, G, R, A.; ROVER, O, J.; CAVALLI, S. B. Potencialidades da compra institucional na promoção de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis: o caso de um restaurante universitário. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.22, n.1, p.558-573, 2015.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, Porto Alegre, v. 07, n.1, p. 33-44, 2007.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília; 2010. Disponível em: < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Fome_Zero__A_experinc-1750637.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. **Plano Safra amplia mercado para a agricultura familiar**. Brasília; 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/plano-safra-amplia-mercado-para-agricultura-familiar>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos – Manual operativo modalidade Compra com Doação Simultânea Operação por Meio de Termo de Adesão**. Brasília, 2014. Disponível em: < http://www.paa.sc.gov.br/manual_2014.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2014.

_____. **Modalidade PAA - Compra Institucional Autoriza a Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, com dispensa de procedimento licitatório pela Lei nº 12.512/2011**. Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/d-nota-compartilhada-mp-e-mds-compras-institucional-paa-tutorial_siasg_lei-12-512-doc-alteracao.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Polo de excelência do leite e derivados. **Perfil do Produtor de Leite nas Mesorregiões da Zona da Mata e Campo das Vertentes de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2010.

_____. Secretaria de Agricultura Pecuária e Abastecimento. Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. Perfil da agricultura familiar de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. Rio de Janeiro. Hucitec, 2008.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes; 2012.

OLIVEIRA, B. E. R. **Desenvolvimento rural sustentável e as condições de vida dos agricultores familiares na Zona da Mata Mineira: os casos comparados de Tombos e Araponga**. 2014. 179f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

PASSOS, A. Oportunidade para o agricultor familiar de Viçosa e região. **Jornal da UFV nº 1456**. Viçosa, janeiro/fevereiro, 2014. Disponível em: <<http://novoportal.ufv.br/portalufvnovo/www/wp-content/uploads/2014/04/Janeiro-e-Fevereiro.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

PETERS, G. Policy instruments and public management: bridging the gaps. **Journal of Public Administration Research And Theory**, v. 10, n. 1, p. 35-47, 2000.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fundação João Pinheiro. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>>. Acessado em 11 de janeiro de 2016.

PROENÇA, R. P. C. **Qualidade nutricional e sensorial na produção de refeições**. Florianópolis, UFSC, 2005.

REIS, R. S. **No seio da vida: fatores facilitadores e dificultadores da práxis do aleitamento materno**. 2011. 192f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Nutrição). Universidade Federal de Viçosa, 2011.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M. PERES, M. H. M. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROMANO, J. O. **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 308 p.

SANTOS, A. D.; FLORISBELO, G. R. **Desenvolvimento territorial e combate à pobreza: sistematização de três experiências no estado de Minas Gerais, Brasil**. Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2004.

SANTOS, A. P. **Os mercados da agricultura familiar, suas instituições e as habilidades socioeconômicas dos agricultores**. 2014. 98f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

SANTOS, A. R.; VIEIRA, N. S.; FERREIRA, P. R.; CASTRO, T. T. S. Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos resultados do programa de aquisição de alimentos (PAA doação simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v.3, n.1, p.9-24, jan./jun. 2012.

SANTOS, L. W. Aviso de Chamada Pública nº01/2014 da Universidade Federal de Viçosa. Brasília. **Diário Oficial da União**. Brasília, 26 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.e-dou.com.br>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

SANTOS, L. W. Aviso de Chamada Pública nº01/2012 da Universidade Federal de Viçosa. Brasília. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.e-dou.com.br>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p.927-936, 2013.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, H. C.; MARTINEZ VALLE, L. (Org.). **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flasco – Serie FORO, 2009, p. 132-161.

SILVA, E. D.; ALMEIDA, M. F. Programa de Aquisição de Alimentos: tecendo os caminhos entre segurança alimentar e a política de sementes no semiárido paraibano. **Cadernos de Agroecologia**, v.8, n. 2, nov., 2013.

SILVA, J. G. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova economia**, Belo horizonte. n. 7, v. 1, p. 43-81, 1997. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

SILVA, M. G. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e organizações da agricultura familiar no município de Espera Feliz-MG**. 2010. 127f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

SILVA, M. K.; SCHMIT, C. J. **Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas na Bahia e no Rio Grande do Sul**. 36º Encontro Anual da ANPOCS. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, T. M, SILVA, L. X. Mercados convencionais e/ou novos mercados – haveria um dilema nas estratégias produtivas dos agricultores familiares? O caso de Praia Grande (SC). **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 23, n.1, p. 31-61, 2015.

SILVA, V. **O Papel do Programa de Aquisição de alimentos – PAA – para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Rural Integrada – COOPAFI – de Capanema, PR**. 2013. 206 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2013.

SILVA, W. H.; SILVA, M. A.; BRANDÃO, V. S.; SILVA, E. A.; TEIXEIRA, P. S. D. Agricultura familiar e mercados institucionais: uma análise acerca da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Unaí, MG. In: 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Goiânia. **SOBER**, 2014.

SIMÃO, G. L. **Capital social e desenvolvimento local: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em quatro municípios da Zona da Mata de Minas Gerais**. 2014. 149f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

SOARES, P.; MARTINELLI, S. S.; MELGAREJO, L.; CAVALLI, S. B. Fornecimento de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: o exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 20, n.1, p. 41-51, 2013.

SOUZA, R. A. F. NUNES, E. N.; LIMA, J. L.; VIEIRA, N. C.; PRIORE, S. E.; SILVA, R. P. Colônia de férias: um espaço social a ser explorado pela saúde?. **Elo: Diálogo em extensão**, Viçosa, v.3, n.1, 2014.

TANACA, E. K. T.; SOUZA FILHO, H. M. S.; GANGA, G. M. D. Proposta de um modelo de avaliação dos fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do município de São Carlos – SP. **Gestão e Produção**., São Carlos, v. 21, n. 4, p. 781-792, 2014.

TIRADEMNTES, L. Lugar, paisagem e turismo na microrregião de Viçosa. In: Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente. **Anais**. Londrina, 2005. Disponível em: <<https://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/leomar.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

TOLEDO, S. G. **Produtores integrados na Zona da Mata Mineira: uma análise sobre as novas formas de sociabilidade rural**. 2012. 219f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

VIEIRA, D. F. A.; DEL-GROSSI, M. E. Influência do programa de aquisição de alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 4, n. 2, p. 28, 2010.

UFFS. UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Chamada Pública nº 01/2015 campus Erechim – RS**. Erechim, 2015a. Disponível: <http://www.uffs.edu.br/images/Edital_chamada_erechim.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **Chamada Pública nº 02/2015 campus Cerro Largo – RS**. Cerro Largo; 2015b. Disponível: em: <http://www.uffs.edu.br/images/edital_Chamada_Cerro_Largo.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2016

_____. **Chamada Pública nº 03/2015 campus Realeza – RS**. Realeza, 2015c. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/images/Edital_Chamada_de_Realeza.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **UFFS abre chamada para compra de alimentos da agricultura familiar.** 2015d. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/index.php?site=uffs&option=com_content&view=article&id=7872:uffs-abre-chamada-para-compra-de-alimentos-da-agricultura-familiar&catid=37:noticiasinstitucional>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

UFPeL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. **Chamada Pública FAU N° 001/2014.** Pelotas, 2014. Disponível: <http://www.fundacoesufpel.com.br/index.php/editais/ultimos_editais/>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **Chamada Pública FAU N° 001/2015.** Pelotas, 2015. Disponível: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2015/10/Aviso-de-Chamada-Publica-001_2015_FAU_RE_PAA.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

UFPR. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Chamada Pública n.º 01/2012-GR/PRA.** Curitiba; 2012. Disponível: <http://www.pra.ufpr.br/portal/dsg/files/2012/10/chamada_publica_01_2012.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **Chamada Pública n.º 01/2013-GR/PRA/DSG.** Curitiba; 2013. Disponível: <<http://www.pra.ufpr.br>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016

_____. **Edital de Chamada Pública N.º 01/2015-Gr/Pra.** Curitiba; 2015. Disponível: <<http://www.pra.ufpr.br>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

UFRGS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Chamada Pública n° 001/CPL/UFRGS/2016.** Porto Alegre, 2015a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/proplan/servicos/licitacoes/editais>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **Chamada Pública n° 002/CPL/UFRGS/2016.** Porto Alegre, 2015b. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/proplan/servicos/licitacoes/editais>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **Chamada Pública n° 003/CPL/UFRGS/2016.** Porto Alegre, 2015c. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/proplan/servicos/licitacoes/editais>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

UFSM. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Chamada Pública n.º 01/2013.** Santa Maria; 2013. Disponível: <<http://site.ufsm.br/licitacoes/antiores>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. **Chamada Pública n. 01/2015.** Santa Maria; 2015. Disponível: <<http://site.ufsm.br/licitacoes/antiores>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

UFV. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Pró Reitoria de Assuntos Comunitários. **Proposta de: “Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a Universidade Federal de Viçosa”.** Viçosa, 2012.

_____. Registro Escolar. **Calendário escolar curso de graduação, ano letivo 2012.** Viçosa, 2012a. Disponível em: <<http://www.res.ufv.br/docs/CalendarioGraduacao2012-POS-GREVE.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Edital da Chamada Pública 001/2013 para aquisição de alimentos do PAA.** Viçosa, 2013. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticia/files/anexos/phdU2EeXU_9690.pdf>. Acesso 11 de janeiro de 2016.

_____. **UFV lança chamada pública para Programa de Aquisição de Alimentos.** Viçosa, 2013a. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia.php?codNot=20140>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Registro de Atividades de Extensão (RAEX). **Lançamento da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Universidade Federal de Viçosa.** Viçosa, 2013b. Disponível em: <<https://www2.dti.ufv.br/raex/scripts/dadosAtividade.php>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Resultado da Chamada Pública 01/2013.** Viçosa, 2013c. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticia/files/anexos/phpsmjCDA_9747.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2016

_____. Pró Reitoria de Assuntos Comunitários. **Ato nº 034 de 17 de julho de 2014.** Instituiu a comissão do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, Viçosa, 2014.

_____. Diretoria de Material. **Edital da Chamada Pública 001/2014 para aquisição de alimentos do PAA.** Viçosa, 2014. Disponível em: <<http://www.dmt.ufv.br/?noticias=chamada-publica-0012014-aquisicao-de-generos-alimenticios-pelo-paa>>. Acesso 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Resultado do Edital da Chamada Pública 001/2014.** Viçosa, 2014a. Disponível em: <<http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/Resultado-da-Chamada-P%C3%BAblica.pdf>>. Acesso 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Laudo de Classificação Pó de Café.** Viçosa, 2014b. Disponível em: <<http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/Laudo-An%C3%A1lise-do-Item-2-P%C3%B3-de-Caf%C3%A9.pdf>>. Acesso 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Comunicado de desclassificação de participante.** Viçosa, 2014c. Disponível em: <<http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/Comunicado-01-sesclassifica%C3%A7%C3%A3o-de-Participante1.pdf>>. Acesso 11 de janeiro de 2016.

_____. Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento. **Relatório de Atividade 2015: Ano de Base 2014.** Viçosa, 2015. 278 p.

_____. Diretoria de Material. **Edital de Chamada Pública 01/2015**. Viçosa, 2015a. Disponível em < <http://www.dmt.ufv.br/?noticias=chamada-publica-0012015-aquisicao-de-generos-alimenticios-pelo-paa>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Resultado da Chamada Pública 01/2015**. Viçosa, 2015b. Disponível em < <http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/Resultado-da-Chamada-P%C3%BAblica-01-2015.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Recurso interposto pela ASSOV**. Viçosa, 2015c. Disponível em <<http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/Recurso-Interposto-pela-ASSOV.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Análise de interposição de recurso**. Viçosa, 2015d. Disponível em < <http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/An%C3%A1lise-do-Recurso-pela-Comiss%C3%A3o-Permanente-de-Licita%C3%A7%C3%A3o.pdf> >. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Parecer da Procuradoria Jurídica Federal**. Viçosa, 2015e. Disponível em <<http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/Parecer-da-Procuradoria-Jur%C3%ADdica-Federal.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Ratificação de autoridade competente – Ordenador de Despesas**. Viçosa, 2015f. Disponível em < <http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/08-Ratifica%C3%A7%C3%A3o-da-Autoridade-Competente-Ordenador-de-Despesa.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Parecer técnico das amostras Chamada Pública 01/2015**. Viçosa, 2015g. Disponível em < <http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/09-An%C3%A1lise-das-Amostras-dos-produtos.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Comunicado 02. Desclassificação de participante Chamada Pública 01/2015**. Viçosa, 2015h. Disponível em <http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/10-Comunicado-02-Desclassifica%C3%A7%C3%A3o-de-Participante-.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Comunicado 03. Convocação para apresentação da amostra. Chamada Pública 01/2015**. Viçosa, 2015i. Disponível em < <http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/11-Comunicado-03-Convoca%C3%A7%C3%A3o-para-apresenta%C3%A7%C3%A3o-de-amostra.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Parecer técnico das amostras Chamada pública 01/2015 (feijão vermelho)**. Viçosa, 2015j. Disponível em < <http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/An%C3%A1lise-das-Amostras-dos-Produtos.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Comunicado 4. Desclassificação de participante Chamada Pública 01/2015**. Viçosa, 2015l. Disponível em < <http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/Comunicado-04->

Desclassifica%C3%A7%C3%A3o-de-Participante.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Diretoria de Material. **Resultado Final Chamada Pública 01/2015**. Viçosa, 2015m. Disponível em < <http://www.dmt.ufv.br/wp-content/uploads/Resultado-Final-da-Chamada-P%C3%BAblica-01-2015.pdf>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI). **Quem somos**. Viçosa, 2015n. Disponível em < <http://www.ldh.ufv.br> >. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Laboratório de Desenvolvimento Humano (LDH). **Quem somos**. Viçosa, 2015o. Disponível em < <http://www.ldi.ufv.br>>. Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Departamento de Economia Doméstica. **LDI e LDH têm novas regras de funcionamento e abrem inscrições em janeiro**. Viçosa, 2015p. Disponível em: < https://www2.dti.ufv.br/ccs_noticias/scripts/exibeNoticia2.php?codNot=24485>. Acesso em 11 de janeiro de 2016

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Centro de excelência contra a fome. **Modalidades de compras públicas de Alimentos da agricultura familiar no Brasil: Série Políticas Sociais e de Alimentação 2**. Fundação Getúlio Vargas, Brasil, 2015.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

YASBEK, M. C. O programa Fome Zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p.104-112, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman; 2010.

5.2 Artigo original 1: (In) segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa e percepção dos atores proponentes e beneficiários.

Resumo: Objetivou-se conhecer a situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias dos agricultores fornecedores de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Universidade Federal de Viçosa (UFV), bem como a percepção dos gestores, agricultores e diretores de empreendimentos em relação ao programa como um instrumento de política pública para fortalecimento da agricultura familiar e fomento a SAN. Tratou-se de um estudo quanti-qualitativo. Para conhecer a situação (In) SAN no domicílio dos agricultores investigou-se indicadores socioedemográficos, antropométricos, disponibilidade alimentar e a percepção da insegurança alimentar pela EBIA. Realizou-se entrevista semiestruturada com a comissão gestora do PAA (n=8, 89%), agricultores (n=5, 83%) e diretores de empreendimentos (n=2, 100%). O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV sob o nº 920.855/2014. Todos os voluntários participaram da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Observou-se que todas as famílias encontravam em situação de segurança alimentar segundo EBIA, todavia, existia a carência em alguns dos indicadores sociodemográficos, distrofias nutricionais (baixo peso e excesso de peso) e uma disponibilidade calórica *per capita*/dia alta (≥ 3.000 cal/dia) na maioria dos domicílios. Verificou-se que deter unidade produtiva diversificada, possivelmente, contribuiu com a segurança alimentar das famílias refletida na EBIA. Segundo os envolvidos, o PAA na UFV despontou como mercado potencial para fortalecimento da agricultura familiar e fomento a SAN beneficiando os fornecedores e consumidores.

Palavras chave: Programa de aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, agricultor familiar.

Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído no Brasil em julho de 2003, artigo 19 da lei nº 10.696. Em 4 julho de 2012, o Decreto 7.775 autorizou uma nova modalidade, A Compra Institucional (CI), permitindo que órgãos federais, estaduais e municipais, incluindo hospitais, presídios, forças armadas, restaurantes

universitários e entre outros, comprassem, com recursos próprios, alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2003; 2012).

Segundo o relatório Estado da Alimentação e Agricultura, publicado pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), o Brasil foi o primeiro país a desenvolver um programa institucional de aquisição de alimentos, conectando a compra da produção dos agricultores familiares com uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (FAO, 2015). O Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo divulgados pela FAO em 2014 e 2015 divulgou a redução da fome e desnutrição no Brasil. O progresso se deve a prioridade do governo com política de erradicação da fome e desnutrição, compromisso com a proteção social e fomento a produção da agricultura familiar, via compras governamentais, a exemplo o PAA (FAO, 2014; FAO 2015a).

Em 2013, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi uma das instituições pioneiras no país a implantar o PAA, modalidade CI, para atender parcialmente a demanda do Restaurante Universitário (RU) do *campus* de Viçosa, Minas Gerais (MG). A medida foi uma diligência da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD) juntamente com a Reitoria e fazia parte de uma proposta de política de SAN da Universidade (FREITAS, 2014).

Neste sentido, é importante que estudos se empenhem a conhecer e talvez posteriormente avaliar a situação de alimentação e nutrição dos agricultores familiares beneficiários fornecedores da modalidade CI. Contudo vale lembrar, que para mensurar a situação (In) Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) de populações em vulnerabilidade social, como os agricultores familiares, não há uma metodologia considerada padrão ouro, mas é possível obter combinação de métodos como antropometria, investigação da alimentação familiar ou individual, indicadores socioedemográficos e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (SEGALL-CORRÊA, 2007; SALLES-COSTA et al., 2008).

À vista disso, é fundamental conhecer quem são os agricultores que participam do processo de execução do PAA, modalidade CI, da UFV, não apenas enquanto fornecedores de alimentos, mas também como produtores que alimentam suas famílias e os beneficiários consumidores do programa, os estudantes que utilizam o RU. Assim como conhecer qual a percepção dos atores, gestores proponentes, agricultores e empreendimentos beneficiados envolvidos no processo de execução do programa, a fim de verificar se os objetivos do programa na UFV tem se efetivado. O anseio é que este estudo possa contribuir com a ampliação das ações do PAA na UFV voltadas aos

agricultores familiares, a fim de que o contingente de beneficiários fornecedores aumente à medida que o processo se torne consolidado na Universidade.

Partindo deste pressuposto objetivou-se neste trabalho conhecer a situação de (In) SAN das famílias dos agricultores fornecedores do PAA, compra institucional, na UFV e a percepção dos gestores proponentes, agricultores e diretores de empreendimentos familiares beneficiados, em relação ao programa como um instrumento de política pública para fortalecimento da agricultura familiar e fomento da SAN.

Metodologia

Tratou-se de um estudo transversal de abordagem quanti-qualitativa. Para conhecer a situação (In) SAN visitou-se 5 (83%) famílias de agricultores familiares fornecedores de alimentos para o PAA da UFV. Do total de famílias beneficiadas (n=6, 100%) pelo programa entre 2013 a 2015, exclui-se a família de um agricultor (n=1) que se encontrava em tratamento de saúde e impossibilitado de contribuir com a pesquisa no momento da coleta de dados.

As famílias residiam na zona rural de Viçosa, Nobres (n=1) e Palmital (=1), num raio de 5 km até a UFV e as outras em comunidades rurais das cidades do entorno, Araponga (n=1) e Tombos (n=2), sendo 50 e 150 km de distância da Universidade, respectivamente. Todas as cidades estavam localizadas na região da Zona da Mata de Minas Gerais. As visitas domiciliares foram pré agendadas e aconteceram no período de janeiro a novembro de 2015.

Foi conduzido um estudo piloto com 4 famílias, que residiam na zona rural da Piúna, município de Viçosa, MG, em janeiro de 2015, que se enquadravam nas características dos beneficiários fornecedores desta pesquisa, mas que forneciam para a modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA, visando testar os instrumentos de coleta de dados, a logística e condução do estudo. A caracterização da situação de (In) SAN foi realizada segundo indicadores sociodemográficos, antropométricos, disponibilidade alimentar e a percepção da insegurança alimentar pela EBIA.

Para o levantamento dos dados sociodemográficos, obteve-se as seguintes informações de cada agricultor e seus familiares (sexo, idade, escolaridade em anos, ocupação e morador de referência). Analisou-se as condições de habitação (material do piso, parede e teto), acesso a serviços (esgotamento sanitário, abastecimento de água,

destino do lixo e iluminação elétrica), presença de bens (geladeira, fogão e filtro) e densidade domiciliar (número de moradores por cômodo, excluindo banheiro e cozinha) (IBGE, 1998).

Averiguou-se a renda total autodeclarada por mês, o valor estimado dos alimentos produzidos para autoconsumo da família nos últimos 30 dias (convertido em valores monetários, de acordo com os preços vigentes no varejo local), valor do aluguel ou prestação da casa própria, caso houvesse. A partir destes dados calculou-se a renda *per capita* mensal disponível, em reais, de acordo com a metodologia proposta por Takagi; Silva; Grossi (2001). Optou-se por este método com intuito de não subestimar renda na zona rural (HOFFMAN, 1995; SEGALL-CORRÊA, 2007). Os domicílios com renda *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo foram classificados em situação de pobreza, aqueles com renda *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo em extrema pobreza (MALUF, 2007). O salário mínimo vigente no ano de 2015 era de R\$ 788,00.

Aferiu-se o peso e estatura de todos os membros da família. O peso foi obtido em balança digital eletrônica com capacidade máxima de 150 kg e divisões de 50 gramas; e a estatura, em antropômetro vertical, com régua de madeira e base metálica, dividido em centímetros e subdividido em milímetros (Altuxata®), seguindo técnicas padronizadas (FAGUNDES et al., 2004). A partir dos dados de peso e estatura, calculou-se o Índice de Massa Corporal (IMC) na relação kg/m^2 para todas as faixas etárias e o índice Estatura/Idade (E/I) para todas as faixas etárias. Para avaliação da estatura de adultos, utilizou-se a curva da WHO (2007), com os indivíduos sendo avaliados aos 19 anos, pois no final da adolescência o indivíduo já tem seu crescimento finalizado. Adotou-se como ponto de corte para baixa estatura valor menor que -2 z escore, sendo a baixa estatura correspondente a 161,9 cm em homens e 150,1 cm em mulheres.

O estado nutricional de crianças e adolescentes foram avaliados por meio dos índices E/I e IMC/Idade (WHO, 2006; WHO, 2007), segundo sexo, de acordo com os valores em z escore. Adultos foram avaliados pelo IMC, segundo WHO (2000) e gestantes pelo IMC/semana gestacional de acordo com Atalah (1997). Famílias com presença de pelo menos um indivíduo com baixa estatura, baixo peso, excesso de peso (sobrepeso ou obesidade), foram classificadas com alterações no estado nutricional.

Dados referentes à disponibilidade de alimentos no domicílio foram obtidos aplicando-se inquérito contendo uma lista de alimentos baseada na metodologia do

estudo multicêntrico sobre consumo alimentar de Galeazzi; Domene; Sichieri (1997) e de Dutra (2011; 2013). Foi realizado um levantamento quantitativo detalhado de todos os alimentos efetivamente disponíveis no domicílio. Os agricultores foram orientados a relatar a quantidade adquiridos de cada alimento para consumo nos últimos 30 dias e a origem dessa aquisição: produção, compra, doação ou troca (GALEAZZI; DOMENE; SICHIERI, 1997; DUTRA, 2011; 2013).

Todos os alimentos adquiridos foram convertidos em unidades de pesos, medidas e posteriormente em calorias com auxílio do *software* Avanutri versão 4.0 A disponibilidade calórica *per capita* diária foi calculada: [a quantidade calórica disponível no domicílio foi dividida por 30 dias e o resultado dividido pelo número de membros da família] (LEVY-COSTA et al., 2005; DUTRA, 2013).

Para a classificação das famílias quanto à situação de (In) SAN pela disponibilidade calórica considerou-se a metodologia proposta por Smith; Subandoro (2007), a disponibilidade calórica *per capita*/dia quando < 2050 calorias foi considerada como muito baixa; ≥ 2.050 e < 2.500 calorias *per capita*/dia considerou-se como baixa; ≥ 2500 e < 3000 calorias *per capita*/dia classificou-se como média e ≥ 3000 calorias *per capita*/dia julgou-se como alta. A disponibilidade < 2500 calorias *per capita*/dia indicou insegurança alimentar. Esse método não considera a qualidade dos alimentos disponíveis e sim a quantidade em termos calóricos. Essa informação relaciona-se ao acesso aos alimentos pela família (SMITH, 2002; FAO, 2003).

Para a determinação direta das prevalências de (in) segurança alimentar foi utilizada a escala psicométrica EBIA (PEREZ-ESCAMILLA et al., 2004). A EBIA foi aplicada com os agricultores, pois, de modo geral, esses eram os responsáveis pela produção da alimentação familiar, visando investigar de forma direta, a percepção quanto à situação de (in) segurança alimentar das famílias (SEGALL-CORRÊA, 2007, IBGE, 2010a).

Realizou-se também entrevistas semiestruturadas com informantes-chave. Foram identificados os principais atores envolvidos diretamente com o PAA na UFV, gestores, agricultores familiares e dirigentes de empreendimentos beneficiados. Os informantes chave foram escolhidos intencionalmente, de acordo com o que sugere Richardson et al. (2012).

Para realização das entrevistas foram organizados 3 grupos: o primeiro grupo denominado gestores (n=8, 89%), foi composto pelos membros integrantes da comissão gestora do PAA na Universidade (n=6): Pró Reitora de Assuntos Comunitários (n=1),

Assessora da Saúde da PCD e coordenadora do programa (n=1), Nutricionista Responsável Técnica pelo RU (n=1), professores da UFV integrantes da comissão (n=2), extensionistas da Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Viçosa (n=2) e um representante da Diretoria de Material (DMT) (n=1), setor responsável pelas licitações, compras e contratos na Universidade. O segundo grupo nominado agricultores familiares (n=5, 83%). O terceiro grupo designado dirigente (n=2, 100%) foi constituído pelos diretores de empreendimento beneficiados, associações e cooperativas. As entrevistas foram previamente agendadas e executadas no local de trabalho dos gestores, no domicílio dos agricultores e na sede da cooperativa e da associação com os diretores dos empreendimentos, o período de coleta de dados foi de janeiro a novembro de 2015.

Utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado com perguntas abertas previamente elaboradas para descrever a propriedade rural, unidade produtiva, mão de obra, compreensão da dinâmica de acesso ao programa, efeitos gerados a partir da adesão ao PAA na unidade produtiva, percepção dos agricultores, gestores e diretores de empreendimentos em relação ao PAA na UFV como instrumento de política pública para fortalecimento da agricultura familiar e SAN. Para o registro das informações, além das anotações, utilizou-se a gravação das entrevistas para uma expressão mais acurada das respostas. No entanto é importante salientar que o gravador só foi utilizado mediante autorização. Considerando que em pesquisas com seres humanos, os participantes devem ter suas identidades mantidas em sigilo, todas as entrevistas foram identificadas, numeradas e datadas.

Os dados quantitativos foram tratados estatisticamente. O banco de dados foi disposto no Microsoft Excel 2010 com dupla digitação. A análise dos dados foi realizada no *software IBM SPSS Statistics* versão 21.0. Para descrever, organizar e resumir os dados coletados procedeu-se com a estatística descritiva. A análise qualitativa das informações expressas nas entrevistas foi realizada no sentido de compreender os significados “efetivamente vividos e os conteúdos comunicados” a partir da interpretação e da avaliação com base na intencionalidade dos envolvidos no processo de execução do PAA na UFV e a influência do contexto que os envolvem (MINAYO, 2008; MINAYO, 2012). Dessa forma, foram estabelecidas categorias de análise temáticas que subsidiaram a discussão do conteúdo expresso pelos atores estudados, permitindo assim, fazer inferências. A operacionalização da análise foi

realizada de acordo com as etapas descritas por Minayo (2012): pré análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos, interpretação e inferências.

O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV sob o número de registro 920.855/2014. Todos os voluntários participaram da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e os menores de 18 anos assinaram o Termo de Assentimento. Após a realização do diagnóstico nutricional e da SAN, foi realizado retorno aos participantes, por meio de esclarecimento sobre a situação de saúde individual, além de orientação nutricional e encaminhamento a outros profissionais de saúde do município, quando necessário, a fim de promover hábitos alimentares e de vida saudáveis à população estudada. Pretende-se ainda, disponibilizar cópias do histórico do PAA na UFV aos voluntários que contribuíram com a pesquisa. Para UFV (Reitoria, PCD, DMT e ITCP), EMATER e membros da comissão gestora do PAA na Universidade, empreendimentos coletivos beneficiados e agricultores familiares.

Resultados

Avaliou-se 5 famílias de agricultores beneficiários fornecedores do PAA na UFV, que residiam em municípios da região da Zona da Mata de Minas Gerais (Quadro 1). Residiam na zona rural de Viçosa 2 famílias, Nobres (n=1) e Palmital (n=2), num raio de 5 km até a UFV e as demais famílias nas cidades do entorno, Araponga e Tombos, a 50,9 e 150 km de distância da Universidade, respectivamente.

Quadro 1. Distribuição das famílias dos agricultores familiares que participaram da pesquisa por município e zona rural.

Total de famílias	Número de famílias por município	Município	Zona Rural	Número de indivíduos avaliados no domicílio
5	2	Viçosa	Nobres	2
			Palmital	6
	1	Araponga	Santa Cruz	5
	2	Tombos	Alto Catuné	2
			Alto Catuné	4
Total de indivíduos: 19				

O total de indivíduos nas familiares avaliadas foram 19, sendo que 57,9% (n=11) eram do sexo masculino, 57,9% (n=11) adultos. Dos maiores de 18 anos (n=12), 83,4% eram casados. Quanto à escolaridade para os indivíduos com idade superior a 17 anos a

maioria possuía até oito anos de estudo (50%, n=6) e um menor percentual (18,6%, n=2) com nove ou mais anos de estudos. Destes, um agricultor possuía ensino médio completo (n=1) e outro estava cursando ensino superior (n=1). Com relação à ocupação, prevaleceu-se a atividade de agricultor (75%, n=9) (Tabela 1).

Tabela 1. Caracterização das famílias dos agricultores beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa, segundo gênero, idade, estado civil, escolaridade e profissão.

Dados	N	%
Gênero		
Masculino	11	57,9
Feminino	8	42,1
Total	19	100
Idade (anos)		
< 10	3	15,8
10 - 20	5	26,3
20 - 60	11	57,9
Total	19	100
Estado Civil¹		
Solteiro	2	16,6
Casado	10	83,4
Total	12*	
Escolaridade (anos)²		
1 - 5 anos	4	33,4
5 - 8 anos	6	50
≥ 9 anos	2	18,6
Total	12**	
Ocupação³		
Agricultor	9	75
Outros	3	25
Total	12***	

¹Estado civil para indivíduos maiores de 18 anos; * 7 indivíduos eram menores de 18 anos e solteiros.

²Escolaridade para maiores de 17 anos; ** 7 indivíduos eram menores de 17 anos, não sendo avaliada sua

escolaridade. ³Ocupação para maiores de 18 anos; *** 7 indivíduos eram menores de 18 anos e não trabalhavam

No que se refere à renda mensal familiar autodeclarada, observou-se valores mínimos e máximos, de R\$ 900,00 e R\$ 2.500,00, respectivamente. A respeito do valor estimado para autoconsumo, ou seja, o valor estimado, em reais, da produção para consumo da família, verificou-se uma variação de valores, sendo o mínimo de R\$65,07 e o máximo de R\$701,00. A renda total, que é o resultado do somatório da renda autodeclarada com o renda do autoconsumo variou de R\$ 1.434,36 a R\$2.989,21. A renda em salários por mês oscilou de 1,8 a 3,79. A renda *per capita* mensal mínima foi de R\$ 385,30 e a máxima de R\$ 832,50 (Tabela 2).

Tabela 2. Renda domiciliar mensal e *per capita* (em reais), mínimo, mediana e máximo, de agricultores de Araponga, Viçosa e Tombos, MG, 2015.

Variáveis	N	Mínimo	Mediana	Máximo
Renda declarada	5 (100%)	900,00	1600,00	2500,00
Renda autoconsumo	5 (100%)	65,07	489,0	701,00
Renda total	5 (100%)	1434,36	1926,4	2989,21
Renda salário*	5 (100%)	1,8	2,4	3,79
Renda <i>per capita</i>	5 (100%)	385,3	662,75	832,5

*Salário mínimo vigente no período da coleta de dados em 2015 era de R\$788, 00.

A maior parte dos agricultores revelou nas entrevistas que a fonte de renda das famílias advinha de atividades agropecuárias e da comercialização dos produtos, exceto uma família que residia na zona urbana e cuja renda originava-se também da ocupação em atividades não agrícolas.

Em relação às condições de moradia avaliada pela metodologia PPV (IBGE, 1998), observou-se domicílios (n=2) com classificação A (adequado), apresentavam-se satisfatórios para variáveis habitação, serviços, bens e povoamento. Outros domicílios (n=3) encontravam-se na classificação B (intermediário) Neste estudo, não se encontrou domicílios na categoria C (precária). Constatou-se que a maioria dos domicílios (n=4) eram próprios, o único domicílio alugado era da família que havia mudado para cidade. Contudo sua propriedade rural era própria. Todas as casas eram de alvenaria e com piso de cerâmica. O teto da maioria era laje (n=3) (Tabela 3).

Verificou-se na maioria dos domicílios ausência da rede pública para destino do tratamento de esgoto (n=3). O abastecimento de água da maior parte era poço/ou nascente (n=3). O tratamento de água para consumo humano foi percebido em alguns domicílios (n=3), com relação ao tipo de tratamento de água a filtração foi a mais usual (n=3), nos demais domicílios (n=2) não havia nenhum tipo de tratamento e a água da torneira era utilizada para consumo humano (Tabela 3).

O lixo era coletado em quase todos os domicílios (n=4). Nos estabelecimentos rurais (n=3) os moradores armazenavam o lixo que era recolhido pelo serviço da Prefeitura Municipal uma vez por semana. Outro domicílio (n=1) que havia coleta do lixo era da família que residia na cidade, em apenas um domicilio rural (n=1) encontrou-se a prática de queimar o lixo (Tabela 3).

Tabela 3. Classificação das condições de habitação dos agricultores beneficiados pelo PAA Institucional, segundo Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV), Araponga, Viçosa e Tombos, MG, 2015.

Dados	N	%
Classificação PPV		
A	2	40
B	3	60
C	-	-
Imóvel		
Próprio	4	80
Alugado ¹	1	20
Material do Piso		
Cerâmica	5	100
Material da Parede		
Alvenaria	5	100
Material do Teto		
Laje	3	60
Telha	2	40
Esgotamento sanitário		
Sim	2	40
Não	3	60
Abastecimento de água		
Rede pública	2	40
Poço / nascente	3	60
Tratamento de água		
Sim	3	60
Não	2	40
Tipo de tratamento de água		
Filtração	3	60
Sem tratamento	2	40
Descarte do lixo		
Coletado	4	80
Queimado	1	20
Energia Elétrica		
Sim	5	100
Fogão a gás		
Sim	5	100
Geladeira		
Sim	5	100
Filtro		
Sim	3	60
Não	2	40
Número de moradores no domicílio		
1 - 4	2	40
4 - 6	2	40
≥ 6	1	20

¹ O imóvel alugado pertencia a família que estava residindo na cidade no momento da coleta de dados em 2015, contudo seu domicílio propriedade rural era próprio.

Com relação ao acesso a energia elétrica, geladeira e fogão, todos os domicílios desfrutavam destes bens. Quanto à presença de filtro, este foi encontrado em alguns domicílios (n=3), os demais (n=2) não tinham acesso. No que se refere ao número de moradores por domicílio, encontrou-se o número mínimo de 2 moradores/domicílio e máximo de 6 moradores/domicílio (Tabela 3).

Sobre o estado nutricional avaliado por antropometria, peso, altura e cálculo do IMC, em todas as famílias havia pelo menos um integrante com alguma distrofia nutricional (baixo peso ou excesso de peso ou baixa estatura), as distrofias nutricionais de maior prevalência foram obesidade e sobrepeso (Tabela 4).

Tabela 4. Estado nutricional, segundo avaliação antropométrica, dos indivíduos e famílias beneficiadas pelo PAA Institucional.

Estado Nutricional	Indivíduos (n=19)		Família (n=5) ¹	
	N	%	N	%
Baixo peso	1	5,3	1	20
Eutrofia	11	57,9	5	100
Sobrepeso	3	15,8	3	60
Obesidade	4	21,0	3	60
Baixa estatura ²	2	10,53	1	20

¹Presença do estado nutricional em pelo menos um dos integrantes da família; ²Baixa estatura em indivíduos adultos (≥ 20 e < 60 anos), segundo referência da WHO (2007), sendo a baixa estatura correspondente a 161,9 cm em homens e 150,1 cm em mulheres.

Observou-se baixa estatura em dois indivíduos de uma família, um do sexo masculino e outro feminino, ambos com 59 anos de idade (adultos) (Tabela 4). Dos 11 adultos avaliados, 33,2% (n=4) eram eutróficos, 36,8 % (n=7) excesso de peso, 15,8% (=3) sobrepeso e 21% (n=4) obesidade. Dos indivíduos com sobrepeso (n=3), um era do sexo masculino e dois feminino. Dos obesos (n=4), todos eram homens. Dos 4 adolescentes avaliados, 25% (n=1) apresentaram baixo peso e os demais eram eutróficos. Quanto às crianças (n=3) todas eram eutróficas.

No que diz respeito à avaliação da disponibilidade calórica dos alimentos pela metodologia recomendada por Smith; Subandoro (2007) observou-se que a maioria das famílias (n=3) dispunha de uma disponibilidade calórica *per capita*/dia considerada alta (≥ 3.000). Encontrou-se uma disponibilidade calórica *per capita*/dia média (≥ 2.500 e < 3.000) em um domicílio (n=1), portanto, em segurança alimentar. Verificou-se uma disponibilidade calórica *per capita*/dia muito baixa (< 2050) em um domicílio (n=1).

Conforme os resultados de (in) segurança alimentar e estado nutricional nos domicílios disposto no Quadro 2, percebeu-se, nos domicílios 3, 4 e 5, cuja a disponibilidade calórica *per capita*/dia foi alta (≥ 3.000), presença de adultos com distrofias nutricionais, sobrepeso e obesidade. Nos domicílios 3 e 5, observou-se simultaneamente, na mesma casa, adultos com sobrepeso e obesidade. No domicílio 4 a disponibilidade *per capita*/dia foi de 7.679,20 calorias, a maior encontrada no estudo, neste caso, os dois adultos que residiam na casa apresentaram o estado nutricional classificado como obesidade. Já no domicílio 2 a com disponibilidade calórica *per capita*/dia foi muito baixa, notou-se neste a presença de um adolescente com estado nutricional de baixo peso.

Quadro 2. Classificação da (In)Segurança Alimentar segundo disponibilidade alimentar, avaliada pela metodologia de Smith; Subandoro (2007) e desvio nutricional na família dos agricultores beneficiados

Domicílio	Nº moradores	Disponibilidade calórica <i>per capita</i> /dia	Smith; Sbandoro, (2007)	Estado Nutricional
1	2	2577,59 kcal	Disponibilidade calórica média (≥ 2.500 e < 3.000)	1 adulto com sobrepeso.
2	5	1.387,52 kcal	Disponibilidade calórica muito baixa (< 2050)	1 adolescente com baixo peso
3	6	3.484,59 kcal	Disponibilidade calórica alta (≥ 3.000)	1 adulto obeso e 1 adulto com sobrepeso
4	2	7.679,20 kcal	Disponibilidade calórica alta (≥ 3.000)	2 adultos obesos
5	4	3.839,60 kcal	Disponibilidade calórica alta (≥ 3.000)	1 adulto obeso e 1 adulto com sobrepeso

A respeito da disponibilidade de alimentos, pesquisou-se aproximadamente 100 itens em cada domicílio, aqueles que estavam disponíveis em todos (n=5) foram arroz branco, pães, farinha de trigo, biscoitos sem recheio, feijão, carne de frango, carne suína, embutidos (mortadela e presunto), ovo de galinha, abobrinha, alho, alface, cebola, cenoura, jiló, pimentão, cebolinha, salsinha, acerola, banana, goiaba, laranja, limão, açúcar cristal, tempero de alho, sal e café em pó. Do grupo dos tubérculos e derivados, os que estavam disponíveis em grande parte dos domicílios (n=4) foram batata doce e mandioca. No grupo dos leites e derivados, observou-se a preponderância do leite sem pasteurização, queijo e requeijão nos domicílios (n=4). Para o grupo dos óleos e

gorduras, o óleo de soja e manteiga, estavam disponíveis na maioria dos domicílios (n=4), a banha de porco em um menor número (n=3). Dos domicílios que tinham disponível a banha de porco (n=3), havia também a presença de óleo de soja (n=2) e somente a banha de porco (n=1). Ressalta-se que gordura de porco é de uso habitual em regiões rurais da Zona da Mata de Minas Gerais.

Acentua-se a disponibilidade de alimentos industrializados ricos em sódio, açúcares e gorduras nos domicílios dos agricultores, como extrato de tomate (n=4), gelatina (n=3), leite condensado (n=3), creme de leite, sardinha e milho verde enlatados (n=3), biscoitos recheados, balas e chicletes (n=2) e doces (n=2) (Quadro 3)

Acerca da disponibilidade de açúcares de adição (açúcar cristal, açúcar mascavo, rapadura e mel), óleo de soja, banha de porco e sal, observou-se que as quantidades *per capita* disponíveis destes alimentos nos domicílios estavam acima da recomendação adequada individual para os açúcares, até 56 g, em todos os domicílios (n=5) (PHILIPPI, 1999), óleo de soja, até 16 mL, em 4 domicílios (WHO, 2000), banha de porco <10% do Valor Energético Total, em 2 domicílios, em um domicílio (n=1) verificou-se que os valores estavam adequados (SANTOS, 2013). A quantidade de sal até 5g *per capita*/dia estava acima do recomendado em todos os domicílios (n=5) (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2010).

Quanto à origem dos alimentos disponíveis nos domicílios dos agricultores, estes provinham de mercados locais, produção para autoconsumo e doações por familiares ou vizinhos, prática comum no meio rural. Observou-se que na maioria dos domicílios (n=3) a aquisição de alimentos deu-se por meio da compra monetária. No domicílio 1 o valor total estimado, em reais, de todos os alimentos disponível foi de R\$ 422,50, sendo que 74 (R\$ 314,87) foi gasto com a compra de alimentos no mercado local e 15% (R\$ 63,83) originou-se da produção. No domicílio 3 do valor total de R\$ 1.864,89, 68% (R\$ 1268,13) foi investido com aquisição de alimento pela compra e 26% (R\$ 484,87) provinha da produção, encontrou-se nestes dois domicílios alimentos oriundos de doações. Notou-se no domicílio 4 um maior percentual investido com compras de alimentos, porém, uma maior contribuição da produção para autoconsumo na alimentação da família do que nos domicílios 1 e 3 (Gráfico 1).

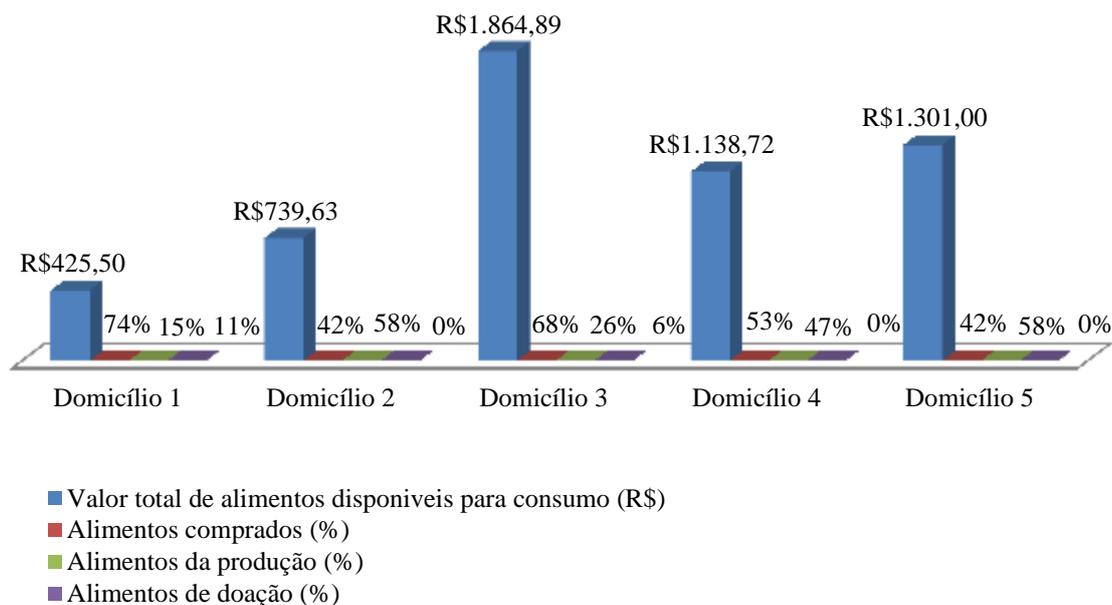


Gráfico 1. Valor total estimado em reais do total de alimentos disponíveis para consumo nos domicílios dos agricultores e percentual investido na compra monetária e não monetária de alimentos (produção e doação).

O maior percentual da contribuição dos alimentos da produção para a disponibilidade alimentar foi verificada nos domicílios 2 e 5. O percentual não monetário da produção para autoconsumo foi maior que o percentual gasto com a compra de alimentos nos mercados, o que representa uma “economia” para família.

Por meio das entrevistas semiestruturadas, notou-se na fala de um agricultor, que a aquisição monetária de alimentos tornou-se mais frequente, a partir do momento que a família se mudou para cidade, enquanto residia no campo adquiria-se, apenas, aqueles alimentos que não eram produzidos.

“Comprava muito pouca coisa, só o que não produzia, agora que eu estou morando na rua que eu estou comprando mais” (Entrevista, agricultor familiar 3, 2015).

No que se refere análise da percepção quanto à situação de (in)segurança alimentar pela escala psicométrica EBIA, todas as famílias foram classificadas em situação segurança alimentar, ou seja, os moradores dos domicílios tinha acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Portanto, pode-se notar que mensurar a situação de (In) SAN no nível domiciliar rural é um desafio em função da complexidade e do extenso número de fatores

envolvidos. Assim sendo, nenhum indicador, isoladamente, consegue abranger as múltiplas dimensões da (In) SAN. No Quadro 4 abaixo, pode-se observar uma síntese da classificação da situação (In)SAN em cada domicílio, por diferentes métodos de avaliação adotados nesta pesquisa.

Quadro 4. Síntese da classificação da situação (in) segurança alimentar e nutricional nos domicílios dos agricultores de acordo com as várias metodologias de avaliação de direta e indireta, adotadas nessa pesquisa.

Domicílio	Métodos de avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional				
	Métodos indiretos				Método direto
	Sociodemográficos	Renda <i>per capita</i>	Estado nutricional	Disponibilidade calórica <i>per capita/dia</i>	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
1	InSAN ¹	SAN	InSAN	SA ⁴	SA ⁵
2	SAN ²	InSAN	InSAN	InSA	SA
3	SAN	SAN	InSAN	InSA	SA
4	InSAN	SAN	InSAN	InSA	SA
5	InSAN	SAN	InSAN	InSA	SA

¹InSAN: insegurança alimentar e nutricional; ² SAN: segurança alimentar e nutricional; ⁴ InSA: insegurança alimentar; ⁵ SA: segurança alimentar.

Quanto à unidade produtiva, os agricultores (n=5) relataram por meio das entrevistas semiestruturadas, que sua produção era agroecológica (n=2), orgânica (n=1), contudo sem certificação, convencional com uso de agrotóxicos (=1), e Sem Agrotóxico (SAT) (n=1). Todos os agricultores detinham posse da terra e exerciam as atividades agrícolas juntamente com a família. Possuíam um cultivo diversificado de café, milho e feijão, hortaliças e frutas, além de criação de animais como frangos, suinocultura, e também, em alguns casos a bovinocultura. Todos os alimentos produzidos eram para consumo da família e para comercialização.

“Milho, leite (criação de boi), feijão vermelho, feijão carioca, taioba, mandioca, jiló, couve, almeirão” (Entrevista, agricultor familiar 1, 2015).

“Banana, café, pomares de frutas: laranja, limão, manga, abacate, acerola, polpa de frutas. Horta: couve, alface, almeirão, beterraba, cenoura, repolho, cebolinha, salsa, cana, palmito pupunha, tem de tudo um pouco, se for discriminar em verduras e legumes, ultrapassa uns 50 itens. Têm também pequenos animais como frango e porco. Desses alimentos que eu te falei a gente consome tudo e comercializa [...]” (Entrevista, agricultor 5, 2015).

Observou-se que todos os alimentos produzidos eram para consumo da família, entretanto, existem alguns que eram produzidos com a finalidade de gerar renda:

“Tudo que eu planto é na intenção de consumo, só que às vezes acaba sobrando ai eu comercializo. O que eu planto com a intenção de comercializar é o café, banana, milho e o feijão, esses que eu falei eu planto com a intenção de gerar renda, mas na verdade eu acabo comercializando de tudo que eu planto” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

De acordo com a exposição dos agricultores os mercados mais acessados para comercialização dos produtos eram as feiras da agricultura familiar, venda direta ao consumidor, mercados locais, laticínios e as instituições públicas como as escolas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o PAA na UFV.

“Eu entreguei para a Universidade PAA e para as escolas [...] eu entregava para todas as escolas municipais e para quatros escolas estaduais e entrego o leite no laticínios” (Entrevista, agricultor 1, 2015).

“Eu vendia para feirinha, o PNAE, o PAA da UFV [...] aqui em Viçosa” (Entrevista, agricultor familiar 3, 2015).

Unanimemente para os agricultores o PAA na UFV surgiu como mercado complementar para escoar sua produção e aumentar a receita monetária da família, encurtamento da cadeia de comercialização, venda direta, preço justo e valorização da agricultura familiar, estes foram alguns dos benefícios apontados a partir da adesão ao mercado institucional.

“Mais um canal de venda, que nós estamos ocupando o espaço. Tem uma garantia de mercado na hora da colheita, porque é triste investir numa cultura e na hora que chega o momento de transformar aquele investimento em dinheiro, você não tem para onde vender [...]” (Entrevista, agricultor familiar 5, 2015).

“Você já vende direto para o consumidor, não tem atravessador” (Entrevista, agricultor 1, 2015).

“Conseguir colocar um produto dentro da Universidade Federal é uma abertura e um ganho, esse ganho que eu falo é o reconhecimento da agricultura familiar. Outra vantagem é o preço, que é melhor que o preço que nós conseguimos na comunidade” (Entrevista, agricultor 2, 2015).

Os gestores do PAA da UFV, também discorreram sobre a importância do programa na UFV para os agricultores familiares.

“Pensa bem, se nós conseguimos estruturar estes agricultores para produção e comercialização adequada, nós estamos melhorando a vida de um cidadão, de toda forma, ele vai se aumentar sua renda, ele vai se alimentar melhor, ele vai se informar melhor, ele vai participar de outros programas, eu acho que é um caminho muito bom de ser trilhado” (Entrevista, gestor 5, 2015)

“Para os agricultores familiares é a possibilidade de abrir um novo mercado [...] receber um preço melhor pelos seus produtos, o que aumenta a renda e a renda é um dos principais fatores que condiciona segurança alimentar” (Entrevista, gestor 6, 2015).

Para os dirigentes dos empreendimentos familiares o PAA é um instrumento de política pública, direcionado para tríade, alimentação saudável, proteção social e agricultura familiar.

“É uma das Políticas mais completas que eu já conheci, pois, além de motivar a alimentação saudável, estimula o produtor a plantar [...].É uma boa política para a agricultura familiar, pois envolve saúde, economia, a questão social e a fixação do produtor no campo [...]” (Entrevista, diretor 2, 2015)

Verificou-se se após a inserção no PAA ocorreram mudanças na unidade produtiva e inclusão de novos cultivos para atender o programa, o autoconsumo, e se houve mudanças na alimentação da família, constamos através das falas dos agricultores que este fato não aconteceu:

“Esta questão de alimentação, da qualidade do alimento, eu já me preocupava muito antes de eu começar a vender para o PAA” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

“Eu não notei diferença, porque nos sempre tivemos uma alimentação mais natural [...]” (Entrevista, agricultor familiar 2, 2015).

Discussão

Pode-se constatar, que os resultados dos indicadores sociodemográficos encontrados neste trabalho diferiram dos estudos de Dutra (2013) e Moraes (2014) realizados com famílias de agricultores familiares residentes na zona rural de município da região da Zona da Mata de Minas Gerais. As condições de moradias, nesse estudo, 3 famílias encontravam-se em situações intermediárias de moradia e 2 em condições plenamente adequadas de moradia, já nos estudos de Dutra (2013) e Moraes (2014), todos os domicílios estavam em condições intermediárias de moradia.

Nesse trabalho, os domicílios classificados em condições intermediárias de moradia, retrataram deficiência no grupo de serviço, na variável esgotamento sanitário, abastecimento de água da rede pública, tratamento da água e descarte correto do lixo. Ademais se observou também para grupo de bens, ausência de filtro em alguns domicílios. Como ressaltam Soares; Siolari; Dias (2014), estas são algumas características intrínsecas da vida no campo que ainda se mantêm, como ausência de

tratamento de esgoto, captação de água em nascentes ou poços, queima do lixo e o não tratamento da água para consumo.

Segundo os autores Maluf; Menezes; Valente (1996); Mondini et al.; (2011) é essencial a existência de energia elétrica, geladeira, fogão e filtro para armazenamento e preparo dos alimentos nos domicílios. Bem como o acesso a serviços públicos de educação, saúde, saneamento básico e habitação, visto que ausência de bens públicos básicos pode comprometer a SAN dos indivíduos que vivem neste domicílio.

Segundo a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) o acesso à água potável tem impacto fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, tendo sido declarada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como direito humano essencial, intrinsecamente relacionado com o direito à vida, à saúde e segurança alimentar (CAISAN, 2013).

Com relação à classificação de pobreza pela renda familiar, verificou-se que 4 famílias encontravam-se acima da linha pobreza, visto que a renda *per capita* foi superior a ½ salários mínimos e 1 família na linha de pobreza (MALUF, 2007). Este resultado também diferenciou dos trabalhos de Dutra (2013) e Moraes (2014), das 79 famílias avaliadas, 8,9% e 39,2% encontrava-se em situação de extrema pobreza e pobreza, respectivamente. Sabe-se que a renda é preponderante para garantir a SAN já que esta detém uma relação direta com a acessibilidade a bens e serviços essenciais, como alimentação, medicamentos, vestimentas, moradia, educação, transporte entre outros (TEIXEIRA, 2007).

No Balanço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015 encontrou-se que insegurança alimentar está fortemente interligada à pobreza e as desigualdades sociais. Portanto é necessário construir e fortalecer políticas específicas para as populações que são mais vulneráveis, como as residentes em áreas rurais (CAISAN, 2013), visto que a precariedade dos serviços oferecidos à esta população é, inclusive, um dos motivos que levam à migrações e ao êxodo rural (SOARES; SIALORI; DIAS, 2014).

No que diz respeito à classificação do domicílio em situação de (In) SAN pelo estado nutricional, observou-se que todas as famílias foram classificadas com alterações no estado nutricional, pois havia pelo menos um indivíduo na família, com baixo peso ou excesso de peso (sobrepeso ou obesidade), sendo os desvios relacionados ao excesso mais preponderante. Frente ao exposto, depreende-se, que este estudo reflete a situação de transição nutricional no cenário brasileiro, incluindo o meio rural, os desvios

nutricionais, desnutrição e baixo peso na população estão diminuindo enquanto que o excesso de peso vem aumentando (SOUZA, 2010).

Com relação à insegurança alimentar e indicadores nutricionais, Monteiro (1995) e Maluf (2006) dissertam que atualmente, à insegurança alimentar por fome e desnutrição somam-se o excesso de peso e a obesidade, alçando também à condição de problema de saúde pública, por muitas vezes gerar o que Josué de Castro (1984) denominou de fome oculta, que corresponde à subnutrição devida à inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da alimentação diária, ou ainda doenças que provocam o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos.

Semelhante aos resultados encontrados neste estudo, dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008-2009 revelaram que o excesso de peso atingiu metade dos homens e das mulheres no Brasil, sendo obesos e com sobrepeso na zona rural, 8,8% e 16,5% (IBGE, 2010b). Ainda no que se refere ao estado nutricional constatou-se, a baixa estatura em adultos, o que possivelmente refletiu condições sociais e um quadro de privação alimentar de longa data, sendo consequência da adaptação fisiológica à redução da oferta calórica no período de crescimento (OLIVEIRA et al., 2011; SILVA; MARTINS; ARAÚJO, 2011), indicando a importância de avaliação do índice estatura também em adultos para maior visibilidade epidemiológica deste indicador cumulativo de déficit nutricional (MORAIS, 2014).

No que concerne à disponibilidade de alimentos nas famílias dos agricultores, notou-se, que mesmo com a redução do consumo de gêneros tradicionais como arroz e feijão no Brasil (IBGE, 2010c), detectou-se a disponibilidade destes itens em todos os domicílios visitados no meio rural. Podendo inferir que embora a transição alimentar rural esteja ocorrendo, o arroz e feijão ainda encontram-se disponíveis nos domicílios pesquisados. O estudo de Reinaldo et al. (2015) corrobora com estes resultados.

Ademais, observou-se, a presença de açúcar mascavo, rapadura, mel e banha de porco nos domicílios. Os autores Grisa; Schneider (2008) explicam que estes alimentos demarcam a identidade cultural das famílias residentes no meio rural. Acresce-se ainda uma grande quantidade *per capita*/dia de sal, gorduras e açúcar disponível. Verificaram-se quantidades *per capita*/dia demasiadas destes alimentos ultrapassando a recomendação diária individual de um ou mais itens em todos os domicílios. Vale lembrar que estes alimentos contribuem para as distrofias nutricionais relacionadas ao excesso de peso, assim como doenças crônicas como diabetes, hipertensão, dislipidemias e doenças cardiovasculares (SANTOS, 2013).

Nos domicílios rurais visitados, verificou-se uma menor compra de frutas, pois a maioria possuía um cultivo diversificado e a origem destes alimentos era da própria produção. Observou-se uma maior aquisição de arroz branco no mercado, visto que nos domicílios visitados não havia cultivo deste alimento. Quanto à aquisição de feijão, este advinha da produção para autoconsumo e não houve aquisição no mercado, dados contrários foram observados na POF 2008-2009. Neste estudo, notou-se, que a carne disponível, na maior parte, originava-se da criação de pequenos animais, como frango e porcos, embora tenha se encontrado compra de carne bovina. Já a POF 2008-2009 mostrou maior aquisição de carne bovina no meio rural (IBGE, 2010c). Um resultado que vai de encontro aos resultados da POF 2008-2009 (IBGE, 2010c), refere-se à disponibilidade de leite de não pasteurizado nos domicílios rurais.

Sobre a disponibilidade calórica *per capita* nos domicílios e o estado nutricional apontadas no quadro 2, é preciso ponderar quanto a avaliação, visto que não foi realizado nenhum teste estatístico de associação. Além disso, não se pode sustentar apenas a hipótese do excesso ou insuficiência de calorias disponíveis para consumo nos domicílios como único fator determinante para os desvios nutricionais, posto que, tanto o excesso de peso quanto o baixo peso, podem resultar por diversos outros fatores etiológicos, tais como, os, biológicos, ambientais, sociais e sociodemográficos (SÁ; MOURA, 2011; OLIVEIRA; COTTA; RIBEIRO et al., 2011).

No domicílio 4, o percentual monetário com compras de alimentos também foi maior que o percentual não monetário dos alimentos da produção, porém, notou-se maior contribuição da produção para autoconsumo na alimentação da família do que nos domicílios 1 e 3. Este achado reitera os resultados da POF 2008-2009, em que, mesmo no meio rural, as formas de aquisição de alimentos pela compra sobressaíram a produção e doações (IBGE, 2010c).

Quanto à forma de aquisição monetária (compra) e não monetária (produção) dos alimentos disponíveis nos domicílios dos agricultores, notou-se na maioria dos domicílios (n=3) uma situação de preponderância de compra de alimentos nos mercados locais, para complementar o que não se produzia. Sobre o exposto, Reinaldo et al., (2015) dissertam que as famílias rurais, geralmente, ficam mais vulneráveis a substituição dos alimentos produzidos para autoconsumo por produtos processados e industrializados, mas o que não foi observado nesse estudo.

Em dois domicílios, encontrou-se disponível maior oferta de alimentos oriundos da produção, o que pode resultar em uma “economia” para família. Segundo Grisa;

Gazolla; Schneider (2010); Fontoura (2012) a produção para autoconsumo origina uma renda não monetária, que colabora para assegurar a reprodução social da família, garantindo estabilidade econômica e reduzindo a vulnerabilidade dos preços dos alimentos.

Neste estudo, todos os domicílios foram classificados em segurança alimentar segundo avaliação da EBIA. Contudo, dados distintos foram observados em vários estudos com famílias residentes no meio rural: Nobre et al., (2010); Aires et al., (2012); Nascimento et al., (2012), Dutra (2013); Morais (2014) e Bastos; Pinheiro; Gubert (2014).

No trabalho de Nobre et al., (2010), 32,1% das 28 famílias avaliadas na comunidade rural do Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, encontravam-se em insegurança alimentar, Aires et al., (2012) relataram que 88% das 200 famílias, da zona rural de um município do Ceará, estavam em situação de insegurança alimentar, Nascimento et al., (2012) verificaram 44% de insegurança alimentar em 1.073 famílias avaliadas no rural do estado de Pernambuco, Dutra (2013) e Morais (2014), investigaram 79 famílias, de uma cidade da Zona da Mata de Minas Gerais e identificaram 49,4% em insegurança alimentar, Bastos; Pinheiro; Gubert (2014), pesquisaram 75 famílias residentes na zona rural do Distrito Federal e detectaram 50,6% em insegurança alimentar. A insegurança alimentar leve foi a mais prevalente nos estudos supracitados, com exceção do estudo de Nascimento et al., (2012), que foi a insegurança alimentar moderada.

Apesar de validade em áreas urbanas e rurais brasileiras. A EBIA apresenta algumas desvantagens, em relação ao meio rural, a escala não analisa a possibilidade de produção agrícola para autoconsumo e seus modos coletivos de produção ou práticas não mercantis de acesso aos alimentos (trocas, doações), assim como questões de posse da terra, origem dos alimentos, safra atual no momento da aplicação da escala (SAMPAIO et al., 2006; NASCIMENTO; LIRA; MAIA, 2012; NASCIMENTO et al., 2012).

Segundo Costa (2006) a segurança alimentar na zona rural detectada pela EBIA pode ter relação com plantio de alimentos para autoconsumo refletida nas respostas da escala, uma vez que esta avalia a percepção do entrevistado em relação ao alimento (COSTA, 2006). Avaliando os resultados encontrados neste estudo, por este ângulo, pode-se inferir que manter uma unidade de produção diversificada, como a dos agricultores desta pesquisa, pode ter coadjuvado na situação de segurança alimentar

refletida nas respostas da EBIA. Corrobora com estes resultados o estudo Salgado; Dias (2013), para os autores esta característica da agricultura familiar em diversificar a produção está associada à constituição de uma alimentação mais “saudável” para a família contribuindo com a segurança alimentar.

Ademais, depreende-se que deter posse da terra suscita autonomia do agricultor familiar quanto aos mecanismos do sistema de produção, tanto para comercialização quanto autoconsumo, que são fundamentais na delimitação de práticas alimentares (GIORDANI et al., 2015), nesta perspectiva, articula-se, portanto à segurança alimentar e a soberania alimentar.

Outrossim a diversificação e organização da produção possibilitou que agricultores acessassem diferentes mercados, entre eles o mercado institucional do PAA da UFV, proporcionando diferentes fontes de renda e minimizando a dependência e a vulnerabilidade às relações mercantis (ONU, 2015). Ainda no que se refere ao apresentado, para os agricultores, gestores e diretores de empreendimentos familiares, o PAA na Universidade surgiu como mercado complementar para escoamento da produção da agricultura familiar, reduziu a distâncias entre produção e consumo, criou-se circuitos curtos de comercialização, valorização dos agricultores familiares, preço justo, fortalecimento da economia local e regional, abastecimento da Instituição com alimentos produzidos de formas mais sustentáveis, de acordo com hábito alimentar regional, com positivas repercussões sobre vários aspectos que favorecem a condição da segurança alimentar e nutricional para o público beneficiário, agricultores familiares e consumidores, o que se assemelha aos achados de Schimitt; Guimarães (2008); Rodrigues (2010) e Silva (2013).

Observou-se que a inserção dos agricultores no PAA da UFV não fomentou a diversificação da produção para comercialização e autoconsumo, o que confirmou a nossa hipótese, primeiro, os agricultores já dispunham de uma unidade de produção diversificada, e, segundo, a implementação programa é recente, sua evolução é ainda tímida, não se adquire uma ampla variedade e quantidade de alimentos e o processo não se efetivou como um processo habitual de compras. Além disso, os agricultores relataram já apresentar preocupação com a alimentação da família, antes da inserção no programa, o que possivelmente, repercutiu nas questões atinentes a segurança alimentar das famílias.

Considerações Finais

Neste estudo, observou-se, que todas as famílias encontravam em situação de segurança alimentar, segundo EBIA, todavia, existia a carência em indicadores socioeconômicos, presença de distrofias nutricionais e uma alta disponibilidade calórica de alimentos na maioria de domicílios. Assinalando a importância da associação de metodologias, visto que, cada uma considera segundo ótica própria, as várias facetas condicionantes da situação (in) segurança alimentar e nutricional em nível domiciliar.

Foi verificado que deter posse da terra, autonomia para produção e uma unidade produtiva diversificada, provavelmente viabilizou a inserção no mercado institucional do PAA da UFV, assim como pode ter contribuído positivamente nas questões atinentes à segurança alimentar das famílias dos agricultores refletidas na EBIA.

Para os envolvidos no processo de implementação do PAA, gestores, agricultores e dirigentes de empreendimentos, o mercado institucional da Universidade possuía relevância social, principalmente no que se referia à valorização do agricultor familiar e promoção da política de SAN beneficiando tanto consumidores quanto os fornecedores.

A temática abordada neste estudo é inovadora por investigar a situação de (In) SAN das famílias dos agricultores beneficiários fornecedores do PAA na UFV, não somente pela avaliação qualitativa, como é observado na maioria dos estudos disponíveis na literatura, mas por adotar de maneira complementar a pesquisa qualitativa, vários métodos diretos (EBIA) e indiretos (indicadores sociodemográficos, nutricional e alimentar) para conhecer a situação de SAN dos agricultores, porém apresenta a limitação de ser um estudo transversal, impossibilitando a definição de relação causal.

Referências bibliográficas

AIRES, J. S.; MARTINS, M. C.; JOVENTINO, E. S.; XIMENES, L. B. (In) Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2012.

ATALAH, S.E.; CASTILLO, L.C.; CASTRO, S.R., ALDEA, P.A. Propuesta de un nuevo estándar de evaluación nutricional en embarazadas. **Revista Médica de Chile**, v.125, n.12, p.1429-36, 1997.

BASTOS, C. M. M.; PINHEIRO, A. R. O.; GUBERT, M. B. Insegurança Alimentar e Nutricional e Fatores Associados em Famílias do Núcleo Rural Agrícola Lamarão, no Distrito Federal. **Tempus: actas de saúde coletiva**, Brasília, v. 8, n.2, p.133-156, 2014.

BRASIL. Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, artigo 19. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 03 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm>. Acesso em 05 de junho de 2014.

_____. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Dispõe sobre o Regulamento do art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa De Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº12.512, de 14 de outubro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de julho de 2012. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Balço das Ações do plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012-2015**. Brasília. 2013

COSTA, A. M. **Pobreza e vulnerabilidade de agricultores familiares de Santo Cristo/RS: uma análise da seca a partir da abordagem das capacitações**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CASTRO, J. **Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

DUTRA, L. V.; PRIORE, S.E.; SANTOS, R.H.S; SANTANA, L.F.R. **Alimentos disponíveis no domicílio de famílias residentes na zona rural de São Miguel do Anta - MG: situação de segurança ou insegurança alimentar**. 2011. Disponível em: <<http://www.dns.ufv.br/?area=alimentos-disponiveis>> Acesso em 15 de janeiro de 2016.

DUTRA, L. V. **Insegurança Alimentar e Nutricional e produção para o autoconsumo na zona rural de São Miguel do Anta, Minas Gerais**. 2013. 118f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **International Scientific Symposium on Measurement and Assessment of Food Deprivation and Undernutrition – Summary of Proceedings**. Rome, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/Y4249E/y4249e00.htm>>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

_____. **The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition**. Rome, 2014.

_____. **The State of Food and Agriculture. Social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty 2015**. Rome, 2015.

_____. **The State of Food Insecurity in the World 2015**. Rome, 2015a.

FAGUNDES, A. A.; BARROS, D. C.; DUAR, H. A.; SARDINHA, L. M. V.; PEREIRA, M. M.; LEÃO, M. M. **SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional)**: orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informações em serviços de saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004.

FREITAS, G. C. **Análise da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos em uma Instituição Pública Federal na cidade de Viçosa, Minas Gerais**. Viçosa, 2014. 37 p. (Trabalho de conclusão de curso em Nutrição). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

FONTOURA, A. F. **A produção para autoconsumo: características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da Fronteira Oeste do RS**. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

GALEAZZI, M. A. M.; DOMENE, S. M. A.; SICHIERI, R. **Estudo Multicêntrico sobre Consumo Alimentar e Estado Nutricional**. Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Ministério da Saúde/Núcleo de Estudos em Alimentação, Universidade Estadual de Campinas, Brasília: Cadernos de Debate, 1997.

GIORDANI, R. C. F.; CARNEIRO, D. F.; SANTOS, M.; DONASOLO, A. Modelos alimentares e arranjos produtivos no Vale do Ribeira Paranaense: um estudo sobre os princípios da soberania alimentar. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.12, n.2, p.156-179, 2015

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, Segurança Alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. **Revista Agroalimentaria**, v. 16, n. 3, p. 65-79, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 46, n.2, p. 481-515, 2008.

HOFFMAN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, v.9, n.24, p.159-172, 1995.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa sobre Padrões de Vida: 1996-1997**. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Segurança alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010a.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro; 2010b. 130p.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: Avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro; 2010c. 130p.

LEVY-COSTA, R. B.; ROSELY SICHIERIB, R.; PONTESC, N. S.; MONTEIRO, C. A Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 4, 2005.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, p. 66-88, 1996.

_____. Definindo segurança alimentar e nutricional. In: **Segurança alimentar e nutricional**. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007, p. 17-19.

_____. Segurança alimentar e fome no Brasil – 10 anos da Cúpula Mundial de Alimentação. Relatórios técnicos. **Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional**, Rio de Janeiro, n.2, 2006. Disponível em <<http://bvs.per.paho.org/texcom/nutricion/relatoriotecnico2.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2015.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. Rio de Janeiro. Hucitec, 2008. 108

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. ed. Petrópolis: Vozes; 2012.

MONDINI, L.; ROSA, T. E.; GUBERT, M. B.; SATO, G. S.; BENÍCIO, M. H. D. Insegurança Alimentar e Fatores Sociodemográficos Associados nas Áreas Urbana e Rural do Brasil. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 41, n. 2, 2011.

MORAIS, D. C. **(In)Segurança Alimentar e Nutricional e relação com indicadores sociais, econômicos e nutricionais de famílias residentes de zona rural**. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

MONTEIRO, C. A. "A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil". São Paulo, **Estudos Avançados**, v. 9, n. 24, p. 195-207, 1995.

NASCIMENTO, A. L.; GONÇALVES, F. C. L. S. P.; MAIA, S. R.; SCHNEIDER, S.; LIRA, P. I. C. A construção de capacidades e meios de vida na garantia da segurança alimentar do rural Pernambucano. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n.2, p.50-62, 2012.

NASCIMENTO, A. L.; LIRA, P. I. C.; MAIA, S. R. Posse da terra e produção de alimentos em domicílios com insegurança alimentar na Zona da Mata e Semiárido brasileiros. In: GEHLEN, V. R. F.; LAINÉ, P. C. V. (org.). **Costurando com fios invisíveis: a fragmentação do território rural**. Recife: Editora Universitária da UFPE; 2012. p. 361-75.

NOBRE, L. N.; MURTA, N. M. G.; SOUZA, M. M.; FERREIRA, N. C.; CARDOSO, L. M.; HAMACEK, F. R. Segurança Alimentar em uma Comunidade Rural no Alto Vale do Jequitinhonha/Mg. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.16, n.1, p.18-31, 2009.

NORDER, L.A.C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. 1997. 138f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 1997.

OLIVEIRA, F. C. C.; COTTA, R. M. M.; RIBEIRO, A. Q.; SANT'ANA, L. F. R.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C. Estado nutricional e fatores determinantes do déficit estatural em crianças cadastradas no Programa Bolsa Família. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 20, n.1, p.7-18, 2011.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Centro de excelência contra a fome. **Modalidades de compras públicas de Alimentos da agricultura familiar no Brasil: Série Políticas Sociais e de Alimentação 2**. Brasil, 2015.

PEREZ-ESCAMILLA, R., SEGALL-CORRÊA, A.M., MARANHA, L.K., SAMPAIO, M.F.A., MARÍN-LEÓN, L., PANIGASSI, G. An adapted version of the U.S. Department of Agriculture Food Insecurity Module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil. **Journal of Nutrition**, v. 135, p. 1923-8, 2004.

PÉREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A.M. Indicadores e medidas de insegurança alimentar. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p.15-26, 2008.

PHILIPPI, S.T.; LATTERZA, A.R.; CRUZ, A.T.R.; RIBEIRO, L.C. Pirâmide alimentar adaptada: guia para escolha dos alimentos. **Revista de Nutrição**, v.12, p. 65-80, 1999.

REINALDO, E. D. F.; SILVA, M. R. F.; NARDOTO, G. B.; GARAVELLO, G. B.; GARAVELLO, M. E. P. E. Mudanças de hábitos alimentares em comunidades rurais do semiárido da região nordeste do Brasil **Interciencia**, Venezuela, v. 40, n. 5, p. 330-336, 2015.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M. PERES, M. H. M. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SÁ, N. N. B.; MOURA, E. C.; Excesso de peso: determinantes sociodemográficos e comportamentais em adultos, Brasil, 2008. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 7, p.1380-1392, 2011.

SALGADO, R. J. S. F.; DIAS, M. M. Análise da influência do Programa de Aquisição de Alimentos sobre a qualidade de vida de agricultores familiares do município de Viçosa/M.G. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v.1, n.1, p. 65-91, 2013.

SALLES-COSTA. R.; PEREIRA, R. A.; VASCONCELLOS, M. T. L.; VEIGA, G. V.; MARINS, V. M. R.; JARDIM, B.C.; GOMES, F. S.; SICHIERI, R. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, v. 21, (Supl.), p. 99-109, 2008.

SAMPAIO, M. F. A.; KEPPLER, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; OLIVEIRA, J. T. A.; PANIGASSI, G.; MARANHA, L. K.; MARIN-LEON, L.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; PEREZ-ESCAMILLA, R. (In) Segurança Alimentar: experiência de grupos focais

com populações rurais do Estado de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 64-77, 2006.

SANTOS, R.D.; GAGLIARDI, A.C.M.; XAVIER, H.T.; MAGNONI, C.D.; CASSANI, R.; LOTTENBERG, A.M.P. et al. Sociedade Brasileira de Cardiologia. I Diretriz sobre o consumo de Gorduras e Saúde Cardiovascular. **Arquivos Brasileiro de Cardiologia**, v. 100, (supl), p.1-40, 2013.

SCHIMITT, C.J.; GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v.5, n.2, p. 7-13, 2008.

SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 60, p. 143-154, 2007.

SMITH, L. C. The use of household expenditure surveys for the assessment of food insecurity. In: Proceedings – **Measurement and assessment of food deprivation and undernutrition**. International Scientific Symposium. Roma, 2002.

SMITH, L. C.; SUBANDORO, A. **Food Security in Practic: Measuring food security using household expenditure surveys**. International Food Policy Research Institute
Washington, 2007.

SILVA, V. **O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Rural Integrada de Capanema, PR**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2013.

SILVA, E. C.; MARTINS, I. S.; ARAÚJO, E. A. C. Síndrome metabólica e baixa estatura em adultos da região metropolitana de São Paulo (SP, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.663-668, 2011.

SOARES, J.M.; SIOLARI, M.; DIAS, F.S. Hábitos e modos de vida no interior de Minas Gerais: uma contribuição ao debate sobre a relação cidade-campo no Brasil contemporâneo.

Labor & Engenho, Campinas, v.8, n.1, p.05-17, 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Sociedade Brasileira de Hipertensão / Sociedade Brasileira de Nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 95, (supl), p. 1-51, 2010.

SOUZA, E. B. Transição nutricional no Brasil: análise dos principais fatores. **Cadernos UniFOA**. Volta Redonda, v. 1, n. 13, 2010. Disponível em:
<<http://www.unifoa.edu.br/cadernos/edicao/13/49.pdf>>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

TAKAGI, M.; SILVA, J. G.; GROSSI, M. D. **Pobreza e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 101, 2001.

TEIXEIRA, I. B. C. O desafio da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para as famílias rurais: o que temos no nordeste?. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Questão social e desenvolvimento no século XXI.** São Luís, 2007.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity: Preventing and managing the global epidemic – Report of a WHO consultation on obesity.** WHO Technical Report Series n. 894. Geneva, Switzerland: WHO, 2000.

_____. **WHO Child Growth Standards: Length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age. Methods and development.** WHO (nonserial publication). Geneva, Switzerland: WHO, 2006.

_____. ONIS, M.; ONYANGO, A.W.; BORGHI, E.; SIYAM, A.; NISHIDA, C.; SIEKMANN, J. **Development of a WHO growth reference for school-aged children and adolescents.** Bulletin of the World Health Organization, 2007, p. 660-667.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) articulou um novo arranjo institucional de investimento público com alimentação e a produção local/regional da agricultura familiar. O programa encontrava-se em fase de estruturação na UFV e compreendeu desafios para a Universidade e para os fornecedores, pois se tratava de uma modalidade de compra inédita para a Instituição, e, de igual maneira, um mercado novo para os agricultores familiares.

Para sua consolidação é imprescindível, por parte da Universidade, planejamento prévio e adequação do processo aos possíveis entraves que podem aparecer na tramitação das compras da agricultura familiar, para que não aconteçam atrasos e nem paralisação no programa, resultando em prejuízos financeiros e perda da produção para os agricultores. No entanto, notou-se, também, a necessidade de organização da produção para atender ao mercado consumidor sem intercorrências, haja vista, que o PAA não se caracteriza como um programa meramente assistencialista, mas, que reconhece os agricultores envolvidos como fornecedores de alimentos para o RU, com um papel social a cumprir, não sendo apenas um beneficiário.

A temática abordada neste estudo indicou o potencial de compras que podem ser realizados para o abastecimento do RU, é possível inferir que a consolidação do mercado institucional na UFV, a médio e longo prazo, com a destinação de pelo menos 30% dos recursos da alimentação para investimento na produção da agricultura familiar local/regional, como disposto pelo Decreto nº. 8.473/2015 poderá representar uma alternativa para estender o número de beneficiários fornecedores do programa, estimular o desenvolvimento econômico regional, viabilizar a melhoria da produção para o mercado institucional, incentivar a produção de novos cultivos, e o resgate de alimentos tradicionais para atender a demanda, estimular o associativismo e cooperativismo, contribuir com o aumento da renda familiar e possivelmente com a redução da vulnerabilidade social e insegurança alimentar no meio rural. Além disso, possivelmente, resultará, em uma maior participação, no cardápio do RU, de alimentos mais frescos, menos processados, produzidos na região de forma mais sustentável, fomentando sistemas agroalimentares de cadeias curtas e a construção da prática social em torno da Segurança Alimentar Nutricional (SAN).

Cabe registrar que, os agricultores fornecedores de alimentos para o PAA da UFV, detinham autonomia para produção e uma unidade produtiva diversificada, o que pode ter contribuído para inserção no mercado da Universidade e nas questões referentes à segurança alimentar de sua família, segundo percepção refletida na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. No entanto, observou-se a fragilidade de algumas famílias, com relação aos indicadores sociodemográficos, nutricionais e disponibilidade calórica de alimentos. O que reflete a necessidade da avaliação da situação de SAN das famílias dos agricultores, através de métodos complementares para garantir a qualidade para avaliação, intentando conhecer as peculiaridades desta população, visando à ampliação de ações governamentais para mitigar a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e a pobreza que acomete este segmento. Dado o papel do Governo na implementação de programas e projetos destinados a agricultura familiar e SAN.

Por fim, para estudos futuros, existe o anseio de se aprofundar o tema, e a continuação deste trabalho, com vistas avaliar os desdobramentos do PAA na UFV, e avaliação dos possíveis impactos para a entidade executora (UFV) e para o público beneficiário fornecedor e consumidor, o que não foi possível neste estudo, em virtude da recente adesão ao programa pela Universidade.

7 APÊNDICES

Apêndice A

Roteiros para entrevista semiestruturada com a comissão gestora do PAA

Roteiro 1: Entrevista com representante da Pró Reitoria de Assuntos Comunitários da UFV

Data: _____

Entrevistado: _____

Contato: _____ email: _____

1. Como se deram os passos iniciais para implantação do PAA na Universidade Federal de Viçosa?
2. Quais objetivos para implantar o PAA na UFV?
3. Para a instituição qual a importância da compra de alimentos da agricultura familiar?
4. Qual o papel da instituição no fortalecimento da agricultura familiar?
5. Qual o papel da instituição na política de Segurança Alimentar e Nutricional propiciada pelo PAA?
6. Quais os entraves na compra da agricultura familiar?
7. Quais os pontos positivos na política de compras do PAA?
8. Quais os pontos negativos na política de compras do PAA?
9. Qual a visão para o futuro quanto ao PAA no Restaurantes Universitário?

Roteiro 2: Entrevista com representante Divisão de Alimentação da UFV

Data: _____

Entrevistado (função): _____

Telefone: _____ email: _____

1. Por que implantar o PAA no restaurante universitário da UFV?
2. Qual o papel do nutricionista na implantação do PAA no Restaurante Universitário?
3. Como se definiu a diversidade e quantidade de produtos a serem comercializados?
- 4- Quanto à apresentação do produto, como se definiu os critérios de rotulagem, embalagem e testes de qualidade?
5. Qual a diferença de preço entre os produtos comprados pela PAA e os mesmos produtos comprados via licitação?
6. Após finalizar o processo de Chamada pública como acontece a negociação com os agricultores fornecedores?
7. Como é feito o transporte dos alimentos até o restaurante universitário? Está adequado?
8. Existe algum parâmetros de avaliação do alimento comprados pelo PAA quando ele chega ao RU?
9. Os alimentos da agricultura familiar comprados pelo restaurante universitário apresentam diferença com relação as características organolépticas?
10. Com relação a qualidade nutricional dos alimentos da agricultura familiar, como você avalia?
11. Os agricultores conseguem cumprir os acordos: prazos, planejamento do fornecimento (quantidade, regularidade, qualidade dos produtos).
12. Quais principais problemas, dificuldades e entraves na comercialização com a agricultura familiar?
13. Sugestões para melhoria deste processo de comercialização com os agricultores familiares?
14. Quais as vantagens em se comprar da agricultura familiar?
15. Existe perspectivas e estratégias para a comercialização dos produtos agroecológicos ou orgânicos?
16. Quais outros alimentos que você acredita que poderiam ser comprados via PAA para abastecer o RU?

17. Qual percentual de compra de alimentos da agricultura familiar? Quanto se gasta com a compra de alimentos via licitação e via PAA?
18. Como é feita a divulgação dos alimentos da agricultura familiar para os comensais (estudantes)?
19. Quais as vantagens e/ou benefícios da inclusão de alimentos da agricultura familiar para a alimentação dos estudantes?
20. Como você avalia a aceitação dos comensais (estudantes) frente a aquisição de alimentos da agricultura familiar no restaurante universitário?
22. Como você avalia a política de compras do PAA dentro do restaurante universitário?
23. Qual a contribuição do PAA para política de segurança alimentar e nutricional tanto para a UFV quanto para os agricultores?
24. Qual a visão para o futuro quanto o PAA no restaurante universitário?
25. Quais as perspectivas de compras para o ano de 2016? De acordo com Decreto nº. 8.473/2015, que dispõe do percentual de compra de no mínimo de 30% da agricultura familiar?

Roteiro 3: Entrevista com representante da Diretoria de Material

Data: _____

Entrevistado (função): _____

Telefone: _____ email: _____

1. As compras para o PAA é realizada pela Chamada Pública, a DMT encontrou dificuldades em elaborar o processo e efetivar o sistema de compras?
2. Quais as vantagens e/ou desvantagens para Universidade Federal de Viçosa em realizar compras com dispensa de licitação para o PAA?
3. Quais foram os critérios de inclusão, exclusão e julgamento dos agricultores familiares que participaram da Chamada Pública?
4. A DMT percebeu dificuldade por parte dos agricultores e/ou cooperativas em participar do processo? Quais?
5. Como se encontra o processo da terceira Chamada Pública? Já existe uma previsão de fornecimento dos alimentos? Ou o processo será cancelado?
6. Quantas cooperativas e quantos agricultores estavam associados nas cooperativas que participaram da ultima Chamada Pública?
7. O que você acha que falta para que o processo de compras pelo PAA se torne um processo habitual?
8. Quais as perspectivas de compras para o ano de 2016? De acordo com Decreto nº. 8.473/2015, que dispõe do percentual de compra de no mínimo de 30% da agricultura familiar?

Roteiro 4: Entrevista com representantes de Professores da UFV que fazem parte da comissão

Data: _____

Entrevistado (função): _____

Telefone: _____ email: _____

1. Quais foram os tramites burocráticos necessários para iniciar a operacionalização do PAA na UFV? Qual foi o papel da comissão?
2. Por que implantar o Programa de Aquisição de Alimentos no restaurante universitário de Viçosa?
3. Para a instituição qual a importância da compra de alimentos da agricultura familiar?
4. Qual a importância do Programa de Aquisição de Alimentos para os agricultores familiares de Viçosa e Região?
5. Os agricultores de Viçosa e região estão organizados para atender a demanda do R.U?
6. Qual a contribuição do PAA para a política de Segurança Alimentar e Nutricional na UFV e para os agricultores?
6. Para a instituição, quais são os benefícios e/ou entraves para aquisição de alimentos da agricultura familiar?
7. Existe algum projeto de extensão da UFV para oferecer assistência técnica aos agricultores beneficiados? Como a comissão oferece suporte aos agricultores?
8. Como é realizado a cotação de preços dos alimentos que compõe a Chamada pública?
9. Desde a implantação como o Programa evoluiu? O que falta para expansão do PAA na UFV?
10. Como membro da comissão, faça uma avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos dentro da Universidade Federal de Viçosa?

Roteiro 5: Entrevista com representante da EMATER de Viçosa

Data: _____

Entrevistado (função): _____

Telefone: _____ email: _____

- 1 – Qual o papel da EMATER na implantação do Programa de Aquisição de Alimentos no restaurante universitário?
- 2- Você participou na tomada de decisões sobre aspectos relacionados a qual alimento seria comprado, épocas de entrega, quantidades, preço?
- 3- Como foi realizado o diagnóstico local e regional da produção?
- 4- Quais os critérios de inclusão e exclusão utilizados para selecionar os alimentos que seriam comprados pelo Programa Aquisição de Alimentos?
- 5- Por que foram escolhidos os alimentos Feijão, Pó de café e banana?
- 6- Quais alimentos produzidos localmente/regionalmente você acha que poderiam ser incluídos futuramente no Programa de Aquisição de Alimentos?
- 7- Existe a possibilidade da inclusão de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos?
- 8- Foi ou ainda é realizado algum trabalho de assistência técnica com os agricultores beneficiários e não beneficiários que pretendem concorrer as próximas chamadas públicas?
- 9- Como os agricultores receberam a notícia da instituição do PAA na UFV?
- 10- Como os agricultores estavam organizados para atender a demanda do R.U?
- 11- Como a Emater auxilia os agricultores para venda via PAA? Quais são as dificuldades dos agricultores?
- 12- Como você avalia a política de compra do Programa de Aquisição de Alimentos dentro da Universidade Federal de Viçosa?
- 13- Para você, qual a importância do Programa de Aquisição de Alimentos para o agricultor familiar?
- 14- Quais pontos positivos e negativos do PAA na UFV?
- 15- O que a Emater tem aprendido com processo de implantação do PAA na UFV?
- 16 – O que falta para expansão do PAA na UFV?
- 17 – Qual a contribuição do PAA para a política de Segurança Alimentar e Nutricional na UFV e para os agricultores?

Apêndice B

Roteiro para entrevista com agricultores familiares beneficiários fornecedores

Entrevistado: _____

Fornecedor de: _____

Telefone: _____

Município (local onde mora): _____

Contato: _____

1. Qual a área da sua propriedade em hectares? A propriedade é própria, alugada?
2. Quem é o responsável pela produção? Quem é o responsável pela comercialização?
3. Qual a mão de obra empregada na produção?
4. Qual o sistema de produção? Exemplo: agroecológico, orgânico, convencional...
5. Como é feito processo de produção dos seus alimentos, utiliza algum agrotóxico? Qual agrotóxico? Em quais alimentos você utiliza agrotóxico?
6. Você utiliza algum agrotóxico nos alimentos que são fornecidos ao PAA? Quais alimentos?
7. Você utiliza algum agrotóxico nos alimentos que são para autoconsumo? Quais alimentos?
8. Além do PAA participa de algum outro Programa do Governo? Qual?
9. Além do PAA onde mais você comercializa os seus produtos?
10. Quais os motivos levaram a participar do PAA da UFV?
11. Como ficou sabendo da Chamada Pública da UFV para compra de alimentos da agricultura familiar?
12. Quais foram às dificuldades encontradas para participar da “Chamada Pública”?
13. Algum mediador e/ou instituição externa auxiliou na participação da Chamada Pública? Qual foi papel desempenhado por estes mediadores/instituições.
14. Antes de elaborar o projeto de venda foi realizado algum diagnóstico na sua propriedade quanto produção? Como foi esse diagnóstico? Quem realizou?
15. O que você ou sua família sabia (conhecimento) sobre o PAA, e como os novos conhecimentos foram sendo inseridos?
16. Quais são os alimentos que você produz em sua propriedade?

17. Quais destes alimentos são para consumo da família?
18. Quais alimentos se destinam a comercialização?
19. Quais são os alimentos que você fornece para o PAA?
20. Após a participação no PAA você continua cultivando os mesmo alimentos? Houve mudança nas quantidades? E na diversidade?
21. Após a participação no PAA você investiu na unidade produtiva? Melhorou a qualidade dos produtos comercializados? Explique
22. Após a participação no PAA houve diferença no plantio de alimentos para autoconsumo?
23. Após a participação no PAA houve diferença na sua alimentação e de sua família? Explique?
24. Existem dificuldades, na entrega dos alimentos ao restaurante universitário? E, se existem quais são elas? Como poderiam ser melhorada?
25. Quais são os vantagens (benefícios) para o agricultor em vender para o restaurante universitário da UFV?
26. Qual a principal dificuldade para comercializar para PAA?
27. O que representa percentualmente, para sua família participar do mercado institucional, ligado ao Programa de Aquisição de Alimentos? (ex: 10% da renda familiar).
28. Considera que a experiência com PAA terá continuidade?
29. Quais suas pretensões em relação à comercialização dos seus produtos para o abastecimento institucional PAA?
30. Quais os resultados positivos e/ou negativos que decorrem da experiência com PAA.
31. Você considera os produtos locais da agricultura familiar diferenciados quanto à qualidade?
32. Para você, qual a importância do PAA na UFV para os agricultores familiares?
33. O que você sabe sobre o Restaurante Universitário?
34. Para você, qual a importância de uma alimentação diferenciada (com inclusão de alimentos da agricultura familiar) em um Restaurante Universitário com produtos da agricultura familiar locais?

Apêndice C

Roteiro para entrevista com dirigentes de empreendimentos (cooperativas e associações)

Entrevistado/ Cooperativa / Associação: _____

Fornecedores: _____

Telefone: _____ Município _____

1. Como a cooperativa/associação, mesmo estando mais distante da UFV conseguiu manter um preço de oferta menor que os agricultores do município de Viçosa e das cidades mais próximas da Universidade? O preço pago pela UFV foi justo?
2. Você acredita que este do preço menor seja em função de se ter uma estrutura de organização da cooperativa/associação?
3. Como a cooperativa/associação ficou sabendo da Chamada Pública da Universidade Federal de Viçosa para compra de alimentos da agricultura familiar?
4. Quais foram às principais dificuldades encontradas pelos agricultores e para cooperativa/associação para participar da “Chamada Pública”?
5. Como a cooperativa/associação seleciona e organiza os agricultores para vender para o PAA?
6. O que você, enquanto diretor da cooperativa/associação, acha das quantidades e diversidade de alimentos comprados pela UFV?
7. Quais alimentos a cooperativa/associação (além dos que já estão sendo fornecidos), possui potencial para fornecimento via PAA na UFV?
8. Quais os benefícios (pontos positivos) para cooperativa/associação ter agricultores entregando para o PAAA na UFV?
9. Quais os pontos negativos para cooperativa/associação ter agricultores entregando para o PAA na UFV?
10. Como a cooperativa/associação trabalha a conscientização dos agricultores para cultivo mais sustentável para atender mercado institucional?
11. Quais os principais entraves para cooperativa/associação participar do PAA na UFV?
12. Com relação aos atrasos nas execuções do PAA, impactou em algum prejuízo para a cooperativa/associação e agricultores?
13. Quais os desafios da cooperativa/associação para continuar no mercado institucional?
14. Faça uma avaliação do PAA na UFV, chamada pública, parte burocrática, exigências técnicas, teste de qualidade e execução?

Apêndice E: Disponibilidade Alimentar

CEREAIS/ DERIVADOS	AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	CARNES	AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	HORTALIÇAS	AQUISIÇÃO	QUANTIDADE
Arroz			Bovina			Abóbora		
Farinha de trigo			Suína			Abobrinha Ital.		
Milho espiga			Frango			Agrião		
Amido Milho/Maisena			Salsicha			Alface		
Farinha de Milho			Linguiça			Alho		
Fubá de Milho			Mortadela			Almeirão		
Macarrão			Presunto			Berinjela		
Pão Francês			Peixe			Beterraba		
Pão de Forma			Outros:			Brócolis		
Pão doce			OVOS			Cebola		
Pão sovado			Ovo de galinha			Cenoura		
Biscoito maisena			Ovo de codorna			Chuchu		
Biscoite cream cracker			Outros:			Couve-flor		
Bolo			LEITE E DERIVADOS			Espinafre		
Broa			Leite Integral (roça)			Jiló		
Mistura para bolo			Leite em pó			Pepino		
Outros:			Leite longa vida			Pimentão		
			Leite fermentado			Quiabo		
CEREAL INTEGRAL			Creme de leite			Repolho		
Aveia			Leite condensado			Rúcula		
Linhaça			Queijo tipo minas			Tomate		
Granola			Queijo padrão			Vagem		
Outros:			Requeijão			Couve		
			Requeijão cremoso			Moranga		
RAIZ TUBERCULOS E DERIVADOS			Iogurte			Cebolinha		
Batata			Danone			Salsinha		
Batata Doce			Outros:			Outros:		
Batata Baroa			FEIJÃO /LEGUMINOSA			HORTALIÇAS NÃO CONVENCIONAIS		
Inhame			Feijão			Taioba		
Mandioca			Lentilha			Ora pro nobis		
Farinha de Mandioca			Ervilha			Serralha		
Polvilho			Soja			Azedinha		
Biscoito de polvilho			Grão de bico			Outros:		
Outros:			Outros:					
AQUISIÇÃO: 1- produção 2- compra 3- doação 4- troca								

FRUTAS E SUCOS NATURAIS	AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	AÇUCAR AÇUCARADOS E /DOCES	AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	INDUSTRIALIZADOS	AQUISIÇÃO	QUANTIDADE
Abacate			Açúcar cristal			Sardinha enlatada		
Abacaxi			Açúcar refinado			Atum enlatado		
Acerola			Açúcar mascavo			Milho verde enlatado		
Banana			Gelatina			Ervilha enlatada		
Caju			Geléia			Azeitona		
Goiaba			Mel			Molho tomate		
Laranja			Rapadura			Extrato tomate		
Limão			Achocolatado pó			Outros:		
Mamão			Biscoito recheado					
Manga			Bala/chiclete					
Maracujá			Chocolate					
Melancia			Doce de frutas					
Melão			Doce de leite			CONSIMENTOS E TEMPEROS		
Mexerica			Outros:			Sal de cozinha		
Pêra			ADOÇANTES			Caldo de carne		
Uva			Adoçante liq.			Sazon		
Maçã			Adoçante Culin.			Tempero pronto		
Pêssego						Ketchup		
Ameixa			INFUSOS/BEB.			Mostarda		
Morango			Café (pó)			Molhos prontos		
Suco			Café (infusão)			Outros:		
Outros:			Chá					
			Refresco (pó)					
ÓLEO E GORDURA VEGETAL								
			Refresco conc. liq					
Óleo de cozinha			Refresco pronto liq.					
Azeite de Oliva			Refrigerante					
Maionese			Outros:					
Margarina			BEBIDA ALCOÓLICA					
Outros:			Cerveja					
GORDURA ANIMAL								
			Aguardente					
Banha de porco			Vinho					
Toucinho			Outra bebida alcoólica					
Manteiga								
Outros:								
AQUISIÇÃO: 1- produção 2- compra 3- doação 4- troca								

Apêndice F

Termo de Consentimento Livre Esclarecido para os gestores e diretores de empreendimentos envolvidos no processo de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa

1ª via : do pesquisador – 2ª via :do entrevistado

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (VOLUNTARIO)

Nome:

Telefone:

Endereço:

Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa **“Situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional de famílias de agricultores beneficiários fornecedores pelo Programa de Aquisição de Alimento da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais”**. Fui informado(a) que a pesquisa é parte do trabalho de mestrado da estudante SILMARA CHRISTINA RODRIGUES DE ASSIS do curso de pós graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa e tem como objetivo **avaliar a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos Institucional na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, bem como a situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional de famílias de agricultores beneficiários fornecedores**. De acordo com a pesquisadora minha participação será importante, pois minha avaliação poderá ajudar a melhorar o Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade e também ajudará a descrever o processo de implantação do Programa na Universidade. Como participante receberei a equipe de pesquisa em local e data previamente agendados e permitirei que seja realizada entrevista por meio de roteiro de perguntas. Também permitirei que a entrevistada seja gravada, mas se me sentir intimidado posso não aceitar a gravação das minhas respostas. Como membro da comissão gestora permito que as atividades desenvolvidas em equipe seja acompanhada pela pesquisadora. Fui informado, que se me sentir constrangido(a) em responder alguma pergunta, não sou obrigado a responder e nem há necessidade de justificativa. Além disso, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa ou retirar meu consentimento e interromper minha participação. Foi-me garantido que a minha participação ou recusa não me causará problema, pois minha identidade será mantida em sigilo e meu nome não será divulgado. Fui informado que depois de obtidas todas as informações, eu vou receber todos os resultados e será disponibilizado todo histórico de implantação do Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade e seus primeiros resultados. Nesta pesquisa não receberei nenhuma remuneração financeira pela minha participação. Por tudo isso, concordo em participar desse estudo e autorizo que os depoimentos e as entrevistas, fique disponíveis para equipe envolvida

na pesquisa e poderão ser publicados com a finalidade de divulgação das informações científicas, desde que o sigilo de meu nome seja garantido. Esse consentimento solicitado pela pesquisadora deve-se ao fato de que a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012, do Ministério da Saúde, exige essa autorização dos entrevistados antes de iniciar a pesquisa. Em caso de procedimentos ou irregularidades de natureza ética posso buscar auxílio junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa-CEP/UFV no seguinte endereço e contatos:

Comitê de ética em Pesquisa com Seres Humanos da
Universidade Federal de Viçosa- *campus* UFV.
Edifício Arthur Bernardes, sala 04, telefone (31) 3899-2492
Email: cep@ufv.br site: www.cep.ufv.br

Em caso de dúvidas, posso entrar em contato também com a responsável pela pesquisa, Prof. Silvia Eloíza Priore pelo telefone: (31) 3899-2180 e por e-mail: sepriore@ufv.br, ou a integrante da equipe de pesquisa Silmara Christina Rodrigues de Assis, pelo telefone (31)8344-7111 ou por e-mail: silmaranutri@yahoo.com.br.

Viçosa, ____, ____ de 2015.

Entrevistado

Silvia Eloíza Priore
Pesquisadora responsável pelo projeto.

Silmara Christina Rodrigues de Assis
Estudante de Mestrado em Agroecologia.

Apêndice G

Termo de Consentimento Livre Esclarecido para os agricultores

1ª via : do pesquisador – 2ª via :do entrevistado

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO (VOLUNTARIO)

Nome:

Telefone:

Endereço:

Eu, _____, estou sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa **“Situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional de famílias de agricultores beneficiários fornecedores pelo Programa de Aquisição de Alimento da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais”**. Fui informado(a) que a pesquisa é parte do trabalho de mestrado da estudante SILMARA CHRISTINA RODRIGUES DE ASSIS do curso de pós graduação em Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa e tem como objetivo **avaliar a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos Institucional na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, bem como a situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional de famílias de agricultores beneficiários fornecedores**. De acordo com a pesquisadora minha participação será importante, pois minha avaliação poderá ajudar a melhorar o Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade e também ajudará a conhecer a situação de segurança alimentar e nutricional minha e da minha família. Como participante do estudo receberei a equipe deste trabalho em minha casa permitindo que seja realizada entrevista por meio de roteiro de perguntas e permitirei que a entrevistada seja gravada, mas se me sentir intimidado posso não aceitar a gravação das minhas respostas. Também responderei um questionário social e econômico e permitirei que seja realizada avaliação de peso e altura, estas medidas serão realizadas de forma individual e em local reservado para evitar o meu constrangimento. Será realizado uma avaliação da situação de segurança alimentar por meio de uma escala de perguntas e avaliação da quantidade de alimentos existente na minha casa. Deixo claro, que também autorizo a participação de todas as pessoas da minha família. Fui informado, que se me sentir constrangido(a) em responder alguma pergunta, não sou obrigado a responder e nem há necessidade de justificativa. Além disso, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa ou retirar meu consentimento e interromper minha participação. Foi-me garantido que a minha participação ou recusa não me causará problema ou perda de benefícios já conquistados com o Programa de Aquisição de Alimentos, pois minha identidade será mantida em sigilo e meu nome não será divulgado. Fui informado que depois de obtidas todas as informações, eu vou receber todos os resultados e esclarecimento sobre a situação da minha saúde e de minha família, além de orientação nutricional e encaminhamento a outros

profissionais de saúde do município, caso necessário, com objetivo de promover hábitos alimentares e de vida saudáveis. Nesta pesquisa não receberei nenhuma remuneração financeira pela minha participação e de minha família. Por tudo isso, concordo em participar desse estudo juntamente com minha família e autorizo que os depoimentos e as entrevistas, assim como as avaliações do estado nutricional, da quantidade de alimentos disponíveis na minha casa e da segurança alimentar e nutricional, fique disponíveis para equipe envolvida na pesquisa e poderão ser publicados com a finalidade de divulgação das informações científicas, desde que o sigilo de meu nome e de minha família seja garantido. Esse consentimento solicitado pela pesquisadora deve-se ao fato de que a Resolução do Conselho Nacional de Saúde 466/2012, do Ministério da Saúde, exige essa autorização dos entrevistados antes de iniciar a pesquisa. Em caso de procedimentos ou irregularidades de natureza ética posso buscar auxílio junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa-CEP/UFV no seguinte endereço e contatos:

Comitê de ética em Pesquisa com Seres Humanos da
Universidade Federal de Viçosa- *campus* UFV.
Edifício Arthur Bernardes, sala 04, telefone (31) 3899-2492
Email: cep@ufv.br site: www.cep.ufv.br

Em caso de dúvidas, posso entrar em contato também com a responsável pela pesquisa, Prof. Silvia Eloíza Priore pelo telefone: (31) 3899-2180 e por e-mail: sepriore@ufv.br, ou a integrante da equipe de pesquisa Silmara Christina Rodrigues de Assis, pelo telefone (31)8344-7111 ou por e-mail: silmaranutri@yahoo.com.br.

Viçosa, ____, ____ de 2015.

Entrevistado

Silvia Eloíza Priore
Pesquisadora responsável pelo projeto.

Silmara Christina Rodrigues de Assis
Estudante de Mestrado em Agroecologia.

Apêndice H

Termo de Assentimento

1ª via : do pesquisador – 2ª via :do entrevistado

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **“Situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional de famílias de agricultores beneficiários fornecedores pelo Programa de Aquisição de Alimento da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais”**. Neste estudo queremos avaliar seu peso e sua altura e para saber se estão adequados para sua idade. Para isso precisamos te pesar e medir sua altura. Depois de feita todas as medidas você vai receber os resultados e iremos ter dar orientações para melhorar sua saúde. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Sua participação é livre e voluntaria, ou seja, você não é obrigado a participar, mesmo que seus pais queiram que você participe. Além disso, você pode decidir sair a qualquer momento da pesquisa caso você ou seus pais/responsáveis desejem. Para participar deste estudo, você e o responsável por você deverá autorizar e assinar este termo concordando. Se houver algumas palavras ou termos que você não entenda, fique a vontade para me perguntar que eu explico para você. Não falaremos para outras pessoas que você está nesta pesquisa e seu nome será mantido em sigilo.

Eu entendi que serão feitas medidas de peso e altura.

Data: ____/____/____

Assinatura do adolescente: _____

Assinatura dos pais/ responsáveis: _____

Assinatura dos pesquisadores: _____

8 ANEXOS

Anexo A

Questionário Sociodemográfico

1. Identificação

Data da entrevista: ___/___/___

Residência: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ - _____

Nome do Responsável (morador de referência): _____

2. Composição da família

Quadro relativo a todas as pessoas que moram na mesma residência.

Nome	Sexo	Data de nascimento /Idade	Escolaridade	Estado Civil	Ocupação

3. Condições socioeconômicas, de moradia e saneamento básico

- 1) Qual a renda total da família? Produção: _____ Salário: _____
- 2) O imóvel é próprio? () Sim () Não
- 3) De qual material é constituído o piso da sua casa (cimento, cerâmica...)? _____
- 4) Qual é o tipo de material das paredes (alvenaria, madeira..)? _____
- 5) Qual é o tipo de material do teto (laje, telha, bambu..)? _____
- 6) O domicílio tem rede pública para o destino do esgoto: () Sim () Não
- 7) Abastecimento de água: () Rede pública () Poço/nascente () Carro pipa () outro
- 8) Tratamento da água: () Filtração/água mineral () Fervura () Cloração () Sem tratamento
- 9) Destino do lixo: () Coletado () Queimado () Enterrado () Céu aberto () Outro
- 10) Tem energia elétrica? () Sim () Não
- 11) Apresenta fogão a gás em casa? () Sim () Não
- 12) E geladeira? () Sim () Não
- 13) Número de cômodos (excluindo banheiro e cozinha): _____

4. Critérios de Classificação para avaliação das condições de habitação – Pesquisa Padrões de Vida

Para estabelecer a avaliação das condições de habitação, serão utilizados os quatro grupos criados pela Pesquisa sobre Padrões de Vida (IBGE, 1998):

Grupo Habitação

Domicílio adequado: domicílio do tipo casa/apartamento, cujos componentes correspondentes de parede, piso e cobertura são constituídos de materiais duráveis (alvenaria ou madeira aparelhada nas paredes; laje de concreto, telha de barro, zinco ou madeira aparelhada na cobertura; madeira aparelhada, cimento/cerâmica no piso).

Domicílio deficiente: domicílio do tipo casa ou apartamento com um dos componentes (parede, piso ou cobertura) feito de material não durável ou, ainda, os domicílios do tipo quarto/cômodo ou rústico, com dois de seus componentes de materiais duráveis.

Domicílio inadequado: o domicílio do tipo quarto/cômodo ou rústico que possui todos ou 2 de seus componentes feitos de materiais não duráveis, ou o domicílio do tipo casa ou apartamento que possui apenas um de seus componentes de material durável.

Grupo Serviços

Para facilitar a classificação foi estabelecido um sistema de conceitos, descrito a seguir:

Esgotamento sanitário/uso da instalação sanitária

- rede geral ou fossa séptica/uso exclusivo do domicílio a
- rede geral ou fossa séptica/uso comum a mais de um domicílio b
- outro c

Abastecimento d'água

- com canalização interna a
- rede geral ou poço, sem canalização interna b
- outra forma, sem canalização interna c

Destino do lixo

- coletado a
- queimado ou enterrado b
- outro c

Iluminação elétrica

- possui a
- não possui c

Domicílio adequado: domicílio com quatro conceitos - “a”.

Domicílio deficiente: domicílio com três conceitos - “a” e um conceito - “c”, ou três conceitos - “a” e um conceito - “b”, ou dois conceitos - “a” e dois conceitos - “b”.

Domicílio inadequado: demais domicílios.

Grupo Bens

Domicílio adequado: domicílio em que foram encontrados filtro/água mineral, fogão e geladeira.

Domicílio deficiente: domicílio que não possui um desses três bens.

Domicílio inadequado: domicílio que possui, no máximo, um desses três bens.

Grupo Densidade

Foi adotado o modelo de classificação desenvolvido pelo Instituto Nacional de Ciências Econômicas da França e adotado pelo Ministério da Reconstrução e Habitação daquele país, modelo este explicitado por Olga Lopes da Cruz e David Michael Vetter (1981) e reproduzido a seguir. A aplicação deste modelo exige o conceito de cômodo habitável (total de cômodos, exclusive cozinha e banheiro).

Número de cômodos habitáveis	Número de moradores e classificação									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 ou +
1	pn	spt	spc							
2	sbm	pn	spt	spc						
3	sbm	pn	pn	pn	spt	spc	spc	spc	spc	spc
4	sba	sbm	sbm	pn	pn	spt	spt	spc	spc	spc
5	sba	sba	sba	sbm	sbm	pn	pn	pn	spt	spt
6	sba	sba	sba	sba	sbm	sbm	pn	pn	pn	pn
7 ou +	sba	sba	sba	sba	sba	sba	sba	sbm	sbm	pn

Legenda: 114PC – superpovoamento crítico; spt – superpovoamento temporário admissível; pn – povoamento normal; sbm – subpovoamento moderado; sba – subpovoamento acentuado.

Classificação final

Grupo Serviços (peso 4)	Domicílio adequado	6 pontos
	Domicílio deficiente	3 pontos
	Domicílio inadequado	1 pontos
Grupo Habitação (peso 3)	Domicílio adequado	6 pontos
	Domicílio deficiente	3 pontos
	Domicílio inadequado	1 pontos
Grupo Densidade (peso 2)	Domicílio de subpovoamento acentuado	8 pontos
	Domicílio de subpovoamento moderado	7 pontos
	Domicílio de povoamento normal	6 pontos
Grupo Bens (peso 1)	Domicílio adequado	6 pontos
	Domicílio deficiente	3 pontos

O total de pontos é obtido pelo número de pontos em cada grupo, ponderado pelos respectivos pesos, variando de um mínimo igual a 10 ao máximo, igual a 64.

Categorias: A – 60 a 64 pontos; B – 31 a 59 pontos; C – 10 a 30 pontos

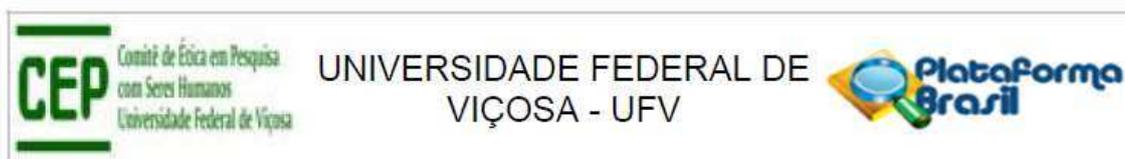
Categoria A corresponde a domicílios com classificação adequada para as variáveis habitação, serviços e bens e na categoria povoamento normal na variável densidade, o que significa reunirem-se, nessa categoria, os domicílios em condições plenamente adequadas de moradia. Por outro lado, um domicílio com classificação deficiente para as variáveis habitação, serviços e bens, e superpovoamento temporário para a variável densidade, atingiria 30 pontos. Logo, os domicílios abaixo deste limite são aqueles cujas condições de moradia podem ser consideradas como precárias, que aparecem na categoria C. Na categoria B, agrupam-se os domicílios em condições intermediárias entre adequados e precários.

Anexo B

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA)

1	Nos últimos três meses, você teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar mais comida? () Sim () Não
2	Nos últimos três meses, a comida acabou antes que você tivesse dinheiro para comprar mais? () Sim () Não
3	Nos últimos três meses, você ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada? () Sim () Não
4	Nos últimos três meses, você teve que se basear em apenas alguns poucos tipos de alimentos, porque o dinheiro acabou? () Sim () Não
5	Nos últimos três meses, você ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições, ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida? () Sim () Não
6	Nos últimos três meses, você ou algum adulto alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida? () Sim () Não
7	Nos últimos três meses, você ou algum adulto alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente? () Sim () Não
8	Nos últimos três meses, você ou algum adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida? () Sim () Não
9	Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
10	Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez não comeu uma quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar? () Sim () Não
11	Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade diminuiu a quantidade de alimentos das refeições porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
12	Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
13	Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro comprar comida? () Sim () Não
14	Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida? () Sim () Não
Classificação da EBIA com a presença de menores de 18 anos	
1. Segurança Alimentar (0 pontos)	
2. Insegurança Alimentar leve (1 a 5 pontos)	
3. Insegurança Alimentar Moderada (6 a 9 pontos)	
4. Insegurança Alimentar Grave (10 a 14 pontos)	
Classificação da EBIA sem a presença de menores de 18 anos	
1. Segurança Alimentar (0 pontos)	
2. Insegurança Alimentar leve (1 a 3 pontos)	
3. Insegurança Alimentar Moderada (4 a 5 pontos)	
4. Insegurança Alimentar Grave (6 a 8 pontos)	

Anexo C – Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional de famílias de agricultores beneficiários fornecedores pelo Programa de Aquisição de Alimentos Institucional da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais

Pesquisador: Silvia Eloiza Priore

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 38070714.4.0000.5153

Instituição Proponente: Departamento de Nutrição e Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 920.855

Data da Relatoria: 04/03/2015

Apresentação do Projeto:

O estudo será dividido em duas etapas. Na primeira etapa, será realizada uma abordagem descritiva da implantação e operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa, para uso no Restaurante Universitário do campus de Viçosa, Minas Gerais. Na segunda etapa será executado um trabalho de campo, no domicílio dos agricultores para investigação da situação de (In)Segurança Alimentar e Nutricional, avaliação sócio-demográfica, estado nutricional e a disponibilidade de alimentos. Este momento da pesquisa trata-se de um estudo epidemiológico de corte transversal, que terá a família como unidade do estudo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos Institucional na Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, bem como, a situação de (in)segurança alimentar e nutricional de famílias de agricultores beneficiários fornecedores.

Objetivos Secundários:

- Caracterizar a região da Zona da Mata Mineira onde se insere a Universidade Federal de Viçosa,

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-900
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-2492 **Fax:** (31)3899-2492 **E-mail:** cep@ufv.br

Continuação do Parecer: 920.855

com enfoque na produção de alimentos da agricultura familiar.

- Descrever o processo de implantação e operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos na Universidade Federal de Viçosa para uso no Restaurante Universitário.
- Descrever a política de compras do Programa de Aquisição de Alimentos pela Universidade Federal de Viçosa sobre a perspectiva dos agricultores familiares beneficiários fornecedores.
- Verificar se a adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos proporciona melhorias na unidade produtiva, viabiliza a diversificação da produção para autoconsumo e se fornece benefícios sociais e econômicos aos agricultores. Investigar a situação de (in)segurança alimentar e nutricional no domicílios dos agricultores beneficiários fornecedores pela política de compras do Programa de Aquisição de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Descritos de acordo com a Resolução CNS 466/12.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Foram apresentados dois TCLEs, um para a primeira etapa do estudo e outro para a segunda etapa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados de acordo com a Resolução CNS 466/12.

Recomendações:

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por ser representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-900
UF: MG Município: VICOSA
Telefone: (31)3899-2492 Fax: (31)3899-2492 E-mail: cep@ufv.br

Continuação do Parecer: 920.855

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site do CEP/UFV). Somente após sua aprovação, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos.

Projeto analisado durante a 11ª reunião de 2014, realizada no dia 10 de dezembro de 2014.

VICOSA, 18 de Dezembro de 2014

Assinado por:
Neuza Maria da Silva
(Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Edifício Arthur Bernardes, piso inferior.
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-900
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3899-2492 **Fax:** (31)3899-2492 **E-mail:** cep@ufv.br

Anexo D

Carta de aceite e apoio a pesquisa da PCD



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

*Campus universitário – Viçosa, MG – 36570-000 – Telefone (31) 3899-2179 – Fax:
(31) 3899-2181*

Viçosa, 15 de dezembro de 2014

Ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa,

Envio esta carta de aceitação e apoio da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa ao projeto “Situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional de famílias de agricultores beneficiários fornecedores pelo Programa de Aquisição de Alimentos Institucional da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais”, de autoria da estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Agroecologia Silmara Christina Rodrigues de Assis, sob orientação da Prof^a. Dr^a Silvia Eloíza Priore e co-orientação da Prof^a. Dr^a. Bianca Aparecida de Lima, Prof. Dr. Ricardo Henrique Silva Santos e Prof^a. Dr^a. Sylvania do Carmo Castro Franceschini, para submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em azul-escuro, com o nome 'Sylvia' visível no meio da assinatura.

Prof^a Sylvania do Carmo Castro Franceschini
Pró-reitora de Assuntos Comunitários
PCDUFV

Anexo E

Proposta de: “POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA”

1. INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (LEI 11.346).

Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas: fome, doenças associadas à má alimentação e consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde. Portanto, a Segurança Alimentar e Nutricional não está só associada à fome, mas também a doenças causadas por alimentos, como contaminação por agrotóxicos, presença de hormônios, composição inadequada, toxinas e microrganismos patogênicos e doenças associadas a hábitos alimentares inadequados, como obesidade, sobrepeso, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares câncer, entre outras.

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados por um pacto mundial. Esses direitos referem-se a um conjunto de condições necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igualitária e sem nenhum tipo de discriminação, existam, desenvolvam suas capacidades e participem plenamente e dignamente da vida em sociedade.

Muitos dos problemas de ordem alimentar e nutricional, no Brasil estão, até o presente momento, sem dimensionamento adequado quanto à sua magnitude e aos grupos sociais mais atingidos. Entretanto, devido à sua importância social, já contam com o interesse institucional de setores públicos e privados, gerando políticas e programas orientados para a melhoria da alimentação e nutrição da população. Os órgãos federais voltados para a saúde e educação tem sido um local privilegiado de difusão do tema da segurança alimentar, principalmente na medida em que conseguem estimular o uso de produtos com adequada qualidade nutritiva.

Dentro deste contexto, cabe à UFV adotar políticas e estratégias de intervenções necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional de sua população, levando em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas e sociais.

2. PROPÓSITO

A presente proposta busca integrar ações de Alimentação e Nutrição na UFV, com a Política Nacional de Saúde, inserindo-se, ao mesmo tempo, no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.

Dessa forma dimensionada – e comendo, portanto, o conjunto das políticas de governo voltadas à concretização do direito humano universal à alimentação e nutrição adequadas – esta Política tem como propósito **a garantia da qualidade dos alimentos colocados para consumo nos campus da UFV, a promoção de práticas alimentares saudáveis e a prevenção e o controle dos distúrbios nutricionais, bem como o estímulo às ações intersetoriais que propiciem o acesso universal aos alimentos.**

As ações dirigidas à adoção de práticas alimentares saudáveis deverão integrar todas as medidas decorrentes das diretrizes definidas nesta Política. Além das iniciativas inerentes a cada medida específica que vier a ser adotada, atenção especial deverá ser dada ao desenvolvimento de processo educativo permanente acerca das questões

atinentes à alimentação e à nutrição, bem como à promoção de campanhas de comunicação social sistemáticas.

3. DIRETRIZES

Para o alcance do propósito desta política de segurança alimentar e nutricional na UFV, são definidas como diretrizes:

3.1. GARANTIR O ACESSO, A SEGURANÇA E A QUALIDADE DOS ALIMENTOS NAS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

3.1.1. PROPÓSITOS

- Promoção de treinamento e de capacitação de recursos humanos para operacionalizar, de forma produtiva e eficaz, o elenco de atividades específicas na área de alimentação e nutrição.
- Regulamentação da contratação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos comercializadores de alimentos no *campus* (restaurantes, lanchonetes, ambulantes), por meio de editais;
- Realização de avaliações periódicas de saúde de servidores e estudantes;
- Realização exames admissionais e periódicos, de servidores da UFV e dos terceirizados, conforme preconizadas pela ANVISA;
- Instituição de uma comissão de elaboração e acompanhamento dos editais e funcionamento da cantina; restaurante universitário, restaurante privado, etc;
- Ampliação das condições de oferta de alimentação saudável;
- Fomento à aquisição, nos *campi*, de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, de assentamentos de reforma agrária e de cooperativas agrícolas.
- Proposta de um programa de boas práticas a ser adotado em todos os estabelecimentos que fornecem alimentação dentro dos *campi*.
- Acompanhamento do controle da água para consumo humano

3.2. PROMOVER PRÁTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS

3.2.1. PROPÓSITOS

- Promoção de ações intersetoriais, por meio de fóruns de Segurança e Soberania alimentar e nutricional.
- Inserção de estratégias de sensibilização e orientação à população ufeviana, para a adoção de hábitos alimentares saudáveis;
- Monitoramento das condições de alimentação dos trabalhadores que realizam suas refeições nos locais de trabalho;
- Adequação das condições de preparo dos alimentos nos alojamentos;

3.3. PREVENIR OS DISTÚRBIOS NUTRICIONAIS E DOENÇAS ASSOCIADAS À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

3.3.1. PROPÓSITOS

- Monitoramento da situação alimentar e nutricional;
- Estabelecimento de estratégias de orientação à prevenção de transtornos alimentares e de doenças carências e crônicas não-transmissíveis, tais como, anorexia e bulimia; anemia ferropriva e obesidade, cardiovasculares e diabetes melito, respectivamente; bem como à adoção de hábitos alimentares

apropriados por seus portadores, como forma de se evitar o agravamento destas patologias.

3.4. ASSESSORAR A EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA UFV

3.4.1. PROPÓSITOS

- Criação de um comitê de segurança alimentar e nutricional, que possa assessorar o conselho comunitário da UFV.
- Elaboração de metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações sobre a segurança alimentar e nutricional.
- Elaboração de estudos de prospecção para sinalizar o cenário da segurança alimentar e nutricional na UFV.

4. DIAGNÓSTICO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO

A explicitação das diretrizes desta Política de Alimentação e Nutrição na UFV, evidencia a necessidade da sistematização de um processo contínuo de acompanhamento e avaliação de sua implementação.

O monitoramento e a avaliação desta Política serão feitos por sistema constituído de instrumentos, metodologias e recursos capazes de aferir a realização progressiva do grau de implementação desta Política e o atendimento dos propósitos estabelecidos.

Além da avaliação de questões relativas ao impacto da política sobre alimentação e nutrição, buscar-se-á verificar a repercussão desta Política na saúde e na melhoria da qualidade de vida da população e, portanto, da concretização do direito humano neste contexto, dentro de uma visão sistêmica.

Deverão ser elaborados pelo respectivo comitê planos de ações anual, buscando atingir as diretrizes e explicitando os propósitos desta Política.

Com base nesses levantamentos, criar estratégias de educação alimentar e nutricional contínuas nos *Campi da UFV*

5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, 2012

LEI 11.346 de 15 de setembro de 2006 . Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

Equipe responsável pela elaboração da proposta:

- Duarte, F. L. M. - Nutricionista da Divisão de Alimentação da UFV
- Moraes, H. C. F.- Nutricionista da Divisão de Saúde da UFV
- Sant´Ana, L. F. R. - Departamento de Nutrição e Saúde da UFV
- Oliveira, M. C. F. O. - Departamento de Nutrição e Saúde da UFV
- Dantas, M. I. S. - Departamento de Nutrição e Saúde da UFV
- Priore, S. E. – Pró Reitoria de Assuntos Comunitários

Anexo F

CHAMADA PÚBLICA Nº. 01 / 2013

Chamada Pública nº 01/2013 para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, no art. 17 do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, e na Resolução GGPAА Nº 50, publicada no DOU de 26 de setembro de 2012.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) pessoa jurídica de direito público, com sede no Campus Universitário, s/nº, inscrita no CNPJ sob o nº 25.944.455/0001-96, representado neste ato pela Reitora, Nilda de Fátima Ferreira Soares, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.17 da Lei 12512/2011, Decreto 7.775/2012 e resolução nº 50/2012, através da Diretoria de Material (DMT), vem realizar Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento a Modalidade Compra Institucional do Programa De Aquisição de Alimentos, durante o período de **Fevereiro de 2014 a Maio de 2014**. Os agricultores familiares deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta de Venda no período de **26/12/2013 a 17/01/2014**, horário **08h às 11h e de 14h às 16h**, na Diretoria de Material - DMT.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a de aquisição de **Gêneros Alimentícios**, da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento à modalidade de compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos.

1.1.1 A descrição complementar do item encontra-se no tópico 3.2 deste documento.

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1 O item desta Chamada Pública visa atender, parcialmente, à necessidade do Campus de Viçosa da Universidade Federal de Viçosa, nos serviços prestados pelo Restaurante Universitário (RU).

3 DA ESPECIFICAÇÃO E DO QUANTITATIVO

3.1 Os quantitativos dos itens são os seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Total	Preço de Referência
1	Pó de Café	kg	100 kg	11,86
2	Feijão Vermelho	kg	400 kg	4,41
3	Banana Prata	kg	2112 kg	1,94

3.2 As especificações dos itens são as seguintes:

3.2.1 **Para o item 1 – Pó de Café:** Café 100% Arábica, tipo torrado, em pó, grão verdes com qualidade de bebida dura, pó com qualidade de bebida superior, embalado em sacos de polipropileno de 1 a 5 kg, inviolados, empacotados em fardos de 25 Kg envolvidos em papel pardo, em boas condições de armazenagem e com data de fabricação e validade (no máximo de 03 meses a partir da moagem) estampadas no rótulo de cada embalagem. É obrigatório constar ainda em cada embalagem: Nome do produtor, local da propriedade, data da moagem e a data de validade.

3.2.2 **Para o item 2 – Feijão Vermelho:** Feijão, tipo 1, vermelho, Safra nova, grãos inteiros, graúdos e sãos, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas e mistura de outras variedades e espécies. Embalado em sacos de plásticos resistente e transparente de 1 a 5 kg, com fardo de 25 kg, inviolado, em boas condições de armazenagem e com data de fabricação e validade (no máximo de 180dias) estampadas no rótulo de cada embalagem. É obrigatório constar ainda em cada embalagem: Nome do produtor, local da propriedade, data da colheita e a data de validade.

3.2.3 **Para o item 3 – Banana Prata:** Banana Prata extra, em pencas, frutos com aproximadamente 120g, com 60 a 70% de maturação, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente. Embalada em caixas vazadas de polipropileno.

4 DA ESTIMATIVA DA DESPESA E DO PREÇO

4.1 O valor máximo admitido para esta Chamada Pública é de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais), por DAP, por ano civil.

4.1.1 Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos nessa Chamada Pública, o Contratado poderá receber no máximo até os valores contidos no item 3.1, sendo: **Para o item 1 – Pó de Café:** no máximo R\$ 1.186,00 (um mil cento e oitenta e seis reais);

Para o item 2 – Feijão Vermelho: no máximo R\$ 1.764,00 (um mil setecentos e sessenta e quatro reais)

Para o item 3 – Banana Prata: no máximo R\$ 4.268,00 (quatro mil duzentos e sessenta e oito reais)

4.2 A definição dos preços observou o art. 5º da Resolução GGPAА N° 50, de 26/09/2012, *Caput*

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta Chamada Pública estão consignados no Plano de Trabalho UFV de 2014, (PTRES) 062010 mediante emissão de Nota de Empenho, no Elemento de Despesa: 339030 – Material de Consumo.

6 DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

6.1 As amostras serão solicitadas após a publicação da ordem classificatória, conforme item 15, nas datas definidas abaixo e deverá ser entregue no Restaurante Universitário (RU).

6.1.1 A amostras dos produtos deverão ser apresentadas nas seguintes condições:

6.1.1.1 Para o **item 1 – Pó de Café:** A amostra de 01 kg de grãos verdes e de 01 kg do produto Café em Pó deverá ser entregue no RU, campus da UFV, s/nº, Viçosa –MG, **em até 48 horas após a convocação**, para teste de características sensoriais e sanitárias recomendáveis, realizada em laboratório capacitado.

6.1.1.2 Para o **item 2 – Feijão Vermelho:** A amostra de 01 kg do produto **Feijão** deverá ser entregue no RU, campus da UFV, s/nº, Viçosa –MG, **em até 48 horas após a convocação**, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais poderão ser submetidas a testes de avaliação da qualidade química e biológica, realizada em laboratório capacitado.

6.1.1.2.1 Deverá ser entregue, uma amostra de 01 kg do produto (feijão) para teste de cocção no Restaurante Universitário da UFV. A amostra deverá estar cozida no tempo

inferior ou igual á 45 minutos. Serão observadas as características organolélicas (aparência, sabor, coloração e textura do caldo) após cocção.

6.2 O licitante deverá apresentar as amostras nas condições e especificações descritas nessa Chamada, e caso, a mesma não atenda às condições estabelecidas será o licitante desclassificado e o chamamento ocorrerá de forma subsequente.

6.3 Metodologia a ser empregada aos testes dos produtos:

6.3.1 Para o **item 1 – Pó de Café**: A análise de Café torrado e moído será realizada de acordo com as resoluções SAA 19 de 05/04/2010, SAA 30 e 31 de 22/06/2007 e a Instrução Normativa nº 06 de 22/02/2011 do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As análises serão realizadas por instituições de pesquisa especializada em qualidade de alimentos, a ser definida pela UFV.

6.3.1.1 A qualidade de bebida das amostras de grãos crus será determinada segundo padrões da Instrução Normativa nº 08, de 11/06/2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As análises serão realizadas por empresa que atestem qualidade de bebidas de grãos crus, a ser definida pela UFV.

6.3.2 Para o **item 2 – Feijão Vermelho**: O teste de amostra do feijão será realizada na cozinha experimental da Divisão de Alimentação (DAL). A metodologia utilizada é a escolha (catação) do feijão e cocção em panela de pressão por 45 (quarenta e cinco) minutos para verificação do ponto de cocção, características organolélicas (aparência, sabor, coloração e textura do caldo) e a pureza do produto.

6.3.2.1 O teste acontecerá logo após o recebimento das amostras na DAL e estará aberto ao licitante, caso queira, para acompanhar os procedimentos.

7 DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

7.1 O bem objeto desta Chamada Pública será entregue, conforme cronograma abaixo, no RU da UFV, em até 05 dias a partir do recebimento da nota de empenho.

a) item 1 – Pó de Café:

Data para entrega / Quantidade			
Fevereiro / 2014	Março / 2014	Abril / 2014	Mai / 2014
25 kg	25 kg	25 kg	25 kg

b) Item 2 – Feijão Vermelho:

Data para entrega / Quantidade			
Fevereiro / 2014	Março / 2014	Abril / 2014	Mai / 2014
100 kg	100 kg	100 kg	100 kg

c) Item 3 – Banana Prata:

Data para entrega / Quantidade			
Fevereiro / 2014	Março / 2014	Abril / 2014	Mai / 2014
528 kg	528 kg	528 kg	528 kg

7.2 O recebimento dos bens dar-se-á por intermédio dos respectivos representantes designados pela UFV.

7.3 O fornecimento dos produtos será uma vez por mês (parcela mensal), **preferencialmente aos sábados**, conforme item 7.1.

7.3.1 As datas para recebimento dos produtos serão estabelecidas pelo RU-UFV e comunicado previamente ao contratado para o devido aceite.

8 DAS CONDIÇÕES DO OBJETO NA DATA DE ENTREGA:

8.1 Para o item 1 – Pó de Café:

8.1.1 O produto deverá atender as descrições técnicas, especialmente quanto à grãos 100% Arábica verdes com qualidade de bebida dura e pó de qualidade superior e possuir prazo de validade mínima de 3 meses.

8.1.2 O produto deverá ser transportado em veículo apropriado, em compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade.

8.1.3 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

8.2 Para o item 2 – Feijão Vermelho:

8.2.1 O item deve estar, impreterivelmente, com a embalagem inviolada e em boas condições de armazenagem.

8.2.2 O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, conforme o cronograma.

8.3 Para o item 3 – Banana Prata:

8.3.1 O item deve estar em caixas vazadas de polipropileno em perfeita condição de higiene.

8.3.2 O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, conforme o cronograma.

8.3.3 O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene.

8.3.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

9 DEVERES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações da contratante:

9.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na Chamada Pública;

9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes na Chamada Pública e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.1.5 Efetuar pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na Chamada Pública.

9.2 A UFV não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à futura execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 DEVERES DA CONTRATADA

10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Chamada Pública, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da notificação enviada pelo órgão recebedor, o objeto com avarias ou defeitos ou fora da especificação;

10.5 Manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública.

11 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1 Será designado representante da UFV para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 A UFV poderá, após o recebimento do produto, fazer novas análises para verificação das características sensoriais e sanitárias recomendáveis.

12 DA DOCUMENTAÇÃO: Envelope nº 001- Habilitação

12.1 O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

12.2 O Grupo informal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação: a) Cadastro de Pessoa Física (CPF);

- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAF;
- c) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

12.3 A documentação deverá ser entregue até a data de 17/01/2014 juntamente com a documentação discriminada no item 13 desse Edital.

12.4 Os interessados deverão protocolar a documentação, em envelope, devidamente fechado e indevassável, no qual deverá constar na sua parte fronteira os dizeres:

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2013

ENVELOPE nº 001 – Documentação para Habilitação

PROPONENTE: (NOME / RAZÃO SOCIAL) CPF / CNPJ:

ENDEREÇO:

13 DA DOCUMENTAÇÃO: Envelope nº 002- Proposta de Venda

13.1 No envelope nº 002 segue a entrega da Proposta de Venda;

13.1.1 Deverá ser apresentada Proposta de venda, assinada e rubricada em todas as suas folhas, devendo conter os preços finais dos produtos, incluindo-se todos os custos de fretes, tributos e outros;

13.1.2 O Projeto de Venda deverá ser apresentado conforme formulário do Anexo I ou II, deste Edital, conforme o caso;

13.1.2.1 A proposta não poderá conter rasuras que afetem sua idoneidade e entendimento;

13.2 A documentação deverá ser entregue até a data de 17/01/2014 juntamente com a documentação discriminada no item 12 desse Edital.

13.3 Os interessados deverão protocolar a documentação, em envelope, devidamente fechado e indevassável, no qual deverá constar na sua parte fronteira os dizeres:

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2013

ENVELOPE nº 002 – Projeto de Venda

PROPONENTE: (NOME / RAZÃO SOCIAL) CPF / CNPJ:

ENDEREÇO:

14 CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

14.1 Serão utilizados os seguintes critérios de priorização para elaboração da lista classificatória dos agricultores familiares, e suas organizações, aptos a fornecerem produtos ao PAA, nessa ordem:

I– Agricultores familiares do Município;

I – Os assentados da Reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas ou quilombolas;

III– Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos;

IV- Grupos Formais sobre os Grupos Informais e estes sobre os Fornecedores Individuais;

V- Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

14.2 Na análise das propostas deve-se priorizar o fornecedor do âmbito local, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, conforme definidos no art. 5º. da Resolução Nº 50, de 26 de Setembro de 2012;

14.3 Em caso de persistir empate, será realizado sorteio;

14.4 Caso a Entidade Executora não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos de produtores e empreendedores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de grupos de produtores e empreendedores familiares. do território rural, do estado e do país, nesta ordem;

15 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1 As propostas serão classificadas considerando-se a ordenação **crecente dos valores por item (menor valor)**;

15.2 A ordem classificatória será publicada pela UFV em até 10 dias após a data final da entrega de documentação (17/01/2014) estabelecidas nos itens 12.3 e 13.2;

15.2 A ordem classificatória será publicada no endereço www.dmt.ufv.br.

16 DO CONTRATO E SUA VIGÊNCIA

16.1 Após a homologação da CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2013, o vencedor será convocado para a assinatura do contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

16.2 O Contrato terá vigência de 06 (seis) meses a partir de sua assinatura, podendo ser aditado, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as condições legais.

17. LOCAL E PERIODOCIDADE DE ENTREGA DO PRODUTO

17.1 O Gênero alimentício deverá ser entregue no Restaurante Universitário situado no Campus da UFV pelo período de **Fevereiro de 2014 a Maio de 2014**, na qual se atestará seu recebimento, conforme item 7.

17.2 A entrega de cada lote (parcela por item) solicitado no cronograma do item 7.1 deverá acontecer de uma só vez, e no total **por apenas um fornecedor**.

18 PAGAMENTO

18.1 O pagamento será realizado em até 10 dias após a entrega do mês, por meio de Ordem Bancária, mediante apresentação de documento fiscal, ou equivalente, devidamente atestado pelo contratante nos termos da legislação vigente, correspondente ao fornecimento efetuado, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 A presente Chamada pública poderá ser obtida na Unidade da EMATER-MG localizada na Vila Giannetti, casa 44, Campus Universitário/UFV, Viçosa-MG, ou através do endereço eletrônico www.dmt.ufv.br.

19.2 Para definição dos preços deverá observar o artigo 5º da resolução GGPAA 50; na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, poderá ter prioridade às propostas, de acordo com art. 7º, parágrafo 2º.

19.3 O objeto deverá atender ao disposto no item 3.

19.4 Nos casos de reprovação da amostra, todo o lote será recusado.

19.5 O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$8.000,00 (oito mil reais), por DAP por ano civil.

Viçosa, 03 de Dezembro de 2013

Restaurante Universitário

Registre-se e publique-se.

ANEXOS DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2013

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Agricultores informais/
Individuais.

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Grupos Formais.

Cronograma de execução da Chamada Pública

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Agricultores informais/
Individuais.

PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR					
Proposta de atendimento de chamada pública nº. 01 / 2013					
I – Identificação do Fornecedor					
1. Nome do Proponente					
2. Endereço			3. Município		4. CEP
5. N°. da DAP		6. CPF		7. DDD/Fone	
8. Banco		9. N°. da Agência		10. N° da Conta Corrente	
II – DETALHAMENTO DOS PRODUTOS, QUANTIDADES E VALORES					
1. item	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Vlr. Unitário	6. Vlr. Monetário
1					
2					
3					
4					
5					

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Grupos Formais.

PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR					
Proposta de atendimento de chamada pública nº. 01 / 2013					
1. Nome da Organização			2. CNPJ		
3. Endereço		4. Município		5. CEP	
6. Nome do Representante legal		7. CPF		8. DDD/Fone	
II – Fornecedores participantes					
1. Nome	2. CPF	3. N°. DAP	4. Banco	5. N°. Agência	6. N°. Conta Corrente
Agricultor 1					
Agricultor 2					
Agricultor 3					
III – Relação de Fornecedores e Produtos					
1. Nome Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Vlr Unitário	6. Vlr Monetário
Agricultor 1					
Agricultor 2					
Agricultor 3					
:					

Cronograma de execução da Chamada Pública 01/2013

Data	Descrição	Horário
26/12/2013	Publicação da Chamada Pública 01/2013	--
17/01/2014	Último dia para entrega de Documentação (envelopes 01 e 02)	Até às 16:00 hs
Até 27/01/2014	Publicação da Ordem Classificatória	
A partir de 27/01/2014	Convocação para apresentação das amostras e fornecimento dos produtos	

Anexo G

CHAMADA PÚBLICA Nº. 01 / 2014

Chamada Pública nº 01/2014 para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, no art. 17 do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, alterado pelo Decreto 8.293, de 12 de Agosto de 2014 e na Resolução GGPAА Nº 50, publicada no DOU de 26 de setembro de 2012, alterada pela Resolução Nº 64, publicada no DOU de 22 de novembro de 2013.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) pessoa jurídica de direito público, com sede no Campus Universitário, s/nº, inscrita no CNPJ sob o nº 25.944.455/0001-96, representado neste ato pela Reitora, N.F.F.S, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 17 da Lei 12512/2011, Decreto 7.775/2012 e resolução nº 50/2012, através da Diretoria de Material (DMT), vem realizar Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento a **Modalidade Compra Institucional** do Programa de Aquisição de Alimentos, durante o período de **novembro de 2014 a maio de 2015**. Os agricultores familiares deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta de Venda no **período do dia 26/09/2014 até o dia 08/10/2014, no horário de 08hs às 11hs e de 14hs às 16hs**, na Diretoria de Material - DMT.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de **Gêneros Alimentícios**, da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento à modalidade de compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos.

1.1.1 A descrição complementar do item encontra-se no tópico 3.2 deste documento.

2 DA JUSTIFICATIVA

2.1 O item desta Chamada Pública visa atender, parcialmente, à necessidade do Campus de Viçosa da Universidade Federal de Viçosa, nos serviços prestados pelo Restaurante Universitário (RU).

3 DA ESPECIFICAÇÃO E DO QUANTITATIVO

3.1 Os quantitativos dos itens são os seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Total	Preço de Referência
1	Pó de Café	Kg	300	14,45
2	Feijão Carioca	Kg	1.280	4,05
3	Banana Prata	Kg	2.500	2,39

3.2 As especificações dos itens são as seguintes:

3.2.1 Para o item 1 – Pó de Café: Café 100% Arábica, tipo torrado, em pó, grão verdes com

qualidade de bebida dura, pó com qualidade de bebida superior, embalado em sacos de polipropileno de 1 a 5 kg, inviolados, empacotados em fardos de 25 Kg envolvidos em papel

pardo, em boas condições de armazenagem e com data de fabricação e validade (no máximo de 03 meses a partir da moagem) estampadas no rótulo de cada embalagem. É obrigatório constar ainda em cada embalagem: Nome do produtor, local da propriedade, data da moagem e a data de validade.

3.2.2 Para o item 2 – Feijão Carioca: Feijão, tipo 1, carioquinha. Safra nova, grãos inteiros,

grãos e sãos, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou

parasitas e mistura de outras variedades e espécies. Embalado em sacos de plásticos resistente e transparente de 1 a 5 kg, com fardo de 25 kg, inviolado, em boas condições de armazenagem e com data de fabricação e validade (no máximo de 180 dias) estampadas no rótulo de cada embalagem. É obrigatório constar ainda em cada embalagem: Nome do produtor, local da propriedade, data da colheita e a data de validade.

3.2.3 Para o item 3 – Banana Prata: Banana Prata extra, em pencas, frutos com aproximadamente 120g, com 60 a 70% de maturação, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente. Embalada em caixas vazadas de polipropileno.

4 DA ESTIMATIVA DA DESPESA E DO PREÇO

4.1 O valor máximo admitido para esta Chamada Pública é de R\$ **15.494,00 (quinze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais);**

4.1.1 Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos nessa Chamada

Pública, o Contratado poderá receber no máximo até os valores contidos no item 3.1, definidos assim:

- **Para o item 1 – Pó de Café:** no máximo R\$ 4.335 (quatro mil, trezentos e trinta e cinco reais);
- **Para o item 2 – Feijão Carioca:** no máximo R\$ 5.184,00 (cinco mil cento e oitenta e quatro reais);
- **Para o item 3 – Banana Prata:** no máximo R\$ 5.975,00 (cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais)

4.2 A definição dos preços observou o art. 5º da Resolução GGPA N° 50, de 26/09/2012, *Caput*;

4.3 O limite de venda por agricultor familiar (DAP Pessoa Física) é de R\$ 20.000,00, por ano, independente de já fornecerem a outras modalidades do PAA ou PNAE.

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta Chamada Pública estão consignados no Plano de Trabalho UFV de 2014, (PTRES) 062010 mediante emissão de Nota de Empenho, no Elemento de Despesa: 339030 – Material de Consumo.

6 DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

6.1 As amostras serão solicitadas após a publicação da ordem classificatória, conforme item 15, nas datas definidas abaixo e deverá ser entregue no Restaurante Universitário (RU).

6.1.1 A amostras dos produtos deverão ser apresentadas nas seguintes condições:

6.1.1.1 Para o **item 1 – Pó de Café**: A amostra de 01 kg de grãos verdes e de 01 kg do produto Café em Pó deverá ser entregue no RU, campus da UFV, s/nº, Viçosa –MG, em **até 48 horas após a convocação**, para teste de características sensoriais e sanitárias recomendáveis, realizada em laboratório capacitado.

6.1.1.2 Para o **item 2 – Feijão Carioca**: A amostra de 01 kg do produto **Feijão** deverá ser entregue no RU, campus da UFV, s/nº, Viçosa –MG, em **até 48 horas após a convocação**, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais poderão ser submetidas a testes de avaliação da qualidade química e biológica, realizada em laboratório capacitado.

6.1.1.2.1 Deverá ser entregue uma amostra de 01 kg do produto (feijão) para teste de cocção no Restaurante Universitário da UFV. A amostra deverá estar cozida no tempo inferior ou igual á 45 minutos. Serão observadas as características organoléticas (aparência, sabor, coloração e textura do caldo) após cocção.

6.2 O licitante deverá apresentar as amostras nas condições e especificações descritas nessa Chamada, e caso, a mesma não atenda às condições estabelecidas será o licitante desclassificado e o chamamento ocorrerá de forma subsequente.

6.3 Metodologia a ser empregada aos testes dos produtos:

6.3.1 Para o **item 1 – Pó de Café**: A análise de Café torrado e moído será realizada de acordo com as resoluções SAA 19 de 05/04/2010, SAA 30 e 31 de 22/06/2007 e a Instrução Normativa nº 06 de 22/02/2011 do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As análises serão realizadas por instituições de pesquisa especializada em qualidade de alimentos, a ser definida pela UFV;

6.3.1.1 A qualidade de bebida das amostras de grãos crus será determinada segundo padrões da Instrução Normativa nº 08, de 11/06/2003 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As análises serão realizadas por empresa que atestem qualidade de bebidas de grãos crus, a ser definida pela UFV.

6.3.2 Para o **item 2 – Feijão Carioca**: O teste de amostra do feijão será realizada na cozinha experimental da Divisão de Alimentação (DAL). A metodologia utilizada é a escolha (catação) do feijão e cocção em panela de pressão por 45 (quarenta e cinco) minutos para verificação do ponto

de cocção, características organoléticas (aparência, sabor, coloração e textura do caldo) e a pureza do produto.

6.3.2.1 O teste acontecerá logo após o recebimento das amostras na DAL e estará aberto ao licitante, caso queira, para acompanhar os procedimentos.

7 DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

7.1 O bem objeto desta Chamada Pública será entregue, conforme cronograma abaixo, no RU da UFV, em até 05 (cinco) dias a partir do recebimento da nota de empenho.

a) item 1 – Pó de Café:

Data para entrega / Quantidade									
Novembro / 2014		Dezembro / 2014		Março / 2015		Abril / 2015		Maio / 2015	
01.11.14	15Kg	06.12.14	15kg	07.03.15	15Kg	04.04.15	15Kg	09.05.15	15Kg
08.11.14	15Kg	---	---	08.03.15	15Kg	05.04.15	15Kg	16.05.15	15Kg
15.11.14	15Kg	---	---	14.03.15	15Kg	11.04.15	15Kg	23.05.15	15Kg
22.11.14	15Kg	---	---	15.03.15	15Kg	---	---	30.05.15	15Kg
29.11.14	15Kg	---	---	21.03.15	15Kg	---	---	---	---
---	---	---	---	22.03.15	15Kg	---	---	---	---
---	---	---	---	28.03.15	15Kg	---	---	---	---

b) Item 2 – Feijão Carioca:

Data para entrega / Quantidade									
Novembro / 2014		Dezembro / 2014		Março / 2015		Abril / 2015		Maio / 2015	
01.11.14	80Kg	06.12.14	80Kg	07.03.15	80Kg	04.04.15	80Kg	09.05.15	80Kg
08.11.14	80Kg	---	---	14.03.15	80Kg	11.04.15	80Kg	16.05.15	80Kg
15.11.14	80Kg	---	---	21.03.15	80Kg	18.04.15	80Kg	---	---
22.11.14	80Kg	---	---	28.03.14	80Kg	25.04.15	80Kg	---	---
29.11.14	80Kg	---	---	---	---	---	---	---	---

b) Item 3 – Banana prata:

Data para entrega / Quantidade									
Novembro / 2014		Dezembro / 2014		Março / 2015		Abril / 2015		Maio / 2015	
08.11.14	500Kg	13.12.14	500Kg	07.03.15	500Kg	---	---	---	---
22.11.14	500Kg	---	---	21.03.15	500Kg	---	---	---	---

7.2 O recebimento dos bens dar-se-á por intermédio dos respectivos representantes designados pela UFV;

7.3 O fornecimento dos produtos será conforme cronograma descrito no item 7.1 e ocorrerá preferencialmente aos sábados, de acordo com o responsável designado, pela UFV, para recebimento dos produtos.

7.3.1 As datas para recebimentos dos produtos são estabelecidas pelo RU-UFV, e caso, por motivo justificado, houver alteração nas datas, a mesma será previamente comunicada ao contratado para o devido aceite e prosseguimento do fornecimento.

8 DAS CONDIÇÕES DO OBJETO NA DATA DE ENTREGA:

8.1 Para o item 1 – Pó de Café:

8.1.1 O produto deverá atender as descrições técnicas, especialmente quanto à grãos 100% Arábica verdes com qualidade de bebida dura e pó de qualidade superior e possuir prazo de validade mínima de 3 meses.

8.1.2 O produto deverá ser transportado em veículo apropriado, em compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade.

8.1.3 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

8.2 Para o item 2 – Feijão Carioca:

8.2.1 O item deve estar, impreterivelmente, com a embalagem inviolada e em boas condições de armazenagem.

8.2.2 O item deverá ser entregue de acordo com o estabelecido no item 7.1, conforme o cronograma.

8.3 Para o item 3 – Banana Prata:

8.3.1 O item deve estar em caixas vazadas de polipropileno em perfeita condição de higiene. 8.3.2 O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, conforme o cronograma. 8.3.3 O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene. 8.3.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

9 DEVERES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações da contratante:

9.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na Chamada Pública;

9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes na Chamada Pública e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

9.1.5 Efetuar pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na Chamada Pública.

9.2 A UFV não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à futura execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 DEVERES DA CONTRATADA

10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Chamada Pública, no contrato firmado entre as partes e na sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Chamada Pública, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da notificação enviada pelo órgão recebedor, o objeto com avarias ou defeitos ou fora da especificação;

10.5 Manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Chamada Pública.

11 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1 Será designado representante da UFV para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.3 A UFV poderá, após o recebimento do produto, fazer novas análises para verificação das características sensoriais e sanitárias recomendáveis.

12 DA DOCUMENTAÇÃO: Envelope nº 001- Habilitação

12.1 O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

12.2 O Grupo informal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAF;
- c) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

12.3 A documentação deverá ser entregue até a data de **08/10/2014** juntamente com a documentação discriminada no item 13 desse Edital;

12.4 Os interessados deverão protocolar a documentação, em envelope, devidamente fechado e indevassável, no qual deverá constar na sua parte fronteira os dizeres:

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014

ENVELOPE nº 001 – Documentação para Habilitação

PROPONENTE: (NOME / RAZÃO SOCIAL) CPF / CNPJ:

ENDEREÇO:

12.5 Para fins dessa Chamada, consideram-se:

12.5.1 Grupo Formal: Organizações fornecedoras – Cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como Pessoa Jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão, DAP Especial - Pessoa Jurídica;

12.5.2 Grupo Informal: Beneficiários fornecedores – Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidade indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

13 DA DOCUMENTAÇÃO: Envelope nº 002- Proposta de Venda

13.1 No envelope nº 002 segue a entrega da Proposta de Venda;

13.1.1 Deverá ser apresentada Proposta de venda, assinada e rubricada em todas as suas folhas, devendo conter os preços finais dos produtos, incluindo-se todos os custos de fretes, tributos e outras despesas inerentes ao fornecimento e execução do objeto;

13.1.2 O Projeto de Venda deverá ser apresentado conforme formulário do Anexo I ou II, deste Edital;

13.1.2.1 A proposta não poderá conter rasuras que afetem sua idoneidade e entendimento;

13.2 A documentação deverá ser entregue até a data de **08/10/2014** juntamente com a documentação discriminada no item 12 desse Edital;

13.3 Os interessados deverão protocolar a documentação, em envelope, devidamente fechado e indevassável, no qual deverá constar na sua parte fronteira os dizeres:

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014

ENVELOPE nº 002 – Projeto de Venda

PROPONENTE: (NOME / RAZÃO SOCIAL) CPF / CNPJ:

ENDEREÇO:

14 CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

14.1 Serão utilizados os seguintes critérios de priorização para elaboração da lista classificatória dos agricultores familiares, e suas organizações, aptos a fornecerem produtos ao PAA, nessa ordem:

I– Agricultores familiares do Município;

II– Os assentados da Reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas ou quilombolas;

III– Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos; IV- Grupos Formais sobre os Grupos Informais e estes sobre os Fornecedores Individuais;

V- Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores

familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

14.2 Na análise das propostas deve-se priorizar o fornecedor do âmbito local, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, conforme definidos no art. 5º. da Resolução Nº 50, de 26 de Setembro de 2012;

14.3 Em caso de persistir empate, será realizado sorteio;

14.4 Caso a Entidade Executora não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos de produtores e empreendedores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de grupos de produtores e empreendedores familiares do território rural, do estado e do país, nesta ordem.

15 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1 As propostas serão classificadas considerando-se a ordenação crescente dos valores por item (menor para o maior) prevalecendo, para efeitos dessa Chamada, o de **menor valor**.

15.2 A ordem classificatória será publicada pela UFV em até 02 (dois) dias após a data final da entrega de documentação (08/10/2014) estabelecidas nos itens 12.3 e 13.2;

15.3 A ordem classificatória será publicada no endereço www.dmt@ufv.br

16 DO CONTRATO E SUA VIGÊNCIA

16.1 Após a homologação da CHAMADA PÚBLICA N° 01/2014, o vencedor será convocado para a assinatura do contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Compra Institucional;

16.2 O Contrato terá vigência de 07 (sete) meses a partir de sua assinatura, podendo ser aditado, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as condições legais.

17. LOCAL E PERIODOCIDADE DE ENTREGA DO PRODUTO

17.1 O Gênero alimentício deverá ser entregue no Restaurante Universitário situado no Campus da UFV pelo período de **novembro de 2014 a maio de 2015**, na qual se atestará seu recebimento;

17.2 A entrega de cada lote solicitado no cronograma do item 7.1 deverá acontecer em apenas 01 (UMA) parcela, **por apenas um fornecedor**.

18 PAGAMENTO

18.1 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a respectiva entrega do produto, por meio de Ordem Bancária, mediante apresentação de documento fiscal, ou equivalente, devidamente atestado pelo contratante nos termos da legislação vigente, correspondente ao fornecimento efetuado, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 A presente Chamada pública poderá ser obtida na Unidade da EMATER-MG, localizada na Vila Giannetti, casa 44, Campus Universitário/UFV, Viçosa-MG, ou através do endereço eletrônico www.dmt.ufv.br;

19.2 Para definição dos preços deverá ser observado o artigo 5º da resolução GGPAA 50; na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, poderá ter prioridade às propostas, de acordo com art. 7º, parágrafo 2º, do mesmo dispositivo;

19.3 O objeto deverá atender ao disposto no item 3.1 e 3.2;

19.4 Nos casos de reprovação da amostra, todo o lote será recusado;

19.5 O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000 (vinte mil reais), por DAP, por ano civil.

20 ANEXOS DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 01/2014

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Grupos informais/Agricultores individuais;

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Grupos Formais;

Cronograma de execução da Chamada Pública

Viçosa, 16 de Setembro de 2014.

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Grupos informais/Agricultores individuais;

PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR					
Proposta de atendimento de chamada pública nº. 01 / 2014					
I – Identificação do Fornecedor					
1. Nome do Proponente					
2. Endereço			3. Município		4. CEP
5. N°. da DAP		6. CPF		7. DDD/Fone	
8. Banco		9. N°. da Agência		10. N° da Conta Corrente	
11. E-mail (caso tenha):					
II – DETALHAMENTO DOS PRODUTOS, QUANTIDADES E VALORES					
1. item	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5 Vlr. Unitário	6.Vlr. Total
1					
2					
3					
4					
5					

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Grupos Formais;

PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR					
Proposta de atendimento de chamada pública nº. 01 / 2014					
1. Nome da Organização			2. CNPJ		
3. Endereço		4. Município		5. CEP	
6. Nome do Representante legal		7. CPF		8. DDD/Fone	
9. E-mail (caso tenha):			10. N° da Conta Corrente		
I – Fornecedores participantes					
1. Nome	2. CPF	3. N°. DAP	4. Banco	5. N°. Agência	6. N°. Conta Corrente
Agricultor 1					
Agricultor 2					
Agricultor 3					
:					
II – Relação de Fornecedores e Produtos					
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Vlr Unitário	6. Vlr Total
Agricultor 1					
Agricultor 2					
Agricultor 3					
:					

Cronograma de execução da Chamada Pública 01/2014

Data	Descrição	Horário
26.09.14	Publicação da Chamada Pública 01/2014	
08.10.14	Último dia para entrega da documentação (envelopes 01 e 02)	Até às 16 hs
09 a 10.10.14	Classificação e divulgação da Ordem classificatória preliminar	
13 a 15.10.14	Apresentação das amostras dos produtos	
16 a 23.10.14	Análise e resultado das amostras dos produtos	
24 a 31.10.14	Divulgação da Classificação final e convocação para assinatura do contrato.	

Obs: As datas acima estabelecidas estão sujeitas à alterações.



MINUTA DE CONTRATO

Contrato de Fornecimento que entre si celebram a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA** e a empresa _____, nos termos a seguir expostos:

Pelo presente instrumento, de um lado a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**, fundação educacional instituída pelo Poder Público Federal, com sede em Viçosa, MG, "Campus" Universitário, inscrita no CNPJ sob o nº 25.944.455/0001-96, aqui designada simplesmente **UNIVERSIDADE**, neste ato representada por sua Magnífica Reitora, Profª Nilda de Fátima Ferreira Soares, e, de outro lado a empresa _____, sediada à _____, CEP _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta do **Processo nº 012432/2014 - Chamada Pública 01/2014**, e de acordo com o disposto Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, no art. 17 do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, alterado pelo Decreto 8.293, de 12 de Agosto de 2014 e na Resolução GGPAA Nº 50, publicada no DOU de 26 de setembro de 2012, alterada pela Resolução Nº 64, publicada no DOU de 22 de novembro de 2013, e pelas demais normas que dispõem sobre a matéria, resolvem celebrar este Contrato, mediante as condições transformadas nas Cláusulas a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é o fornecimento de **Gêneros Alimentícios**, da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento à modalidade de compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos.

1.1.1 A descrição complementar do item encontra-se no tópico 3.2 da Chamada Pública nº 01/2014..

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO E DO QUANTITATIVO

2.1 Os quantitativos dos itens são os seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Total	Preço de Referência
1	Pó de Café	Kg	300	
2	Feijão Carioca	Kg	1.280	
3	Banana Prata	Kg	2.500	

2.2 As especificações dos itens são as seguintes:

2.2.1 **Para o item 1 – Pó de Café:** Café 100% Arábica, tipo torrado, em pó, grão verdes com qualidade de bebida dura, pó com qualidade de bebida superior, embalado em sacos de polipropileno de 1 a 5 kg, inviolados, empacotados em fardos de 25 Kg envolvidos em papel pardo, em boas condições de armazenagem e com data de fabricação e validade (no máximo de 03 meses a partir da moagem) estampadas no rótulo de cada embalagem. É obrigatório constar ainda em cada embalagem: Nome do produtor, local da propriedade, data da moagem e a data de validade.

2.2.2 **Para o item 2 – Feijão Carioca:** Feijão, tipo 1, carioquinha. Safra nova, grãos inteiros, graúdos e sãos, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas e mistura de outras variedades e espécies. Embalado em sacos de plásticos resistente e transparente de 1 a 5 kg, com fardo de 25 kg, inviolado, em boas condições de armazenagem e com data de fabricação e validade (no máximo de 180dias) estampadas no rótulo de cada embalagem. É obrigatório constar ainda em cada embalagem: Nome do produtor, local da propriedade, data da colheita e a data de validade.

2.2.3 **Para o item 3 – Banana Prata:** Banana Prata extra, em pencas, frutos com aproximadamente 120g, com 60 a 70% de maturação, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, de colheita recente. Embalada em caixas vazadas de polipropileno.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1. A vigência deste contrato será até o dia 31 de dezembro de 2014, a contar da data de assinatura do mesmo.

3.2. Para garantir o pagamento referente ao fornecimento dos produtos, foi emitida a Nota de Empenho nº _____, de ____/____/____, no valor de R\$ _____, Elemento de Despesa nº _____, Programa de Trabalho nº _____, Fonte nº _____.

3.3. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após a aferição do cumprimento da entrega do serviço contratado e da respectiva documentação fiscal, condicionada, ainda, à adimplência fiscal do contratado, verificada em relatório obtida por consulta direta ao SICAF.

3.3.1. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para a **UNIVERSIDADE** (artigo 55, inciso XIII da lei nº 8.666/93 em conjunto com item § 1º do art. 3º da IN/SLTI/MPOG nº 02 de 11 de Outubro de 2010);

3.4. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **UNIVERSIDADE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

3.5. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade

superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

3.6. A data efetiva de pagamento é aquela em que se efetivar a entrega da Ordem Bancária ao agente financeiro da **UNIVERSIDADE**, cumpridas as determinações da Inst. Normativa STN/04/2004.

3.7. Em cumprimento à Lei nº 10.833, de 29/12/2003 a **UNIVERSIDADE** reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

3.8. A **CONTRATADA** deverá apresentar a nota fiscal contendo o mesmo CNPJ do empenho para efeito de pagamento.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

4.1 O bem objeto deste contrato será entregue, conforme cronograma abaixo, no RU da **UNIVERSIDADE**, em até 05 (cinco) dias a partir do recebimento da nota de empenho.

a) item 1 – Pó de Cafe:

Data para entrega / Quantidade									
Novembro / 2014		Dezembro / 2014		Março / 2015		Abril / 2015		Maio / 2015	
01.11.14	15Kg	06.12.14	15kg	07.03.15	15Kg	04.04.15	15Kg	09.05.15	15Kg
08.11.14	15Kg	---	---	08.03.15	15Kg	05.04.15	15Kg	16.05.15	15Kg
15.11.14	15Kg	---	---	14.03.15	15Kg	11.04.15	15Kg	23.05.15	15Kg
22.11.14	15Kg	---	---	15.03.15	15Kg	---	---	30.05.15	15Kg
29.11.14	15Kg	---	---	21.03.15	15Kg	---	---	---	---
---	---	---	---	22.03.15	15Kg	---	---	---	---
---	---	---	---	28.03.15	15Kg	---	---	---	---

b) Item 2 – Feijão Carioca:

Data para entrega / Quantidade									
Novembro / 2014		Dezembro / 2014		Março / 2015		Abril / 2015		Maio / 2015	
01.11.14	80Kg	06.12.14	80Kg	07.03.15	80Kg	04.04.15	80Kg	09.05.15	80Kg
08.11.14	80Kg	---	---	14.03.15	80Kg	11.04.15	80Kg	16.05.15	80Kg
15.11.14	80Kg	---	---	21.03.15	80Kg	18.04.15	80Kg	---	---
22.11.14	80Kg	---	---	28.03.14	80Kg	25.04.15	80Kg	---	---
29.11.14	80Kg	---	---	---	---	---	---	---	---

c) Item 3 – Banana Prata:

Data para entrega / Quantidade									
Novembro / 2014		Dezembro / 2014		Março / 2015		Abril / 2015		Maio / 2015	
08.11.14	500Kg	13.12.14	500Kg	07.03.15	500Kg	---	---	---	---
22.11.14	500Kg	---	---	21.03.15	500Kg	---	---	---	---

4.2 O recebimento dos bens dar-se-á por intermédio dos respectivos representantes designados pela UFV;

4.3 O fornecimento dos produtos será conforme cronograma descrito no item 7.1 e ocorrerá preferencialmente aos sábados, de acordo com o responsável designado, pela **UNIVERSIDADE**, para recebimento dos produtos.

4.3.1 As datas para recebimentos dos produtos são estabelecidas pelo RU da **UNIVERSIDADE**, e caso, por motivo justificado, houver alteração nas datas, a mesma será previamente comunicada ao contratado para o devido aceite e prosseguimento do fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DO OBJETO NA DATA DE ENTREGA:

5.1 Para o item 1 – Pó de Café:

5.1.1 O produto deverá atender as descrições técnicas, especialmente quanto à grãos 100% Arábica verdes com qualidade de bebida dura e pó de qualidade superior e possuir prazo de validade mínima de 3 meses.

5.1.2 O produto deverá ser transportado em veículo apropriado, em compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade.

5.1.3 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

5.2 Para o item 2 – Feijão Carioca:

5.2.1 O item deve estar, impreterivelmente, com a embalagem inviolada e em boas condições de armazenagem.

5.2.2 O item deverá ser entregue de acordo com o estabelecido no item 7.1, conforme o cronograma.

5.3 Para o item 3 – Banana Prata:

5.3.1 O item deve estar em caixas vazadas de polipropileno em perfeita condição de higiene.

5.3.2 O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, conforme o cronograma.

5.3.3 O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene.

5.3.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA UNIVERSIDADE

6.1 São obrigações da UNIVERSIDADE:

6.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na Chamada Pública;

6.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes na Chamada Pública e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3 Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou

irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através de servidor especialmente designado;

6.1.5 Efetuar pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na Chamada Pública.

6.2 A UFV não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à futura execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DEVERES DA CONTRATADA

7.1 A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, no contrato firmado entre as partes e na sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Chamada Pública, acompanhado da respectiva nota fiscal;

7.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da notificação enviada pelo órgão recebedor, o objeto com avarias ou defeitos ou fora da especificação;

7.5 Manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

8.1 Será designado representante da **UNIVERSIDADE** para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.3 A **UNIVERSIDADE** poderá, após o recebimento do produto, fazer novas análises para verificação das características sensoriais e sanitárias recomendáveis.

CLÁUSULA NONA – DA RESOLUÇÃO E DA DENÚNCIA

9.1. O presente contrato resolver-se-á, de pleno direito independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial pelo descumprimento pela **CONTRATADA** de uma ou mais cláusulas ou condições pactuadas, ou de dispositivos de lei ao mesmo aplicáveis.

9.2. A **UNIVERSIDADE**, por razões de interesse público, poderá, a qualquer tempo, denunciar unilateralmente o presente contrato.

9.3. O exercício do direito de denúncia pela **UNIVERSIDADE** obrigará ao pagamento exclusivo dos produtos efetivamente entregues pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Com fundamento no artigo 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar

e contratar com a União, e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Universidade Federal de Viçosa, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste edital, a licitante que:

10.1.1. Se recusar a assinar o termo do contrato dentro do prazo estabelecido no subitem 16.2 deste edital;

10.1.2. deixar de entregar documentação exigida no edital;

10.1.3. apresentar documentação falsa;

10.1.4. ensejar o retardamento da execução do seu objeto;

10.1.5. Não mantiver a proposta;

10.1.6. falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.8. fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

10.2. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **UNIVERSIDADE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as sanções fixadas a seguir, sem prejuízo de outras previstas em lei:

10.2.1. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor da contratação, por dia de atraso de sua execução;

10.2.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor da contratação, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;

10.2.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação ali pactuada;

10.3. A sanção de advertência pode ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente com a de multa.

10.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, vem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela **UNIVERSIDADE**, a **CONTRATADA** ficará isenta das penalidades mencionadas no Edital.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e de contratar com a União, a licitante também será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR E DO FORO

11.1. Atribui-se ao presente contrato o valor de R\$ _____.

11.2. O Foro competente para conhecimento e solução das questões derivadas deste Contrato, é o da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Viçosa - MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo firmadas.

Viçosa, _____ de _____ de _____.

REITORA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
Nome: _____
CPF: _____

2) _____
Nome: _____
CPF: _____

Anexo H

CHAMADA PÚBLICA Nº. 01 / 2015

Chamada Pública nº 01/2015 para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, no art. 17 do Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, alterado pelo Decreto 8.293, de 12 de Agosto de 2014 e na Resolução GGPAА Nº 50, publicada no DOU de 26 de setembro de 2012, alterada pela Resolução Nº 64, publicada no DOU de 22 de novembro de 2013.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) pessoa jurídica de direito público, com sede no Campus Universitário, s/nº, inscrita no CNPJ sob o nº 25.944.455/0001-96, representado neste ato pela Reitora, Nilda de Fátima Ferreira Soares, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 17 da Lei 12512/2011, Decreto 7.775/2012 e resolução nº 50/2012, através da Diretoria de Material (DMT), vem realizar Chamada Pública para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa de Aquisição de Alimentos, Modalidade Compra Institucional, durante o período **de maio a dezembro de 2015**. Os agricultores familiares deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta de Venda no **período de 23/03/2015 a 01/04/2015, no horário de 08hs às 11hs e de 14hs às 16hs**, na Diretoria de Material - DMT.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de **Gêneros Alimentícios**, da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento à modalidade de compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos;

1.2 Os itens desta Chamada Pública visam atender, parcialmente, às necessidades da Universidade Federal de Viçosa, Campus Viçosa, nos serviços prestados pelo Restaurante Universitário (RU);

1.3 A descrição complementar dos itens encontram-se no tópico 3.2 deste Edital.

2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar da modalidade de Compra Institucional, os beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras, definidos na forma do art. 4º do Decreto 7.775, de 04 de Julho de 2012.

2.2 Para os fins dessa Chamada, concomitante ao item 2.1, consideram-se:

2.2.1 Beneficiários fornecedores: público apto a fornecer alimentos ao PAA, quais sejam, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidade indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

2.2.1.1 A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou por outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

2.2.2 Organizações Fornecedoras: Cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como Pessoa Jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão, DAP Especial - Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos por resolução do GGPA.

3 DA ESPECIFICAÇÃO E DO QUANTITATIVO

3.1 Os itens e seus quantitativos são os seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Total	Preço de Ref. (R\$)
1	Feijão Carioca	Kg	4.750	4,31
2	Café em Pó	Kg	980	16,50
3	Tangerina Ponkan	Kg	2.260	2,38
4	Banana Prata	Kg	3.000	2,51
5	Feijão Vermelho	Kg	2.250	5,76
6	Moranga Híbrida	Kg	360	1,35

3.2 As especificações dos itens são as seguintes: 3.2.1 **Para o item 1 – Feijão Carioca:** Feijão, tipo 1, carioquinha. Safra nova, grãos inteiros, graúdos e são, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas e mistura de outras variedades e espécies. Embalado em sacos de plásticos resistente e transparente de 1 a 5 kg, com fardo de 25 kg, inviolado, em boas condições de armazenagem e com data de fabricação e validade (no máximo de 180 dias) estampadas no rótulo de cada embalagem. É obrigatório constar ainda em cada embalagem: Nome do produtor, local da propriedade, data da colheita e a data de validade.

3.2.1.1 A entrega deverá acontecer em 05 (cinco) parcelas, conforme item 7.1 (letra “a”) e de acordo com a solicitação da Divisão de Alimentação, nos Termos desta Chamada Pública.

3.2.2 **Para o item 2 – Café em Pó:** Café 100% Arábica, tipo torrado, em pó, grão verdes com qualidade de bebida dura, pó com qualidade de bebida superior, embalado em sacos de polipropileno de 1 a 5 kg, inviolados, empacotados em fardos de 25 Kg envolvidos em papelpardo, em boas condições de armazenagem e com data de fabricação e validade (no máximo de 03 meses a partir da moagem) estampadas no rótulo de cada embalagem. É obrigatório constar ainda em cada embalagem: Nome do produtor, local da propriedade, data da moagem e a data de validade.

3.2.2.1 A entrega deverá acontecer em 07 (sete) parcelas, conforme item 7.1 (letra “b”) e de acordo com a solicitação da Divisão de Alimentação, nos termos desta Chamada Pública.

3.2.3 **Para o item 3 – Tangerina Ponkan:** FRUTA IN NATURA, TIPO TANGERINA, PONKAN De 1ª (primeira) qualidade. Fruta in natura, madura, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie. Uniformes, sem ferimentos ou defeitos graves. Peso médio do fruto de cerca de 90 a 120 g.

3.2.3.1 A entrega deverá acontecer em 02 (duas) parcelas iguais, conforme item 7.1 (letra “c”), nos termos desta Chamada Pública.

3.2.4 **Para o item 4 – Banana Prata:** Banana Prata extra, em pencas, frutos com aproximadamente 120g, com 60 a 70% de maturação, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, isenta de enfermidades, parasitas e larvas, material terroso e sujidades, sem danos físicos e mecânicos oriundos

do manuseio e transporte, de colheita recente. Embalada em caixas vazadas de polipropileno.

3.2.4.1 A entrega deverá acontecer em 06 (seis) parcelas iguais, conforme item 7.1 (letra “d”), nos termos desta Chamada Pública.

3.2.5 **Para o item 5 – Feijão Vermelho:** FEIJÃO VERMELHO, TIPO 1, CLASSE VERMELHO, VALIDADE (EMPACOTADO) 180 DIAS F. Safra nova, grãos inteiros, graúdos e sãos, aspecto brilhoso, liso, isento de material terroso, sujidades, pedras, fungos ou parasitas e mistura de outras variedades e espécies. Embalado em sacos plásticos resistente e transparente de 1 a 5 Kg, com fardo de 25 kg, inviolado, em boas condições de armazenagem e com data de fabricação e validade no máximo de 180 dias estampadas no rótulo de cada embalagem. É obrigatório constar ainda em cada embalagem : Nome do Produtor, Local da Propriedade, Data da Colheita e Data de Validade.

3.2.5.1 A entrega deverá acontecer em 03 (três) parcelas, conforme item 7.1 (letra “e”) e de acordo com a solicitação da Divisão de Alimentação, nos termos desta Chamada Pública.

3.2.6 **Para o item 6 – Moranga Híbrida:** LEGUME IN NATURA, ESPÉCIE MORANGA. Híbrida, de 1ª qualidade, fresca, nova, em bom estado de conservação, sem umidade. Tamanho médio e coloração uniformes isenta de enfermidades e material terroso ou pragas. Sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio, transporte ou ataque de pragas. Sem deterioração. Saco aproximadamente com 20 kg.

3.2.6.1 A entrega deverá acontecer em 02 (duas) parcelas iguais, conforme item 7.1 (letra “f”), nos termos desta Chamada Pública.

4 DA ESTIMATIVA DA DESPESA E DO PREÇO

4.1 O valor máximo global admitido para esta Chamada Pública é de **R\$ 60.981,05** (sessenta mil, novecentos e oitenta e um reais e cinco centavos).

4.1.1 Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos nessa Chamada Pública, o Contratado poderá receber no máximo até os valores abaixo, definidos assim:

- **Para o item 1 – Feijão Carioca:** no máximo **R\$ 20.472,25** (vinte mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e cinco centavos);
- **Para o item 2 – Café em Pó:** no máximo **R\$ 16.170,00** (dezesesseis mil cento e setenta reais);
- **Para o item 3 – Tangerina Ponkan:** no máximo **R\$ 5.378,80** (cinco mil, trezentos e setenta e oito reais e oitenta centavos);
- **Para o item 4 – Banana Prata:** no máximo **R\$ 7.530,00** (sete mil, quinhentos e trinta reais);
- **Para o item 5 – Feijão Vermelho:** no máximo **R\$ 10.944,00** (dez mil, novecentos e quarenta e quatro reais);
- **Para o item 6 – Moranga Híbrida:** no máximo **R\$ 486,00** (quatrocentos e oitenta e seis reais).

4.2 A definição dos preços observou o art. 5º da Resolução GGPA N° 50, de 26/09/2012, *Caput*;

4.2.1 Para definição do valor máximo do produto, a partir dos preços pesquisados (originários de pesquisas a mais abrangente possível, contemplando fontes que tenham expressividade na comercialização do produto), foi considerado o preço médio, eliminando as eventuais discrepâncias.

4.3 O limite de venda por agricultor familiar (DAP Pessoa Física) é de R\$ 20.000,00, por ano, independente de já fornecerem a outras modalidades do PAA ou PNAE.

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da aquisição objeto desta Chamada Pública estão consignados no Plano de Trabalho UFV de 2015, (PTRES) 087824 mediante emissão de Nota de Empenho, no Elemento de Despesa: 339030 – Material de Consumo.

6 DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

6.1As amostras serão solicitadas após a publicação da ordem classificatória, conforme item 15, nas datas definidas abaixo e deverá ser entregue no Restaurante Universitário (RU).

6.1.1 A amostras dos produtos deverão ser apresentadas nas seguintes condições:

6.1.1.1 **Para o item 1 – Feijão Carioca:** A amostra de 01 kg do produto **Feijão** deverá ser entregue no RU, campus da UFV, s/nº, Viçosa-MG, em **até 48 horas após a convocação**, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais poderão ser submetidas a testes de avaliação da qualidade química e biológica, realizada em laboratório capacitado.

6.1.1.1.1 Deverá ser entregue uma amostra de 01 kg do produto (feijão) para teste de cocção no Restaurante Universitário da UFV. A amostra deverá estar cozida no tempo inferior ou igual á 45 minutos. Serão observadas as características organolélicas (aparência, sabor, coloração e textura do caldo) após cocção.

6.1.1.2 **Para o item 2 – Café em Pó:** A amostra de 01 kg de grãos verdes e de 01 kg do produto Café em Pó deverá ser entregue no RU, campus da UFV, s/nº, Viçosa –MG, em **até 48 horas após a convocação**, para teste de características sensoriais e sanitárias recomendáveis, realizada em laboratório capacitado.

6.1.1.3 **Para o item 5 – Feijão Vermelho:** A amostra de 01 kg do produto **Feijão** deverá ser entregue no RU, campus da UFV, s/nº, Viçosa-MG, em **até 48 horas após a convocação**, para avaliação e seleção do produto a ser adquirido, as quais poderão ser submetidas a testes de avaliação da qualidade química e biológica, realizada em laboratório capacitado;

6.1.1.4 Deverá ser entregue uma amostra de 01 kg do produto feijão (Carioca / Vermelho) para teste de cocção no Restaurante Universitário da UFV. A amostra deverá estar cozida no tempo inferior ou igual á 45 minutos. Serão observadas as características organolélicas (aparência, sabor, coloração e textura do caldo) após cocção.

6.2 O licitante deverá apresentar as amostras nas condições e especificações descritas nessa Chamada, e caso, a mesma não atenda às condições estabelecidas será o licitante desclassificado e o chamamento ocorrerá de forma subsequente.

6.3 Metodologia a ser empregada aos testes dos produtos:

6.3.1 **Para o item 1 – Feijão Carioca:** O teste de amostra do feijão será realizada na cozinha experimental da Divisão de Alimentação (DAL). A metodologia utilizada é a escolha (catação) do feijão e cocção em panela de pressão por 45 (quarenta e cinco) minutos para verificação do ponto de cocção, características organolélicas (aparência, sabor, coloração e textura do caldo) e a pureza do produto.

6.3.1.1 O teste acontecerá logo após o recebimento das amostras na DAL e estará aberto ao licitante, caso queira, para acompanhar os procedimentos.

6.3.2 **Para o item 2 – Café em Pó:** A análise de Café torrado e moído será realizada de acordo com as resoluções SAA 19 de 05/04/2010, SAA 30 e 31 de 22/06/2007 e a Instrução Normativa nº 06 de 22/02/2011 do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As análises serão realizadas por instituições de pesquisa especializada em qualidade de alimentos, a ser definida pela UFV;

6.3.2.1 A qualidade de bebida das amostras de grãos crus será determinada segundo padrões da Instrução Normativa nº 08, de 11/06/2003 do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento. As análises serão realizadas por empresa que atestem qualidade de bebidas de grãos crus, a ser definida pela UFV.

6.3.3 **Para o item 5 – Feijão Vermelho:** O teste de amostra do feijão será realizada na cozinha experimental da Divisão de Alimentação (DAL). A metodologia utilizada é a escolha (catação) do feijão e cocção em panela de pressão por 45 (quarenta e cinco) minutos para verificação do ponto de cocção, características organolépticas (aparência, sabor, coloração e textura do caldo) e a pureza do produto.

6.3.3.1 O teste acontecerá logo após o recebimento das amostras na DAL e estará aberto ao licitante, caso queira, para acompanhar os procedimentos.

7 DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

7.1 O bem objeto desta Chamada Pública será entregue, conforme cronograma abaixo, no RU da UFV, em até 05 (cinco) dias a partir do recebimento da nota de empenho ou data acordada entre as partes.

a) item 1 – Feijão Carioca:

Data para entrega / Quantidade				
Maio / 2015	Junho / 2015	Julho / 2015	Setembro / 2015	Outubro / 2015
05/05/15	02/06/15	07/07/05	08/09/15	13/10/15
950Kg	950Kg	950Kg	950Kg	950Kg

b) Item 2 – Café em Pó:

Data para entrega / Quantidade						
Jun / 2015	Jul / 2015	Ago / 2015	Set / 2015	Out / 2015	Nov / 2015	Dez / 2015
11/06/15	02/07/15	13/08/15	10/09/15	15/10/15	12/11/15	01/12/05
140kg	140kg	140kg	140kg	140kg	140kg	140kg

c) Item 3 – Tangerina Ponkan:

Data para entrega / Quantidade	
Maio / 2015	Junho / 2015
12/05/2015 – 1.130 kg	14/06/2015 – 1.130 kg

d) Item 4 – Banana Prata:

Data para entrega / Quantidade		
Setembro / 2015	Outubro / 2015	Novembro / 2015
02/09/15 – 500 kg	14/10/15 – 500 kg	04/11/15 – 500 kg
23/09/15 – 500 kg	28/10/15 – 500 kg	18/11/15 – 500 kg

e) Item 5 – Feijão Vermelho:

Data para entrega / Quantidade		
Agosto / 2015	Novembro / 2015	Dezembro / 2015
03/08/15 – 750 kg	10/11/15 – 750 kg	01/12/15 – 750 kg

f) Item 6 – Moranga Híbrida:

Data para entrega / Quantidade	
Maio / 2015	Junho / 2015
08/05/15 – 180 kg	17/06/15 – 180 kg

7.2 O recebimento dos produtos dar-se-á por intermédio dos respectivos representantes designados pela UFV;

7.3 O fornecimento dos produtos será conforme cronograma descrito no item 7.1, de acordo com o responsável designado, pela UFV, para recebimento dos produtos.

7.3.1 As datas para recebimento dos produtos (cronograma de entregas) são estabelecidas pelo RU-UFV, e caso, por motivo justificado, houver alteração nas datas, o contratado será previamente comunicado para o devido aceite e execução do contrato.

8 DAS CONDIÇÕES DO OBJETO NA DATA DE ENTREGA:

8.1 Para o item 1 – Feijão Carioca:

8.1.1 O item deve estar, impreterivelmente, com a embalagem inviolada e em boas condições de armazenagem;

8.1.2 O item deverá ser entregue de acordo com o estabelecido no item 7.1, conforme o cronograma;

8.1.3 O produto deverá ser transportado em veículo apropriado, em compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade;

8.1.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

8.2 Para o item 2 – Café em Pó:

8.2.1 O produto deverá atender as descrições técnicas, especialmente quanto a grãos 100% Arábica verdes com qualidade de bebida dura e pó de qualidade superior e possuir prazo de validade mínima de 3 meses;

8.2.2 O produto deverá ser transportado em veículo apropriado, em compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade;

8.2.3 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

8.3 Para o item 3 – Tangerina Ponkan:

8.3.1 O item deve estar em caixas vazadas de polipropileno em perfeita condição de higiene;

8.3.2 O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, conforme o cronograma;

8.3.3 O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene;

8.3.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

8.4 Para o item 4 – Banana Prata:

8.4.1 O item deve estar em caixas vazadas de polipropileno em perfeita condição de higiene;

8.4.2 O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, conforme o cronograma;

8.4.3 O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene;

8.4.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

8.5 Para o item 5 – Feijão Vermelho:

8.5.1 O item deve estar, impreterivelmente, com a embalagem inviolada e em boas condições de armazenagem;

8.5.2 O item deverá ser entregue de acordo com o estabelecido no item 7.1, conforme o cronograma;

- 8.5.3 O produto deverá ser transportado em veículo apropriado, em compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade;
- 8.5.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

8.6 Para o item 6 – Moranga Híbrida

- 8.6.1 O item deve estar em sacos plásticos em perfeita condição de higiene;
- 8.6.2 O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, conforme o cronograma;
- 8.6.3 O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene;
- 8.6.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

9 DEVERES DA CONTRATANTE

9.1 São obrigações da contratante:

- 9.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas na Chamada Pública;
- 9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes na Chamada Pública e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 9.1.5 Efetuar pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na Chamada Pública, desde que atendidas todas as condições.
- 9.2** A UFV não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à futura execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10 DEVERES DA CONTRATADA

- 10.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes nesta Chamada Pública, no contrato firmado entre as partes e na sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.2** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Chamada Pública, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 10.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.4** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da notificação enviada pelo órgão recebedor, o objeto com avarias ou defeitos ou fora da especificação;
- 10.5** Manter-se, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta Chamada Pública.

11 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 11.1** Será designado representante da UFV para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente

envolvidos, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

11.3 A UFV poderá, após o recebimento do produto, fazer novas análises para verificação das características sensoriais e sanitárias recomendáveis.

12 DA DOCUMENTAÇÃO: Envelope nº 001- Habilitação

12.1 O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Cópia do Estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade, registrado na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- e) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- f) Declaração, por representante legal devidamente comprovado, de que os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes de acordo com o art. 3º, inciso IV, da Resolução GGPA n° 50/2012, conforme Modelo Anexo III.

12.2 O Grupo informal deverá apresentar no Envelope nº 001 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- a) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAF;
- c) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- d) Declaração, por representante legal devidamente comprovado, de que os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes de acordo com o art. 3º, inciso IV, da Resolução GGPA n° 50/2012, conforme Anexo IV.

12.3 A documentação deverá ser entregue até a datade **01/04/2015** juntamente com a documentação discriminada no item 13 desse Edital;

12.4 Os interessados deverão protocolar a documentação, em envelope, devidamente fechado e indevassável, no qual deverá constar na sua parte frontal os dizeres:

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015

ENVELOPE nº 001 – Documentação para Habilitação

PROPONENTE: (NOME / RAZÃO SOCIAL) CPF / CNPJ:

ENDEREÇO:

12.4.1 A documentação deverá ser entregue na Diretoria de Material (DMT) localizada no Campus da Universidade Federal de Viçosa (ponto de referência: próximo a agência da Caixa Econômica Federal e da Gráfica Universitária).

12.5 Para fins dessa Chamada, consideram-se:

12.5.1 **Grupo Formal:** Organizações fornecedoras – Cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como Pessoa Jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão, DAP Especial - Pessoa Jurídica;

12.5.2 **Grupo Informal:** Beneficiários fornecedores – Agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidade indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006.

13 DA DOCUMENTAÇÃO: Envelope nº 002- Proposta de Venda

13.1 No envelope nº 002 segue a entrega da Proposta de Venda;

13.1.1 Deverá ser apresentada Proposta de venda, assinada e rubricada em todas as suas folhas, devendo conter os preços finais dos produtos, incluindo-se todos os custos de fretes, tributos e outras despesas inerentes ao fornecimento e execução do objeto;

13.1.2 O Projeto de Venda deverá ser apresentado conforme formulário do Anexo I ou II, deste Edital;

13.1.2.1 A proposta não poderá conter rasuras que afetem sua idoneidade e entendimento;

13.2 A documentação deverá ser entregue até a data de **01/04/2015** juntamente com a documentação discriminada no item 12 desse Edital;

13.3 Os interessados deverão protocolar a documentação, em envelope, devidamente fechado e indevassável, no qual deverá constar na sua parte fronteira os dizeres:

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015	
ENVELOPE nº 002 – Projeto de Venda	
PROPONENTE: (NOME / RAZÃO SOCIAL)	CPF / CNPJ:
ENDEREÇO:	

13.3.1 A documentação deverá ser entregue na Diretoria de Material (DMT) localizada no Campus da Universidade Federal de Viçosa (ponto de referência: próximo a agência da Caixa Econômica Federal e da Gráfica Universitária).

14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 Ficará impedido de impugnar os termos deste Edital de Chamada Pública, perante a administração o proponente que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes (habilitação e Proposta de venda);

14.2 A impugnação deverá ser entregue na Diretoria de Material (DMT), da Universidade Federal de Viçosa, devidamente protocolada;

14.3 A Diretoria de Material (DMT), após receber a impugnação, instruirá o processo e o encaminhará à decisão pela autoridade competente.

14.4 A decisão sobre a impugnação será comunicada a empresa proponente ou ao seu representante, indicado na proposta, por meio de fac-símile, e-mail eletrônico ou comunicação pessoal certificada e formalizada no processo e, caso procedente a impugnação, o Edital será ratificado e republicado obedecendo do prazo original.

15 CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

15.1 Para efeito de classificação das Propostas de Venda apresentadas, depois de assegurada a habilitação das Entidades Proponentes, será considerado, para produtos na qualidade exigida, o seu **preço final de venda**. Em caso de **empate**, as Propostas de Venda serão classificadas observando a seguinte ordem:

I- Agricultores familiares do Município;

II- Os assentados da Reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas ou quilombolas;

III- Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos;

IV- Grupos Formais sobre os Grupos Informais e estes sobre os Fornecedores Individuais;

V- Organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

15.2 Na análise das propostas, em caso de empate, deve-se priorizar o fornecedor do âmbito local, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, conforme definidos no art. 5º. da Resolução Nº 50, de 26 de Setembro de 2012;

15.2.1A localização do fornecedor será comprovada mediante informações cadastradas na Declaração de Aptidão (DAP) apresentada.

15.3 Em caso de persistir empate, será realizado sorteio Público;

15.4 Caso a Entidade Executora não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos de produtores e empreendedores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de grupos de produtores e empreendedores familiares do território rural, do estado e do país, nesta ordem.

16 DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

16.1 As propostas serão classificadas considerando-se a ordenação crescente dos valores por item (menor para o maior) prevalecendo, para efeitos dessa Chamada, o de **menor valor por item**;

16.1.1A Comissão fará julgamento e classificação das propostas considerando vencedora a interessada **que ofertar o Menor Preço, por item**;

16.2 A ordem classificatória será publicada pela UFV em até 02 (dois) dias após a data final da entrega de documentação (01/04/2015) estabelecidas nos itens 12.3 e 13.2;

16.2.1A ordem classificatória será publicada no endereço **www.dmt@ufv.br**.

17 DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO

17.1 O Resultado do presente certame será divulgado mediante comunicação aos participantes e publicado no endereço eletrônico da Diretoria de Material (DMT), por meio do site www.dmt@ufv.br;

17.2 Os demais comunicados e/ou contatos da Comissão de Julgamento serão efetuados diretamente ao representante indicado pela empresa na proposta.

18 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1 O prazo para interposição de eventuais recursos contra os resultados de julgamento das propostas, classificação/desclassificação e habilitação/inabilitação será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a intimação do ato (comunicado formal do fato);

18.2 O(s) recurso(s), por escrito, deverá (ão) ser entregues na Diretoria de Material (DMT), Serviço de Licitação e Contratos Administrativos, e endereçada à Comissão Julgadora designada;

18.3 A Diretoria de Material (DMT), após receber o(s) recurso(s), fará o protocolo dos mesmos e solicitará à Comissão a instrução do processo e após, notificará aos demais proponentes da interposição.

18.4 Os demais proponentes terão 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação feita pela Comissão, para apresentação de contrarrazões ao recurso.

18.5 Transcorrido o prazo para apresentação das razões do recurso, o processo será encaminhado à autoridade competente para decisão final;

18.6 A decisão sobre o recurso será divulgada no site próprio da UFV (www.dmt@ufv.br) e comunicado ao representante da proponente, indicado na proposta, por meio de fac-símile, e-mail eletrônico ou comunicação pessoal certificada e formalizada no processo.

19 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Das sanções aplicáveis ao proponente:

19.1.1 Retardar, falhar, fraudar ou cometer quaisquer irregularidades que acarretem ou possam acarretar prejuízos ao contratante, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, sujeita à proponente as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão.

19.1.2 A multa moratória, *ex vi* do art. 86, e multa por inexecução de contrato, *ex vi* do art. 87, ambos dispostos da Lei nº 8.666, de 1993, na forma e nos percentuais abaixo estabelecidos, serão aplicadas quando a proponente deixar de cumprir ou descumprir de forma parcial ou total as obrigações inerentes ao objeto, como também as obrigações acessórias legais ou extra-legais relacionadas, independente das demais cominações legais cumulativas;

19.1.3 A multa moratória será cobrada pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, com prazo determinado para a entrega, sem justificativa por escrito e aceito pelo representante da contratante, sujeitando a proponente, à multa de mora de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da etapa a ser adimplida, por dia de atraso, observado o limite de 15 (quinze) dias.

19.1.3.1 A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contados da data definida para o cumprimento da obrigação.

19.1.4 A multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços não executados, no caso de inexecução total ou parcial, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contando da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à UFV pela inexecução;

19.1.5 A aplicação de multa por inexecução contratual independe de multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, podendo ser aplicada cumulativamente;

19.1.6 A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório, serão deduzidas dos pagamentos, eventualmente, devidos a proponente.

19.1.7 Se o valor das multas aplicadas for superior aos valores devidos a proponente, além da perda destes, responderá a Adjudicada pela diferença, que será cobrada judicialmente, caso a proponente não efetue o pagamento administrativamente;

19.1.8 A reincidência das situações descritas nos subitens 19.1.1 a 19.1.7, sujeita a proponente a sanção de suspensão temporária do direito de contratar com a administração pública pelo período de até 02 (dois) anos.

19.2 Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o proponente ressarcir à Administração pelos prejuízos resultantes.

20 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

20.1 Os interessados ou qualquer pessoa poderão solicitar esclarecimentos a este Edital até 02 (dois) dias antes da data designada para término da entrega dos envelopes com os documentos de habilitação e proposta de venda (01/04/2015);

20.2 Os pedidos poderão ser encaminhados na forma eletrônica, para e-mail cpl@ufv.br ou formalmente entregue na Diretoria de Material (DMT) da Universidade Federal de Viçosa.

20.2.1 As respostas aos esclarecimentos prestados serão encaminhadas por e-mail eletrônico próprio da Comissão (cpl@ufv.br), devendo o interessado, no ato do pedido, disponibilizar um e-mail para contato (resposta).

20.3 Os pedidos e as respostas aos esclarecimentos prestados serão anexados nos autos do processo destinado a esta Chamada Pública e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

21 DO CONTRATO E SUA VIGÊNCIA

21.1 Após a Adjudicação e Homologação da CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015, o vencedor será convocado para a assinatura do contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Compra Institucional;

21.2 Será firmado Termo de Contrato, conforme Anexo VI, entre a UFV e a vencedora com vigência até 31 de Dezembro de 2015, a partir da sua assinatura, ou até o esgotamento das quantidades, prevalecendo o fato que ocorrer primeiro.

22. LOCAL E PERIODOCIDADE DE ENTREGA DO PRODUTO

22.1 Os Gêneros alimentícios deverão ser entregue no Restaurante Universitário situado no Campus da UFV pelo período **demaio a dezembro de 2015**, na qual se atestará seu recebimento;

22.2 A entrega de cada lote solicitado no cronograma do item 7.1 deverá acontecer em apenas 01 (uma) parcela, **por apenas um fornecedor.**

23 DO PAGAMENTO

23.1 O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a respectiva entrega do produto, por meio de Ordem Bancária, mediante apresentação de documento fiscal, ou equivalente, devidamente atestado pelo contratante nos termos da legislação vigente, correspondente ao fornecimento efetuado, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

24 DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 O Edital da presente Chamada pública poderá ser obtido na Unidade da EMATER-MG, localizada na Vila Giannetti, casa 44, Campus Universitário/UFV, Viçosa-MG, ou através do endereço eletrônico www.dmt.ufv.br;

24.2 Para definição dos preços deverá ser observado o artigo 5º da resolução GGPA 50; na análise das propostas e na aquisição dos alimentos, poderá ter prioridade às propostas, de acordo com art. 7º, parágrafo 2º, do mesmo dispositivo;

24.3 O objeto deverá atender ao disposto nos itens 3.1 e 3.2;

24.4 Nos casos de reprovação da amostra, todo o lote será recusado;

24.5 O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 20.000 (vinte mil reais), por DAP, por ano civil.

25 ANEXOS DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Grupos informais/Agricultores individuais;

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Grupos Formais;

Declaração de Produção Própria – Pessoa Jurídica;

Declaração de Produção Própria – Pessoa Física;

Cronograma de execução da Chamada Pública;

Minuta de Contrato.

26 DORESponsávelPELASINFORMAÇÕES

26.1 Os responsáveis pelas informações desta Chamada são os Senhores L. W. S., lotado na Diretoria de Material (DMT), e F. L. M. D na Divisão de Alimentos (Restaurante RU), que estarão à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, que se fizerem necessários, através dos telefones (31) 3899-1510 (L. W) e (31) 3899-2441 (F.L), ou do e-mail cpl@ufv.br no horário das **09:00 às 12:00** horas e das **14:00 às 18:00** horas, de segunda a sexta feira.

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Grupos informais/Agricultores individuais;

PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR					
Proposta de atendimento de chamada pública nº. 01 / 2015					
I – Identificação do Fornecedor					
1. Nome do Proponente					
2. Endereço			3. Município		4. CEP
5. N°. da DAP		6. CPF		7. DDD/Fone	
8. Banco		9. N°. da Agência		10. N° da Conta Corrente	
11. E-mail (caso tenha):					
II – DETALHAMENTO DOS PRODUTOS, QUANTIDADES E VALORES					
1. item	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5 Vlr. Unitário	6.Vlr. Total
1					
2					
3					
4					
5					

Modelo de Proposta de fornecimento de Alimentos para Grupos Formais;

PROPOSTA DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR					
Proposta de atendimento de chamada pública nº. 01 / 2015					
1. Nome da Organização			2. CNPJ		
3. Endereço		4. Município		5. CEP	
6. Nome do Representante legal		7. CPF		8. DDD/Fone	
9. E-mail (caso tenha):			10. N° da Conta Corrente		
I – Fornecedores participantes					
1. Nome	2. CPF	3. N°. DAP	4. Banco	5. N°. Agência	6. N°. Conta Corrente
Agricultor 1					
Agricultor 2					
Agricultor 3					
:					
II – Relação de Fornecedores e Produtos					
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Vlr Unitário	6. Vlr Total
Agricultor 1					
Agricultor 2					
Agricultor 3					

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA – PESSOA JURÍDICA

Declaro para os devidos fins que de acordo com o art. 3º, inciso IV da Resolução nº 50/12, alterada pela Resolução nº 64, do GGPAA, os produtos ofertados no edital de Chamada Pública nº 01/2015 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para PAA – modalidade compra institucional, com dispensa de licitação prevista no art. 17 da Lei 12.512/2011, e demais normas, **são oriundos da produção própria dos associados desta entidade.** Declaro, também, para os mesmos fins que será respeitado o valor máximo anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade familiar, de acordo com o disposto no art. 3º da Resolução 50/2012 do GGPAA, concomitante ao art. 19, I, alínea “e” do Decreto nº 8.293. de 12 de Agosto de 2014.

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA – PESSOA FÍSICA

Declaro para os devidos fins que de acordo com o art. 3º, inciso IV da Resolução nº 50/12, alterada pela Resolução nº 64, do GGPAA, os produtos ofertados no edital de Chamada Pública nº 01/2015 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para PAA – modalidade compra institucional, com dispensa de licitação prevista no art. 17 da Lei 12.512/2011 e demais normas, **são oriundos da produção própria**. Declaro, também, para os mesmos fins que será respeitado o valor máximo anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade familiar, de acordo com o disposto no art. 3º da Resolução 50/2012 do GGPAA, concomitante ao art. 19, I, alínea “e” do Decreto nº 8.293. de 12 de Agosto de 2014.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

Data	Descrição	Horário
20/03/2015	Publicação da Chamada Pública 01/2015	
01/04/2015	Último dia para entrega da documentação (envelopes 01 e 02)	Até às 16 hs
06 a 07/04/2015	Classificação e divulgação da Ordem classificatória preliminar	Até às 18 hs
08/04/2015	Convocação para apresentação das amostras dos produtos	Até às 18 hs
09 a 10/04/2015	Apresentação das amostras dos produtos	
13 a 17/04/2015	Análise e resultado das amostras dos produtos	
20 a 22/04/2015	Divulgação da Classificação final e convocação para assinatura do contrato.	Até às 18 hs

***Obs: As datas acima estabelecidas estão sujeitas à alterações.**

MINUTA DE CONTRATO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
REITORIA

CONTRATO

Contrato de Fornecimento que entre si celebram a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA** e a empresa _____ nos termos a seguir expostos:

Pelo presente instrumento, de um lado a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**, fundação educacional instituída pelo Poder Público Federal, com sede em Viçosa, MG, "Campus" Universitário, inscrita no CNPJ sob o nº 25.944.455/0001-96, aqui designada simplesmente **UNIVERSIDADE**, neste ato representada por sua Magnífica Reitora, Profª Nilda de Fátima Ferreira Soares, e, de outro lado a empresa **RR LEGUMES LTDA. – ME**, sediada à _____, CEP _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta do **Processo nº 002997/2015 – Chamada Pública nº 01/2015**, Dispensa de Licitação nº _____, com fulcro no art. 17 da Lei nº 12.515, de 14 de outubro de 2011, no art. 17 do Decreto nº 7.775, de 04 de junho de 2012, alterado pelo Decreto 8.293, de agosto de 2014 e na Resolução GGPAA nº 50, publicada no DOU de 26 de setembro de 2012, alterada pela Resolução nº 64, publicada no DOU de 22 de novembro de 2013, resolvem celebrar este Contrato, mediante as condições transformadas nas Cláusulas a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Contrato é o fornecimento de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, da agricultura familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento à modalidade de compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos**, que a **CONTRATADA** fará à **UNIVERSIDADE**, conforme Termo de Homologação às fls. ___/___ do Processo Licitatório.

1.1.2 Os itens deste Contrato visam atender, parcialmente, às necessidades da **UNIVERSIDADE**, Campus Viçosa, nos serviços prestados pelo Restaurante Universitário- Ru.

1.2. As demais especificações dos produtos encontram-se descritas no Tópico 3.2 da Chamada Pública nº 01/2015 do Processo Licitatório nº 002997/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES

2.1. O presente contrato rege-se, especialmente, pelas normas a que se submetem os contratos administrativos e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado.

2.2 Faz parte integrante do presente contrato, como se transcrito fora, o conteúdo do **Processo nº 002997/2015**, notadamente, as condições especificadas na **Chamada Pública nº 01/2015**.

2.3 Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a. A **CONTRATADA** deverá cumprir todas as obrigações constantes na Chamada Pública, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na Chamada Pública e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- d. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da notificação enviada pelo órgão recebedor, o objeto com avarias ou defeitos ou fora da especificação;
- e. Comunicar à **UNIVERSIDADE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Chamada Pública;

2.4. Constituem obrigações da **UNIVERSIDADE**:

- a. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos na Chamada Pública e seus anexos;
- b. Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes da Chamada Pública e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas durante o fornecimento, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- d. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, através do servidor especialmente designado;
- e. Efetuar pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos na Chamada Pública, desde que atendidas todas as condições.
- f. A **UNIVERSIDADE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos e subordinados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO, DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1 A vigência deste contrato será até o dia 31 de dezembro de 2015, a contar da assinatura ou até o esgotamento das quantidades, prevalecendo o fato que ocorrer primeiro.

3.2. Para garantir o pagamento referente ao fornecimento dos produtos, foi emitida a Nota de Empenho nº _____, de __/__/____, no valor de R\$ _____, Elemento de Despesa nº _____, Programa de Trabalho nº _____, Fonte nº _____.

3.3. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a respectiva entrega do produto, por meio de Ordem Bancária, mediante apresentação de documento fiscal, ou equivalente, devidamente atestado pela **UNIVERSIDADE** nos termos da legislação vigente, correspondente ao fornecimento efetuado, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL, DO PRAZO E DA PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1. Os Gêneros alimentícios deverão ser entregues no Restaurante Universitário situado no Campus da **UNIVERSIDADE** no período de **maio a dezembro de 2015**, no qual se atestará seu recebimento;

4.2. A entrega de cada lote será conforme item abaixo e deverá acontecer em apenas 01 (uma) parcela, **por apenas um fornecedor**.

4.3. O bem objeto deste Contrato será entregue, conforme cronograma abaixo, no RU da **UNIVERSIDADE**, em até 05 (cinco) dias a partir do recebimento da nota de empenho ou data acordada entre as partes.

a) item 1 – Feijão Carioca:

Data para entrega / Quantidade				
Maio / 2015	Junho / 2015	Julho / 2015	Setembro/ 2015	Outubro / 2015
05/05/15	02/06/15	07/07/05	08/09/15	13/10/15
950Kg	950Kg	950Kg	950Kg	950Kg

b) Item 2 – Café em Pó:

Data para entrega / Quantidade						
Jun / 2015	Jul / 2015	Ago / 2015	Set / 2015	Out / 2015	Nov / 2015	Dez / 2015
11/06/15	02/07/15	13/08/15	10/09/15	15/10/15	12/11/15	01/12/05
140kg	140kg	140kg	140kg	140kg	140kg	140kg

c) Item 3 – Tangerina Ponkan:

Data para entrega / Quantidade	
Maio / 2015	Junho / 2015
12/05/2015 – 1.130 kg	14/06/2015 – 1.130 kg

d) Item 4 – Banana Prata:

Data para entrega / Quantidade		
Setembro / 2015	Outubro / 2015	Novembro / 2015
02/09/15 – 500 kg	14/10/15 – 500 kg	04/11/15 – 500 kg
23/09/15 – 500 kg	28/10/15 – 500 kg	18/11/15 – 500 kg

e) Item 5 – Feijão Vermelho:

Data para entrega / Quantidade		
Agosto / 2015	Novembro / 2015	Dezembro / 2015
03/08/15 – 750 kg	10/11/15 – 750 kg	01/12/15 – 750 kg

f) Item 6 – Moranga Híbrida:

Data para entrega / Quantidade	
Maio / 2015	Junho / 2015
08/05/15 – 180 kg	17/06/15 – 180 kg

4.4. O recebimento dos produtos dar-se-á por intermédio dos respectivos representantes designados pela **UNIVERSIDADE**;

4.5. O fornecimento dos produtos será conforme cronograma descrito no item 3, de acordo com o responsável designado, pela **UNIVERSIDADE**, para recebimento dos produtos.

4.6. As datas para recebimento dos produtos (cronograma de entregas) são estabelecidas pelo

RU- **UNIVERSIDADE**, e caso, por motivo justificado, houver alteração nas datas, o contratado será previamente comunicado para o devido aceite e execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DO OBJETO NA DATA DE ENTREGA:

5.1 Para o item 1 – Feijão Carioca:

5.1.1 O item deve estar, impreterivelmente, com a embalagem inviolada e em boas condições de armazenagem;

5.1.2 O item deverá ser entregue de acordo com o estabelecido no item 4.3, conforme o cronograma;

5.1.3 O produto deverá ser transportado em veículo apropriado, em compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade;

5.1.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

5.2 Para o item 2 – Café em Pó:

5.2.1 O produto deverá atender as descrições técnicas, especialmente quanto a grãos 100% Arábica verdes com qualidade de bebida dura e pó de qualidade superior e possuir prazo de validade mínima de 3 meses;

5.2.2 O produto deverá ser transportado em veículo apropriado, em compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade;

5.2.3 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

5.3 Para o item 3 – Tangerina Ponkan:

5.3.1 O item deve estar em caixas vazadas de polipropileno em perfeita condição de higiene;

5.3.2 O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, conforme o cronograma;

5.3.3 O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene;

5.3.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

5.4 Para o item 4 – Banana Prata:

5.4.1 O item deve estar em caixas vazadas de polipropileno em perfeita condição de higiene;

5.4.2 O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, conforme o cronograma;

5.4.3 O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene;

5.4.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

5.5 Para o item 5 – Feijão Vermelho:

5.5.1 O item deve estar, impreterivelmente, com a embalagem inviolada e em boas condições de armazenagem;

5.5.2 O item deverá ser entregue de acordo com o estabelecido no item 7.1, conforme o cronograma;

5.5.3 O produto deverá ser transportado em veículo apropriado, em compartimento fechado, protegido do calor, vento, chuva e umidade;

5.5.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

5.6 Para o item 6 – Moranga Híbrida

5.6.1 O item deve estar em sacos plásticos em perfeita condição de higiene;

5.6.2 O item deverá ser entregue de uma só vez por um fornecedor, conforme o cronograma;

5.6.3 O veículo de transporte deverá ser adequado e estar em perfeitas condições de higiene;

5.6.4 O entregador deverá estar paramentado adequadamente com calçado fechado, proteção para os cabelos e camisa fechada e com manga.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

6.1 Será designado representante da **UNIVERSIDADE** para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.3 **AUNIVERSIDADE** poderá, após o recebimento do produto, fazer novas análises para verificação das características sensoriais e sanitárias recomendáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESOLUÇÃO E DA DENÚNCIA

7.1. O presente contrato resolver-se-á, de pleno direito independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial pelo descumprimento pela **CONTRATADA** de uma ou mais cláusulas ou condições pactuadas, ou de dispositivos de lei ao mesmo aplicáveis.

7.2. A **UNIVERSIDADE**, por razões de interesse público, poderá, a qualquer tempo, denunciar unilateralmente o presente contrato.

7.3. O exercício do direito de denúncia pela **UNIVERSIDADE** obrigará ao pagamento exclusivo dos produtos efetivamente entregues pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Das sanções aplicáveis ao proponente:

8.1.1 Retardar, falhar, fraudar ou cometer quaisquer irregularidades que acarretem ou possam acarretar prejuízos a **UNIVERSIDADE**, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, sujeita à proponente as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Suspensão.

8.1.2. A multa moratória, *ex vi* do art. 86, e multa por inexecução de contrato, *ex vi* do art. 87, ambos dispostos da Lei nº 8.666, de 1993, na forma e nos percentuais abaixo estabelecidos, serão aplicadas quando a proponente deixar de cumprir ou descumprir de

forma parcial ou total as obrigações inerentes ao objeto, como também as obrigações acessórias legais ou extra-legais relacionadas, independente das demais cominações legais cumulativas;

8.1.3 A multa moratória será cobrada pelo atraso injustificado na entrega dos produtos, com prazo determinado para a entrega, sem justificativa por escrito e aceito pelo representante da contratante, sujeitando a proponente, à multa de mora de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor da etapa a ser adimplida, por dia de atraso, observado o limite de 15 (quinze) dias.

8.1.3.1 A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contados da data definida para o cumprimento da obrigação.

8.1.4 A multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos serviços não executados, no caso de inexecução total ou parcial, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contando da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à **UNIVERSIDADE** pela inexecução;

8.1.5 A aplicação de multa por inexecução contratual independe de multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, podendo ser aplicada cumulativamente;

8.1.6 A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório, serão deduzidas dos pagamentos, eventualmente, devidos a proponente.

8.1.7 Se o valor das multas aplicadas for superior aos valores devidos a proponente, além da perda destes, responderá a Adjudicada pela diferença, que será cobrada judicialmente, caso a proponente não efetue o pagamento administrativamente;

8.1.8 A reincidência das situações descritas nos subitens 8.1.1 a 8.1.7. sujeita a proponente a sanção de suspensão temporária do direito de contratar com a administração pública pelo período de até 02 (dois) anos.

8.2 Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o proponente ressarcir à Administração pelos prejuízos resultantes.

CLÁUSULA NONA – DO VALOR E DO FORO

9.1. Atribui-se ao presente contrato o valor de R\$_____.

9.2. O Foro competente para conhecimento e solução das questões derivadas deste Contrato, é o da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Viçosa - MG, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo firmadas.